



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 106 - SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p>Maioria (PMDB) - 21</p> <p>Líder Valdir Raupp - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</p> <p>Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 24</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Jayme Campos</p> <p>Líder do PSDB - 12 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano</p>
<p>PTB - 8</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya</p>		

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.735, DE 10 DE JULHO DE 2008

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 424, de 2008, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.816.577.877,00 (um bilhão, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais), para atender à programação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º desta Lei decorrem de:

I – Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2007, no valor de R\$ 985.223.423,00 (novecentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e vinte e três mil, quatrocentos e vinte e três reais), dos quais:

a) R\$ 765.627.689,00 (setecentos e sessenta e cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e nove reais) de Recursos Ordinários;

b) R\$ 198.395.734,00 (cento e noventa e oito milhões, trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e trinta e quatro reais) de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis; e

c) R\$ 21.200.000,00 (vinte e um milhões e duzentos mil reais) de Contribuição para os Programas Especiais (Programa de Integração Nacional – PIN e Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA);

II – Operações de Crédito Externas – em Moeda, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

III – Recursos Próprios Não-Financeiros, no valor de R\$ 87.411.082,00 (oitenta e sete milhões, quatrocentos e onze mil, oitenta e dois reais);

IV – Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido sob a forma de Participação da União no Capital de Empresas Estatais, no valor de R\$ 711.938.862,00 (setecentos e onze milhões, novecentos e trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais), dos quais:

a) R\$ 152.867.081,00 (cento e cinquenta e dois milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, oitenta e um reais) de Recurso Direto; e

b) R\$ 559.071.781,00 (quinhentos e cinquenta e nove milhões, setenta e um mil, setecentos e oitenta e um reais) de Saldos de Exercícios Anteriores; e

V – R\$ 30.504.510,00 (trinta milhões, quinhentos e quatro mil, quinhentos e dez reais) de Outros Recursos de Longo Prazo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, 10 de julho de 2008. – 187º da Independência e 120º da República, Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1462 VETOR LOGISTICO SUL									28.000.000
		PROJETOS							
26 784	1462 10NP	CONSTRUCAO DO BERCO 401-A NO PORTO DE SAO FRANCISCO DO SUL (SC)							10.000.000
26 784	1462 10NP 0101	CONSTRUCAO DO BERCO 401-A NO PORTO DE SAO FRANCISCO DO SUL (SC) - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	10.000.000
26 784	1462 116G	REFORCO DO BERCO 101-A NO PORTO DE SAO FRANCISCO DO SUL - SC							18.000.000
26 784	1462 116G 0101	REFORCO DO BERCO 101-A NO PORTO DE SAO FRANCISCO DO SUL - SC - NO ESTADO DE SANTA CATARINA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	18.000.000
1470 GESTAO DA POLITICA PORTUARIA									6.000.000
		ATIVIDADES							
26 122	1470 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC							6.000.000
26 122	1470 8785 0109	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	4.200.000
			F	4	2	90	0	300	1.800.000
TOTAL - FISCAL									34.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									34.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	RP	MOD	U	ITE	VALOR
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE									40.000.000
		PROJETOS							
19 572	0464 116K	ESTUDOS PARA A IMPLANTACAO DO CENTRO ESPACIAL DE ALCANTARA - CEA							40.000.000
19 572	0464 116K 0101	ESTUDOS PARA A IMPLANTACAO DO CENTRO ESPACIAL DE ALCANTARA - CEA - NO MUNICIPIO DE ALCANTARA - MA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							40.000.000
			F	4	2	90	0	300	40.000.000
TOTAL - FISCAL									40.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.000.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30101 - MINISTERIO DA JUSTICA

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1127 SISTEMA UNICO DE SEGURANCA PUBLICA - SUSP									55.327.000
		ATIVIDADES							
06 181	1127 20BH	APOIO A IMPLEMENTACAO DE INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANCA PUBLICA							55.327.000
06 181	1127 20BH 0101	APOIO A IMPLEMENTACAO DE INFRA-ESTRUTURA DE SEGURANCA PUBLICA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							55.327.000
			F	3	2	90	0	300	1.363.500
			F	4	2	30	0	300	40.000.000
			F	4	2	90	0	300	13.963.500
TOTAL - FISCAL									55.327.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									55.327.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30202 - FUNDACAO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0150 PROTECAO E PROMOCAO DOS POVOS INDIGENAS									1.000.000
		ATIVIDADES							
14 122	0150 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC							1.000.000
14 122	0150 8785 0109	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.000.000
			F	3	2	90	0	300	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA
UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLICIA FEDERAL - FUNAPOL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0662 PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMINALIDADE									9.671.524
		ATIVIDADES							
06 181	0662 2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS							9.671.524

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	END	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES															1.500.000
		PROJETOS													
26 121	0225 1D47	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES													1.500.000
26 121	0225 1D47 0101	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)													1.500.000
			F	3	2		90	0		148					1.500.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO															800.000
		ATIVIDADES													
26 122	0750 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC													800.000
26 122	0750 8785 0113	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)													800.000
			F	3	2		90	0		300					800.000
TOTAL - FISCAL															2.300.000
TOTAL - SEGURIDADE															0
TOTAL - GERAL															2.300.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES									15.000.000
		PROJETOS							
26 121	0225 1D47	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES							15.000.000
26 121	0225 1D47 0101	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							15.000.000
			F	3	2	90	0	311	15.000.000
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									4.000.000
		ATIVIDADES							
26 122	0750 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC							4.000.000
26 122	0750 8785 0115	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							4.000.000
			F	3	2	90	0	300	4.000.000
TOTAL - FISCAL									19.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									19.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39250 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									9.000.000
		ATIVIDADES							
26 122	0750 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC							9.000.000
26 122	0750 8785 0117	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	9.000.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO									70.700.000
		ATIVIDADES							
26 122	0750 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC							70.700.000
26 122	0750 8785 0105	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACCELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	70.700.000
1456 VETOR LOGISTICO AMAZONICO									61.095.040
		PROJETOS							
26 784	1456 1C93	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO - NO ESTADO DO AMAZONAS							348.742
26 784	1456 1C93 0103	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE SAO RAIMUNDO - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	348.742
26 784	1456 1C96	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE COARI - NO ESTADO DO AMAZONAS							547.600
26 784	1456 1C96 0103	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE COARI - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	547.600
26 784	1456 1C97	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE MANAQUIRI - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.445.683
26 784	1456 1C97 0103	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE MANAQUIRI - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	1.445.683
26 784	1456 1C99	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ITACOATIARA - NO ESTADO DO AMAZONAS							917.900
26 784	1456 1C99 0103	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE ITACOATIARA - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	917.900
26 784	1456 1D51	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE BOCA DO ACRE - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.200.000
26 784	1456 1D51 0103	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE BOCA DO ACRE - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	1.200.000
26 784	1456 1D53	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE MANACAPURU - NO ESTADO DO AMAZONAS							959.960
26 784	1456 1D53 0103	CONSTRUCAO DE TERMINAL FLUVIAL - NO MUNICIPIO DE MANACAPURU - NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	959.960

[illegible]

			F	4	2	90	0	311	500.000
26 782	I456 I11D	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-163 (CAMPO VERDE) - MIRITITUBA - NA BR-230 - NO ESTADO DO PARA							20.000.000
26 782	I456 I11D 010I	CONSTRUCAO DE TRECHO RODOVIARIO - ENTRONCAMENTO BR-163 (CAMPO VERDE) - MIRITITUBA - NA BR-230 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	20.000.000

1459 VETOR LOGISTICO NORDESTE SETENTRIONAL

344.436

		ATIVIDADES							
26 782	1459 20BF	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-122 - NO ESTADO DO CEARA							187.530
26 782	1459 20BF 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-122 - NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	187.530
26 782	1459 20BG	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-402 - NO ESTADO DO CEARA							156.906
26 782	1459 20BG 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-402 - NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	156.906

1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE

6.956.258

		PROJETOS							
26 784	1461 110S	MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGACAO DA HIDROVIA DOS RIOS PARANA E PARAGUAI							2.000.000
26 784	1461 110S 0101	MELHORAMENTOS NO CANAL DE NAVEGACAO DA HIDROVIA DOS RIOS PARANA E PARAGUAI - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	2.000.000
		ATIVIDADES							
26 782	1461 20BE	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-280 - NO ESTADO DO PARANA							1.200.000
26 782	1461 20BE 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-280 - NO ESTADO DO PARANA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	1.200.000
26 782	1461 207J	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-158 - NO ESTADO DO PARANA							3.756.258
26 782	1461 207J 0101	MANUTENCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - NA BR-158 - NO ESTADO DO PARANA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	3	90	0	311	3.756.258

TOTAL - FISCAL

139,095,734

TOTAL - SEGURIDADE

D

TOTAL - GERAL

139,095.734

ORGÃO : 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE
UNIDADE : 44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO 1

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0511 GESTAO DA POLITICA DE MEIO AMBIENTE									5.000.000
		ATIVIDADES							
18 122	0511 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERAACAO DO CRESCIMENTO - PAC							5.000.000
18 122	0511 8785 0101	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERAACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							5.000.000
			F	3	2	90	0	300	3.500.000
			F	4	2	90	0	300	1.500.000

TOTAL - FISCAL

5,000,000

TOTAL - SEGURIDADE

TOTAL - GERAL

5.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									57.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
05 781	0909 00AJ	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - CONSTRUCAO DA SEGUNDA PISTA DO AEROPORTO INTERNACIONAL VIRACOPOS-CAMPINAS							57.000.000
05 781	0909 00AJ 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - CONSTRUCAO DA SEGUNDA PISTA DO AEROPORTO INTERNACIONAL VIRACOPOS-CAMPINAS - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							57.000.000
			F	5	3	90	0	311	57.000.000
TOTAL - FISCAL									57.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									57.000.000

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA									135.000.000
		ATIVIDADES							
05 151	0632 8969	AQUISICAO DE AERONAVES							135.000.000
05 151	0632 8969 0101	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							135.000.000
			F	4	2	90	0	300	135.000.000
TOTAL - FISCAL									135.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									135.000.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA
UNIDADE : 52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0647 PRODUCAO DE MATERIAL BELICO									192.377.318
ATIVIDADES									
05 301	0647 2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES							2.701.889
05 301	0647 2004 4055	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.701.889
		PESSOA BENEFICIADA (UNIDADE) 5502	S	3	2	90	0	300	2.701.889
05 365	0647 2010	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS							50.000
05 365	0647 2010 4001	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							50.000
		CRIANCA ATENDIDA (UNIDADE) 60	F	3	2	90	0	300	50.000
05 331	0647 2011	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							1.063.444
05 331	0647 2011 4655	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.063.444
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 911	F	3	1	90	0	300	1.063.444
05 306	0647 2012	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS							2.270.889
05 306	0647 2012 4001	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.270.889
		SERVIDOR BENEFICIADO (UNIDADE) 2093	F	3	1	90	0	300	2.270.889
05 122	0647 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							86.275.096
05 122	0647 2272 4103	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							86.275.096
			F	1	1	90	0	300	27.247.000
			F	3	2	90	0	250	15.394.402
			F	3	2	90	0	300	42.098.014
			F	4	2	90	0	250	1.535.680
PROJETOS									
22 662	0647 3500	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SANEAMENTO E PROTECAO AMBIENTAL							1.000.000
22 662	0647 3500 0111	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SANEAMENTO E PROTECAO AMBIENTAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 32	F	3	2	90	0	250	500.000
			F	4	2	90	0	250	500.000
ATIVIDADES									
22 122	0647 4105	MANUTENCAO E ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL							35.800.000
22 122	0647 4105 0103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							35.800.000
			F	3	2	90	0	250	6.265.000
			F	3	2	90	0	300	7.735.000
			F	4	2	90	0	300	21.800.000
05 572	0647 4403	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA FORÇA TERRESTRE							1.000.000
05 572	0647 4403 4001	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA FORÇA TERRESTRE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.000.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE) 7	F	3	2	90	0	250	500.000
			F	4	2	90	0	250	500.000
05 153	0647 4528	PRODUCAO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR							62.216.000
05 153	0647 4528 4001	PRODUCAO DE MATERIAL DE EMPREGO MILITAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							62.216.000
		MATERIAL PRODUZIDO (UNIDADE) 7500	F	3	2	90	0	250	62.216.000

0901 OPERACOES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENCAS JUDICIAIS							10.000
		OPERACOES ESPECIAIS					
28 846	0901 0716	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS					10.000
28 846	0901 0716 4001	CUMPRIMENTO DE DEBITOS JUDICIAIS PERIODICOS VINCENDOS DEVIDOS PELA UNIAO, AUTARQUIAS E FUNDACOES PUBLICAS FEDERAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					10.000
			F	3	1	90	0 300
0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA (JUROS E AMORTIZACOES)							3.200.000
		OPERACOES ESPECIAIS					
28 846	0905 0283	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA					3.200.000
28 846	0905 0283 4003	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)					3.200.000
			F	6	0	90	0 300
TOTAL - FISCAL							192.885.429
TOTAL - SEGURIDADE							2.701.889
TOTAL - GERAL							195.587.318

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0515 INFRA-ESTRUTURA HIDRICA									23.700.000
		PROJETOS							
18 544	0515 1K47	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DO SERIDO COM 35 KM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (PROAGUA NACIONAL)							23.700.000
18 544	0515 1K47 0101	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DO SERIDO COM 35 KM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (PROAGUA NACIONAL) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							23.700.000
			F	4	2	90	0	300	23.700.000
0757 GESTAO DA POLITICA DE INTEGRACAO NACIONAL									12.200.000
		ATIVIDADES							
04 544	0757 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC							12.200.000
04 544	0757 8785 0101	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.200.000
			F	3	2	90	0	300	8.540.000
			F	4	2	90	0	300	3.660.000
TOTAL - FISCAL									35.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									35.900.000

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53201 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA -
CODEVASF

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									7.066.000
		PROJETOS							
20 607	0379 116J	ESTUDOS E PROJETOS DE IRRIGACAO							1.566.000
20 607	0379 116J 0101	ESTUDOS E PROJETOS DE IRRIGACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	1.566.000
20 607	0379 1686	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO							5.500.000
20 607	0379 1686 0101	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO MARITUBA COM 3.136 HA NO ESTADO DE ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	30	0	300	5.500.000
			F	4	2	30	0	315	1.900.000
0515 INFRA-ESTRUTURA HIDRICA									168.000
		PROJETOS							
18 544	0515 10GM	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA							168.000
18 544	0515 10GM 0105	ESTUDOS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	168.000
0757 GESTAO DA POLITICA DE INTEGRACAO NACIONAL									4.900.000
		ATIVIDADES							
04 544	0757 8785	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE							4.900.000
04 544	0757 8785 0101	ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	4.900.000
			F	4	2	90	0	300	3.430.000
			F	4	2	90	0	300	1.470.000
TOTAL - FISCAL									12.134.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.134.000

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
UNIDADE : 53204 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS

ANEXO I			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	V A L O R
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA									153.000.000
		PROJETOS							
20 607	0379 1012	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO BAIXO ACARAU - 2ª ETAPA - COM 4.168HA NO ESTADO DO CEARA							35.000.000
20 607	0379 1012 0103	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO BAIXO ACARAU - 2A ETAPA - COM 4.168HA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	30	0	300	31.300.000
			F	4	2	30	0	315	3.700.000
20 607	0379 1017	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS - 2ª ETAPA - COM 3.600 HA NO ESTADO DO CEARA							30.000.000
20 607	0379 1017 0103	IMPLANTACAO DO PERIMETRO DE IRRIGACAO TABULEIRO DE RUSSAS - 2ª ETAPA - COM 3.600 HA NO ESTADO DO CEARA - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	30	0	300	24.800.000
			F	4	2	30	0	315	5.200.000

		OPERACOES ESPECIAIS							
15 453	9989 0E28	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS MUNICIPIOS							30.000.000
15 453	9989 0E28 0101	APOIO A IMPLANTACAO, AMPLIACAO OU MELHORIA DE LINHAS E TRECHOS DE SISTEMAS DE TRENS URBANOS DE ESTADOS E MUNICIPIOS - IMPLANTACAO DA LINHA 3 DO METRO DO RIO DE JANEIRO - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)							30.000.000
			F	4	2	90	0	311	30.000.000
		TOTAL - FISCAL							131.270.451
		TOTAL - SEGURIDADE							11.858.678
		TOTAL - GERAL							143.129.129

ORGÃO : 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS									23.389.800
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 453	1295 0B14	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS DE SALVADOR - BA							12.389.800
15 453	1295 0B14 0101	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS DE SALVADOR - BA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	12.389.800
15 453	1295 0B15	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS DE FORTALEZA - CE							11.000.000
15 453	1295 0B15 0101	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS DE FORTALEZA - CE - NO ESTADO DO CEARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	11.000.000
TOTAL - FISCAL									23.389.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									23.389.800

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

26 TRANSPORTE

TOTAL - GERAL	742.443.372
---------------	-------------

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

781 TRANSPORTE AÉREO

784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

556.836.784	
185.606.588	
TOTAL - GERAL	742.443.372

QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES

26 TRANSPORTE

781 TRANSPORTE AÉREO

784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

742.443.372	
556.836.784	
185.606.588	
TOTAL - GERAL	742.443.372

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE

1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE

1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL

1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL

1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE

556.836.784	
2.500.000	
110.742.880	
8.603.396	
592.726	
63.167.586	
TOTAL - GERAL	742.443.372

QUADRO SINTESE POR ORGAO

20000 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

52000 MINISTÉRIO DA DEFESA

185.606.588	
556.836.784	
TOTAL - GERAL	742.443.372

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.2.1.0.00.00 TESOURO

6.2.1.1.00.00 DIRETO

6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO

6.9.9.0.00.00 OUTRAS FONTES

TOTAL DA RECEITA	742.443.372	RECEITAS CORRENTES	30.504.510	RECEITAS DE CAPITAL	711.938.862
------------------	-------------	--------------------	------------	---------------------	-------------

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 185.606.588

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

26 TRANSPORTE

185.606.588

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

185.606.588

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
1458 VETOR LOGISTICO LESTE									12.709.073
		PROJETOS							
26 784	1458 1J79	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITORIA							5.301.673
26 784	1458 1J79 0032	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							5.301.673
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 49	1	4 - INV	2	90	0	495	5.301.673
26 784	1458 12IQ	ADEQUACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITORIA (ES)							2.644.229
26 784	1458 12IQ 0032	ADEQUACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							2.644.229
		OBRA EXECUTADA (KM) 48	1	4 - INV	2	90	0	495	2.644.229
26 784	1458 3E79	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES)							4.763.171
26 784	1458 3E79 0032	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							4.763.171
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 5	1	4 - INV	2	90	0	495	4.763.171
TOTAL - INVESTIMENTO									12.709.073

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 592.726			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			592.726
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			592.726
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL			592.726
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			592.726
TOTAL			592.726
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			592.726
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			592.726
6.2.1.0.00.00 TESOIRO			592.726
6.2.1.1.00.00 DIRETO			592.726
TOTAL DA RECEITA		592.726 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO			CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL										592.726
26 784	1460 6504	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZACAO DA OPERACAO PORTUARIA E PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE								592.726
26 784	1460 6504 0029	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZACAO DA OPERACAO PORTUARIA E PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE - NO ESTADO DA BAHIA								592.726
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	I	4 - INV	2	90	0	495		592.726
TOTAL - INVESTIMENTO										592.726

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 63.167.586			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE			63.167.586
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			63.167.586
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE			63.167.586
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			63.167.586
TOTAL			63.167.586
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			63.167.586
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			63.167.586
6.2.1.0.00.00 TESOIRO			63.167.586
6.2.1.1.00.00 DIRETO			63.167.586
TOTAL DA RECEITA		63.167.586 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
UNIDADE : 20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO			CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE										63.167.586
		PROJETOS								

63.167.586

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL									8.603.396
		PROJETOS							
26 784	1459 1D50	REPOTENCIALIZACAO DO SISTEMA DE ATRACACAO DE NAVIOS DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)							8.583.170
26 784	1459 1D50 0024	REPOTENCIALIZACAO DO SISTEMA DE ATRACACAO DE NAVIOS DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							8.583.170
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 31	1	4 - INV	2	90	0	495	8.583.170
26 784	1459 7714	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DA BACIA DE EVOLUCAO NO PORTO DE NATAL (RN)							20.226
26 784	1459 7714 0024	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DA BACIA DE EVOLUCAO NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							20.226
			1	4 - INV	2	90	0	495	20.226
TOTAL - INVESTIMENTO									8.603.396

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO	CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
----------------------------------	--

TOTAL DO ORÇÃO : R\$ 556.836.784

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 TRANSPORTE	556.836.784
---	-------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 781 TRANSPORTE AÉREO	556.836.784
---	-------------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	556.836.784
---	-------------

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS 52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	556.836.784
---	-------------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	556.836.784
--	-------------

TOTAL	556.836.784
-------	-------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	556.836.784
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	526.332.274
6.2.1.0.00.00 TESOURO	526.332.274
6.2.1.1.00.00 DIRETO	57.000.000
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	469.332.274
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	30.504.510
6.9.9.0.00.00 OUTRAS FONTES	30.504.510
TOTAL DA RECEITA	556.836.784
RECEITAS CORRENTES	30.504.510
RECEITAS DE CAPITAL	526.332.274

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO	CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
----------------------------------	--

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 556.836.784

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 TRANSPORTE	556.836.784
---	-------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 781 TRANSPORTE AÉREO	556.836.784
---	-------------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	556.836.784
---	-------------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	556.836.784
--	-------------

TOTAL	556.836.784
-------	-------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	556.836.784
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	526.332.274
6.2.1.0.00.00 TESOURO	526.332.274
6.2.1.1.00.00 DIRETO	57.000.000
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	469.332.274
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	30.504.510
6.9.9.0.00.00 OUTRAS FONTES	30.504.510
TOTAL DA RECEITA	556.836.784
RECEITAS CORRENTES	30.504.510
RECEITAS DE CAPITAL	526.332.274

ORGÃO : 52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA
UNIDADE : 52212 - EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO	CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
----------------------------------	--

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA							556.836.784
		PROJETOS							

		PATIOS E DE MACRODRENAGEM DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CURITIBA - NO ESTADO DO PARANA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	10.000.000
26 781	0631 1J94	EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL CRUZEIRO DO SUL (AC)							4.846.269
26 781	0631 1J94 0012	EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL CRUZEIRO DO SUL (AC) - NO ESTADO DO ACRE							4.846.269
		AEROPORTO AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8	I	4 - INV	2	90	0	495	4.846.269
26 781	0631 1J95	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITORIA							106.503.595
26 781	0631 1J95 0032	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							106.503.595
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 19	I	4 - INV	2	90	0	495	106.503.595
26 781	0631 1J97	EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BOA VISTA (RR)							1.296.000
26 781	0631 1J97 0014	EXPANSAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA							1.296.000
		AEROPORTO AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 23	I	4 - INV	2	90	0	495	1.296.000
26 781	0631 1J99	ADEQUACAO E AMPLIACAO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP)							51.171.428
26 781	0631 1J99 0035	ADEQUACAO E AMPLIACAO DO SISTEMA DE PISTAS E PATIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							51.171.428
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 24	I	4 - INV	2	90	0	495	51.171.428
26 781	0631 1K00	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS (SP)							7.910.463
26 781	0631 1K00 0035	ADEQUACAO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							7.910.463
		AEROPORTO ADEQUADO (% DE EXECUCAO FISICA) 4	I	4 - INV	2	90	0	495	7.910.463
26 781	0631 1K02	IMPLANTACAO DE QUATRO PONTES DE EMBARQUE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE RECIFE							10.000.000
26 781	0631 1K02 0026	IMPLANTACAO DE QUATRO PONTES DE EMBARQUE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE RECIFE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO							10.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 20	I	4 - INV	2	90	0	495	10.000.000
26 781	0631 1K65	OBRAS COMPLEMENTARES NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR							12.000.000
26 781	0631 1K65 0029	OBRAS COMPLEMENTARES NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA							12.000.000
		AEROPORTO AMPLIADO (% DE EXECUCAO FISICA) 85	I	4 - INV	2	90	0	495	12.000.000
26 781	0631 1M30	CONSTRUCAO DA TORRE DE CONTROLE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS (SP)							10.500.000
26 781	0631 1M30 0035	CONSTRUCAO DA TORRE DE CONTROLE NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONGONHAS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							10.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 54	I	4 - INV	2	90	0	495	10.500.000
26 781	0631 1M31	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PATIO DE AERONAVES E DE ACESSO VIARIO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS							25.000.000
26 781	0631 1M31 0035	CONSTRUCAO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE PATIO DE AERONAVES E DE ACESSO VIARIO NO AEROPORTO							25.000.000

[illegible]

SENADO FEDERAL

ATO DECLARATÓRIO Nº 4, DE 2008

O Presidente do Senado Federal faz saber que, em sessão realizada no dia 9 de julho de 2008, o Plenário do Senado Federal rejeitou, no mérito, a Medida Provisória nº 425, de 30 de abril de 2008, que “Altera os arts. 18 e 19 da Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008, para postergar a aplicação das disposições relativas à incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas auferidas na venda de álcool”.

Senado Federal, 10 de julho de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2008

Autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos), com garantia da União.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Amazonas autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos).

§ 1º Os recursos advindos da operação de crédito referida no **caput** destinam-se ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões – em suporte ao Projeto Zona Franca Verde.

§ 2º É facultado ao Bird converter a taxa de juros, de flutuante para fixa, aplicável ao montante parcialmente ou total do empréstimo, e alterar a moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor – Estado do Amazonas;

II – credor – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – garantidor – República Federativa do Brasil;

IV – valor – até US\$ 24,250,000.00 (vinte e quatro milhões e duzentos e cinquenta mil dólares norte-americanos);

V – prazo de desembolso – até 30 de junho de 2012;

VI – amortização – em parcelas semestrais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 1º de junho de 2013 e a última, o mais tardar, em 1º de dezembro de 2024, correspondendo cada uma das parcelas a 4,17% (quatro inteiros e dezessete centésimos por cento) do valor desembolsado;

VII – juros – exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato;

VIII – comissão à vista – 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

IX – juros de mora – 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Amazonas na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado do Amazonas celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 9 de julho de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 129ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 10 DE JULHO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 895, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *solicitando licença dos trabalhos da Casa no dia 10 de julho do corrente, quando integrará comitiva oficial do Senado à Santa Casa de Misericórdia do Pará*..... 26991

Nº 896, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003*. 26991

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Destaque das matérias aprovadas pelo Senado em prol da educação nacional. Registro de participação de S. Exª no Fórum de Legisladores dos países G8+5 para Mudanças Climáticas, ocorrido no Japão. 26992

SENADOR *CÉSAR BORGES* – Registro de matérias veiculadas pelo “Bom Dia Brasil”, da Rede Globo de Televisão, relacionadas ao seu estado .. 26994

SENADOR *MÃO SANTA* – Solidariedade ao Senador Heráclito Fortes, em razão das notícias inverídicas divulgadas pela imprensa contra S. Exª. 27000

SENADOR *EDUARDO SUPLCY* – Destaque para aspectos importantes da viagem que o Presidente Lula está empreendendo ao Sudeste Asiático. 27002

SENADOR *VALTER PEREIRA* – Registro da aprovação, na madrugada de hoje, do Projeto de Resolução nº 38, de 2007, da autoria de S. Exª, que institui o regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar..... 27003

SENADOR *INÁCIO ARRUDA*, como Líder – Críticas à decisão do STF de soltar o banqueiro Daniel Dantas. Reflexão sobre o novo ciclo de desenvolvimento que vive o Estado do Ceará, capitaneado pelo Governador Cid Gomes. 27004

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Agradecimentos aos senadores pela postura solidária em relação às calúnias praticadas pela mídia..... 27007

SENADOR *PEDRO SIMON* – Apoio ao Presidente do Banco do Rio Grande do Sul, Sr. Fernando Lemos. 27008

SENADOR *JOÃO TENÓRIO* – Destaque para a aprovação de substitutivos ao projeto que incentiva a produção orgânica, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e outro, de autoria de S. Exª, que cria estímulos para a substituição da pecuária extensiva pela intensiva. Defesa da construção de uma agenda positiva de debates e votações no Senado..... 27010

SENADORA *ROSALBA CIARLINI* – Comemora audiência pública, realizada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre criação de caprinos e ovinos. Justificativas ao requerimento que solicita sessão especial destinada a homenagear a beatificação da Virgem Mártir Religiosa da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula e Santa Luzia de Marillac. Indignação com o arquivamento do projeto de construção da “Estrada do Cajueiro”, que liga a BR-405 à BR-116. 27012

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 897, de 2008, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini e outros senhores senadores, *solicitando a realização de sessão especial no dia 2 de dezembro de 2008, às 10 horas, destinada a homenagear a beatificação da Virgem Mártir Religiosa da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula e Santa Luzia de Marillac*. Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente. 27015

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Destaque para o livro “Meia Volta ao Mundo – Imigração Japonesa para Goiás”. Externa solidariedade ao Senador Heráclito Fortes. 27015

SENADOR *GEOVANI BORGES* – Homenagens pelo aniversário do Vereador Aníbal Barcellos, da Câmara Municipal de Macapá. Citação dos fatos esquecidos que fizeram o Brasil dar certo..... 27016

SENADOR *JAYME CAMPOS* – Solidariedade ao Senador Heráclito Fortes. Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002-Complementar. 27018

SENADOR PAULO DUQUE – Comentários elogiosos ao nacionalismo dos senadores nos pronunciamentos de hoje, e defesa da criação de mais Estados. 27019

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 37, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo..... 27024

1.2.6 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2008 (nº 414/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul*..... 27025

Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2008 (nº 416/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense – ACRAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Firme, Estado de Minas Gerais*..... 27034

Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2008 (nº 419/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul*... 27042

Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2008 (nº 422/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento Cultural Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sengés, Estado do Paraná*..... 27049

Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2008 (nº 425/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Nova Sítio Cercado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná*..... 27057

Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2008 (nº 428/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Paulo das Missões para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul*..... 27065

Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2008 (nº 434/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul*..... 27073

Projeto de Decreto Legislativo nº 175, de 2008 (nº 465/2007, na Câmara dos Deputados),

que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Ibicarai FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicarai, Estado da Bahia*..... 27081

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2008 (nº 481/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Estreito do Uruguai Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul*..... 27089

Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2008 (nº 483/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Comunitária Navegantes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul*..... 27097

Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2008 (nº 488/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Barraconense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul*..... 27103

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2008 (nº 491/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Santa Rita Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul*.... 27110

Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2008 (nº 506/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içará, Estado de Santa Catarina*..... 27119

Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2008 (nº 484/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária Recreativa e Esportiva Collaziol Scottá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul*..... 27126

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Fixação do prazo determinado de quarenta e cinco dias para tramitação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 168 a 181, de 2008, lidos anteriormente, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde serão apreciados terminativamente. 27132

1.2.8 – Ofício

Nº 14/2008, de 10 do corrente, do Coordenador da Comissão de Juristas do Senado Federal, comunicando a realização, no dia 9 de julho corrente, da 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Juristas, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, quando foi eleito o Dr. Hamilton Carvalhido para Coordenador da referida Comissão e designado o

Dr. Eugênio Pacelli de Oliveira para desempenhar a função de Relator-Geral, e encaminhando a minuta do Regulamento aprovada pelos membros da Comissão, para apreciação da Mesa Diretora do Senado Federal. 27132

1.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2008, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a substituição dos caracteres de identificação da placa do veículo quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente. 27135

1.2.10 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional. À CCJ. 27137

1.3 – ORDEM DO DIA

São os seguintes os itens transferidos para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima segunda-feira.

Item 1

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc* – Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007. 27141

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc* – Senador Jayme Campos), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2008. 27141

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação. 27141

Item 4

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 27141

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto

aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 27141

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 27142

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). .. 27142

Item 8 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 27142

Item 9 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal. 27142

Item 10 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 27142

Item 11 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece. .. 27142

Item 12 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos. 27143

Item 13 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*..... 27143

Item 14

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*..... 27143

Item 15

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).* 27143

Item 16

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, de autoria do Senador Paulo Hartung, que *altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.*..... 27143

Item 17

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que *modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.*..... 27143

Item 18

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que *altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.*..... 27143

Item 19

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).*..... 27144

Item 20

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei*

nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências...... 27144

Item 21

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na relação descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*..... 27144

Item 22

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* ... 27144

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*..... 27144

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*..... 27144

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*..... 27145

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*..... 27145

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*..... 27145

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta*

parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho. 27145

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.* 27145

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.* 27145

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).* 27145

Item 32

Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.* 27145

Item 33

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.* 27146

Item 34

Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.* 27146

Item 35 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços... 27146*

Item 36 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre*

consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos. 27146

Item 37 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.* 27146

Item 38

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.* 27146

Item 39 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.* 27147

Item 40

Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que *institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.* 27147

Item 41 (Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que *disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.* 27147

Item 42

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.* 27147

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a Redução*

Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ... 27147

Item 44

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.* 27147

Item 45

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.* 27147

Item 46

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* – Senador Flávio Arns, concluindo *favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.* 27148

Item 47

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 27148

Item 48

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.* 27148

Item 49

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.* 27148

Item 50 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presi-*

dente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). 27148

Item 51

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.* 27148

1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Preocupação com a pressão pela escassez de alimentos no País. 27149

1.3.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 895, de 2008, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 27153

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Preocupação com o desmatamento da Amazônia e apresentação de sugestões para a questão. 27153

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA – Repúdio contra a invasão do diretório do PMDB em Uberlândia. Anúncio de que S. Ex^a se candidatará a Prefeito de Uberlândia. Estranheza com o procedimento do juiz eleitoral de Uberlândia, que somente está liberando o CNPJ dos partidos que estão na situação. Referências ao pronunciamento do Senador Leomar Quintanilha. 27155

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Registro de audiência realizada com a participação de membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado e o Embaixador dos EUA no Brasil, com o fim de levar a preocupação em função do noticiário de que a chamada Quarta Frota norte-americana se dirigirá em exercício pelo Atlântico Sul. Defesa do fortalecimento das Forças Armadas brasileiras. 27157

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Manifestação contrária à lei de cotas e o estatuto racial. 27161

SENADOR MÁRIO COUTO – Registro da matéria intitulada “Mercado teme interferência política”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 15 de junho último. 27162

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro da matéria intitulada “Reação contra a violência e o

atraso”, publicada no jornal **Diário do Pará**, edição de 15 de abril último. 27164

SENADOR **JOÃO TENÓRIO** – Registro da matéria intitulada “Cooperados da Bancoop apóiam investigação”, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 9 de junho último. Registro da matéria intitulada “Procurador discutiu caso Varig com Dilma”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 9 de junho último. 27166

SENADOR **ROMERO JUCÁ** – Destaque para os benefícios inquestionáveis da TV-Digital, sobretudo para o Brasil..... 27168

SENADORA **FÁTIMA CLEIDE** – Reflexão sobre a instituição do Piso Salarial nacional, como um importante passo na valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação. 27169

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 10-7-2008

3 – ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

Nºs 12 e 13, de 2008. 27171

4 – ATAS DE COMISSÕES

Ata Circunstanciada da 19ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201, de 2007, e aditado pelos Requerimentos nºs 217 e 1.324, de 2007, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais – ONG, e para Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, bem como a utilização por essas entidades, desses recursos e de outros por

elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999, até 8 de novembro de 2007..... 27173

Atas das 16ª a 21ª Reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, destinada a apurar a utilização da Internet na prática de crimes de “Pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado. 27205

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.505 a 1.507, de 2008. 27273

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

17 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 129ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 10 de julho de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias,
João Pedro, Jayme Campos e Jefferson Praia*

*(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 41
minutos e encerra-se às 19 horas e 29 mi-
nutos)*

É o seguinte o registro de compareci-
mento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/7/2008 07:37:18 até 10/7/2008 20:30:07

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
Bloco-PCdoB	CE	INACIO ARRUDA	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	TO	MARCO ANTÔNIO COSTA	X	X
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	X
PT	AC	MARINA SILVA	X	X
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PDT	CE	PATRICIA SABOYA	X	X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PT	AC	TIAO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
PSC	SE	VIRGINIO DE CARVALHO	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	

Compareceram: 76 Senadores

Nota: a votação constante neste registro é referente àquela ocorrida na sessão do dia 09/07/2008, a qual foi encerrada às 00:50:46 do dia 10/07/2008

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 895, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no dia 10 de julho do corrente, quando estarei, como integrante da comitiva oficial do Senado Federal, em visita às instalações da Santa Casa de Misericórdia do Pará.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB-SE.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 896, DE 2008

Requeiro nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2008, passe a tramitar em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2003, por tratarem sobre matérias semelhantes.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e encaminhado à Mesa para decisão.

Há oradores inscritos.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Presidente Garibaldi Alves, gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessa-renko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna, para tratar de um assunto que me é muito caro e que tem ligação com a minha história.

Na última semana, o nosso Senado fez justiça a milhares de trabalhadores e trabalhadoras da educação no Brasil, reconhecendo sua importância para garantir a sustentabilidade do crescimento que este País está trilhando.

A promessa do nosso Presidente Lula é a de que, no próximo dia 16, será sancionado o piso salarial para professores e professoras do ensino básico brasileiro, que será de R\$950,00, luta antiga, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito antiga, mas enfim conquistada.

É uma profissão extremamente importante para todos, pois é nas escolas de ensino básico que se começa o principal incentivo para as crianças e adolescentes aprenderem. Esses jovens serão os adultos do futuro, e muitos deles, talvez a grande maioria, vejam o professor como principal ícone e espelho, para continuarem a caminhada da aprendizagem.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a sessão solene que antecedeu a esta que agora se realiza tratou da criança e do adolescente. Sabemos quanto a educação e a escola têm um papel importante. Por isso, os trabalhadores dessa área precisam ser estimulados e valorizados cada vez mais, com a busca não só de um salário digno, mas também de sua capacitação profissional, para estarem atualizados, preparados para a educação das nossas crianças e dos nossos jovens.

Acredito que a aprovação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 59/2004, de autoria do nobre educador e Senador Cristovam Buarque, que criou um piso nacional para o magistério, seja somente o começo de uma nova visão de nós, políticos, com relação à educação. Ressalto que essa proposta deverá beneficiar cerca de 800 mil professores no Brasil, além de aposentados e pensionistas da categoria. A partir de janeiro de 2010, nenhum professor da educação básica poderá receber menos de R\$950,00. É uma vitória, Senador Suplicy, com certeza.

Ressalto aqui que, durante a minha trajetória política, tive muitos desafios. Iniciei a minha vida na área da educação, como professora. Por 26 anos, fui professora na Universidade Federal de Mato Grosso. Fui Secretária de Educação da nossa capital, Cuiabá, durante um ano, e Secretária de Educação do Estado de Mato Grosso também por um ano. Mas sempre tive muito clara a necessidade da valorização e do estímulo aos profissionais da educação; da garantia de aumento da qualidade dos trabalhadores nessa área. Tenho consciência de que é por meio da educação que conseguiremos fazer com que a população tenha mais acesso a uma moradia digna, a uma alimentação adequada, ao lazer e à informação.

Como Secretária Municipal de Educação em Cuiabá, em 1986, consegui aumentar a participação

das crianças na rede pública de educação. Em 1988, quando assumi a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, modifiquei a forma de eleição dos diretores das escolas estaduais do Estado, propondo eleições diretas. Além disso, nessa época, os professores de Mato Grosso tiveram um dos melhores pisos salariais do Brasil – o terceiro maior salário do País era o de Mato Grosso. Também iniciamos a implantação de 50% de hora/atividade para os profissionais da área da educação. Isso é valorizar a categoria. E isso se reflete em números positivos – que virão, com certeza, com o tempo – na melhoria da educação.

Voltemos nossos olhares aos professores e tenhamos a certeza de que o País crescerá mais e de que a população terá mais clareza e mais acesso ao que o nosso modo de produção proporciona – principalmente quando lemos artigos como o publicado no importante **The New York Times**, intitulado “Procuram-se trabalhadores qualificados para a economia em crescimento no Brasil”, Srs. Senadores. Isso é manchete no jornal **The New York Times**, em que é destacada como entrave para o crescimento do Brasil justamente a qualificação profissional, o que está intimamente ligado à educação em nosso País.

Ainda, na semana anterior, ou seja, na semana que passou, o Plenário aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 96/2003, que reduz, gradualmente, a partir de 2009, os percentuais de Desvinculação das Receitas da União, a DRU, sobre as verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino, previstas na Constituição Federal. Em 2011, conforme proposta da nobre companheira e Senadora Ideli Salvatti, Líder do Partido do Governo, haverá a extinção da DRU para a educação a partir de 2011.

Acreditamos que esses sejam os primeiros passos de um longo caminho que o nosso País deve seguir. Mas são passos extremamente significativos e importantes, que garantirão o futuro que se pretende alcançar. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lógico que os desafios de reverter os números de educação no Brasil ainda são muitos, mas estamos na estrada certa.

É preciso atentar para as disparidades – A sexta edição da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, em 2006, investigou, junto a 5.564 prefeituras, pela primeira vez, o tema educação, em razão da crescente responsabilidade dos Municípios especificamente na gestão da educação infantil, no ensino fundamental e na educação entre jovens e adultos. A pesquisa revelou que metade das cidades possuía sistema próprio de ensino, com autonomia em relação aos Estados.

No entanto, 52,9% dos Municípios pesquisados informaram possuir, em 2006, planos ou políticas de

inclusão digital, como a criação de telecentros que, além do acesso à Internet, ofereciam cursos de informática. Um avanço sim, com certeza, mas é preciso mais. São necessários mais investimentos, mais olhares para esse segmento. A educação é a base para o crescimento. É um desafio reverter os índices educacionais; será um resgate para a população, caso isso aconteça.

Demos, com certeza, Sr^{as} e Srs. Senadores, um passo concreto em benefícios para a população brasileira, com piso salarial de R\$950,00, o mínimo que um professor da rede pública poderá ganhar; e ele será sancionado dia 16 pelo Presidente Lula.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Eu precisaria de mais dois minutos, Sr. Presidente.

Preciso também registrar, nesta tribuna, que entre os dias 27 e 30 de junho, aconteceu em Tóquio o Fórum de Legisladores dos países G8+5 para Mudanças Climáticas.

A Delegação brasileira, por mim chefiada, contou com as presenças do Deputado Palocci e do Senador Renato Casagrande, além do Diretor Executivo para o Brasil no Banco Mundial, Dr. Rogério Studart.

A reunião contou com a participação de diversos organismos internacionais e empresas. A Embaixada brasileira teve participação significativa nesse encontro, com a presença constante de seus diplomatas, foi exemplar a sua presença e deu apoio à construção da agenda paralela de atividades dos parlamentares, participação e acompanhamento dos debates até a colaboração efetiva dos diálogos entre os países durante o Fórum.

O Primeiro-Ministro japonês, Sr. Presidente, o Ministro Fukuda, deixou claro durante a abertura do Fórum que a mudança de clima não conhece fronteiras e exigirá esforços de todos e em especial dos grandes emissores, representados em Tóquio pelo grupo do G8 e do +5, maiores países emergentes, como Brasil, Índia, México, África do Sul e China, e reiterou a disposição do Japão em exercer uma liderança em Cúpula de Hokkaido, junto à cúpula dos presidentes da república do G8+5, inclusive do Brasil, que faz parte do +5, na reunião da cúpula, na terça-feira passada, acontecida no interior do Japão, no Estado de Hokkaido.

Tivemos a participação por vídeo do candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos, John McCain, que deixou claro que os dois candidatos americanos têm forte compromisso e defendem o protagonismo nas discussões sobre a mudança do clima. E assegurou que, sendo eleito, vai garantir realmente a

busca da redução das emissões de carbono em 60% até 2050.

O ex-Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha Tony Blair retomou as discussões obre o documento que foi divulgado em Tóquio, dia 27, e que aponta a necessidade de solução ao mesmo tempo radical e realista para o problema e que seja capaz de conciliar as aspirações de longo prazo com os dilemas políticos e econômicos de curto e médio prazos.

Buscamos o debate em Tóquio, Srs. Senadores, realmente a conquista do desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. No momento em que me foi dada a oportunidade de debate com o Sr. Tony Blair sobre como o Brasil tem dado prioridade a essa temática e, em especial, à questão do etanol de cana-de-açúcar, aproveitei-a, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para colocar a nossa...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... aproveitei essa oportunidade para indagar ao Sr. Tony Blair qual era sua posição em relação às barreiras tarifárias que vêm sendo impostas pelos Estados Unidos, pelo próprio Japão e pela União Européia à produção, realmente as regras de comércio que devem servir para facilitar a disseminação dos biocombustíveis corretos, ou seja, os "biocombustíveis do bem", como é o caso do etanol da cana.

Neste momento, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, um parlamentar canadense sugeriu a introdução da "tarifa do carbono" sobre os produtos dos países emergentes que se recusam a cooperar com a redução da emissão. Talvez seja uma nova perspectiva, Sr. Presidente, a se observar de perto pelos países em desenvolvimento.

Foi-nos apresentada relatoria de consultoria da empresa McKinsey que sublinha a necessidade de novas políticas públicas, marcos regulatórios e instituições com foco em quatro aspectos – criação de incentivos para inovação e aumento da produtividade de carbono; reestruturação do mercado com vistas a maximizar as oportunidades de abate do carbono; definição de critérios justos de alocação de encargos entre países e setores da indústria; e, por último, utilização da "revolução do carbono" para a aceleração do progresso econômico.

Temos certeza de que é possível, sim, fazermos o crescimento, o desenvolvimento econômico do nosso País com sustentabilidade ambiental. Do contrário, a vida no Planeta e a vida em nosso País estará prejudicada. E, se o meio ambiente estiver destruído, é

a nossa vida que estará comprometida, e não haverá vida com dignidade, com qualidade para ninguém nem no Brasil nem no planeta Terra.

Muito obrigada.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senadora....

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Jefferson Praia, o tempo da Senadora Serys está esgotado, mas, numa concessão, numa homenagem ao Estado do Amazonas, eu concedo a palavra a V. Ex^a... eu concedo, não, dou a ela o direito de conceder a palavra a V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte, Sr. Senador.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Gostaria apenas de parabenizar a Senadora Serys por colocar muito bem a questão da relação desenvolvimento e questão ambiental e também por abordar o comportamento dos países mais avançados, pois eles também, entendo, devem ser os primeiros a dar o exemplo. Todos sabem da nossa luta com relação à Amazônia. Continuarei na luta para que não tenhamos desmatamentos ilegais. Mas também continuarei lutando para que países como os Estados Unidos e outros, que são campeões na emissão de gases que contribuem para o aumento do efeito estufa, parem de ter tal comportamento. E nós aqui temos que fazer as nossas lições de casa. Quando V. Ex^a coloca esse ponto, fico muito feliz, porque esse é o caminho não só do Brasil, mas o caminho da humanidade. Crescimento econômico versus questão ambiental, juntam-se os dois e dá-se desenvolvimento econômico, que significa qualidade de vida. Da outra forma, apenas crescer sem cuidarmos do meio ambiente, não estaremos nos desenvolvendo, e aí acabaremos tendo uma sociedade, como temos na atualidade, em que se troca o ganho fácil por um meio ambiente complicado atualmente e muito mais complicado no futuro. Parabéns e muito obrigado pelo aparte.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada Senador.

Eu gostaria só de registrar que, amanhã, voltaremos a esse assunto. Se V. Ex^a estiver no plenário, teremos muita coisa para discutir a respeito.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador César Borges. S. Ex^a terá vinte minutos improrrogáveis.

Perdão, serão dez minutos apenas, Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje, pela manhã, eu assistia ao “Bom Dia Brasil”, da Rede Globo de Televisão, e vi três matérias relacionadas ao meu Estado da Bahia. Todas as três, lamentavelmente, não destacavam nada de bom da Bahia; pelo contrário.

Em uma matéria, falava-se do diagnóstico, de uma detecção de uma doença no macaco, o vírus da febre amarela silvestre, numa região muito próxima à ocupação urbana de Salvador, numa mata próxima ao Centro Industrial de Aratu, em Simões Filho. Foram feitos exames sorológicos em primatas da região e foi verificado que há circulação do vírus da febre amarela entre macacos, o que traz uma preocupação muito grande à população baiana.

A outra notícia é que, na região de Juazeiro e Senhor do Bonfim, norte do Estado, os matadouros públicos estão fechados há uma semana pelo Ministério Público. Essa interdição foi feita inclusive a pedido da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), agência que, quando fui Governador, criei para defender a agropecuária baiana e fazer a fiscalização e a vigilância sanitária do nosso rebanho. Isso indica que não há matadouros frigoríficos que sejam incentivados a ter condições técnicas de higiene e sanitárias suficientes para oferecer à população daquela importante região da Bahia, entre Juazeiro, cidades circunvizinhas e também Senhor do Bonfim. E havia um problema de abastecimento de carne naquela região.

E a terceira questão, que foi comentada no “Bom Dia Brasil”, com relação à Bahia, Sr. Presidente, e na qual vou me ater mais, é o aumento da criminalidade, da violência, na cidade de Salvador, que tem trazido inquietação muito grande à sociedade baiana.

Quero destacar, Sr. Presidente, que falo aqui em condição isenta, não de Oposição ao Governo do Estado. Não quero partidizar, nem politizar essa questão, mas quero simplesmente, como representante da Bahia no Congresso Nacional, no Senado Federal, como um dos três Senadores da Bahia, repercutir essa preocupação que está dentro de cada cidadão baiano, seja da capital, seja do interior, com o aumento da violência e da criminalidade em nosso Estado. Não vivíamos essa situação. Lamentavelmente, estamos vivendo.

A Rede Globo, no programa “Bom Dia Brasil”, noticiou que, nesses primeiros seis meses, foram 800 assassinatos no Estado da Bahia, um aumento quase de 50% em relação ao ano passado.

E eu vou me valer disso aqui, para depois não dizerem – “Não, o Senador César Borges está fazendo oposição ao Governador Wagner”. Porque o meu Partido da República se declarou recentemente um bloco independente na Assembléia Legislativa do Estado. Mas quero tirar essa conotação. Simplesmente, vou repercutir por meio do principal jornal do Estado da Bahia, o jornal *A Tarde*, que tem reiteradas vezes feito matérias, matérias de primeira página, com relação ao aumento da criminalidade e à ousadia dos criminosos. E começarei na ordem cronológica inversa, dizendo o que foi publicado aqui, na quarta-feira, de um assalto, praticamente à luz do dia, numa das principais avenidas de Salvador, a Tancredo Neves.

Uma tentativa de assalto ao carro-forte da empresa Preserve na Avenida Tancredo Neves acabou com tiroteio e dois seguranças feridos. Homens armados atacaram o carro-forte, que estava estacionado na entrada do Banco Real, disparando de dentro de um Eco Sport prata. A confusão começou por volta das 18h30 de ontem. O bando fugiu em direção à avenida Paralela.

Aqui, um comerciante da região diz – “A primeira reação foi se abaixar para escapar. Foram muitos tiros. Eram uns 10 ou 12. Eles cercaram o carro e começaram a atirar.” Na Avenida Tancredo Neves, às 18 horas e 30 minutos, praticamente à luz do dia, no início da noite, trazendo inquietação à família baiana que, hoje, para sair da sua residência e exercer a cidadania... Porque a cidadania se exerce pela liberdade de ir e vir. Essa é a maior liberdade que um cidadão pode ter, e hoje a família se sente refém da insegurança, refém da violência e não sai às ruas.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, tenho também, ainda, que me valer do jornal **A Tarde**, agora, do dia 6 de julho, domingo, que coloca – “Sete chacinas e 33 mortos”. “Dados da Secretaria de Segurança confirmam Alto das Pombas, São Cristóvão e Nova Brasília como bairros violentos.”

E diz mais em outra matéria, na mesma página – “Tensão, medo e silêncio no Alto das Pombas”. Declaração de uma feirante do Alto das Pombas – “A gente não se sente mais segura. Já não ando mais à noite por aqui.” E uma declaração de uma anônima, moradora do Alto das Pombas – “Com a prisão (de Averaldo da Silva Filho), a gente fica mais aliviada.” Está aqui no jornal **A Tarde**, Sr. Presidente.

No jornal **A Tarde**, também do dia de domingo, na página Salvador – “7 vítimas. Familiares dos sete

jovens que foram mortos a tiros quando conversavam na porta de dois bares dizem ter reconhecido os suspeitos. “Famílias dos mortos abandonaram casas”.

Sob o título “Violência”, a matéria diz – “Amanhã completa um mês a matança que mudou a rotina de quem mora na Rua da Adutora, na Baixinha de Mussurunga. Parentes dos mortos não tiveram sequer apoio psicológico ou proteção jurídica.” E uma declaração de Sílvia Maria Gomes, mãe de Danilo Gomes dos Santos, moradora – “Sei que deve ser muito difícil para as mães das vítimas, mas para nós também é. Nossos garotos são inocentes”.

Se há a guerra de traficantes, de criminosos, mais do que nunca é necessária a presença do Estado, porque tenho, Sr. Presidente, como uma máxima que segurança é um direito do cidadão e é um dever do Estado!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente, ainda me valendo do jornal *A Tarde*, na edição de segunda-feira, do dia 7 de julho – “Traficantes fuzilam o grupo que assistia ao jogo Vitória e Portuguesa. O objetivo era assassinar o tenente PM Raimundo Barroso Neto”. “Um morto e seis feridos em bar no Garcia”. Ou seja, a própria Polícia Militar da Bahia hoje está num estado psicológico de total intranquilidade, porque tem sido a Polícia cassada; tem sido alvo do crime organizado que se implanta, lamentavelmente, na Bahia.

Sr. Presidente, essa é a situação de Salvador. Peço mais dois minutos como tolerância. Valendo-me do jornal da Bahia, falei de Salvador, dessas matérias, mas *A Tarde*, principal jornal do Estado da Bahia, publica uma matéria também na segunda-feira intitulada – “Violência rouba a tranquilidade das cidades do interior da Bahia. Em Vitória da Conquista, apenas 400 policiais estão registrados para garantir a segurança de 308 mil habitantes”.

Cidades baianas em constante expansão, Vitória da Conquista, Barreiras e Seabra têm registrado aumento nos casos de violência, o que inquieta moradores e autoridades. O efetivo policial insuficiente é um dos motivos apontados nos três casos. Em Conquista, por exemplo, são apenas 400 policiais para 308 mil habitantes. Já Barreiras tem 129.449 habitantes e apenas 233 policiais militares. No caso de Seabra, o Ministério Público foi à Justiça cobrar o aumento de efetivo policial. A população acompanha a busca de soluções por meio da organização em movimentos de combate à violência.

Então, Sr. Presidente, essa é a situação.

Enquanto isso, o jornal *A Tarde* também colocou, no dia de ontem, quarta-feira, o seguinte – “SSP [Secretaria de Segurança Pública] quer a polícia de azul e gera polêmica”. É a seguinte polêmica – se os carros da PM, que têm a cor cáqui, serão pintados de azul ou se permanecerão na cor cáqui. Claro, Sr. Presidente, que não vamos resolver esse problema tão grave que o jornal *A Tarde* coloca... Todo dia sai uma matéria, e não tenho o jornal *A Tarde* como um jornal de oposição ao Governo, é um jornal independente, isento, está ali refletindo uma realidade que está acontecendo, lamentavelmente, na sociedade baiana. Não vamos resolver se o carro vai ser pintado de azul ou de cáqui. Pintem como quiserem. O importante, Sr. Presidente, é que possamos dar um basta a essa situação. A Bahia não pode continuar vivendo esse clima de intranquilidade, de aumento da violência.

Tenho aqui um dado, Sr. Presidente – vou pedir que seja transcrito, porque o meu tempo já está se esgotando e não quero abusar da paciência dos outros oradores.

De acordo com dados do Centro de Documentação e Estatística Policial (Cedep), o índice de homicídios em Salvador e região metropolitana experimentou um salto de quase 40% – dos 967 registrados em 2006, pulou para 1.337 em 2007. Já estamos no meio de 2008, e a violência, em vez de diminuir, continua aumentando – e a estatística para os primeiros seis meses mostra que já aconteceram oitocentos homicídios!

Sr. Presidente, estou aqui pedindo providências a quem realmente tem o dever, a quem tem a obrigação constitucional, administrativa e até política de dar essa satisfação à população e à família baiana, que, neste momento, sente-se insegura.

Não é um discurso de oposição nem de crítica, mas de constatação de uma realidade que está sendo colocada pela imprensa baiana e que está sendo sentida principalmente pela sociedade da Bahia. Que nós possamos fazer um esforço, todos os que tiverem possibilidade, do Governo Federal e do Governo Estadual até os Governos Municipais, para dar a necessária tranquilidade que merece a família baiana.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR CÉSAR BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do inciso I, § 2º, art. 210 do Regimento Interno)

VIOLÊNCIA | Amanhã completa um mês a matança que mudou a rotina de quem mora na Rua da Adutora, na Baixinha de Mussurunga. Parentes dos mortos não tiveram sequer apoio psicológico ou proteção jurídica

Famílias dos mortos abandonaram casas



“Sei que deve ser muito difícil para as mães das vítimas, mas para nós também é. Nossos garotos são inocentes”

Sílvia Maria Gomes, mãe de Danilo Gomes dos Santos |

próprios, mudaram suas rotinas, abandonaram seus lares e agora lutam para reconstruir as vidas. “Apesar de não acreditarmos que

cronologia

Entenda tudo sobre a chacina |

MAIO

Jerry Adriani Corrêa Souza, o Binho, 21 baleado no bairro Cristóvão por um grupo de Mussurunga. O fato ficou conhecido como a chacina |

7. JUN

Os sete trabalhadores executados por 20 armados |

9. JUN

Cerca de 100 moradores de Mussurunga fecharam a Avenida Paralela, requebrajando a ligação com a Justiça |

12. JUN

A polícia prendeu os acusados de participar da chacina |

16. JUN

Família e amigo dos acusados protestaram e fecharam São Cristóvão |

18. JUN

Família dos jovens mortos foram à Assembleia Legislativa pedir apoio, alegando inocência deles |

24. JUN

A polícia prendeu o suspeito de ordenar a chacina |

7 vítimas

Familiares dos sete jovens que foram mortos a tiros quando conversavam na porta de dois bares dizem ter reconhecido os suspeitos

LUÍS CARLOS SILVA, 31 ANOS – Pai de uma menina. Trabalhava como vendedor de carros

RODRIGO CRUZ, 25 – Segurança no bairro do Imbuí. Comemorava o aniversário

ERALDO PEREIRA, 34 – Trabalhava como vigilante. Casado, não tinha filhos

ALCIDES MAGALHÃES, 37 – Três filhos. Tinha uma namorada no bairro

EVANILDO NASCIMENTO, 28 – Trabalhava como garçom em barracas de praia

GESILDO OLIVEIRA, 45 – Pai de uma menina. Trabalhava como porteiro em um prédio

LUÍS CARLOS ANJOS, 32 – Pedreiro. Vivía de empreitadas na localidade

7 acusados

Alegando inocência de seus filhos, pais de acusados estão abandonando suas casas e dizem temer represálias de conhecidos das vítimas

MARLON SILVA, 18 anos – Família diz que estava de castigo no dia da chacina

DANILO GOMES, 18 – Deu baixa do Exército após prestar serviço por um ano

FERNANDO DA CRUZ ROSÁRIO, 18 – Tinha o costume de retornar para casa às 18 horas

GILSON SANTANA, 18 – Irmão garante que jovem não é envolvido com o tráfico de drogas

JERRY ADRIANI, 18 – Teria sido baleado pelo grupo de Mussurunga. Preso no São João

RUBENS BRITO DOS REIS FILHO, 18 – Foi preso há 15 dias no interior do Estado

Violência rouba a tranqüilidade das cidades do interior da Bahia

Um morto e 6 feridos em bar no Garcia

Atlético de Alagoinhas e Itabuna estrearam com vitória na Série C. O Vitória da Conquista só empatou. PAGINA 3

VIOLÊNCIA | Dados da Secretaria da Segurança confirmam Alto das Pombas, São Cristóvão e Nova Brasília como bairros violentos

Sete chacinas e 33 mortos

SEGURANÇA | Às voltas com altos índices de criminalidade, Estado pretende padronizar cor de viaturas e de fardas policiais

SSP quer a polícia de azul e gera polêmica

VIOLÊNCIA | Homens armados atacaram carro-forte na entrada do Banco Real, levando pânico a quem passava pela Tancredo Neves

Tiroteio tumultua avenida

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ser inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, que preside esta sessão, parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros – os aqui presentes e os que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado –, venho a esta tribuna para sintetizar a solidariedade do Piauí ao extraordinário homem público Heráclito Fortes.

A imprensa faz circular a notícia de que ele tinha amizade com o Sr. Dantas, mas eu quero dar o testemunho aqui de que o Piauí se sente orgulhoso daquele representante. Das inúmeras virtudes que ele tem, Rosalba Ciarlini, cito uma – não digo que tenho inveja, porque eu não tenho, mas admiro esta virtude em particular –, a virtude de fazer amizades, e essa virtude o torna um dos grandes – talvez o maior – líderes do Estado do Piauí. Nunca fui do partido dele nem ele do meu, mas digo que o Piauí tem orgulho de ter Heráclito, Garibaldi.

Atentai bem! Tancredo Neves – Heráclito era da intimidade do Tancredo Neves, de sua intimidade. Tancredo Neves chegou a residir na residência do Heráclito – o Tancredo, aquele que se imolou para renascer a democracia. Vi Ulysses Guimarães, no Piauí, levado por Heráclito Fortes. Ele tem esse dom. Renato Archer, a mesma intimidade. Luís Eduardo Magalhães – eu governava o Piauí – Heráclito era do PFL, e eu, do PMDB – e vi a intimidade entre os dois. Antonio Carlos Magalhães, depois que seu filho morreu, passou a tê-lo como filho, eram irmãos camaradas. Dou esse testemunho.

Garibaldi, eu tive um imbróglio político com ACM, e foi Heráclito quem nos pacificou, quer dizer, “vaselina” o nosso relacionamento, que, toda Casa sabe, foi muito bom.

Olha, com aquele Ministro da Educação, Ludwig, era intimidade mesmo. Quer dizer, o Heráclito tem essa capacidade. Eu não tenho inveja, não vou dizer isso, eu tenho é admiração e respeito por ele.

O Comandante Rolim foi meu amigo. Esse Comandante Rolim, ô Geovani Borges, foi como Mauá

no século XIX, saiu das terras para o céu, desbravou. Adentrei o gabinete de Heráclito Fortes, João Tenório, que lá tem uma carta do Rolim. Nela, ele cita os amigos com quem ele gostava de conviver – eu era amigo do Rolim, até coloquei uma medalha no peito dele quando governava o Estado; ele levou a TAM. Nas cartas do Rolim, ele cita cinco ou seis pessoas com quem gostava de conviver. E o Heráclito estava lá.

Queria dar testemunho do orgulho que temos. Não estamos sendo justos. Se ele é amigo de Dantas... Ele tem é muitos amigos. Quero dar um testemunho sobre isso.

Agradeço a V. Ex^a ter ido para Genebra.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concederei o aparte em seguida a V. Ex^a.

Fui agora para Genebra, com Francisco Dornelles, representar o Senado na OIT, com o extraordinário Ministro Lupi – eu já havia ido uma vez, a mando do seu candidato a vice-governador, que era do Parlatino. Chegando lá, eu vi – e queria dar este testemunho – o presidente da União Parlamentar do mundo se aproximar do Heráclito e dizer – “Olha, eu quero lhe agradecer. Ganhei as eleições pelos seus amigos da América do Sul”. Ele conseguiu votos. Eu vi. Estou dando o testemunho disso.

Então, se ele tem, se é ou não é... Ele é cheio de amigos, e isso é normal na nossa vida de políticos. Eu já tive amigo meu preso, e eu fui na prisão visitá-lo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, é isso que quero deixar claro. Não sou do partido do Heráclito, nunca fomos do mesmo partido, mas há entre nós muito respeito. Eu, como piauiense, tenho um respeito muito grande pela figura do Heráclito Fortes. Por isso é que quero trazer aqui a solidariedade do povo do Piauí. Ele saiu fortalecido porque está sendo injustiçado.

Com o aparte, Rosalba Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Mão Santa, gostaria de dizer o quanto são oportunas suas palavras neste momento. Sou do Democratas, partido do Senador Heráclito Fortes, que é meu Presidente na Comissão de Relações Exteriores, e vejo seu trabalho, sua dedicação. Mas V. Ex^a é da terra, conhece todos os seus passos no seu Estado e traz para nós depoimentos da luta, do trabalho, da história de vida do Senador Heráclito Fortes, que engrandece não somente o seu Estado, mas o nosso País. Sei que, antes de chegar a esta Casa, ele muito contribuiu no seu Estado. Como Prefeito da capital, fez uma administração que foi louvada, admirada, aplaudida,

com honestidade e com seriedade. É natural que ele tenha, com sua capacidade, sua inteligência, chegado aos mais altos postos no cenário do Parlamento, exatamente por competência, por dedicação e por servir na vida pública. Então, quero – V. Ex^a é conterrâneo – parabenizá-lo por estar aqui, apesar de não ser do partido do Senador, trazendo sua palavra solidária em defesa de Heráclito Fortes. Muitas vezes são ditas coisas que são mal interpretadas e que deixam o cidadão de bem indignado. Isso senti ontem nas palavras do Senador Heráclito, que estava indignado exatamente porque estava se sentindo injustiçado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Acho que a inveja e a mágoa corrompem os corações.

No início do mandato, surgiu a mesma coisa. Lembro bem que o acusavam porque ele tinha andado no avião desse senhor. Isso não significa... Mais do que eu ninguém andou nos aviões dos outros, porque eu não tenho avião. Eu tenho andado nos aviões dos outros. Se esses outros cometem qualquer coisa, eu acho que eu não tenho culpa.

Então, eu queria aqui, em nome do Piauí, prestar essa solidariedade.

Quero dizer que a bandeira do Piauí é mais bonita que a do Brasil, ó Rosalba Ciarlini. Tem as mesmas cores – tem o verde, o amarelo, o azul e o branco, mas só tem uma estrela. Para nós, Heráclito Fortes é essa estrela, que irradiava muita luz para o desenvolvimento de nossa gente.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu felicito V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Tenho a obrigação moral de pedir um aparte a V. Ex^a para dizer que, aqui, neste Congresso Nacional, nas eras mais difíceis, nas horas mais dramáticas, não foi fácil a luta contra o arbítrio para instaurar uma democracia. Naqueles momentos, quando o Dr. Ulysses comandava a luta pela resistência, ao seu lado estava Heráclito Fortes. Dentro do nosso velho e querido MDB, Heráclito Fortes era uma figura permanente, uma figura constante. Nós todos éramos mais idosos – Tancredo, Ulysses, Teotônio –, mas Heráclito Fortes, moço ainda, rapazinho, recém-chegado, integrou-se de tal maneira que não havia reunião, as mais secretas, as mais complicadas, para as quais ele não era chamado. Exerceu grande influência. Era grande admirador, fã e colaborador do Dr. Ulysses Guimarães e homem para todas as missões, inclusive na hora difícil da anticandidatura, quando nós estávamos iniciando a caminhada; e, mais adiante, quando Ulysses era candidato e estava numa situação difícil, foi ele, inclusive, que alugou a residência, que arrumou as fórmulas pelas quais nós fôssemos naquela caminhada. Eu sou obrigado a reconhecer que, quando eu

me lembro do Piantella, quando eu me lembro do velho Ulysses, de Tancredo, de Teotônio, de Covas, quando eu me lembro daquela gente, eu me lembro do jovem Heráclito, que ali estava, sempre firme, sempre permanente, sempre defendendo as nossas idéias.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu agradeço e incorporo seu aparte.

Quer dar a sua manifestação também o nosso líder João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a, mais uma vez, mantendo a sua coerência, as suas atitudes dignas, vem a essa tribuna fazer – não diria defesa até porque não precisa – o registro do seu apoio e do apoio do povo do Piauí a este grande homem público que é Heráclito Fortes. Há, digamos assim, uma afirmação popular que diz que a melhor maneira de se conhecer o caráter, as qualidades e defeitos de alguém é viajar com ele. Eu tive a oportunidade de, um ano e pouco atrás, ir ao Reino Unido com alguns Deputados Federais, o nosso Presidente Garibaldi e Heráclito Fortes. E tornei-me, assim, um admirador do jeito de ser dele – um nordestino convicto, afirmativo, bonachão, o que é bom que também se diga. E V. Ex^a traz aqui uma defesa de uma coisa que ele tem muito forte – a capacidade de fazer amigos. Mas eu diria que tem algo mais forte ainda – a capacidade de manter as amizades. É uma coisa que marca muito, no meu entender, a personalidade do Heráclito. Eu gostaria de trazer, à semelhança de V. Ex^a, que traz o apoio do Estado do Piauí, o apoio, o abraço fraternal do povo das Alagoas, pois somos irmãos por sermos nordestinos, sofredores. E eu gostaria de fazer o registro da solidariedade do nosso povo de Alagoas ao nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo as palavras do líder João Tenório ao meu pronunciamento.

Concedo, com a permissão do Presidente, o aparte ao nosso líder, do PMDB, Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Mão Santa, ontem, depois do pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, eu o procurei e manifestei a minha estranheza, porque eu não havia lido, em lugar algum, qualquer insinuação sobre a relação dele com as pessoas que foram citadas. E indaguei-o sobre essa dúvida – por que ele fazia um pronunciamento visivelmente irritado com aquelas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – ...supostas ilações? E ele me respondeu – “Senador Valter Pereira, eu não aceito sombra sobre a minha dignidade. Ouvi um sussurro e eu não aceito nem sussurro”. Percebi que ele realmente estava acometido de uma grande

indignidade. E, quando o ser humano é atingido pela indignidade, quando é atingido na sua honra, quando se levanta dúvida quanto ao seu caráter, aí, realmente essa irritação, essa indignação vem com toda a naturalidade. Aprendemos a admirar o Senador Heráclito Fortes não só pela competência da sua atuação nesta Casa, mas, sobretudo, pela dedicação à causa pública. E eu conheço essa dedicação desde a época em que estava na Câmara dos Deputados, ao lado de Ulisses Guimarães, ao lado de tantas figuras que estavam reconstruindo a democracia do nosso País. E posso garantir a V. Ex^a que a manifestação que o seu discurso empresta ao seu amigo, ao nosso amigo e companheiro Heráclito Fortes é oportuna, e, por isso, solidarizo-me com V. Ex^a, dando aqui o meu preito de solidariedade, sobretudo ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria dar o testemunho, já que preside o Senador Alvaro Dias, de que nunca fomos do mesmo partido, nunca votei no Heráclito e acho que nem ele em mim, mas que tenho uma vontade doida de votar, tenho. Ele reúne essas qualificações de que todos nos orgulhamos. Conheço a história dos seus antecedentes, dos seus pais, dos seus avós, seus irmãos e irmãs, e ele, com essas características, estudando em Recife, entrelaçou-se com uma das famílias mais honradas e prósperas de Pernambuco, a família Brennand, de empresários de alto quilate. Mas a grande riqueza de Heráclito é o caráter e sua capacidade de fazer amizade.

Entre nós, há um grande respeito, que é base de uma amizade. E vendo, no gabinete de Heráclito, a carta do comandante Rolim, que cita uma meia dúzia de amigos, de uma coisa tenho certeza – o Heráclito não pode fazer uma carta daquela porque o Heráclito tem centenas e milhares de amigos.

Então, estas são as palavras do Piauí, que representam, de respeito, solidariedade e gratidão pelo que o Senador Heráclito Fortes faz pelo nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. Parabéns a V. Ex^a pelo pronunciamento e pela manifestação de solidariedade ao seu colega, companheiro e amigo do Piauí, Heráclito Fortes.

Com a palavra, por permuta com o Senador Valter Pereira, o Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito brevemente, agradeço ao Senador Valter Pereira por sua atenção, uma vez que devo viajar daqui a pouco, em missão, para São Paulo.

Gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar alguns aspectos muito importantes da viagem que o Presidente Lula está realizando no sudeste asiático. Primeiro ali, no Japão, na reunião do G8, juntamente com os presidentes dos países do G5, ele realizou manifestações de grande relevância e que têm ganho o respeito de diversos chefes de estado dos países mais desenvolvidos e também de países como o México, a África do Sul e outros que fazem parte do mundo em desenvolvimento, os países maiores. Mas ali – ainda há pouco o Senador Pedro Simon comigo dialogava – quando o Presidente Bush fez uma proposta de entendimento com o Brasil, o Presidente Lula, muito acertadamente, disse que um entendimento nesses aspectos tem que ser com o Mercosul inteiro, com os países da América do Sul, e não apenas o Brasil, o que foi muito positivo.

Ele também ressaltou como o Brasil deseja, ao mesmo tempo, contribuir para a expansão dos biocombustíveis e, por outro lado, para a expansão dos alimentos. O Presidente Lula tem ressaltado que o Brasil vai conseguir dar um exemplo muito significativo. Inclusive nesta fase de aumento dos preços dos alimentos no mundo, o Brasil tem uma grande contribuição a dar.

Ali, no Vietnã, o Presidente, juntamente com o Ministro Celso Amorim e a Ministra Dilma Rousseff, tiveram um encontro importante não só com o Presidente, mas também com o general Nguyen Giap, com 97 anos, que é um dos maiores ícones da história presente, em que ressaltou como o Vietnã conseguiu se libertar, primeiro, dos franceses e, depois, dos norte-americanos, conseguindo realizar a sua independência, e propôs um entendimento com o Vietnã, que, certamente, será muito frutífero porque, desde a sua libertação em relação aos franceses e aos Estados Unidos, após a união do Vietnã do Norte e do Vietnã do Sul, o Vietnã tem conseguido progredir a taxas contínuas de mais de 7% ao ano – e com um aspecto, Senador Valter Pereira, que é o de ter conseguido reduzir o nível de pobreza de 70% para abaixo de 20% da população.

O Presidente Lula, então, está propondo que os dois países interajam nas suas experiências e resultados de ações, como os dos programas sociais brasileiros, e também para aprendermos com o Vietnã.

O Presidente também vai à Indonésia. Até há pouco tempo, o Brasil, por ser muito simpático à causa da libertação e independência do Timor Leste, tinha certas dificuldades com o governo da Indonésia. Mas agora, com a independência do Timor Leste, as possibilidades de entendimento são muito propícias. Finalmente, Sua Excelência vai ao Timor Leste, e é sobre isso que eu gostaria tanto de me pronunciar.

Estive lá há duas semanas, a convite do presidente José Ramos Horta, que proporcionou-me uma visita de extraordinária valia, com o primeiro-ministro Xanana Gusmão, com as ministras das Finanças, da Solidariedade e com o ministro das Relações Exteriores. Fiz uma palestra no Parlamento, e mais da metade dos deputados estava lá – dos 65 deputados, 35 estavam presentes. Falei na universidade e posso lhe dizer que o presidente José Ramos Horta tem um extraordinário carinho pelo Brasil. Pude sentir isso. Ele foi ao aeroporto me esperar. Nunca um chefe de estado tinha ido ao aeroporto para receber um representante do Senado do Brasil, como eu, em mais de trinta viagens que já fiz. E, para que possa compreender porque quis tanto falar antes dessa viagem, aqui digo duas linhas do que o presidente Ramos Horta me escreveu no dia 27 último –

“Amigo estimado Senador, uma breve nota para lhe agradecer a sua muito amável e produtiva visita ao Timor Leste. Todos ficaram encantados e inspirados. Ontem o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão me disse que agora no nosso Parlamento Nacional toda a gente fala na renda básica! Um caloroso abraço, José Ramos Horta.”

Presidente, prêmio Nobel da Paz.

Então, eu quero aqui desejar ao Presidente Lula que ele tenha, no dia 12, um dia extraordinário para o desenvolvimento da amizade, dos nossos laços. Inclusive, o Presidente Lula fez questão de ir para expressar o contentamento dos brasileiros pela plena recuperação do presidente José Ramos Horta, depois do atentado que teve no dia 10 de fevereiro último.

Agradeço muito a sua atenção, Senador Valter Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Valter Pereira, como orador inscrito, dispondo de dez minutos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não pude estar presente na sessão comemorativa do aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas eu quero aqui realçar, neste momento, um trabalho que contribui decisivamente

para corrigir grandes injustiças que se fazem contra os pequenos, por meio da CPI da Pedofilia, que hoje é relatada pelo ilustre Senador Magno Malta, um trabalho meritório, um trabalho que merece aplausos. Em nome do Senador Magno e dos componentes dessa CPI, quero homenagear todas as crianças deste País.

Sr. Presidente, na verdade, ocupo esta tribuna não para fazer um discurso, mas, sobretudo, para fazer um registro que não poderia passar em branco, dada a alta significação que tem para o funcionamento do Senado Federal.

Na madrugada de hoje, numa sessão demorada que começara na tarde de ontem, foi aprovado, finalmente, depois de longos e longos meses, o Parecer ao Projeto de Resolução do Senado que teve o nº 38, de minha autoria, e que resultou de uma observação que fiz quando estive, por poucos dias, naquele Colegiado. Ao deparar-me com a falta de regras, ao enfrentar uma atitude de certa forma amadora, que me constrangeu muito dada a minha formação jurídica, debruicei-me em estudos para que se atribuisse ao Conselho de Ética do Senado um conjunto de normas, a exemplo do que ocorre na área do Direito.

O Direito positivo, V. Ex^a sabe muito bem, não se aplica de forma desordenada, a torto e a direito. É preciso que haja uma lei instrumental e nós temos, sim, a lei processual penal e a lei processual civil, que são exatamente as ferramentas que se prestam à aplicação do Direito positivo ou do Direito substantivo.

No Conselho de Ética, é preciso que se resguarde o devido processo legal, já que ali se faz o julgamento de pessoas, de Parlamentares, e o julgamento implica, necessariamente, a produção de provas, a observância de regras para que essas provas sejam obtidas e a garantia do direito de defesa. Enfim, é necessário que haja segurança no julgamento, para que não se cometa injustiça na Casa que elabora as leis para se combater esse mal.

Debruçamo-nos sobre esse trabalho e conseguimos elaborar um projeto de resolução que, na Comissão de Constituição e Justiça, foi relatado com bastante critério pela ilustre Senadora Lúcia Vânia. Depois de ouvir técnicos e de ter paciência para enfrentar aquilo que é a rotina dos advogados, que é o contraditório, a ilustre Parlamentar de Goiás produziu um relatório e um voto que melhoraram o projeto e deram uma condição extraordinária para a sua apreciação naquele Colegiado. Posteriormente, o projeto haveria de ter o batismo da Mesa Diretora do Senado Federal.

A Mesa merece aplauso, também, porque um estatuto como esse visa a garantir a segurança jurídica, uma tramitação regular, para que o processo tenha começo, meio e fim, para que o processo não venha a

acarretar nulidades que acabem desfigurando a imagem não só dos componentes daquele órgão, como também do próprio Senado Federal.

A Mesa Diretora poderia, de certa forma, se quisesse, agir corporativamente, já que, no Direito, quanto mais errado é o processo, quanto mais defeito há no procedimento, mais chance há de se acarretar a sua nulidade. A Mesa, se quisesse proteger, poderia muito bem sentar em cima do projeto, segurá-lo e procrastinar o máximo possível a sua apreciação e aprovação. No entanto, o projeto, efetivamente, andou. Andou sob a batuta de outro Senador, que funcionou como Relator e agiu com extraordinário zelo, que foi o Senador César Borges.

Eu, ontem, quando fiz o primeiro registro aqui, Senadora Lúcia Vânia, acabei até cometendo a injustiça de não lembrar esse percurso que o projeto teve de fazer, que foi o de ir até a Mesa Diretora e receber de seus componentes o aval para aqui chegar e ser votado.

Pois bem, na Mesa Diretora, na condição de Relator, o Senador César Borges aprimorou ainda mais o projeto e deu-lhe todas as condições para que, hoje, o Senado possa, sem sombra de dúvida, proclamar que tem não só um estatuto que regula a tramitação de todos os procedimentos no Conselho de Ética, como, também, que está em suas mãos um bom regulamento, está à sua disposição um extraordinário estatuto.

Honra-me, Senadora Lúcia Vânia, conceder-lhe um aparte.

A Srª Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Valter Pereira, eu gostaria, neste momento, de cumprimentá-lo pelo comunicado que faz à Casa, uma vez que votamos o projeto de lei, de sua autoria, que regulamenta o Conselho de Ética. Votado ontem à noite, poucas pessoas puderam acompanhar a importância daquele projeto. V. Exª sabe o quanto, no momento em que apresentou o projeto, a sociedade demandava um novo rumo para aquele Conselho. V. Exª, com sua formação jurídica, com seu espírito público, apresentou um projeto de grande importância, projeto esse que pude relatar, naturalmente assessorada por V. Exª, por outros Senadores que têm formação jurídica e pelos consultores. Nós pudemos aprimorar o projeto, adequá-lo à realidade daquela Comissão e, posteriormente, a própria Mesa, com a relatoria do Senador César Borges, como V. Exª mencionou, aprimorou-o ainda mais. Hoje, infelizmente, ele passa batido pela imprensa nacional, que tanto cobrou esse regimento do Conselho de Ética.

No entanto, é preciso que a fala de V. Exª seja evidenciada, para que desperte nas pessoas que houve uma resposta, e célere, à demanda da sociedade

por uma regulamentação, e para que aquele Conselho tivesse, realmente, uma diretriz em que a sociedade pudesse confiar e acompanhar. Portanto, receba da sua Colega os cumprimentos e a homenagem pela aprovação deste Regimento Interno. Tenho a certeza de que esta Casa não haverá de esquecer, durante o seu período de existência, da importância do trabalho de V. Exª. Receba, pois, os meus cumprimentos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Na verdade, temos de dividir o mérito com quem participou da elaboração, o autor, V. Exª, como Relatora, e o Senador César Borges, além de todos aqueles que o discutiram, exaustivamente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Teremos, agora, um estatuto, Sr. Presidente, do Conselho de Ética que, seguramente, não vai eliminar aquilo que foi até utilizado recentemente numa declaração do Presidente Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, de “espetacularismo”, mas teremos, no Conselho de Ética, uma regra que vai levar, necessariamente, a um julgamento sério, a uma tramitação previsível, em que ninguém vai poder reclamar de exageros cometidos nem de omissões que possam comprometer a imagem daquele colegiado.

Fico muito feliz de ter dado a minha parte de contribuição, mas tenho de cumprimentar a Mesa, que optou por dar seguimento à tramitação para que este Projeto chegasse onde chegou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Valter Pereira.

Com a palavra, como Líder, o Senador Inácio Arruda, por cinco minutos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado para tratar de um novo ciclo de desenvolvimento que vive o Estado do Ceará, governado por um jovem Governador, um ex-Deputado Estadual, Presidente da Assembléia, que governou sua cidade, Sobral, e hoje governa o Estado do Ceará, Cid Gomes.

Mas antes, em um minuto, quero prestar solidariedade ao povo brasileiro face à decisão do Supremo. Ninguém mais merece solidariedade do que o povo brasileiro, que não pode ficar à mercê. Por isso, acho que o Senado tem de prestar solidariedade ao povo brasileiro. Por quê?

Porque é estranho que face à decisão da Justiça, com apoio do Ministério Público, a Polícia Federal tenha agido para prender, exatamente porque tinha fortes indícios, confirmados pela Justiça, que mandou prender, e, rapidamente, encontrou-se a soltura desses

homens todos. Considero muito estranho a rapidez e a velocidade... Depois, ficou-se discutindo as algemas, e não o conteúdo. Por que houve essa operação? O que é que está mesmo por trás? Quero apenas fazer o registro dessa estranheza e prestar solidariedade ao povo brasileiro, que não pode ficar à mercê. Repito – temos de prestar a nossa solidariedade ao povo e não nos intimidar. Ao contrário. Porque, às vezes, aqui, dizem que estão querendo intimidar o Judiciário ou a Promotoria Pública. Sou avesso ao que colocou aqui o Senador Valter Pereira. Fiz um aparte ao Senador Arthur Virgílio, ano passado, sobre os espetáculos midiáticos da Polícia Federal. E não é só Polícia Federal, não; é o Ministério Público, é a Polícia Federal e, às vezes, o próprio Judiciário, além de, muitas vezes, Senadores e Deputados dela se utilizarem, porque querem, por um minuto, aparecer na mídia, às vezes como bonzinhos, e querem ocupar aquele espaço. Acho que temos de ser avessos a isso.

O outro problema é o conteúdo. Quais são as razões? O que é que está por trás? Acho que devemos ir atrás, que devemos buscar, que deveríamos perseguir esse objetivo – clarear o que seja mesmo essa questão do Sr. Daniel Dantas, do Banco Opportunity, um banco novo, muito novo no cenário financeiro brasileiro, por ter menos de 15 anos de existência, mas já com muitas operações.

Esclarecer. Não temos de escamotear. Se é uma situação grave, tem-se de ir fundo, mas jamais aceitar – acho que nenhum Senador, nenhum Deputado, acho que ninguém – que se transforme qualquer prisão, seja de um batedor de carteira, de um ladrão de galinha ou de um colarinho branco a “espetacularização” face à prisão. Isto é inaceitável. Mas esse não é o problema central. Isso é o inaceitável, mas não é a questão central, e não devemos colocá-la como central, senão ajudaremos a escamotear, a fazer cortina de fumaça, porque passa três, quatro dias na mídia e depois desaparece, ao passo que o problema central não é esclarecido para a opinião pública.

Mas isso é uma questão menor, face ao meu desejo...

(A Presidência faz soar a campanha.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – ...de afirmar, Sr. Presidente, porque o tempo não tem jeito, corre rápido. O caso é tão agudo, que o tempo vai embora rapidamente.

Mas queria fazer o registro, porque voltarei a esta tribuna, Sr. Presidente, para tratar do novo ciclo de desenvolvimento que vive o Estado do Ceará.

Temos grandes empreendimentos sendo feitos pelo Governo do Estado e grandes empreendimentos

sendo feitos pelo Governo Federal, que dão uma contribuição significativa ao desenvolvimento do Estado do Ceará, bem como à Região. Isso integra o Ceará à Paraíba, a Pernambuco, ao Piauí, ao Rio Grande do Norte, Estados vizinhos, que vão tendo um dinamismo na sua economia, em face dos empreendimentos comuns, que estão interligando, ou via integração, digamos assim, do canal do São Francisco, que vai integrando as bacias do Nordeste setentrional que beneficia...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a. Vou concluir nesses dois minutos que V. Ex^a me oferece.

Então, o canal de São Francisco interliga Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Um grande empreendimento, muito importante, obra que está em curso na nossa Região.

A interligação pela malha ferroviária. Antes, tínhamos uma bitola pequena, em que o trem, para percorrer 30 quilômetros, já saía do trilho. Agora, teremos uma bitola mais adequada, com velocidade maior, proporcionando a integração do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Porto de Suape, Porto de Pecém. É um grande empreendimento, muito, muito grande.

Sr. Presidente, estive conversando longamente com o presidente da Petrobras, e tive seguidas conversas com o Presidente da República acerca do empreendimento no Ceará. Uma luta histórica. Penso que todo o Estado está preparado para receber um empreendimento deste porte. O Estado do Ceará terá uma refinaria, destinada à exportação, que terá um grande impacto, pois serão 300 mil barris/dia refinados ali. Apenas o investimento na construção da refinaria é de R\$10 bilhões. A capacidade de atração do conjunto enorme de empresas, às quais farão o serviço de manutenção, que oferecerão equipamentos, que estarão presentes num parque de alta tecnologia. Temos de estar atentos, rapidamente, para a preparação do nosso povo do Ceará, o da região, que precisa estar pronto para trabalhar em uma refinaria de petróleo. Temos escassez de pessoal técnico preparado para poder tocar um empreendimento desse porte.

Então, você tem ali uma siderúrgica, uma...

(Interrupção do som)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Temos uma refinaria de petróleo, temos uma siderúrgica, temos uma planta de regaseificação, que é uma segurança, digamos assim, energética para esses empreendimentos, que vai receber sete milhões de metros cúbicos de gás liquefeito – a unidade

precisa não é essa, tem um outro nomezinho. Mas, uma planta de regaseificação, duas termoeletricas, que estão sendo instaladas ali no Porto do Pecém. Isso para nós do Ceará, em termos de perspectiva de futuro, é algo novo e posso dizer que estabelece um novo ciclo. Existe o Ceará antes e o Ceará depois de empreendimentos desse porte – uma refinaria de petróleo e uma siderúrgica.

Isso é um grande empreendimento, uma grande conquista, que, digamos assim, buscamos fazer um esforço enorme para que todos os Estados tenham empreendimentos dessa natureza, porque são empreendimentos trabalhados pelo próprio Governo Federal.

Sobre a refinaria de petróleo, conversando com o Presidente Gabrielli, ele disse – Senador, o senhor tem que se preocupar agora com a preparação de pessoal na universidade e do pessoal na área de preparação técnica, técnicos de nível médio, que são absolutamente necessários para um empreendimento desse porte. Preocupe-se com isso. O senhor agora não precisa mais se preocupar, quando o senhor me encontrar e encontrar o Presidente Lula, com a refinaria. Preocupe-se com o pessoal necessário. Está dependendo agora só de vocês, só do Estado do Ceará, porque parte da infra-estrutura é de nossa responsabilidade no Estado do Ceará.

Tenho convicção de que o Governador Cid Gomes vai responder positivamente. Nada que precise na refinaria vai faltar à Petrobras, para que possamos instalar esse empreendimento, minha cara Senadora Rosalba Ciarlini, conterrânea praticamente nossa, porque somos fronteiriços ali entre Mossoró, Icapuí, Aracati e ao longo da divisa.

A Sr^a. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Inácio Arruda, eu quero até lhe dizer que eu estou com inveja do senhor. Inveja no bom sentido, porque o senhor está aí nessa tribuna falando com muita propriedade da grandiosidade que vai ser a instalação da refinaria, do pólo siderúrgico, do aproveitamento do gás. E eu digo isso com inveja porque fico muito triste, mas o Ceará conseguiu. Seu Governador foi mais competente e conseguiu a refinaria que o Rio Grande do Norte há anos, há mais de 30 anos sonha porque produz cerca de 100 mil barris de petróleo/dia, o gás que vai para...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É verdade.

A Sr^a. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – ... o Ceará é o nosso gás. Vocês conseguiram e, infelizmente, nós não conseguimos. E o pior, Senador, o senhor mesmo colocou aí que só na construção são 10 bilhões....

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Dez bilhões.

A Sr^a. Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – ... são coisas de bilhões. Ainda fica no nosso Estado a Governadora dizer que o Presidente vai lá para anunciar a refinaria lá de Guamaré. Meu Deus do céu, querer enganar o povo dessa forma! Nós não estamos recebendo nenhuma refinaria, não. Nós vamos ter uma aumento da planta de Guamaré, que não é uma refinaria. Vai ser uma planta de gasolina, que ela já processa a gasolina de avião, já processa alguns elementos. Então, nós não podemos de forma nenhuma nos conformar com isso. Não vou tirar o mérito; o Ceará foi à luta, conseguiu, Maranhão também conseguiu, Pernambuco conseguiu, mas eu posso dizer que infelizmente o nosso Rio Grande do Norte foi injustiçado. O Presidente não se sensibilizou com os nossos apelos e com as nossas necessidades, mas parabéns ao Ceará. O que nos resta aqui é apenas lamentar, porque nem as compensações que foram colocadas para o Estado, quando perdemos a primeira refinaria para Pernambuco ainda estão nos estudos. E que estudos são esses que nunca chegam, que dizem respeito ao Aeroporto São Gonçalo do Amarantes? Depois, o nosso Partido, Democratas, que o Senador José Agripino defendeu muito e nós nos associamos que era a planta do PVC – foi para o Rio de Janeiro e para outras regiões. Infelizmente, talvez seja porque nós somos tão pequenos, mas podemos ser pequenos no nosso território, mas o nosso povo é muito forte, sabe gritar liberdade e não vai se acomodar e nem vai simplesmente aceitar isto. Não quero, aqui, tirar os méritos de V. Ex^{as}, do seu Governador e dos seus governadores que passaram e que construíram e se estruturaram para conseguir a Refinaria, o que, infelizmente, nós não conseguimos. Mas, como somos vizinhos, esperamos, não vai haver briga entre o Rio Grande do Norte e o Ceará e nem de cearense e potiguar. Quero apenas lamentar que o Governo Federal tenha nos negado algo que era direito da nossa gente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas, Sr^a Senadora Rosalba Ciarlini, V. Ex^a conta, também, com um Senador do Ceará porque eu tenho um pé ali em Mossoró, terra da minha mãe. Nós, então, estamos irmanados nessa luta comum. Eu tenho a impressão e é meu sentimento de que os nossos Estados do Nordeste, por razões do nosso processo de desenvolvimento, do clima, do período de chuva, e, às vezes, eu digo que no Sul nós falamos em seca, mas no Sul é seca de um mês. No Ceará, são três anos. Em parte significativa do Nordeste são três anos de estiagem. Então, temos necessidade desses investimentos do Governo Federal. Acho que é uma obrigação, sim, do Governo Federal levar investimentos de grande porte para o estado do Ceará, para o Rio Grande do Norte...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Somos irmanados. João Tenório, aqui de Alagoas, uma terra de grande produção, de grandes empreendedores que conhecemos, Pernambuco, Bahia, Sergipe... O alto sertão baiano precisa de grandes investimentos do Governo Federal. O alto sertão pernambucano também. O Cariri comum, do Ceará, da Paraíba, do Piauí e de Pernambuco também precisa de grandes investimentos. Agora há pouco a Petrobras furou um poço em Souza, que foi descoberto casualmente pelos proprietários locais, que acreditavam nessa hipótese. Furaram e viram que tinha petróleo. Então, na Bacia do Cariri também tem petróleo, na Bacia Potiguar tem petróleo. Quer dizer, as condições para investimento na região são muito positivas. Quero me congratular com o povo cearense e me colocar à disposição do povo potiguar e do povo nordestino nessas causas que são comuns na luta pelo desenvolvimento, Senadora Ciarlini.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Agradeço e quero, inclusive, desde já, dizer...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – ... infelizmente, já vinha anteriormente, de muitos anos, nós não tivemos o sucesso, que é a nossa refinaria. Espero que, realmente, com a maré, a planta de gasolina não fique só numa planta de gasolina, que possam vir outros investimentos para o nosso Estado. Que venha a ferrovia, que também não passa pelo Rio Grande do Norte, a Transnordestina, e tantas e tantas outras questões. Que dê apoio à fruticultura, porque também o seu vale é ligado com a nossa Chapada do Apodi. Haja realmente um desenvolvimento igualitário, não somente em Pernambuco, em detrimento de outras regiões. É isso que nós queremos, e contar com o apoio não somente do senhor, mas de todos aqui no Congresso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Conte com o Ceará e, eu tenho certeza, com os Senadores nordestinos como um todo para ajudar e contribuir com o desenvolvimento do Rio Grande do Norte, porque, ele se desenvolvendo, nós também nos desenvolveremos.

Sr. Presidente, agradeço a paciência de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Com a palavra, o Senador João Tenório.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pelo art. 14, Senador Heráclito Fortes. Senador Heráclito Fortes foi citado?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Fui citado não no pronunciamento do Senador. Foi no anterior.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Então tem V. Ex^a a palavra pelo art. 14.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, infelizmente eu não me encontrava em plenário ou, talvez, fosse melhor assim.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador, me cite também.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a será o primeiro a ser citado.

Talvez tenha sido melhor assim, mas eu quero aqui agradecer a todos os colegas Senadores que se manifestaram, que deram depoimentos de solidariedade a mim quando do discurso do Senador Mão Santa.

Eu quero, com muito carinho, agradecer ao Senador Simon, que já está citado. Um dos orgulhos que eu tenho é de ter chegado aqui, neste Congresso, ainda bem jovem e ter tido a oportunidade de conviver com o Simon, que era uma das figuras de proa na liderança do Movimento Democrático Brasileiro e tenho, inclusive, usado a experiência dele, a do Dr. Ulysses e a do Dr. Tancredo como meu andajá. Através de figuras notáveis como o Simon, que aqui se encontra, que aprendi a caminhar de cabeça erguida pelos corredores desta Casa.

Agradeço ao Senador Valter Pereira, ao meu caro amigo João Tenório, à Senadora Rosalba Ciarlini, ao Senador Geovani Borges e a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, que preside a sessão. Isso me deixa muito satisfeito. Tenham todos os senhores a certeza de que esse gesto de confiança, esse gesto de solidariedade jamais lhes causará decepção de qualquer tipo. Quando abracei a vida pública o fiz por convicção, por vocação e, acima de tudo, por determinação. Sei enfrentar calúnia dessa natureza, campanha dirigida dessa natureza, e quando se sabe o motivo, a motivação, que é tentar calar uma voz da oposição, é lamentável, meu caro Senador Pedro Simon. O foco talvez nem seja o episódio, mas é uma maneira de tentar tolher a atuação que venho procurando ter, embora sem conseguir algumas vezes, por manobras da base do Governo, na CPI das ONGs.

O Brasil precisa olhar com mais detalhe, com mais carinho o que vem acontecendo nos bastidores dessa comissão. É inaceitável, é inadmissível a sua paralisia e o seu não-funcionamento. O Senador Alvaro Dias, inclusive, é membro da Comissão e sabe o que ela pode fazer pelo Brasil se funcionar, se mos-

trar as entranhas de setores do Governo, setores da base que, utilizando-se muitas vezes de mecanismos espúrios, deterioram e modificam a razão de ser de uma atividade que é o terceiro setor.

Agradeço aos senhores e afirmo que continuarei com a maior tranquilidade na tribuna, com a mesma convicção no debate, na certeza de que estou prestando um grande serviço ao País.

Enquanto se desviam os focos de fatos, o Brasil esquece episódios graves como a interferência do Sr. Roberto Teixeira na economia brasileira, intrometendo-se, com seu prestígio, no Palácio do Planalto, nas questões vitais da economia, como, por exemplo, a aviação.

Sr. Presidente, é chegado o momento de o País colocar a limpo toda essa podridão, seja quem for, doa em quem doer.

Com certeza, o Congresso Nacional contará com a minha ajuda e a minha colaboração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra, o Senador João Tenório, como orador inscrito. Em seguida, para uma comunicação inadiável, o Senador Geovani Borges.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Excelência, tenho que viajar. Agradeço, então, Sr. Presidente. Fica para outro dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem.) – Não vou poder falar porque tenho que viajar. Meu avião está saindo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a está inscrito, mas havia outros oradores à frente, a menos que ocorra uma permuta para que V. Ex^a possa falar antes de viajar.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, cedo a vez ao Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Senador João Tenório cede a V. Ex^a a vez.

Com a palavra, o Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador João Tenório.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador João Tenório, do fundo do coração. Muito obrigado.

Ontem, Sr. Presidente, naquele longo debate que houve aqui no plenário, foi feita uma referência ao Presidente do Banco do Rio Grande do Sul. E foi feita uma referência no sentido de que, se alguém está ilegal, é o Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Ora, eu sou obrigado a falar, Sr. Presidente. O Presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, o Sr. Fernando Lemos, é um jovem brilhante, de importante atuação na vida pública. Começou aqui, em Brasília, como Secretário do querido Deputado Siegfried Heuser, trabalhou no meu governo e no governo Sinval Guazzelli. Quando Guazzelli me substituiu, foi Presidente da Caixa Econômica Estadual. No governo de Antônio Britto, foi Diretor do Banco. No governo Rigotto, foi Presidente do Banco. E, no governo da Sr^a Governadora Yeda, ele continua na Presidência do Banco.

O desempenho dele na sua vida pública é absolutamente respeitável. E, na direção do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, é absolutamente digno de aplauso. O Banco do Rio Grande vem sendo considerado, inclusive pela Fundação Getúlio Vargas, o melhor banco público do Brasil. O Banco do Rio Grande do Sul fez uma operação espetacular, na qual abriu parte das suas ações, conservando o monopólio e adquirindo uma verba superior a R\$2 bilhões.

O Banco do Rio Grande do Sul se impõe ao respeito e admiração do Brasil inteiro na figura de Fernando Lemos, um homem digno, um homem correto, um homem que vem fazendo o Banco crescer, avançar em desenvolvimento.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Gostaria de aproveitar a oportunidade, porque já tive a honra de presidir o BRDE. Sou ligado ao BRDE até por decisão dos três governos do Sul, a começar pelo nosso Governador Luiz Henrique. E, na época, desde 2003, fui conduzido à Presidência do BRDE, que tem a sede em Porto Alegre, embora tenha uma superintendência em Florianópolis e outra em Curitiba, pois atua nos três Estados do Sul. E há uma parceria muito forte com o Banrisul. Há projetos, principalmente no Rio Grande do Sul, entre o Banrisul, a Caixa/RS e o BRDE. Muitas vezes, existem essas parcerias para atender aos projetos no Rio Grande. Comecei a conhecer Fernando Lemos quando assumi a Presidência do BRDE e ele, a do Banrisul, em 2003. E até nos hospedávamos, nos primeiros dias, no mesmo hotel. Ele levantava cedo, eu me lembro da sua vontade de lutar – “Vamos ter que tocar o barco, vamos levar à frente”. E nos debates, nos encontros, nas parcerias, nos projetos que desenvolvemos, muitas vezes, o Banrisul liderava projetos, como os de PCH e de novos empreendimentos no Rio Grande. Trocávamos idéias e fazíamos reuniões. E, quando vejo V. Ex^a, Senador Pedro Simon – e ele serviu no seu governo também –, tecer comentários

em relação a Fernando Lemos, eu, que até ontem fazia parte da instituição – estou aqui de passagem e devo voltar à instituição –, não poderia deixar passar este momento sem trazer o testemunho dos catarinenses em relação ao Banrisul e, principalmente, em relação ao Presidente da instituição. Hoje, o Banrisul é um caminho, é o respeito, é uma liderança, uma bandeira no campo econômico e social, no desenvolvimento. Aquilo transpira, é uma alegria, estão todos satisfeitos. Portanto, Senador Pedro Simon, não poderia deixar de trazer este testemunho, neste momento, com relação ao Presidente Fernando Lemos, do Banrisul.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se há uma figura respeitável no Rio Grande do Sul é o Presidente Fernando Lemos. O Vice-Governador vem tendo uma situação de discrepância com a S^{ra} Governadora, Governadora do PSDB, que apoiamos no segundo turno. A Governadora vem se mantendo com dignidade e com respeito, enfrentando um milhão de dificuldades, inclusive incompreensão por parte do Governo Federal. Mas vem vencendo, com muita galhardia. E, desentendendo-se com a Governadora, o Vice-Governador entrou por um terreno delicado, complicado, difícil, confundindo a inimizade com a Governadora com uma espécie de inimizade com o Rio Grande do Sul. O PMDB entrou em juízo contra o Vice-Governador e contra o ex-Chefe da Casa Civil, porque, numa conversa, o Chefe da Casa Civil foi procurar o Vice-Governador, desafeto da Governadora, para tentar fazer uma aproximação, e tiveram uma longa conversa. O Sr. Chefe da Casa Civil não sabia que o Vice-Governador estava gravando a palestra, a conversa dos dois, de uma hora e meia. O Vice-Governador selecionou vinte minutos, desgravou o resto e distribuiu para a imprensa, via Partido dos Trabalhadores.

Com relação a essa palestra, o PMDB entrou em juízo, interpelando o Vice-Governador e o Sr. César Busatto, então Chefe da Casa Civil, para que digam quando, em que momento, com que pessoa, em que situação, o Banco do Rio Grande do Sul deu qualquer tipo de favorecimento ao PMDB ou a alguma pessoa ligada ao PMDB. Mas, por causa disso, o Vice-Governador passou a exigir a renúncia do Presidente. E, como a Governadora não aceitou a renúncia do Presidente, ele continua nessa... Falou que o Presidente estava sendo processado e condenado, o que não é verdade. O processo já se extinguiu, porque, aqui em Brasília, o Superior Tribunal declarou que a causa estava sem efeito, anulou o processo por falta de motivação.

Eu estranho uma insistência como essa com relação a uma figura da dignidade do Presidente, mas, de certa forma, querendo atingir o nosso Banco. E, no

auge dessa bateria do Sr. Vice-Governador ao Banco e ao seu Presidente, o Presidente do Banco do Brasil faz uma oferta pública e diz que o Banco do Brasil tem interesse em comprar o Banco do Rio Grande do Sul. Imaginem qual foi a repercussão, no meio financeiro, de uma notícia como essa! O Banco do Rio Grande deve estar mal, e o Banco do Brasil está-se aproveitando para abocanhar o Banco do Rio Grande do Sul, como abocanhou o Banco do Estado de São Paulo e tantos outros por este Brasil afora.

Meu amigo Fernando Lemos já pensou várias vezes em sair; nós é que não deixamos; a Governadora é que não deixa. Ele acha que o mal que o Sr. Vice-Governador está fazendo ao Banco é muito grave, muito sério.

Lá no Rio Grande do Sul, houve uma CPI. O velho PT do Rio Grande do Sul continua batalhador, lutador, ao contrário do PT aqui em Brasília, onde as CPIs terminam em nada, como foi o caso da CPI dos Cartões Corporativos – zero; como está sendo o caso da CPI das ONGs – zero. No Rio Grande do Sul, não, o PT fez o espalhafato que achou que deveria fazer, como nos velhos tempos em que era oposição. Ao contrário do que houve nas duas CPIs – das ONGs e dos Cartões Corporativos –, sobre as quais a Polícia Federal ainda não disse nada, na do Rio Grande do Sul, ela agiu com rapidez – ouviu, gravou, apresentou as denúncias, entregou ao promotor. O promotor fez a denúncia e entregou à Juíza Federal de Santa Maria, que denunciou quarenta e tantos. E a CPI concluiu, aceitando a denúncia contra esses quarenta e tantos. Lá, funcionou. A CPI no Rio Grande do Sul funcionou ao tempo das CPIs que funcionavam no Congresso Nacional, que hoje não existem mais.

Algumas jornalistas e alguns órgãos de imprensa perguntaram – “Mas onde está o Pedro Simon, que não fala?”. O Pedro Simon está na mesma posição em que sempre esteve – a favor da moral, da ética, da dignidade e da seriedade. Na hora de criar ou não a CPI, o PMDB foi a favor – que se crie essa CPI! Na hora de discutir com quem vai ficar a Presidência ou não, o PMDB foi favorável – que o PT assuma a Presidência! Na hora de fazer as convocações – que se façam as convocações! Lá, funcionou. Lá, o PT continua sendo o PT – apaixonado, exacerbado; queria até uma chance de pedir o *impeachment* da Governadora, embora ela não tivesse absolutamente nada a ver com esses fatos.

O Pedro Simon agiu como sempre agiu. A Governadora foi ao procurador, ao tribunal, aos promotores, pediu uma comissão especial, abriu as portas, afastou todos os funcionários que foram citados, coisa que não acontece aqui em Brasília. Então, fiz o que tinha de

fazer – assisti às coisas que estavam sendo feitas. E, lá no Rio Grande do Sul, o PMDB, embora não seja o partido da Governadora, está no Governo – à minha revelia, porque eu queria que apoiássemos a Governadora, mas não fizéssemos parte do Governo. Mas, lá, a Assembléia Legislativa é uma instituição independente – rejeitou, mais de uma vez, o aumento de imposto. Ela vota de acordo com a sua consciência.

Então, meus amigos da imprensa do Rio Grande do Sul...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade que, na última vez em que estive aí, abordei essa questão durante uma hora e meia, atendendo às solicitações da imprensa do Rio Grande do Sul. Mas, depois, houve o incidente relativo a remete-ou-não-remete o processo da dívida do Rio Grande. Falei mais de quatro horas, e a imprensa não deu o devido destaque. Eu mandei cópia. Tirei uma cópia dessa parte e a enviei.

E agora estou dizendo de novo – aproveito essa notícia que a imprensa publicou, com relação à manifestação do Presidente do Banco, primeiro para dizer que ele não está ilegal. Ele está absolutamente legal, na posição de Presidente do Banco, com o respeito de todos e com a dignidade a toda a prova. E o Pedro Simon está onde sempre esteve – com as mesmas idéias e com os mesmos princípios.

Que bom eu poder dizer – no meu Estado, houve fatos? Houve. Mas eles foram apurados. Não se escondeu nada debaixo do tapete. Eles foram debatidos ampla e abertamente. E não apenas isso. O PT aproveitou a conclusão da CPI e levou, inclusive, um parecer paralelo, separado, dos três, quatro ou cinco votos divergentes, e o entregou ao Promotor. O Promotor o está recebendo e haverá de fazer as conclusões.

Agradeço, Sr. Presidente, repetindo – não falei ontem, porque não ouvi; o orador estava fora do microfone. A imprensa ouviu, mas eu daqui não ouvi, por isso estou falando hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, com muito carinho, a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, por dez minutos, ao ilustre Senador da República João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com alegria que temos

observado, nos últimos dias, um movimento diferente aqui no Senado.

Semana passada, tivemos votações de temas absolutamente importantes, como foi a questão relativa aos professores; e, ontem, também uma boa quantidade de temas igualmente importantes foram discutidos, refletidos e votados até a madrugada de hoje.

Ontem, houve ainda discussões fortes no que diz respeito aos últimos atos de um caráter político mais consistente, que foi a questão da prisão de algumas figuras nacionais envolvidas, sobretudo, na área financeira.

Mas o tempo, diria, foi bem calibrado. Tivemos, de um lado, a discussão absolutamente necessária e importante sobre as questões mais, digamos assim, atuais da vida política e empresarial do País; e, de outro, tivemos um tempo dedicado à produção, à boa produção do Senado durante a noite e a madrugada de hoje.

É verdade que ainda precisamos desatar o nó que amarra o melhor andamento do processo legislativo. Continuamos pressionados por uma enxurrada de medidas provisórias, editadas sem o menor critério de urgência e relevância.

Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, fui Relator de uma medida provisória que era inócua, ineficaz, tinha perdido a razão de ser, o objeto. Mas, mesmo assim, foi editada e, como tal, digamos assim, manteve o costume do atual Governo de exercitar o direito e o procedimento de realizar medidas provisórias em abundância.

Mesmo assim, com todas essas dificuldades, estamos conseguindo avançar na discussão das questões que realmente afetam o dia-a-dia dos brasileiros e determinam os rumos do desenvolvimento nacional.

E é nesse sentido que quero destacar a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Agricultura, em edição terminativa, de proposta da maior importância tanto para a agropecuária brasileira quanto para a preservação do nosso meio ambiente, particularmente da Amazônia.

Trata-se do substitutivo do Senador Osmar Dias a dois projetos de lei – um de autoria do meu caro colega nordestino Antonio Carlos Valadares, incentivando a produção orgânica; e outro de minha autoria, criando estímulos para a substituição da pecuária extensiva pela intensiva, um sistema muito mais eficiente, muito mais produtivo. Uma proposta simples, é verdade, mas pode representar um ganho considerável para nossa agropecuária e um avanço expressivo na solução do atual dilema levantado pela crise mundial de alimentos.

Foi essa crise, aliás, que inspirou a apresentação do meu projeto. Afinal, as críticas infundadas à produção

de biocombustíveis como grande causa dessa questão dos preços dos alimentos não resistiram muito tempo a uma análise mais criteriosa sobre o atual desequilíbrio entre oferta e demanda de alimentos e sobre os efeitos perversos do protecionismo agrícola.

Não vou aqui estender-me nessa questão. Mas o certo é que a solução para a atual crise passa necessariamente pela ampliação da produção agrícola. Foi o que ficou claro na Conferência da FAO, em Roma, da qual tive a oportunidade de participar.

Pois bem, se já somos um dos maiores celeiros do mundo, podemos aumentar ainda mais nossa participação na produção mundial de alimentos, e isso não apenas com uma política agrícola eficiente, mas também com o aumento efetivo de nossa área de produção.

Temos terra de sobra no Brasil, é verdade, para alimentos e para biocombustíveis. Mas podemos ter mais. Basta dizer que usamos apenas 60 milhões de hectares de terra para plantio de grãos e 180 milhões para criação de gado.

Se nossa pecuária, exageradamente extensiva, fosse substituída por uma pecuária não digo nem intensiva, mas semi-intensiva, poderíamos liberar nada mais nada menos que 42,5 milhões de hectares de terra para a produção agrícola. Quarenta e dois milhões e meio de hectares, senhoras e senhores, seriam suficientes para produzir 100 milhões de toneladas de grãos. Ou seja, seriam suficientes para praticamente dobrar nossa produção de grãos.

Em 42,5 milhões de hectares, seria possível produzir cerca de 250 bilhões de litros de etanol, o equivalente, vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, a 12,5% do consumo mundial de gasolina. Ou seja, seria possível, utilizando esse excedente de terra oriundo da melhor utilização da nossa área de pecuária para a produção de animais, substituir, sem nenhuma dificuldade, sem derrubar uma árvore, o equivalente a 12,5 bilhões do total de gasolina consumida no mundo.

Poderíamos também, se fosse o caso, aumentar nosso rebanho em 64 milhões de cabeças. Nós temos um rebanho, hoje, brasileiro que beira os 180 milhões e poderíamos aumentar 64 milhões de cabeças, pura e simplesmente, digamos assim, induzindo, de uma maneira eficiente, a migração e uma atividade excessivamente extensiva, como é nossa pecuária, para uma pecuária pelo menos semi-intensiva, como é possível sem grandes esforços tecnológicos.

O mais interessante, é claro, seria utilizarmos toda essa área extra para incrementar, de forma equilibrada, agricultura, pecuária e produção de bioenergia.

Pois para liberar 42,5 milhões de hectares de terra, não seria necessário nenhum salto tecnológico

excessivamente intenso. Não precisaríamos chegar a índices europeus de três a quatro animais por hectare. Bastaria um ligeiro salto de produtividade – em vez de 1,13 boi por hectare, como é hoje, para 1,5 boi por hectare, o que poderia ser conseguido graças a essa evolução tecnológica aplicada à nossa agropecuária. Isso seria possível com o uso de técnicas simples, sem excesso de tecnologia, como é o caso de mineralização, melhor manejo, correção de solo e tratamento do pasto com lavoura.

Mas por que nunca houve essa preocupação? No Brasil, a prática generalizada da pecuária extensiva, menos produtiva, mas muito mais barata, sempre se baseou em fundamentos – muita terra, pouco capital e uma preocupação com o meio ambiente apenas relativa. Essa era a realidade que, na época, influenciou o caminho que foi usado para fixar o padrão, repito, excessivamente extensivo da nossa pecuária.

Um cenário que vem mudando a olhos vistos. Se ainda temos terra de sobra no Brasil, o que é verdade, a carência de área agricultável é um problema que vem assustando cada vez mais o mundo e que ganha uma dimensão ainda maior com a atual crise dos alimentos.

Ainda o equilíbrio ambiental, por sua vez, é uma preocupação a cada dia mais urgente, que exige esforços de todos os países, pobres e ricos.

No momento em que foi dado o primeiro grande salto para a fundação da agropecuária brasileira, a preocupação com o meio ambiente era apenas uma questão de relevância singular. Não se tinha a dimensão, não havia a preocupação, não havia a cobrança que representa a pecuária à questão ambiental hoje em dia.

A pecuária intensiva é um caminho natural nesse novo cenário. Ao abrigar maior número de cabeças de gado por hectare, o sistema intensivo abre espaço para a produção agrícola e programas de recuperação de áreas degradadas. Também permite o incremento da atividade pecuária sem necessidade de desmatamento de novas áreas.

É importante frisar, Sr. Presidente, que, pelos cálculos do Ibama, a pecuária extensiva responde por mais de 70% da degradação da Amazônia. Este índice mostra quão importante é direcionar as atividades agropecuárias para um modelo de maior intensidade no modo de produzir.

Todos nós estamos cientes do peso da política de crédito rural para...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Um pouco mais tempo.

...orientar o futuro do agronegócio brasileiro. Assim, saber usar esse instrumento pode ser um caminho estratégico para garantir o equilíbrio cada vez mais delicado entre oferta e demanda de alimentos. Pode ser também o caminho mais curto para preservar a Amazônia, uma região tão preciosa para o Brasil e para o mundo.

Cabe a nós, Parlamentares, ajudar a apontar esse caminho. Um caminho que passa também – não posso deixar de citar – pela busca de uma solução para a questão dos fertilizantes.

Temos, urgentemente, que encontrar uma alternativa, em face da absurda escalada dos preços dos fertilizantes, que, obviamente, se refletem nos preços dos alimentos. Temos que romper a excessiva dependência externa – cerca de 80% – que nos mantém atados a um mercado mais e mais abusivo.

Ainda, estimular a difusão das tecnologias necessárias à implementação desse novo modelo. E, para isso, o Brasil dispõe de inegável capacidade de fazê-lo, sobretudo pela utilização da indiscutível competência da Embrapa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro minha palavra registrando mais uma vez a necessidade de construção por parte do Senado de uma agenda positiva de debates e de votações.

O estímulo à substituição da pecuária extensiva pela intensiva, utilizando algumas ferramentas disponíveis, tais como políticas adequadas de crédito rural e extensão do suporte tecnológico e outros, é, tenho certeza, uma contribuição importante para essa agenda positiva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento ao Senador João Tenório por seu projeto meritório, importantíssimo para aumentarmos nossa produção, nosso rebanho bovino, sem derrubar nenhuma árvore em qualquer região deste País. De tal forma, cumprimento V. Ex^a pela louvável iniciativa e por se preocupar também com o meio ambiente.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Rosalba Ciarlini, minha amiga, correligionária, brilhante e valorosa mulher do Estado do Rio Grande do Norte.

Por dez minutos, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de, inicialmente, dizer ao Senador João Tenório que S. Ex^a, mais uma vez, com seu conhecimento e com sua experiência, traz-nos propostas e projetos importantes, para, cada vez mais, apoiar as atividades no campo, com a defesa do meio ambiente.

Hoje, Sr. Presidente, na Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Neuto De Conto, na qual o

Senador João Tenório, sempre presente, tem-nos auxiliado – com S. Ex^a tenho aprendido bastante –, houve uma audiência pública muito importante, principalmente sobre as questões voltadas ao meu semi-árido do Rio Grande do Norte, como a questão da caprinovinocultura – o apoio, o incentivo, o que fazer, o que deveremos fazer, como ampliar cada vez mais essa atividade do campo, de uma importância muito grande. Aparentemente, essa atividade é pequena, mas, para se ter uma idéia, já são mais de 500 mil criadores. É uma atividade que tem tudo para crescer.

Senador Mão Santa, V. Ex^a acredita que 60% da carne de ovinos e de caprinos consumida no Brasil é importada? São 60%! Vêm da Nova Zelândia, do Chile, de outros países. E a nossa região é imensa! E o povo, no campo, está precisando, cada vez mais, crescer nessas atividades que geram sustentabilidade e que fazem com que, realmente, possamos acreditar que este País, com apoio no campo, cada vez mais, será mais forte. Sem a vida nas cidades, não existe vida no campo.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senadora Rosalba...

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador Casildo, do Estado de Santa Catarina, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Obrigado. Quero aproveitar para dizer que a reunião desta manhã, Senadora Rosalba, por iniciativa do Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão de Agricultura no Senado, foi extraordinária, porque ali estavam os expertos do Brasil inteiro, como a Associação Nacional dos Produtores de Caprinos e Ovinos. Trouxeram experiências de Alagoas – quem fez a experiência em Alagoas nasceu em Mossoró, nasceu no Rio Grande do Norte, na terra de V. Ex^a –, experiências catarinenses...

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Experiências paraibanas também.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Trouxeram experiências extraordinárias da Paraíba. E aquela catarinense, então? Não é que eu queira enaltecer o nosso Estado. É a Menestrina. Em poucos hectares, há a ovinocultura e a caprinocultura, e tira-se o leite. Quer dizer, agregam-se valores, principalmente em Santa Catarina, em pequenas propriedades, para diversificar as propriedades. E não é só isso – também onde não se pode mecanizar, por exemplo, na produção de grãos, faz-se uma boa pastagem; se não der boa pastagem, produzem-se três, quatro ou cinco hectares de boas florestas. Ainda pela manhã, eu dizia da possibilidade de se reflorestar, fazendo uma fileira de árvores melíferas. Por que árvores melíferas? Porque elas crescem

e produzem flores; as abelhas têm atividade, agregam valor à pequena propriedade, estimulam o meio no qual se encontram, diversificam, dando mais opções para aquela pequena propriedade, para que a família possa viver. Então, são coisas que começam a surgir. As pessoas que saíram dali – houve o êxodo – poderão voltar novamente. Esse debate na Comissão de Agricultura foi extraordinário. V. Ex^a participou, o Senador João Tenório participou, a Senadora Marisa Serrano, do Mato Grosso do Sul, igualmente. Então, quero, mais uma vez, cumprimentar o Presidente da Comissão, o Senador Neuto, que também é catarinense. Mais encontros como esse e debates como o que V. Ex^a traz a esta Casa são fundamentais.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador. Inclusive, quero aqui, mais uma vez, reforçar ao Senador Neuto de Conto, que foi o autor e que preside a Comissão de Agricultura, o quanto foi importante o relato de todos nós, cada qual na sua região, com sua experiência. Também tive uma experiência, quando Prefeita, de apoio e de incentivo à atividade, criando o mercado do bode, criando as feiras para estimular e incentivar, comercializar mais, fazendo um decreto que se transformou depois em lei na cidade, em que 50% da carne consumida na merenda escolar eram obrigatoriamente de caprino e de ovino, garantindo o mercado, Senador. Mais do que isso, garantimos àqueles que estavam criando a oportunidade da comercialização segura, até porque a qualidade da carne de caprinos e de ovinos, principalmente a de caprinos, é excepcional. É uma carne que faz bem à saúde, podemos assim dizer. Além disso, há os derivados, outros produtos, como o leite de cabra, que também foi introduzido na merenda e no programa de distribuição do leite. O leite de cabra também é transformado em queijo, em rapaduras. Enfim, existe uma gama de opções. É como se diz – de ovinos e de caprinos tudo se aproveita, até o berro! O berro é para nos lembrar que temos de alcançar metas de produção, para que possamos ser auto-sustentáveis, sem precisar da importação. Com isso, o campo brasileiro, principalmente – e aí relembro do semi-árido –, nas regiões mais difíceis, inóspitas, onde a atividade é possível, poderá trazer condições de sustentabilidade, de fixação do homem no campo, diminuindo a migração, que é intensa, para as cidades de médio e grande porte, o que aumenta a violência.

Concedo o aparte palavra ao nobre Senador Neuto de Conto.

O Sr. Neuto De Conto (PMDB – SC) – Senadora Rosalba, é uma satisfação e uma alegria participar deste debate que iniciamos na manhã de hoje. Realmente, se quisermos dar oportunidade à atividade da

família rural, da pequena propriedade rural, temos de conduzir caminhos de rentabilidade. Ninguém fica no campo só por ficar no campo, passando dificuldades de todas as ordens. Mas, certamente, com ganho, com renda, com satisfação de viver, com alegria de produzir o próprio sustento e o da família, essas pessoas ficarão no campo. Não tenho dúvida alguma de que a caprinocultura e a ovinocultura são atividades extraordinárias em todo o mundo. E não será diferente aqui no Brasil, particularmente no nosso Norte e no nosso Nordeste. Lá no seu Rio Grande do Norte, como V. Ex^a disse nesta manhã, tenho certeza de que, com o recurso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para que se possa fazer a aquisição de bons animais, para que possa haver na propriedade boas instalações, para que se possam construir frigoríficos e, principalmente, indústrias lácteas para o beneficiamento da produção, a região e a sociedade terão elevado crescimento nas suas propriedades rurais. Quero cumprimentá-la, mais uma vez, pelo pronunciamento e pelo importante assunto para nosso País.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Muito obrigada, Senador. Agradeço-lhe suas palavras. Sinto-me entusiasmada com esse tema e com o apoio dos senhores que participaram da audiência e dos demais, que, com certeza, conhecem a atividade e sabem, como V. Ex^a, Senador Mão Santa, o quanto é importante exatamente o que o Senador Neuto de Conto disse – mais recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), menos burocratização.

Os criadores de caprinos e de ovinos são pequenos, são pessoas muito simples. São raros os casos de grandes produtores. A grande maioria deles é de pequenos produtores, mas a formação de associações e de cooperativas precisa ser apoiada, para que se possam agregar valores. E como se vão agregar valores? Com a indústria láctea, com o aproveitamento do couro e da pele. Enfim, são mil e uma atividades dessa cadeia produtiva que podem agregar valor, gerar emprego e gerar renda.

Por incrível que pareça, 93% dos caprinos do Brasil estão no semi-árido nordestino. Com os ovinos, isso não ocorre, porque, nesse caso, é preciso um clima – vamos dizer – mais *light*, como o de Santa Catarina e o do Rio Grande do Sul. Mesmo assim, há também ovinos. Mas é claro que a lã é produzida nos Estados de clima mais temperado.

Eu nem ia falar nisso. O assunto que me trouxe à tribuna não era esse, mas eu não poderia deixar passar este momento sem enaltecer a audiência e todos que contribuíram, que vieram com sua experi-

ência, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), como as associações que aqui trouxeram sua experiência. Temos de estar unidos com os centros tecnológicos, com as escolas técnicas, com instituições como o Sebrae, com Ministérios, todos visando a desenvolver uma atividade que gera emprego e renda e traz desenvolvimento e oportunidades ao Brasil.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, quero apresentar este requerimento, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado, para realização de sessão especial no dia 2 de dezembro de 2008, às 10 horas, destinada a homenagear a beatificação da Virgem Mártir Religiosa da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula e Santa Luzia de Marillac, cuja proclamação aconteceu no dia 2/12/2007, na Bahia de São Salvador, pelo enviado do Santo Padre, o Papa Bento XVI, o Eminentíssimo Sr. Cardeal José Sarai-va Martins, Prefeito da Sagrada Congregação para a Causa dos Santos, sob a atuação e empenho de outro Eminentíssimo Sr. Cardeal Arcebispo Primaz do Brasil, Dom Geraldo Majella Agnelo, reconhecendo e enaltecendo os méritos da supra mencionada Companhia das Filhas da Caridade, com atuação em todo o território nacional, as Irmãs de Caridade, pelo testemunho dado por meio do martírio da bem-aventurada Irmã Lindalva Justo de Oliveira, que morreu sob 44 cuteladas de faca desferidas na Sexta-Feira Santa de 9 de abril de 1993, no Abrigo Dom Pedro II, no momento em que servia o café da manhã aos idosos daquela Casa.

Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar que a Irmã Lindalva é potiguar, nascida na cidade de Açú, que é conhecida como a terra dos poetas e que tem como padroeiro São João Batista. A cidade de Açú tem também essa filha ilustre e nobre, uma mulher de fé, que, em nome da sua fé, não abdicou, em nenhum instante, da defesa dos seus princípios e do seu amor maior a Deus. Ela enveredou pelo caminho santo de servir a Deus e a seus irmãos. E foi na Bahia, quando estava servindo como irmã de caridade em um abrigo, que ela foi tragicamente assassinada. E, após esse fato, houve muita comoção na Bahia, e muitas graças, por sua intercessão, têm sido alcançadas.

Então, nada mais justo que essa homenagem. Vai ser a primeira santa brasileira, aqui nascida. Há santo brasileiro, mas não uma santa que tenha nascido no Brasil. Há alguns santos que tiveram toda a sua vida no Brasil, mas que, na realidade...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo mais dois minutos a V. Ex^a, Senadora Rosalba.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – O requerimento é de minha autoria, mas é subscrito pelos Senadores José Agripino, Marco Maciel, Garibaldi Alves, João Durval e César Borges. Os Senadores da Bahia também se somaram por entenderem que essa é uma causa de todo o Brasil, especificamente do nosso coração potiguar e da Bahia, por onde Irmã Lindalva teve sua passagem.

Então, eu gostaria de agradecer-lhe, Sr. Presidente.

Só para finalizar, dou aqui alguns detalhes. Ontem, Sr. Presidente, tive oportunidade de fazer da tribuna uma denúncia indignada, infelizmente, a respeito de uma estrada que é um sonho, para nossa região, de mais de quarenta anos, pelo qual vários políticos do Estado lutaram, inclusive o Deputado Ivan Rosado, que teve sete mandatos nesta Casa, defendendo essa estrada, que se chama “Estrada do Cajueiro”. A estrada é conhecida assim, mas, na realidade, parte de Jucuri, que é uma comunidade rural, um distrito do nosso Município de Mossoró, e chega até a divisa do Ceará, ligando a BR-405 à BR-116.

A estrada é de extrema importância para o desenvolvimento da nossa cidade e do nosso Estado, e, infelizmente, fomos surpreendidos com o arquivamento desse projeto. Essa estrada foi federalizada pelo Deputado Betinho Rosado, que havia alocado recursos do Orçamento da União por emenda coletiva, para que fossem realizadas as obras pelo Governo do Estado, mas, infelizmente, tomamos conhecimento, ontem, de que esse projeto foi arquivado. É algo muito importante, com os recursos que foram alocados.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço-lhe só mais um minuto, que estou finalizando.

Estamos aqui, mais uma vez, para falar da nossa indignação. E já que a Bancada, por indicação do Senador José Agripino, ontem, sugeriu que todos nos reuníssemos e convocássemos uma audiência com o Ministro dos Transportes, eu gostaria também de dizer que essa audiência deverá ser feita com a Bancada.

Já recebi a solidariedade e a informação de alguns Deputados que estão se somando nessa causa, mas também gostaria de dizer que é importante que a Governadora esteja presente, tendo em vista os recursos que foram alocados, por emenda coletiva, para serem utilizados pelo Governo do Estado na execução da obra, e o fato de que o projeto foi arquivado. Acreditamos que S. Ex^a é a pessoa indicada para se somar a essa luta e para conseguir o desarquivamento desse projeto tão importante para a minha cidade, para

a nossa região, para os nossos Estados, visto que a estrada liga o Estado do Rio Grande do Norte ao Estado do Ceará e a nossa região com o Vale do Jaguarí, uma região importante, produtiva, que tem um potencial muito grande para crescer ainda mais na fruticultura e nas mais diversas atividades, contribuindo para um Brasil cada vez mais forte e para um Nordeste onde as desigualdades possam ser reduzidas.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço-lhe também pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

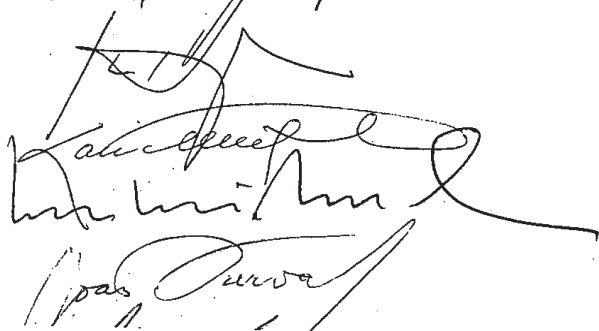
REQUERIMENTO Nº 897, DE 2008

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado, a realização de Sessão Especial no dia 2 de dezembro de 2008, às 10 horas, destinada a homenagear beatificação da Virgem Mártir Religiosa da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paula e Santa Luzia de Marillac, cuja a proclamação aconteceu aos 2-12-2007 na Bahia de São Salvador pelo enviado do Santo Padre o Papa Bento XVI, o Eminentíssimo Senhor Cardeal José Saraiva Martins, Prefeito da Sagrada Congregação para a causa dos Santos, sob a atuação e empenho de outro Eminentíssimo Senhor Cardeal Arcebispo, o Primaz do Brasil, Dom Geraldo Magella Aguielo, reconhecendo e enaltecendo os méritos da supra mencionada Companhia das Filhas da Caridade com atuação em todo território nacional, as irmãs de caridade, pelo testemunho dado através do martírio da bem aventurada Irmã Lindalva Justo de Oliveira, que morreu sob 44 cutiladas de faca desferida na Sexta-feira Santa de 9 de abril de 1993, no abrigo Dom Pedro Segundo, no momento em que servia o café da manhã aos idosos daquela Casa.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2008


SENADORA ROSALBA CIARLINI



O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, à valorosa Senadora do Estado de Goiás, Lúcia Vânia; em seguida, concederemos também a palavra, para um breve comunicado, ao Senador Geovani Borges e seguiremos, conforme a ordem de inscrição, a nossa sessão.

Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, por dez minutos.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao longo deste ano continuam a ocorrer justas comemorações pelo centenário do início da imigração japonesa para o Brasil.

O processo migratório foi de extrema importância para a formação da cultura brasileira que, por isso mesmo, tem uma característica ricamente miscigenada.

Incorporamos, ao longo dos anos, características culturais dos quatro cantos do mundo.

Graças ao processo migratório, temos um País de múltiplas cores e sabores. Somos um povo com uma cultura diversificada e de grande valor histórico.

Como representante de Goiás, não poderia deixar de colocar em evidência, dentro dos cem anos da imigração japonesa, especificamente, o processo migratório para o nosso Estado. Foi lançado, no último dia 28 do mês de junho, na Associação Nipo-Brasileira de Goiás, o primeiro livro sobre a imigração japonesa para o nosso Estado, titulado *Meia Volta ao Mundo – Imigração Japonesa para Goiás*. O nome foi escolhido por votação da comunidade nipônica.

O livro foi coordenado, a convite da Associação Nipo-Brasileira de Goiás, pela Professora Doutora Cecília Noriko Ito Saito, do Centro de Estudos Orientais da Universidade Católica de São Paulo. Mas teve como base a dissertação do mestrado da Professora Fátima Alcídia, defendida no curso de História da Universidade Federal de Goiás.

Além disso, foram levados em consideração depoimentos, arquivos da própria Associação Nipo-Brasileira, imagens e artigos acadêmicos enviados por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Católica e da PUC-SP.

Atualmente, há mais de 1,5 milhão de japoneses no País, que se constituem na maior aglomeração de nipônicos fora do Japão.

No Centro-Oeste, existem cerca de 70 mil japoneses, ou 0,7% da população regional. Destes, 5 mil vivem em Goiás.

De cerca de 30 imigrantes, que chegaram ao Estado em 1929, somente a Associação Nipo-Brasileira de Goiás tem hoje 500 famílias cadastradas.

O livro, há pouco lançado, informa que Goiás, na época pouco povoado e com terras abundantes, exerceu o papel de pólo de atração para os imigrantes japoneses.

O ideal da posse da terra foi fator altamente motivador para a vinda dos imigrantes japoneses, assim como aconteceu com imigrantes de outras nacionalidades.

Senhoras e senhores, como sabemos que o processo migratório foi dirigido, originalmente e principalmente, ao Estado de São Paulo, o movimento migratório japonês para Goiás teve caráter altamente espontâneo, constituindo-se do deslocamento de famílias que, juntas, haviam experimentado os rigores impostos pelo trabalho nas lavouras de café em terras paulistas e mineiras.

As maiores colônias de imigrantes em Goiás ficaram nos Municípios de Goiandira, Pires do Rio, Catalão, Anápolis, Nerópolis, Goiânia, Goianápolis e Inhumas.

Uma das colônias de maior destaque, a de Anápolis, foi consequência da atuação da Companhia Japonesa de Colonização do Estado de Goiás. Essa Companhia, entre outras atribuições, visava formar colônias com japoneses, vender terras aos agricultores japoneses, fazer propaganda das terras goianas e da produção agrícola japonesa.

Uma vez instalados em Goiás, os imigrantes converteram-se em pequenos e médios proprietários, dedicando-se, principalmente, ao cultivo do café, seguido do plantio de outros produtos agrícolas, como testemunha a obra publicada.

Do trabalho agrícola, os japoneses em Goiás, como de resto em todo o Brasil, alargaram a sua contribuição para a área técnica em geral, para a engenharia, para medicina, para a odontologia, para a política, para o comércio, para o ensino universitário e para a indústria.

Os japoneses dão efetiva colaboração ao desenvolvimento do nosso Estado e sua participação contribui, decisivamente, com a vida econômica e cultural não só da capital, mas de todo o Estado.

Hoje, aos 79 anos de presença japonesa em Goiás, há uma inequívoca participação em todo o espectro de desenvolvimento do Estado.

Sr. Presidente, daqui desta tribuna, como uma das representantes do povo de Goiás e, conseqüentemente, também dos nipônicos e seus descendentes, cumprimento a todos na pessoa do senhor Junichiro Sado, presidente da Associação Nipo-Brasileira de Goiás.

Como representante do povo goiano no Senado, agradeço a todos e peço que continuemos a desenhar o futuro do Estado coração do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria, neste momento, de cumprimentar a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Católica e todos que colaboraram com essa pesquisa. Quero aqui deixar os meus cumprimentos, mais uma vez, a toda a colônia japonesa.

Por fim, Sr. Presidente, gostaria também, neste momento, de hipotecar minha solidariedade ao Senador Heráclito Fortes, pois, quando da fala do Senador Mão Santa, eu não estava aqui neste plenário. Mas, como companheira do Senador Heráclito, conhecendo a lisura com que conduz sua vida pública, o nível de relacionamento que tem nesta Casa, a dedicação e aplicação que tem em todos os trabalhos de que participa, sinto-me, assim como todos nós, ofendida com as denúncias de que está sendo vítima nesses últimos tempos. Acredito que se devam muito mais pelo nível de relacionamento que ele dispõe com as pessoas do que por qualquer outra coisa mais séria.

Portanto, deixo aqui minha solidariedade ao companheiro, ao amigo, ao Senador Heráclito Fortes, dizendo que ele tem sido ousado e valente. Essas denúncias jamais irão abatê-lo porque ele será sempre o Senador combativo e corajoso que, sem dúvida nenhuma, conduz os trabalhos nesta Casa com tanta lisura.

Portanto, Sr. Presidente, os meus agradecimentos e os meus cumprimentos a todos os Senadores que participaram desse ato solidário ao Senador Heráclito Fortes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento a Senadora Lúcia Vânia pelo belo pronunciamento.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Geovani Borges, que será sem dúvida alguma o futuro Prefeito da cidade de Santana, no Estado do Amapá. V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. GEOVANI BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade do tempo e pela referência.

Antes de começar meu pronunciamento, aproveito a oportunidade para parabenizar pelo aniversário hoje o meu ex-colega, o Deputado constituinte Aníbal Barcellos, que foi Governador por duas vezes, na época em que o Amapá era Território e primeiro Governador do Estado, hoje, é Vereador da capital. À família Barcellos, ao Deputado Alexandre Barcellos, ao Deputado Sérgio Barcellos, as nossas homenagens, os nossos parabéns da tribuna do Senado.

Também quero mandar um abraço ao meu amigo Fábio, lá de Santana, que está aniversariando, e ao Júnior, ambos filhos da Deputada Francisca Favacho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou um nacionalista convicto. Orgulho-me de ser brasileiro. Acho fantástica essa mistura de etnias, nossa alegria, credulidade, fé, hospitalidade, criatividade, jogo de cintura. Só lamento que sejamos um povo com tão baixa auto-estima.

O pouco que pude conhecer do mundo em viagens que fiz e o muito que li de Geografia e História me fizeram ver que não há país mais abençoado e povo mais querido do que este.

Fiz questão de relacionar alguns itens do Brasil que dá certo e que a gente nem se lembra de comemorar.

1. O Brasil é o país que tem tido maior sucesso no combate à aids e outras doenças sexualmente transmissíveis e vem sendo exemplo mundial.

2. O Brasil é o único país do hemisfério sul que está participando do Projeto Genoma.

3. Nas eleições de 2000, o sistema do Tribunal Regional Eleitoral estava informatizado em todas as regiões do Brasil, com resultados em menos de 24 horas depois do início das apurações. O modelo chamou a atenção de uma das maiores potências mundiais – os Estados Unidos, onde a apuração dos votos teve que ser refeita várias vezes, atrasando o resultado e colocando em xeque a credibilidade do processo.

4. Senador Paulo Duque, mesmo sendo um país em desenvolvimento, os internautas brasileiros representam uma fatia de 40% do mercado na América Latina.

5. No Brasil, há 14 fábricas de veículos instaladas e quatro se instalando, enquanto os países vizinhos não possuem nenhuma, Sr. Presidente Jayme Campos.

6. Das crianças e adolescentes entre sete e quatorze anos, 97,3% estão estudando.

7. O mercado de telefones celulares no Brasil é o segundo do mundo com 650 mil novas habilitações a cada mês.

8. Na telefonia fixa, o país ocupa a quinta posição em número de linhas instaladas.

9. Das empresas brasileiras, 6.890 possuem certificado de qualidade ISO 9.000, maior número entre os países em desenvolvimento. No México, só apenas 300 empresas e na Argentina, 265.

10. O Brasil é o segundo maior mercado de jatos e helicópteros executivo, Líder e Senador Romero Jucá.

11. Por que não se orgulhar em dizer que o mercado editorial brasileiro de livros é maior do que o da Itália, com mais de cinquenta mil títulos novos a cada ano?

12. Que o Brasil tem o mais moderno sistema bancário do Planeta?

13. Que as agências brasileiras de publicidade ganham os melhores e maiores prêmios mundiais?

14. Por que não se fala que o Brasil é o País mais empreendedor do mundo e que mais de 70% dos brasileiros, pobres e ricos, dedicam considerável parte de seu tempo a trabalhos voluntários?

15. Por que não dizer que o Brasil é hoje a terceira maior democracia do mundo?

16. Que, apesar de todas as mazelas, o Congresso está punindo seus próprios membros, o que raramente ocorre em outros países ditos civilizados?

17. Por que não lembrar que o povo brasileiro é hospitaleiro, que se esforça para falar a língua dos turistas, que gesticula e não mede esforços para atendê-los bem?

18. Por que não se orgulhar de ser um povo que faz piada da própria tristeza e que enfrenta os desgostos sambando, ilustre Senador do Rio de Janeiro, Paulo Duque?

19. Que as pesquisas apontam que os brasileiros são considerados os maiores amantes do mundo, enquanto os ingleses e os árabes são os piores?

20. Que os brasileiros tomam banho todos os dias, às vezes mais de um por dia, enquanto os europeus tomam em média um por semana? Sabiam que o país onde a Gessy Lever mais vende sabonetes é o Brasil?

Isso aqui é para descontrair um pouco, meu Presidente Jefferson Praia.

Bendito este povo que possui a magia de unir todas as raças, de todos os credos. Bendito este povo que sabe entender todos os sotaques.

Então eu me pergunto – por que o brasileiro tem a mania de só ser nacionalista e patriota durante a Copa do Mundo?

Se fosse assim todos os dias, vibrante e nacionalista como é durante a Copa, talvez hoje o Brasil fosse uma superpotência. Mas essa danada de baixa auto-estima, esse complexo de colonizado faz do brasileiro um inseguro por natureza.

Grosso modo, qualquer estrangeiro já é mais “doutor” em qualquer assunto do que ele.

É o que vem acontecendo agora, Sr. Presidente, agora em relação à Amazônica, à Mata Atlântica, às nossas florestas, mares, rios e lagos. As “grandes” cabeças do chamado Primeiro Mundo resolveram discutir e somos ou não capazes de gerir nossas próprias riquezas e de que forma devemos fazê-lo.

Com todo respeito que deve ter um caboclo que saiu das entranhas de Mazagão, Município do meu Estado, e hoje ocupa o plenário deste Senado, cabe dizer às cabeças coroadas do Primeiro Mundo que temos cá as nossas mazelas, sim, mas somos capazes de cuidar de nós mesmos e, principalmente, encontrar saídas criativas para os problemas e crises que se nos apresentam. O velho ditado popular cai como uma luva neste caso – “a necessidade é a mãe da invenção”. E talvez daí venha a invejável criatividade brasileira.

O que me irrita, Sr. Presidente, é ver as chamadas “melhores cabeças do Primeiro Mundo” achar que os brasileiros são tolos por natureza. Tolos, inaptos e incapazes.

Irrita-me o olhar guloso sobre a nossa querida Amazônia. É como se “eles”, aqueles que integram as “melhores cabeças”, estivessem tramando a internacionalização da Amazônia ou a gestão partilhada (eles e nós) do “pulmão do mundo”.

Vamos colocar os pingos nos “is”, por favor!

Primeiro, a Amazônia é nossa.

Segundo, não pretendemos internacionalizá-la nem estabelecer uma “gestão compartilhada”.

Terceiro, o Brasil ainda não faz parte do chamado Primeiro Mundo, mas está cheio de cabeças iluminadas que pensam como tal.

Quarto, quando e se o Brasil vier a precisar de ajuda para cuidar da Amazônia, será humilde o bastante para pedir ajuda às “cabeças brilhantes do Primeiro Mundo”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Com a palavra o nobre Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna e, antes de iniciar, de fato, a minha fala em relação ao assunto, eu quero também me solidarizar com o ilustre Senador da República Heráclito Fortes. Conheço a

sua trajetória, a sua vida pública e, desta feita, quando querem pichar, ou seja, tentar enlamear a sua honra, eu tenho a certeza de que não vão conseguir. Heráclito Fortes é um dos políticos mais honrados e mais sérios deste País.

De tal forma que eu quero me solidarizar e deixar também aqui, como sempre deixei, o meu respeito, o meu apreço e a minha confiança em sua pessoa.

Sr. Presidente, estou aqui nesta tribuna para falar sobre o Projeto de Lei nº 98, de 2002, que, certamente, busca dar uma nova normatização e redação à criação de novos Municípios neste imenso País.

Depois de quase doze anos de vigência da Emenda Constitucional nº 15, de 1996, e de muitas idas e vindas em busca de consenso, esta Casa, finalmente, se propõe a apreciar as regras e critérios de procedimento para criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.

Municipalista que sou, nunca me conformei com a sutil manobra legislativa que furtou dos entes federados a autonomia para criar seus próprios Municípios. Assim como me sinto ainda mais inconformado com a inquietante situação de virmos convivendo com municipalidades “fantasmas” (só no meu Estado são quatorze), posto que implantadas por meio de eleições havidas de fato e não reconhecidas de direito, durante longo e absurdo vácuo legal, gerando injustificável anomalia com a qual temos sido impelidos a compactuar.

Eis por que já ter defendido desta tribuna e de tantas outras a premente necessidade de aprovação da PEC 13. Eis por que insisto se restitua aos Estados, da melhor maneira possível, a prerrogativa que lhes foi injustamente retirada.

No contexto de tais convicções, é com elevada expectativa que aguardo a chegada a este plenário do Projeto de Lei Complementar nº 98, de 2002, recentemente aprovado pela CCJ, nos termos do substitutivo brilhantemente apresentado pelo Senador Tasso Jereissati.

Reservo-me, porém, a oportunidade de submeter à reflexão dos nobres colegas algumas ressalvas que reputo de extrema importância na apreciação dessa vital matéria.

Em que pese a compreensível preocupação do hábil Relator, no que concerne ao endurecimento das salvaguardas, para que não se cometam eventuais abusos na multiplicação indiscriminada de novos municípios inviáveis, devemos atentar para o fato de não estarmos engessando o progresso de nossos núcleos populacionais urbanos, a partir de critérios absolutos, sem levar em conta as peculiaridades e demandas de expansão mais específicas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não devemos nem podemos estabelecer parâmetros lineares que acarretem o risco de estarmos sabotando o futuro. Para tanto, a nosso ver, se faz imprescindível acrescentar, às condições gerais definidas pelo referido projeto, dispositivos para relativizar os patamares numéricos, de modo a que se permita viabilizar a criação de novos municípios, respeitando as estruturas sociais próprias de cada localidade, sem raptar-lhes as possibilidades de desenvolvimento, só porque barradas por um número friamente estabelecido.

Assim, pretendo apresentar ao PLS 98 emendas no sentido de flexibilizar, com responsabilidade, as regras ali contidas.

O primeiro reparo diz respeito ao número de habitantes. No nosso entendimento, as condições de ocupação demográfica das regiões Norte e Centro-Oeste se afiguram bastante similares, razão pela qual propomos que se aplique o mesmo critério de cinco mil habitantes para ambas as regiões.

Os demais reparos se referem à relativização do que eu falei há pouco. A idéia é que, cumulativamente à exigência dos cinco mil habitantes, exija-se, também, observância a outros percentuais mínimos com relação ao número de imóveis, arrecadação e distâncias.

Nesta linha de raciocínio, nossa proposta consiste em agregar ao critério populacional quatro requisitos locais. Primeiro – população superior à média populacional de 10% dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população, baseando-se em dados fornecidos pelo IBGE. Segundo – número de imóveis na sede do aglomerado urbano que sediará o novo Município, superior à média de imóveis de 10% dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população. Terceiro – arrecadação estimada superior à média de 10% dos Municípios do Estado, considerados em ordem decrescente os de menor população. Quarto – distância mínima de dez quilômetros entre os centros geográficos do Município mãe, em relação ao que sediará o novo Município.

Dessa forma, acreditamos estar contribuindo para o crescimento responsável de nossa municipalidade.

Vou citar alguns exemplos – a Alemanha tem 16 mil municípios. A França tem 36 mil. A Itália, quase 10 mil; os Estados Unidos têm 34 mil.

Ora, nosso País, de dimensões continentais, tem muitíssimo a crescer.

Compete a nós, legisladores, propiciarmos os meios seguros para que isso ocorra.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fundamental que nós tenhamos uma visão diferenciada em relação, talvez, ao Sudeste e ao Sul, à Região Norte

e à Região Centro-Oeste deste País, para que possamos empenhar-nos no crescimento das regiões deste imenso País.

A história e o futuro da Nação, penhoradamente, agradecem.

Era o que tinha a dizer na tarde de hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Jefferson Praia, amazonense que ora preside esta sessão, o Amazonas é um Estado tão importante, tão grande, tão pujante que já mereceu a defesa permanente de um ex-Presidente da República chamado Artur Bernardes nos idos de 1950. Artur Bernardes, quando era Deputado no Palácio Tiradentes e percebeu a cobiça internacional, sobretudo de forças européias, pela riqueza incomensurável do seu Estado, Sr. Presidente, empreendeu uma luta sensacional naquele Palácio Tiradentes. Brevemente, publicaremos um livro chamado **Atualidade de Artur Bernardes**, que, depois de ter sido Presidente da República de 1922 a 1926, já bastante idoso, defendeu, com muito denodo, força e autoridade moral, o Estado do Amazonas, suas riquezas e os nossos minérios de Minas Gerais.

A sua presença é importante nesta fase neste plenário. Foi uma grata surpresa estar aqui, no plenário, vendo o Senador Jayme Campos, mato-grossense, e assistindo – e ouvindo-o com toda a atenção – ao discurso do Senador Geovani Borges, que foi uma surpresa para mim.

Eu ainda não tinha visto na tribuna o Geovani Borges, que é Senador, foi Prefeito de Santana, aquela grande cidade do Amapá, que foi, meu Deus do céu, quanta coisa! Já nem direi da sua atuação parlamentar como Deputado Federal, mas direi da sua presença na tribuna hoje. Fez um dos melhores discursos que eu já ouvi desde que estou no Senado; um discurso minucioso, um discurso otimista, um discurso nacionalista.

Somos todos nacionalistas, mas hoje avultou o nacionalismo de Geovani Borges, jovem ainda, mas que já foi tanta coisa na política e ainda o será na política do seu Estado, na sua cidade de Santana, que eu não conheço, mas que dizem que é uma cidade muito próspera, que já teve grandes administradores. E isso me faz criar uma simpatia muito grande.

A sua presença neste Senado, Senador Geovani, hoje, foi importante, como também o foi o seu discurso. Não ouvi palavras ácidas, pessimistas. Não houve. No seu discurso, houve a presença do brasileiro nacionalista que ama o seu País. Ouvi isso com toda atenção. Declaro isso com todo vigor. Houve nesta tribuna, hoje,

a presença do Senador Geovani Borges, um puro nacionalista. E a sessão de hoje também está sendo presidida por um puro nacionalista. Só que Geovani Borges é do Amapá e Jefferson Praia, do Amazonas. O Francisco de Assis de Souza é do Piauí, é do Piauí. Quer dizer, o norte está prevalecendo aqui, mas, felizmente, há um carioca e um – como vou chamá-lo? Mineiro? Carioca também? – carioca também, que é o nosso ilustre Senador Wellington Salgado. Por isso é que eu digo que o Brasil está aqui neste Senado. Quanta coisa boa tenho aprendido aqui. Quanta coisa boa!

Vejam V. Ex^{as} o seguinte – o Senador Jayme Campos falou sobre a possibilidade de os Estados brasileiros voltarem a decidir sobre a criação de Municípios, com toda a razão. Mas as forças ocultas, que muita gente pensa que não existem, existem. As forças ocultas existem! Quando Jânio Quadros mandou um bilhete para cá, para este Senado – não se iludam – ele sabia e não conseguiu agüentar as forças ocultas. Elas existem!

Quando a República surgiu, eram dezenove províncias apenas que foram transformadas em dezenove Estados. De lá até agora, vejam – isso foi objeto do discurso do Geovani e do Jayme –, de lá até agora, nós somos 27 Estados só; só 27 Estados, nessa imensidão.

Quando o santo Juscelino Kubitschek – para mim ele é um santo – cumpriu a sua meta síntese de criar Brasília e, ao mesmo tempo, transferir a capital para Brasília, ele dividiu a História do Brasil em duas fases – antes e depois. Porque 27 Estados para um país com, meu Deus do céu, 8,5 milhões de quilômetros quadrados...

Vejamos em relação à Europa. Se pegarmos a Alemanha, a França, a Inglaterra, a Bélgica, a Polônia – meu Deus do céu! –, a Noruega, a Suécia, a Finlândia, tudo isso, territorialmente, pode ser colocado dentro do Brasil e ainda sobra muito espaço.

Então, vejam como, de repente, a cobiça de mais de 60 anos das nossas riquezas no Amazonas se tornou objeto da cobiça mundial, do desejo internacional. A luta se repete.

Mas não foi à toa que há 50 anos os nacionalistas, no Rio de Janeiro – no Rio de Janeiro, onde tudo acontecia –, se reuniam no Clube Militar, na Avenida Rio Branco, quase esquina da Rua Santa Luzia; no Clube Militar se reuniam os nacionalistas, chefiados por tanta gente – eu não vou citar ninguém para não esquecer aquelas figuras de generais, de advogados –, e lá eles se reuniam, faziam verdadeiros hinos de nacionalismo em defesa do Amazonas naquela ocasião.

Estou falando aqui de meio século, Sr. Presidente Jefferson Praia, de meio século. No Rio de Janeiro,

na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ainda não era Guanabara, nem era esse grande Estado, reuniam-se para defender o seu Estado. V. Ex^a, seguramente, nem era nascido, mas nós lá estávamos já defendendo, no Clube Militar, nas conferências do Clube Naval – tudo isso no Rio – as florestas e as riquezas do Amazonas, as jazidas de ferro de Minas Gerais, chefiados por uma voz de autoridade do Presidente Arthur Bernardes.

Vejam como é bonito isso e como a história se repete, entrelaça-se, une-se e chega aqui hoje.

Não importa que não estejam todos aqui. Isso não tem importância alguma. Porque, quando hoje fizemos nossos pronunciamentos, estávamos nos dirigindo ao Brasil inteiro. Garanto que Santana, hoje, deve estar me ouvindo; garanto que o Piauí está-me ouvindo; garanto que – meu Deus do Céu! – São Gonçalo está-me ouvindo. Seguramente, São Gonçalo está-me ouvindo. É o Brasil que está ouvindo seus representantes do Amazonas, do Amapá, do Piauí e da cidade do Rio de Janeiro. Nosso Wellington Salgado não vai escapar nunca de ser carioca, por mais que não queira. Ele é carioca! Ele é carioca! Fluminense ou carioca, está integrado no espírito combativo do povo carioca.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Duque, eu gostaria de participar.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Participar da tribuna?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, do pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Ah, mas V. Ex^a nem precisa pedir. Tem livre caminho aqui no meu discurso!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Cento e oitenta e três anos de Senado da República. Mas V. Ex^a faz a síntese, mostra o País, a finalidade, a necessidade de a nossa democracia ter esse tambor de ressonância popular. E a História do Brasil relata que o primeiro modelo administrativo, que foram as capitanias hereditárias, não deu certo. Precisaria de uma unidade de comando e de uma unidade de direção, princípios de administração. Eis que o Governo português – nós éramos colônia – mandou o Primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, ele que tinha os seus auxiliares, o seu Provedor-Mor que era o homem da Fazenda, do dinheiro; o seu Ouvidor-Mor, da Justiça; o seu Capitão-do-Mato; o Capitão-de-Campo, que eram as forças militares, mas abriu uma Câmara Municipal para chamar os de melhores valores dos seus Municípios e eles eram chamados naquela época Câmara dos Bons. Atentai bem! Esse era o tratamento nos primórdios da nossa organização política, da unidade, daí continuou. O Duarte da Costa; depois o Mem de Sá, que tirou os

franceses, com o sobrinho Estácio de Sá liderando, do seu Rio de Janeiro. Então, desde aí, o primeiro Parlamento era chamado de Câmara dos Bons. É bom que façamos uma reflexão da nossa responsabilidade. Tomé de Souza gozava dessa confiança daqueles que representavam o povo e V. Ex^a retrata tão bem a história. V. Ex^a, além da vasta cultura que tem, representa a grandeza do Estado do Rio de Janeiro que, depois, passou a ser a nossa capital. Ainda o é intelectual deste País. V. Ex^a viveu, sabe, por estudo e por cultura, de todas as transições por que passamos. No período mais difícil, quando temeu-se a revolta das colônias, quando D. João VI deixou seu filho – e justamente a Assembléia Constituinte da época foi a Câmara –, foi a Câmara que garantiu que ele deveria ir embora para Portugal, porque a elite política, os brasileiros, tinham medo de voltar a ser colônia. E D. Pedro I foi. Lá ele foi D. Pedro IV e reconquistou, mas deixou seu filho. E foi justamente aquele Congresso, criado por Tomé de Souza, que garantiu eleger os regentes. Três regentes provisórios, porque estavam fechados, depois, o definitivo. Depois, um entre o primeiro regente, uno, o maior, foi o Padre Feijó, que educou D. Pedro II. E as forças brasileiras aceleraram com medo de que D. Pedro I voltasse, de voltar à dependência de Portugal. Essa mesma Assembléia decidiu dar maioria a D. Pedro II, ao primeiro brasileiro a administrar. E foi a Câmara, a Assembléia, o Congresso, saber se ele aceitava a maioria e ele deu exemplo de coragem e disse – quero já. E aos 15 anos ele passou a administrar, e por 49 anos nos deu essa unidade política, unidade de idioma e, depois, nesse percurso, nós sabemos – e a história conta – que houve muitas dificuldades. A Revolução Farroupilha foi uma; a Cabanagem, do Pará; a Balaiada, do Maranhão; a Sabinada, da Bahia... Teve outra, mas ele manteve essa unidade, até que o povo, ouvindo o grito de liberdade, igualdade e fraternidade que há cem anos tinha sido dado na França, chegou aqui e, cada vez mais, fincava-se a idéia da República, o governo do povo, pelo povo, para o povo, do qual Rui Barbosa escreveu a primeira Carta Republicana. Veio um militar, veio outro, quando quiseram o terceiro, ele ensinou ao País. Ofereceram-lhe um ministério para ele se acomodar... Esse é um grande ensinamento ao meu Partido – PMDB – que só vê cargos. Aí, ele disse – “Não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”. Isso na campanha civilista. Outros presidentes vieram e V. Ex^a os conhece de cor. Tivemos o período de exceção de liderança civil em uma Ditadura, que demorou... Quantos anos? Quinze, não é? Getúlio Vargas foi a primeira vez, de 30 a 45. E o homem não escolhe a época de governar. Ele teve de fazer uma guerra para entrar; sofreu uma guerra para se manter,

contra São Paulo, e a Segunda Guerra Mundial. Mas foi um estadista, um grande estadista, o homem que deu a mensagem da crença no trabalho. Rui Barbosa já tinha ensinado esta prática – “A primazia é do trabalho e do trabalhador. Eles vieram antes, eles fizeram a riqueza”. E Getúlio aprendeu. Ele foi o pai do trabalhador, o pai das leis trabalhistas, o pai do salário mínimo, o pai até das liberdades democráticas, porque foi ele que criou o TSE, que permitiu que a mulher votasse e que instituiu o voto secreto. Foi um grande estadista. V. Ex^a conviveu com ele, V. Ex^a é seu discípulo. V. Ex^a traz o melhor da história para enriquecer este Senado da República, dando o seu testemunho da grandeza que tivemos. Hoje, vivemos o mais difícil momento dessa história. Agorinha, fui chamado ali pelo Pedro Simon para ler que prenderam o Sr. Dantas. Não vou analisar porque não entendo as acusações. Foi solto por ordem da Suprema Corte, do ícone, do líder, do Presidente do STF, Gilmar Mendes. Acabam de prendê-lo novamente. Estou aqui como V. Ex^a, como Rui Barbosa, para ensinar à Pátria, para ensinar a Luiz Inácio da Silva o que significa o “Ordem e Progresso”. Atentai bem, Sr. Presidente Jefferson Praia, que entrou com muita responsabilidade porque substituiu Jefferson Peres – sou oficial da reserva. Vê-se, de chofre, a quebra dos valores da hierarquia e da disciplina. Então, vivemos um momento de risco. Está escrita a mensagem positivista desses que fizeram a história – “Ordem e Progresso”. Este País está entrando numa anarquia. A quebra da hierarquia e da disciplina que se viu com esse ato... De manhã, o Presidente da Corte Suprema, da Justiça... Justiça, como Montaigne disse, “é o pão de que mais a humanidade necessita”. Rui Barbosa ensina e temos que repetir “que só tem um caminho e uma salvação – a lei e a justiça”. Há uma quebra da hierarquia e da disciplina. Então, nós temos que estar aqui defendendo a tradição do primeiro Parlamento, a Casa dos Bons, criada por Tomé de Souza, para que este País permaneça com os fundamentos democráticos, com a tripartição do poder, com poderes equitativos, que se respeitem e que se harmonizem. Ó Luiz Inácio, atentai bem – se não tem ninguém que o ensine no PT, estamos aqui para isso. Mitterrand, o grande estadista do país onde nasceu a democracia – liberdade, igualdade e fraternidade –, moribundo, com câncer, escreveu, no final do governo, uma mensagem aos governantes – o governante deve fortalecer os contrapoderes. Então, Vossa Excelência, Luiz Inácio, nosso Presidente, tem que fortalecer este Poder, pois somos o povo, somos, como Luiz Inácio, filhos do voto e da democracia, e também fortalecer o Poder Judiciário. Cristo, Luiz Inácio, dizia – “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – Senador Paulo Duque...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Após essa fala, eu quase desço da tribuna para dar um grande abraço no nosso querido Senador Mão Santa.

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – Mas, Senador Paulo Duque, antes de V. Ex^a...

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Mas, antes de descer da tribuna, terei o maior prazer em permitir que fale o nosso querido Senador Geovani Borges. Eu o estou chamando de querido por causa do discurso que ele fez hoje, um discurso sério, nacionalista.

Com muito prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – O prazer é todo nosso. Antes de chegar a esta Casa, Senador Paulo Duque, tive o privilégio de acompanhar o pronunciamento de V. Ex^a, através da *Sky*. Naquele momento, eu me perguntava – quem é esse Senador? Paulo Duque? Do Rio de Janeiro? Dono de uma postura, de uma tranquilidade, uma serenidade, uma enciclopédia de experiências adquiridas ao longo de sua vida parlamentar. Se não me engano, no Parlamento municipal, no Parlamento estadual e agora no Senado Federal. E V. Ex^a defendia um tema, naquele momento, que me chamou a atenção. Hoje, estou tendo o privilégio de apartear-lo. Eu, no Amapá, no Extremo-Norte do País, na cidade do Oiapoque, tinha uma curiosidade muito grande de conhecê-lo, de ver a sua atuação, a forma como V. Ex^a defende os seus pontos de vista, o seu interesse pelos temas nacionais, do seu Estado do Rio de Janeiro... Quero só aproveitar esta oportunidade para congratular-me com V. Ex^a e dizer da honra que tive de interagir com V. Ex^a neste momento, aqui no Senado Federal. Estou indo agora para o aeroporto e em breve o Senador **Gilvam Borges**, meu irmão, estará reassumindo esta cadeira do Amapá para que eu fique por lá dando a minha contribuição. Mas quero parabenizar V. Ex^a, quero parabenizar o Senador Mão Santa, do Piauí, pelo brilhante aparte e agradecer ao Senador Wellington Salgado, que chegou a ser meu Líder na Bancada do PMDB, e, como peemedebista do Amapá, mandar um abraço a todos os peemedebistas do Rio de Janeiro. Muito obrigado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Eu é que agradeço ao Senador Geovani Borges pelas gentis palavras, lembrando ao Senador Mão Santa que esta Casa está funcionando com suplentes. Depois ainda falam mal dos suplentes! Olhem só – um suplente está aqui, outro suplente está lá, mais outro suplente...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um aparte.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Vou conceder.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Fernando Henrique Cardoso foi suplente de Senador e é o maior estadista deste País.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Eu só acho que é o segundo maior.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Como eu ia dizendo, há outro suplente na tribuna... Meus Deus, olhem a importância do suplente. Ele é muito importância!

Eu lhe desejo uma boa viagem, meu caro Senador Geovani Borges!

O Sr. Geovani Borges (PMDB – AP) – Obrigado.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Cumprimento o povo de Santana por mim, por favor.

Eu quero, agora, conceder um aparte ao meu querido amigo Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Paulo Duque, V. Ex^a é um homem de história, um homem experiente. Muitos que assistem à TV Senado talvez não saibam que V. Ex^a foi Deputado Estadual por oito mandatos. São trinta e dois anos de política. V. Ex^a vivenciou tudo que aconteceu na época de Getúlio. De lá para cá, viu crises no País. Na crise que vivemos aqui no Senado, eu conversava muito com V. Ex^a sobre o que estava acontecendo e V. Ex^a sempre me esclarecia, sempre me falava, mostrava que a história se repete e que aquilo não era crise coisa nenhuma, que crise foi o que V. Ex^a viu no passado, que o que acontecia aqui não era crise de jeito nenhum. Eu queria saber de V. Ex^a se, diante de tudo o que está acontecendo na sociedade brasileira neste momento... Eu me sinto muito confortável de falar porque conheço toda a história do Delegado Protógenes, que é o homem que está atuando nessa operação da Polícia Federal. É um homem de bem, incorruptível, técnico, que faz seu trabalho como delegado. Mas, no momento em que é apresentado o inquérito e o Ministério Público pede a prisão de alguém, alguma atitude, passa a ser uma questão do Judiciário, primeira instância. O Ministro maior, que é o Ministro Gilmar Mendes, concedeu ontem um *habeas corpus*. Para mim, é indiferente se é o Daniel Dantas, se é um homem rico ou se é outra pessoa que tenha seu direito protegido ou atacado de alguma maneira. O que eu quero entender é por que essa hierarquia no Judiciário está sendo quebrada neste momento.

Pergunto a V. Ex^a, que viveu muito mais do que eu, passou por grandes momentos da nossa história, se já viu, em algum momento desta história recente, uma atitude social, um movimento social, uma sociedade midiática. É importante quem aparece na televisão, quem sai no jornal, o que diz, muitas vezes não provado, o ataque que acontece sem que, depois, se tenha o direito de proteger a dignidade de alguém. Neste caso que estamos analisando, eu nem conheço o Sr. Daniel Dantas, mas ele é um banqueiro que administra fundos, e, no momento em que acontece uma crise desta, todo o mundo começa a sacar do fundo do banco dele, porque existe uma insegurança. Quer dizer, está sendo causado prejuízo financeiro de negócios. Se ele for inocente no final, quem vai pagar por isso? Eu participei de todas as CPIs desta Casa e venho vendo tudo o que aconteceu, desde a CPI lá de trás, com as citações dele, as atitudes dele, com a questão de o banqueiro querer se meter em questões políticas, de querer fazer trabalho político em benefício... Isso a Justiça vai julgar. Mas eu queria saber se, com a experiência de V. Ex^a, este movimento social que está acontecendo de repente com uma juventude que não vivenciou o que aconteceu em 64 – eu tinha seis anos; estou com 50... De repente, não dá valor ao que é a democracia, ao que é a liberdade, ao que é o direito, onde começa e onde termina. As eleições que vão acontecer este ano, Senador Paulo Duque, serão eleições sem graça, porque, na verdade, a eleição é a grande festa da democracia. No entanto, por nossa culpa mesmo – não vou colocar a culpa no TSE ou em ninguém –, nós não regulamentamos as eleições. Aí, acaba sendo uma eleição de aperto de mão e televisão. Se você colocar um santinho no carro de um amigo para ser distribuído na região, se alguém pegar, você tem que ter o seu amigo contratado, que está pagando para poder distribuir o santinho, quando, na verdade, ele está fazendo um trabalho porque é amigo seu. Ele acredita nos seus ideais. Então, virou uma eleição... Lá, em Uberlândia, Senador Paulo Duque, invadiram o diretório do nosso Partido, o PMDB, quebraram e levaram o computador atrás de uma ata, de um acordo que eu, que era candidato a Prefeito, renunciei e fiz acordo com o PT, dando o visto do nosso Partido para o PT, apoiando o candidato do PT, que era um correligionário nosso; era um acordo que nós tínhamos. Invadiram – quer dizer, é uma espécie de *watergate* uberlandense – o diretório, roubaram o computador. Fizemos a ocorrência, só que ninguém fala nada. Roubaram o computador do nosso Partido em Uberlândia.

Invadiram à noite. Ninguém fala nada, a Polícia não fala nada. Hoje, recebi a informação de que somente o CNPJ dos candidatos do Prefeito é que foi liberado. Ou seja, os demais não podem fazer propaganda, porque só quem tem CNPJ é que pode fazer propaganda. Os outros seguram, e saem na frente os do Prefeito, os candidatos do Partido do Prefeito, os da coligação. Quer dizer, V. Ex^a já viu isso acontecer na sociedade passada? Acha que vai vir alguma coisa por aí? Ou realmente é algum movimento natural que está acontecendo? Eu queria absorver um pouco da experiência vivida por V. Ex^a. Eu gostaria de ouvi-lo sobre o que está acontecendo na nossa sociedade brasileira, neste momento.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Olha, Senador, a paixão política é uma coisa muito séria; a paixão política faz alguém dar um tiro no coração; a paixão política faz com que um general, que combateu na Guerra do Paraguai, que depois foi alçado à Presidência da República, faz com que esse presidente chame o seu secretário e diga – “Eu vou renunciar à Presidência da República”, num País em que hoje ninguém renuncia nem ao cargo de síndico. Mas, naquela época... Está lá o livro. Eu vi a assinatura. Trouxe uma cópia e disponho-me a mostrá-la a V. Ex^a. Está lá a assinatura do Deodoro da Fonseca, dizendo o seguinte – “Declaro que, nesta oportunidade, renuncio à Presidência da República. Comunique-se o fato ao funcionário encarregado de substituir-me”.

Ora, todo o mundo sabia que era o Floriano Peixoto, também general na Guerra do Paraguai.

Então, isso aconteceu há muitos anos. Não foi há coisa de dez anos. Foi há muitos anos, no início da República, 1891. Olhem só há quantos anos! Quem é *expert* em matemática aí? Não sei se há alguém. Mas vejam quantos anos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Cento e dezoito. Eu sei fazer conta.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – No Brasil, no Rio de Janeiro, no Palácio do Itamaraty, onde funcionava a sede do Governo, na rua Larga, no Rio, onde foi o Ministério das Relações Exteriores durante muitos anos.

Depois, houve vários e vários fatos – tribunais julgando sob pressão, em períodos ditatoriais, *habeas corpus* negados por uns, concedidos por outros; às vezes, uma questão jurídica decidida por cinco a quatro – cinco Ministros de um lado, quatro Ministros do outro –, isso, num tribunal que aprecia as nossas emoções, que interpreta as leis.

Então, tudo isso faz parte desse processo maravilhoso e democrático, que tem muita relação com uma bandeira que o Senador Cristovam Buarque defende aqui, quase diariamente – a bandeira da educação. Muito.

Não ficou nisso só, não. No Dia do Soldado, 25 de agosto, em 1961, o Presidente da República de então, Jânio Quadros, que foi eleito com uma força extraordinária do povo, envia um bilhete aqui ao Senado – e já estávamos em Brasília –, renunciando ao cargo de Presidente. A segunda renúncia.

Antes disso ainda, um jovem Presidente, nosso colega hoje, renuncia também ao cargo de Presidente da República. Veja só.

O Presidente Getúlio Vargas, por exemplo, até hoje, ninguém sabe como ele saiu, como ele retirou-se do Palácio do Catete, no dia 29 de outubro de 1945; se puxaram ele pelo ouvido “Olha, tem de sair agora. Vamos embora”, porque não há documentação sobre isso; não há ato nenhum dele renunciando. Da mesma maneira que ele entrou pela força, ele saiu pela força. Veja como o negócio é complexo; é complexo.

O que o jornal diz hoje, ele pode, daqui a pouco, daqui a anos talvez, daqui a segundos, estar com uma posição completamente diferente, porque a força hoje da comunicação está expressa na televisão, na rádio. Virou realmente uma comunicação que destrói, que corrompe, que aplaude, que torna o covarde herói.

É difícil explicar a pergunta de V. Ex^a. Mas pode estar certo do seguinte – V. Ex^a, aqui neste Senado, está representando um Estado. Isso é que é importante. Quer dizer, eu represento Minas Gerais; eu represento o Rio de Janeiro; eu represento o Piauí; eu represento o Mato Grosso. Mas o que está faltando? Está faltando nós nos conscientizarmos, e é só a educação que vai nos permitir isso, a cultura e a educação.

Os Estados Unidos, cinqüenta Estados...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Eu ainda disponho de algum tempo? Muito obrigado.

Os Estados Unidos, cinqüenta Estados têm quase, praticamente, a mesma extensão territorial do nosso país; têm praticamente a mesma idade do nosso descobrimento. E lá são 50 Estados. É muito mais fácil dirigir um país como esse do que o Brasil.

O Brasil é uma maravilha pela sua raça. Começou com nativos daqui, ninguém sabe como; depois chegaram os portugueses, os brancos, que, por sua

vez, promoveram a vinda dos negros. E vieram os imigrantes. Mas a raça brasileira, realmente, não é aquela que Gilberto Freyre, grande sociólogo brasileiro, prega, não, nem Oliveira Viana. A raça brasileira está nascendo agora. Neste século é que vem se firmando a nova raça brasileira. É incrível, mas é verdade.

Sr. Presidente, tenho a certeza de que estou ultrapassando e muito a paciência de V. Ex^a. Quero que me desculpe se avancei muito no tempo concedido, mas foi uma sessão plenária, não se iluda; uma sessão plenária, embora nem todas as cadeiras estejam preenchidas, porque a multidão que nos ouve hoje é de tal maneira consistente que outro dia, depois que deixei a tribuna, fui ao meu gabinete e havia um telefonema de um cidadão do Rio de Janeiro repreendendo-me, dizendo que ensinei uma coisa errada da tribuna e que eu não podia fazer isso. E deixou o telefone dele. Não esqueço o nome – um tal de Carlos Góes – espero que esteja me ouvindo. E liguei, mas, infelizmente, o telefone não era exatamente aquele que pertencia a ele, não foi localizado. Então, são milhares de pessoas que nos ouvem. A nossa responsabilidade, de fato, é muito grande.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a, que está hoje com a responsabilidade também de defender a nossa querida Floresta Amazônica, a hiléia amazônica antiga, do tempo de Arthur Bernardes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 37, de 2008**, de autoria do Senador Marconi Perillo, que altera os arts. 90, 99, 100, 102, 102-A, 104 do Regimento Interno do Senado Federal, para determinar que as comissões permanentes do Senado Federal emitam parecer de avaliação anual de desempenho das agências reguladoras e de seus dirigentes, bem como atribuir ao Plenário do Senado Federal o poder de propor a destituição de dirigente de agência reguladora.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Especial, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, para reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência, lida na sessão de 2 de abril do corrente ano.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2008
(Nº 414/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 321 de 4 de julho de 2006, que outorga permissão à Rádio Cruzeiro FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

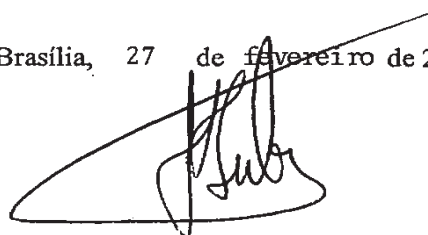
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 92, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 321, de 4 de julho de 2006, que outorga permissão à RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 27 de fevereiro de 2007.



MC 00373 EM

Brasília, 17 de julho de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 157/1997 - SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Cruzeiro FM Ltda (Processo nº 53790.000318/1998) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim, vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira

PORTARIA Nº 321 ,DE 4 DE JULHO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 1.720, de 28 de novembro de 1995 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 53790.000318/1998, Concorrência n.º 157/1997 – SSR/MC e do PARECER/CONJUR/MC/JSN/N.º 0988 – 2.29/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Casca, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art.2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223, da Constituição Federal.

Art. 3º O contrato decorrente dessa permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA.

MARIALDO CHIES, brasileiro, casado, músico, residente e domiciliado na cidade de Carlos Barbosa / RS, na rua Maurício Cardoso, 82, portador da Cédula de Identidade n.3014222388 expedida pela Secretaria da Justiça do Trabalho e da Cidadania do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob n. 089827160-68.

SARA ELISA LANZER KANNENBERG, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na cidade de Novo Hamburgo/RS, na rua Santos, 123/2, portadora da Cédula de Identidade n. 1037410915 expedida pela Secretaria da Justiça do Trabalho e da Cidadania do Rio Grande do Sul, inscrito no CPF sob n. 446002160-91

Resolvem, de comum acordo, constituir sociedade mediante as cláusulas seguintes:

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

I - A sociedade gira sob a denominação social de **RÁDIO CRUZEIRO FM LTDA.**

DA SEDE SOCIAL E DO INÍCIO DAS ATIVIDADES

II - A sociedade inicia suas atividades após o vencido o primeiro edital de concorrência pública, finalidade para qual ora se constitui a empresa.

III - A sociedade tem sua sede, foro e administração na cidade de Carlos Barbosa, estado do Rio Grande do Sul, na rua Maurício Cardoso, 82, podendo abrir e fechar agências, escritórios, estúdios ou filiais em qualquer parte do território nacional.

DO PRAZO DE DURAÇÃO

IV - A sociedade tem duração por tempo indeterminado.

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DAS COMUNICACOES
CONFERE COM O ORIGINAL
25 MAR 2005

JAIME ROGUE BERTOL
OAB/RS 39.672

2º TABELIONATO DE NOVO HAMBURGO
Rua Bento Gonçalves, 1743 - Novo Hamburgo/RS - Fone (051) 593-9988
LAURO ASSIS MACHADO BARRETO - TABELIÃO
AUTENTICO a cópia reprográfica de uma página conforme ao original, a
ain apresentado, do que dou fé.
Novo Hamburgo, 09 de março de 1998
Envolventes: 1,20
TABELIONATO
AUTENTICO

Júlia Susana Marchiori
Escritora

0744

005

SK

ell

DOS FINS SOCIAIS

- V - A sociedade tem por objetivo a execução, instalação e exploração do serviço de radiodifusão sonora e televisada, por qualquer meio, com fins culturais, educacionais, artísticos e comerciais, na forma da legislação federal em vigor e mediante permissão ou concessão do Governo Federal.

DAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE EM RELAÇÃO ÀS EXIGÊNCIAS LEGAIS RELATIVAS AO FIM SOCIAL

- VI - A sociedade se obriga a cumprir todas as exigências legais e administrativas, vigentes ou futuras, relativas aos serviços de que seja ou se torne permissionária ou concessionária.

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- VII - Qualquer alteração neste instrumento contratual somente poderá ser efetivada com prévia autorização do Governo Federal, através de seu órgão competente.

DO CAPITAL SOCIAL E SUA DISTRIBUIÇÃO

- VIII - O capital social é de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e será integralizado em até dois dias após publicada a portaria de ganho de concorrência pública

O capital social é dividido em 40.000 (quarenta mil) quotas no valor individual de R\$ 1,00 (hum real), assim distribuídas entre os sócios:

a) O sócio Marialdo Chies participa com 20.000 (vinte mil) quotas no valor total de R\$ 20.000 (vinte mil reais), ou 50% (cinquenta por cento) das quotas;

b) A sócia Sara Elisa Lanzer Kannenberg participa com 20.000 (vinte mil) quotas no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ou 50% (cinquenta por cento) das quotas.

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

- IX - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do capital social.

JAIME ROQUE BERTOU
OAB/RS 39.872

2º TABELIONATO DE NOVO HAMBURGO
Rua Bento Gonçalves, 1743 - Novo Hamburgo/RS - Fone (051) 593-9988
LAURO ASSIS MACHADO BARRETO - TABELIÃO
AUTENTICO a cópia reprográfica de uma página conforme ao original a
mãe apresentado, do que dou fé.
Novo Hamburgo, 09 de março de 1998
Enolumentosa: 1,20

Julia Susana Marchner
Escritorante

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 25 MAR 2005

DA CONDIÇÃO DOS SÓCIOS

- X - A sociedade será sempre constituída exclusivamente por brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de dez anos.

DAS INABILITAÇÕES E PROIBIÇÕES

- XI - As quotas da sociedade são indivisíveis e podem ser transferidas sempre e somente às pessoas devidamente habilitadas perante a lei e regulamentos e após prévia anuência do Governo Federal, através de seus órgãos competentes. As quotas representativas do capital social são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente, a estrangeiros, sempre e em qualquer caso conforme a Constituição Federal e às leis. As quotas representativas do capital social são incucionáveis à pessoas jurídicas.

DA RETIRADA DO SÓCIO

- XII - Caso haja interesse de qualquer dos sócios em retirar-se da sociedade, deverá manifestar sua intenção espressamente e com antecedência mínima de sessenta dias.

DO FALECIMENTO, INTERDIÇÃO OU FALÊNCIA DOS SÓCIOS

- XIII - O falecimento, interdição ou falência de qualquer um dos sócios não dissolverá a sociedade. Os herdeiros do sócio falecido terão direito a ingressar na sociedade, mediante a designação expressa, realizada de comum acordo, com o co-proprietário ou procurador que os represente, mediante autorização do Governo Federal, através de seus órgãos competentes.

a) Tanto na hipótese de morte em que os herdeiros não queiram continuar na sociedade, como no caso de retirada em que a sociedade adquira as quotas do capital social do sócio quotista falecido ou que se retira, seus direitos* junto à sociedade serão apurados com base no patrimônio líquido apontado no último balanço geral levantado, e complementado pelos balancetes mensais respectivos, e serão pagos em prestações a serem combinadas entre as partes, nunca superiores a dois anos de prazo.

5K
eul
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 25/MAI/2005

JAMÉ ROQUE BERTOL
OAB/RS 39.872

2º TABELIONATO DE NOVO HAMBURGO
Rua Bento Gonçalves, 1743 - Novo Hamburgo/RS - Fone (051) 593-9988
LAURO ASSIS MACHADO BARRETO - TABELIÃO

AUTENTICO a cópia reprográfica de uma página conforme ao original a
meia apresentado, do que dou fé.

Novo Hamburgo, 09 de março de 1998

Escrituras: 1.20

TABELIÃO
BARRETO

9728

Julia Susana Marchini
Escrevente

007

AA

5K

eul

b) A parte retirante deverá receber durante o prazo acordado para o pagamento das prestações, a correção vigente no momento, mais os juros de 12% ao ano, em caso de atraso.

Em caso de não pagamento após os dois anos, o retirante deverá receber mais o valor de 10% (dez por cento) sobre o saldo devedor apurado, a título de multa.

DA ORIENTAÇÃO DA SOCIEDADE

XIV - A responsabilidade e orientação intelectual e administrativa da sociedade caberá somente a brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de dez anos.

DA ADMINISTRAÇÃO E PRESENTAÇÃO

XV - A sociedade será administrada, representada e apresentada pelos sócios MARIALDO CHIES e SARA ELISA LANZER KANNENBERG, nos cargos de diretores, dispensados de caução.

DOS PODERES DOS DIRETORES

XVI - Aos Diretores serão conferidos poderes administrativos, de gerência e de uso da firma podendo representar e apresentar a sociedade, ativa ou passivamente, exclusiva e individualmente, em Juízo ou fora dele, ceder direitos e, no interesse da sociedade, firmar compromissos, contratos e praticar todos e quaisquer atos necessários para uma boa administração.

DAS LIMITAÇÕES DO DIRETOR, SÓCIOS, PROCURADORES E ENCARREGADOS

XVII - É expressamente vedado aos Diretores e/ou Sócios, assim como Procuradores ou Encarregados, utilizar-se da firma social em negócios, transações ou documentos de qualquer natureza, alheios aos interesses da sociedade.

DA REMUNERAÇÃO

XVIII - Os Diretores terão direito a uma retirada mensal a título de pro labore, nos limites estabelecidos pelas leis vigentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

Em, 25 MAI 2005

JAIME ROGUE BERTOL
OAB / RS 39.672

2º TABELIONATO DE NOVO HAMBURGO
Rua Bento Gonçalves, 1743 - Novo Hamburgo/RS - Fone (051) 593-9988
LAURO ASSIS MACHADO BARRETO - TABELIÃO

AUTENTICO a cópia reprográfica de uma página conforme ao original a
mim apresentado, do que dou fé.

Novo Hamburgo, 09 de março de 1998

Emolumentos: 1,20

008

728

008

728

Julia Susana Marschner
Escritor

DA CONSTITUIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

XIX - O quadro de pessoal será sempre constituído por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de brasileiros.

XX - Para as funções de gerentes, procuradores, locutores e encarregados de instalações radioelétricas só serão admitidos brasileiros nascidos no país ou naturalizados há mais de dez anos. Os administradores deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e a sua investidura nos cargos somente poderá ocorrer depois de terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

DO BALANÇO

XXI - Anualmente, aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de cada ano findo, será realizado um balanço geral, sendo que os lucros ou prejuízos verificados nesse balanço serão repartidos ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas quotas, facultando-se, por deliberação dos sócios que representem a maioria do capital votante, a dedução de 20% (vinte por cento) dos lucros líquidos para constituição de um fundo de reserva, até que o referido fundo atinja a metade do capital social.

DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

XXII - Em caso de liquidação da sociedade, os sócios nomearão o liquidante, determinando seus poderes, funções e remuneração, procedendo este de acordo com as leis vigentes. Nessa hipótese, após solvido o passivo, o ativo líquido será dividido entre os sócios, na proporção do valor realizado de suas quotas.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 25 MAI 2005

DA NOMEAÇÃO DO FORO E COMARCA

XXIII - Fica eleito o Foro da Comarca de Novo Hamburgo, estado do Rio Grande do Sul, para dirimir qualquer dúvida e/ou questões oriundas do presente contrato.

DAS DÚVIDAS E CASOS OMISSOS

XXIV - As dúvidas e casos omissos serão resolvidos pela maioria do capital votante, conforme a legislação em vigor, observadas ainda as leis, normas e regulamentos referentes à permissão e concessão de serviços de radiodifusão.

JAMÉ ROQUE BERTOL
OAB / RS 39.972

2º TABELIONATO DE NOVO HAMBURGO
Rua Bento Gonçalves, 1743 - Novo Hamburgo/RS - Fone (051) 593-9988
LAURO ASSIS MACHADO BARRETO - TABELIÃO
AUTENTICO a cópia reprográfica de uma página conforme ao original a
esta apresentado, de que dou fé.
Novo Hamburgo, 09 de março de 1998
Emolumentos: 1,20

Júlia Susana Marschner
Escrevente

TABELIÃO
BARRETO

009

XXV - Os sócios MARIALDO CHIES e SARA ELISA LANZER KANNENBERG declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer a atividade mercantil.

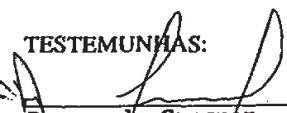
E, assim justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato social em seis (06) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas.

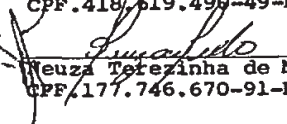
Carlos Barbosa, 23 de maio de 1997.


MARIALDO CHIES


SARA ELISA LANZER KANNENBERG

TESTEMUNHAS:


Rosângela Grespan
CPF. 418.619.499-49-RG. 8029728611


Neuzi Terezinha de Mello
CPF. 177.746.670-91-RG. 1023711227.


JAIME ROQUE BERTONI
OAB - RS 39.672


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL
Em, 25 MAI 2005


Nº 1.717... PROTOCOLO A-3
Fls. 0054 27 MAI 1997
Apresentado no dia 27 de maio de 1997
Carlos Barbosa - DATA SUEVA

REGISTRADO NO LIVRO Nº 134
A Fls. 020903 SOB Nº 03
C. Barbosa, 24 de maio de 1997
O OFICIAL

OFÍCIO DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
JURÍDICAS DA COMARCA DE CARLOS BARBOSA
Rua Presidência, 100 - Fone: 332-95185-000

JOÃO JESUS LAMUNHAETEK - Oficial
CARLOS ANTONIO GROFF - Ajudante


2º TABELIONATO DE NOVO HAMBURGO
Rua Bento Gonçalves, 1743 - Novo Hamburgo/RS - Fone (051) 593-9988
LAURO ASSIS MACHADO BARRETO - TABELIÃO
AUTENTICO a cópia reprográfica de uma página conforme ao original a
ela apresentado, do que dou fé.
Novo Hamburgo, 09 de março de 1998
Emolumentos: 1,20


Jilma Susana Marschner
Escritor

01C

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 169, DE 2008
(Nº 416/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO PORTOFIRMENSE - ACRAPE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Firme, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 87 de 20 de março de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense - ACRAPE para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Firme, Estado de Minas Gerais.

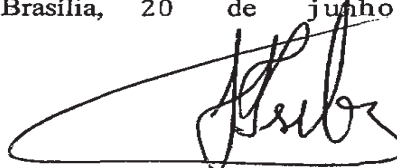
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 393, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 87, de 20 de março de 2007, que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense (ACRAPE) para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Porto Firme, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 20 de junho de 2007.



MC 00050 EM

Brasília, 26 de março de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense(Acrape)**, no Município de Porto Firme, Estado de Minas Gerais, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº53000.020.109/04, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 87 DE 20 DE MARÇO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.020.109/04 e do PARECER/MC/CONJUR/PAS/Nº 0242 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a **Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense(ACRAPE)**, no município de Porto Firme, Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Juquinha Moreira, nº 109, Centro, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 20º39'52"S e longitude em 43º05'27"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

Ministro de Estado das Comunicações

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E COM
CONCORRENTES

RELATÓRIO Nº 0279/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53000.020.109/04,
protocolizado em 11 de maio de 2004.

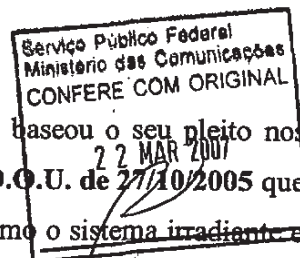
OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Cultural de Radiodifusão
Portofirmense (ACRAPE), município de
Porto Firme, Estado de Minas Gerais.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense (ACRAPE), inscrita no CNPJ sob o número 06.005.928/0001-45, no Estado de Minas Gerais, com sede na Praça Juquinha Moreira, n.º 109, Centro, no município de Porto Firme, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 20/04/2004, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 27/10/2005 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.



3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outra entidade foi objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentou sua solicitação para a mesma área de interesse, tendo sido seu processo devidamente analisado e arquivado. O motivo do arquivamento, bem como a indicação da relação constando os respectivos nome e processo, se encontram abaixo explicitada:

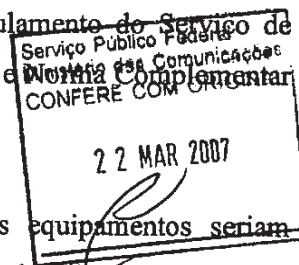
a) Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão São Francisco – Processo nº 53000.047.412/04, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: diante da falta de interesse inicial relativamente a um possível acordo com as interessadas, e considerando que a requerente conta com menor representatividade junto à comunidade local, este Ministério decidiu pela aplicação do critério da representatividade, do qual constatou-se que a Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense (ACRAPE) possui maior pontuação ponderada entre todas as interessadas, sendo selecionada para executar o serviço na localidade de interesse, ensejando o arquivamento dos autos deste processo, conforme comunicado à entidade por meio do ofício nº 5414, datado de 12/09/2006, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – RELATÓRIO

• atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e **Norma Complementar nº 01/2004**, de 26.01.2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os **equipamentos seriam** instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua São Pedro, nº 40, Coronel Totó, no município de Porto Firme, Estado de Minas Gerais, de coordenadas



geográficas em 71°38'21"S de latitude e 69°88'83"W de longitude. Estas coordenadas foram alteradas, antes mesmo da primeira análise mediante solicitação datada de 11/05/2004.

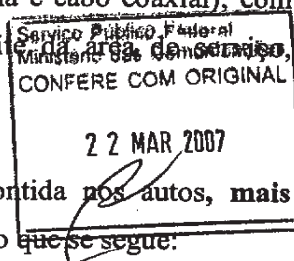
6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 321 e 322, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de RadCom, houve justificativa às fls. 360.**

7. Considerando a seleção desta requerente, bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, não foram constatadas pendências passíveis do cumprimento, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 329 a 358).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 352 e 353, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 360 e 361. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de cobertura, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 358, dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos



dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;

- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

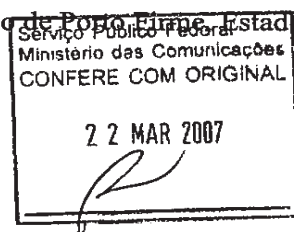
Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense (ACRAPE);

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Wanderlei Batista Magalhães Ferreira	Presidente
Cláudio Siqueira da Silva	Vice-Presidente
Arlinda da Consolação Lopes Ferreira	1ª Secretária
Maria José Ramos Fontes da Silva	2ª Secretária
José Luiz Magalhães Ferreira	1º Tesoureiro
José Nicolau da Silva	2º Tesoureiro

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**


Rua São Pedro, n.º 60, Bairro Coronel Totó, município de Porto Firme, Estado de Minas Gerais;



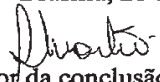
- **coordenadas geográficas**

20°39'52" de latitude e 43°05'27" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 360 e 361, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 352 e 353 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Cultural de Radiodifusão Portofirmense (ACRAPE)**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53000.020.109/04 de 11 de maio de 2004.


Lídia Zefreia
Relator da Comissão Jurídica
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1385438
SERAC/CORAC/DEOC/SC
De acordo.

Brasília, 21 de novembro de 2006.


Regina Aparecida Monteiro
Relator da conclusão Técnica
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1320958
SENGR/CORAC/DEOC/SC

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.


Brasília, 21 de novembro de 2006.


ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

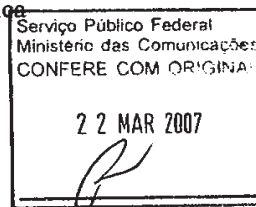
Brasília, de novembro de 2006.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0279/2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.


ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica
Interina

Brasília, de novembro de 2006.



(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 170, DE 2008
(Nº 419/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 602 de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à Prisma Radiodifusão Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

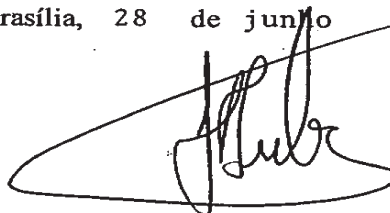
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 430, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 602, de 21 de setembro de 2006, que outorga permissão à PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 28 de junho de 2007.



MC 00601 EM

Brasília, 4 de outubro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 096/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Prisma Radiodifusão Ltda (Processo nº 53790.000290/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 602 , DE 21 DE SETEMBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000290/2000, Concorrência nº 096/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Capão da Canoa, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

**CONTRATO SOCIAL
PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA**

ROGER DOS REIS, brasileiro, casado, radialista, portador da carteira de identidade de nº ~~6033316016~~, expedida pela SSP/RS, em data de 27.07.83., devidamente inscrito no CNPF sob o nº 094.274.300-87, residente e domiciliado na Av. Guaíba nº 3.500, apartamento 401, em Porto Alegre-RS, e **ROBERTO SAUCEDO PRADO**, brasileiro, casado, radialista, portador da carteira de identidade de nº 9006231808 expedida pela SSP/RS, em data de 20.08.76, devidamente inscrito no CNPF sob o nº 219.471.470-72, residente e domiciliado na rua Marcelo Gama nº 230, em Porto Alegre-RS, resolvem, de comum e mútuo acordo, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, mediante as cláusulas e condições seguintes:

I - TIPO, DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

CLÁUSULA 1ª - A sociedade será por cotas de responsabilidade limitada, podendo ser transformada, a qualquer tempo, em outro tipo jurídico, desde que assim o decida a maioria do capital social.

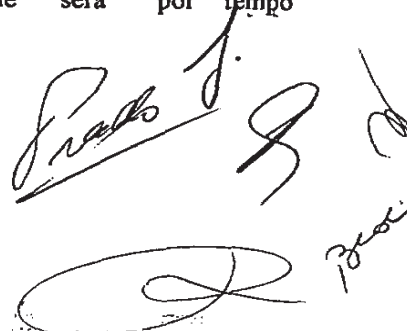
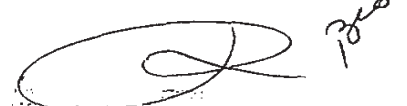
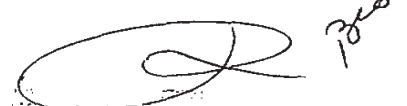
CLÁUSULA 2ª - A sociedade girará sob a denominação social de **PRISMA RADIODIFUSÃO LTDA.**, da qual fará uso o Diretor, porém exclusivamente nos negócios sociais, sendo-lhe vedado o seu emprego em avais, fianças, endossos, aceites de favor ou abonos em geral, a favor de terceiros e estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA 3ª - A sociedade terá sua sede e foro nesta cidade de **Porto Alegre-RS, na Rua Marcelo Gama nº 230**, podendo abrir filiais e agências em qualquer parte do território nacional, quando lhe convier, destacando o capital que julgar conveniente.

II - OBJETIVOS E DURAÇÃO

CLÁUSULA 4ª - A sociedade terá como seus objetivos a execução e exploração dos serviços de radiodifusão, em caráter comercial, em qualquer de suas modalidades, mediante concessão ou permissão do Ministério das Comunicações, com orientação educacional, baseada em princípios éticos, privilegiando as finalidades artísticas, educativas, culturais e informativas, com a produção e divulgação da cultura nacional e regional e promovendo os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

CLÁUSULA 5ª - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado.

III - CAPITAL E COTAS

CLÁUSULA 6ª - O capital social será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada cota, assim distribuídas entre os sócios:

<u>Sócios</u>	<u>cotas</u>	<u>valor</u>
ROGER DOS REIS	51.000	R\$ 51.000,00
ROBERTO SAUCEDO PRADO	49.000	R\$ 49.000,00
TOTAL	100.000	R\$ 100.000,00

CLÁUSULA 7ª - O capital social é integralizado totalmente no ato da assinatura do presente contrato, em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA 8ª - A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor total do capital social

CLÁUSULA 9ª - As cotas são indivisíveis em relação à sociedade que, para cada uma delas, reconhecerá apenas um proprietário.

CLÁUSULA 10 - As cotas representativas do capital social são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros, sendo que nenhuma alteração contratual poderá ser realizada sem a prévia autorização do Ministério das Comunicações.

Par. 1º - O capital social, na sua totalidade, pertencerá sempre à pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, sendo que para estas, limitado ao total de 30% (trinta por cento) do capital social, conforme disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 222 da Constituição Federal vigente;

Par. 2º - O quadro de pessoal será sempre constituído, ao menos, de 2/3 (dois terços) de trabalhadores brasileiros;

Par. 3º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da empresa caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos.

IV - ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 11 - A sociedade será administrada por um dos seus sócios-cotistas, com a designação de **DIRETOR**, agindo sempre na defesa da sociedade e dos interesses sociais, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, ficando, desde já, aprovado o nome do cotista **ROGER DOS REIS**, para o exercício do referido cargo.

CLÁUSULA 12 - Os sócios que assumem a administração da sociedade ficam dispensados de prestar caução.

CLÁUSULA 13 - Os Administradores da entidade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, e a respectiva investidura no cargo somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA 14 - O Diretor terá direito a uma retirada mensal, a título de "pró-labore", até o limite fixado pela legislação vigente.

CLÁUSULA 15 - O Diretor poderá constituir procuradores, inclusive com poderes de administração e gerência, devendo, nesta hipótese, ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez (10) anos, e os respectivos nomes serem submetidos à prévia aprovação do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA 16 - As deliberações serão sempre tomadas pelos sócios que representem a maioria do capital social.

V - EXERCÍCIO SOCIAL

CLÁUSULA 17 - O exercício social se encerrará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado um balanço geral para a apuração dos resultados, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão repartidos ou suportados por todos os sócios, na proporção de suas cotas.

CLÁUSULA 18 - No interesse social e a critério da administração os lucros verificados poderão ser utilizados, total ou parcialmente, para a constituição de fundos de reserva, inclusive para aquisição pela sociedade de suas próprias cotas, ou mantidos em suspenso.

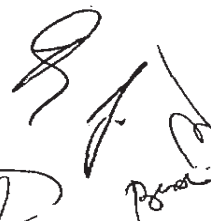
VI - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

CLÁUSULA 19 - É permitida a cessão e a transferência de cotas entre os sócios, observando-se as exigências da cláusula 10 deste contrato social.

CLÁUSULA 20 - Qualquer cessão ou transferência de cotas a terceiros, ou direitos a elas relativos, só poderá ocorrer com o consentimento unânime e expresso dos demais sócios e desde que atendida a exigência do artigo 10 deste contrato social.

VII - RETIRADA, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO

CLÁUSULA 21 - A sociedade não se dissolverá pela retirada, interdição ou morte de qualquer dos sócios. Ocorrendo morte ou interdição, poderão ser admitidos na sociedade os legítimos herdeiros e sucessores do interdito ou do *de cujus*, com as cotas de capital que aquele ou este possuía na sociedade, desde que assim consinta a unanimidade dos demais sócios. Não desejando mais algum cotista permanecer na sociedade, esta igualmente não se dissolverá, devendo-se proceder a apuração do capital do sócio retirante, interdito ou falecido.



CLÁUSULA 22 - A apuração do capital do sócio que não mais desejar permanecer na sociedade, ou do capital do sócio interdito ou falecido, cujos sucessores e legítimos herdeiros não tenham interesse ou não lhes seja permitido ingressar na sociedade, será feita com base em balanço, especialmente levantado, sendo os respectivos haveres pagos em doze (12) parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira trinta (30) dias após a assinatura do respectivo instrumento de alteração contratual.

VIII - EXTINÇÃO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 23 - A extinção da sociedade poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que assim deliberem os sócios que representem a maioria do capital social.

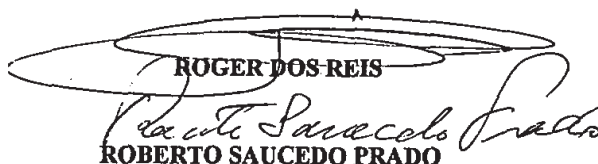

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 24 - Os casos omissos no presente instrumento de contrato social serão regidos pela legislação em vigor


CLÁUSULA 25 - Os sócios-cotistas declaram que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades mercantis.

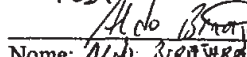
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de contrato social, lavrado em tantas vias quantas as necessárias para o devido arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e servirem de prova entre as partes, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Porto Alegre, 25 de abril de 2.000.

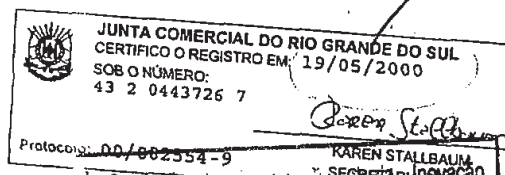

ROGER DOS REIS

ROBERTO SAUCEDO PRADO

TESTEMUNHAS:


Nome: Rosane Scheuch C.I. 8037994197 SSP/RS
ROSANE SCHEUCH


Nome: Aldo Birajara C.I. 1025694214 SSP/RS
ALDO BIRAJARA

VISTO 
LUIZ CARLOS SANTOS FERRAZ
Advogado OABRS 6694



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 2008
(Nº 422/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO CULTURAL ARTÍSTICO, RELIGIOSO E SOCIAL RÁDIO COMUNITÁRIA NOVA SENGÊS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sengés, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 861 de 27 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação do Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sengés, Estado do Paraná.

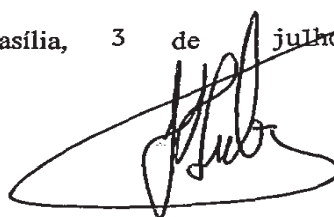
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 435, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 861, de 27 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação do Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Sengés, Estado do Paraná.

Brasília, 3 de julho de 2007.



MC 00828 EM

Brasília, 14 de dezembro 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação do Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés explore o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Sengés, Estado do Paraná, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53740.000074/1999, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 861 DE 27 DE OUTUBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.000074/1999 e do Parecer/MC/CONJUR/GSL/PARECER/Nº 1610 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação do Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés, com sede na Rua Antônio Gonçalves de Castro nº 31, no município de Sengés, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 24º06'28"S e longitude em 49º27'19"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 0307 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53740.000074/99 protocolizado em 22/01/1999.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés, município de Sengés, Estado do Paraná.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação do Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés, inscrita no CNPJ sob o número 02.930.397/0001-46, no Estado do Paraná, com sede na Rua Antônio Gonçalves de Castro, nº 31 município de Sengés, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 15 de janeiro de 1999, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 09/09/1999** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema

irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Antônio Gonçalves de Castro, nº 31, no município de Sengés, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 24°06'38"S de latitude e 49°27'50"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as **coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 44/45, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas passando a constar: 24° 06' 28" S e 49° 27' 19" W, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados, conforme as fls. 103 dos autos.

7. Considerando a seleção desta requerente , bem como a documentação que foi encaminhada

pela requerente, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “a”, “c”, “h”, “i”, “j”, “o” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, certidão cartorária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 49 a 171).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o **“Formulário de Informações Técnicas”** - fls 103, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 166 e 167. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 173 dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos

requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome

Associação do Movimento Cultural , Artístico , Religioso e Social da Rádio Comunitária Nova Sengés,

- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Eliete Jorge Chama	Presidente
Waldemar Benedik Sobrinho	Vice Presidente
Eliezer Jorge de Lima	1º Secretário
Sheila Solange Savagin	2ª Secretária
Sanderson Sabino Ferraz	1º Tesoureiro
José Carlos dos Santos Pereira	2º Tesoureiro

- localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio

Rua Antônio Gonçalves de Castro, nº 31, município de Sengés, Estado do Paraná.


- coordenadas geográficas

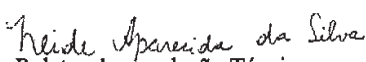
24°06'28" de latitude e 49°27'19" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 166 e 167, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 103 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação do Movimento Cultural, Artístico, Religioso e Social Rádio Comunitária Nova Sengés**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão ~~comunitária, na~~

localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo 53740.000074/99 de 22 de janeiro de 1999.

Brasília, 19 de dezembro de 2005.


Relator da conclusão Jurídica
Lúcia Helena Magalhães Bueno
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Matr. 2312714
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS


Relator da conclusão Técnica
Neide Aparecida da Silva
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 19 de dezembro de 2005.


ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de dezembro de 2005.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0307 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de dezembro de 2005.


JOAMILSON L. B. FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2008
(Nº 125/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SÍTIO CERCADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 792 de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

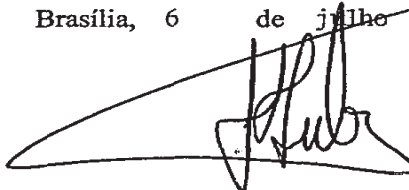
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM Nº 462, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 792, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Brasília, 6 de julho de 2007.



MC 00812 EM

Brasília, 12 de dezembro 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado, no Município de Curitiba, Estado do Paraná, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53740.001.740/1998, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 792 DE 25 DE OUTUBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53740.001.740/1998 e do Parecer/MC/CONJUR/DBO/Nº 1521 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado, com sede na Rua São José dos Pinhais, nº 1244, Bairro Novo Sítio Cerrado, no município de Curitiba, Estado do Paraná, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 25º32'34"S e longitude em 49º15'42"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA
Ministro de Estado das Comunicações

RELATÓRIO Nº 0154/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53740.01740/1998
protocolizado em 23/12/0998.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO
BAIRRO NOVO SÍTIO CERCADO,
município de Curitiba, Estado do Paraná.

I - INTRODUÇÃO

1. A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SÍTIO CERCADO, inscrita no CNPJ sob o número 68.681.832/0001-54, no Estado do Paraná, com sede na Rua São José dos Pinhais, 1244 – Bairro Novo Sítio Cerrado, município de Curitiba, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 17 de dezembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do 6º Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 17/12/99 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua São José dos Pinhais, 1244 – Bairro Novo Sítio Cerrado, no município de Curitiba, Estado do Paraná, de coordenadas geográficas em 25° 32' 34"S de latitude e 49° 15' 42"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as **coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 114, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta **requerente** , bem como a documentação que foi encaminhada pela **requerente**, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “l”, “m”, “n”, “o” e “p” da Norma Complementar nº

01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, cópia do CNPJ retificado da requerente e declaração do endereço da sede, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 01 a 207).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o **“Formulário de Informações Técnicas”** – fls. 124, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 124 e 131. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 02 a 207, dos autos, corresponde ao que se segue:**

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos, requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SÍTIO CERCADO,

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
GENTIL CORREA CARDOSO	DIRETOR-GERAL
MARCOS CARDOSO	DIRETOR ADMINIST.
ROMILDO BELMONTE	DIRETOR DE OPERAÇ.

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua São José dos Pinhais, município de Curitiba, Estado do Paraná.

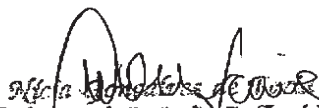
- **coordenadas geográficas**


25° 32' 34" de latitude e 49° 15' 42" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 209 a 212, bem como "Formulário de Informações Técnicas" – fls.124 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SÍTIO CERCADO**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade ~~pretendida~~,

dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53740.001740/98, de 17 de dezembro de 1998.

Brasília, de de 2005.


Regina Aparecida Monteiro
CocRelator da conclusão Jurídica
Mat. 1271029
SEPRACORAC/DEOC/SC


Regina Aparecida Monteiro
Relator da conclusão Técnica
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1320958
SENGR/CORAC/DEOC/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 13 de julho de 2005.


WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Coordenador - Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 21 de JULHO de 2005.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0154/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de de 2005.


SERGIO LUIZ DE MORAES DINIZ
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão terminativa.)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 173, DE 2008

(Nº 428/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SÃO PAULO DAS MISSÕES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 355 de 12 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural São Paulo das Missões para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

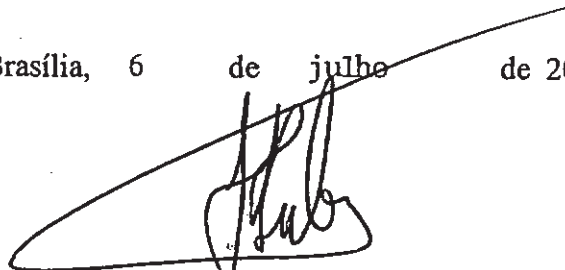
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 465, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 355, de 12 de julho de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural São Paulo das Missões para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 6 de julho de 2007.



MC 00397 EM

Brasília, 31 de julho de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural São Paulo das Missões, no Município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.000980/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 355 DE 12 DE JULHO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000980/02 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0709 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural São Paulo das Missões, com sede na Rua Ver. Osvaldo Kuhn, s/nº - Centro, no município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28º01'42"S e longitude em 54º56'05"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

RELATÓRIO Nº 0268/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53790.000980/02 protocolizado em 02 de setembro de 2002.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Cultural São Paulo das Missões, município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação Cultural São Paulo das Missões inscrita no CNPJ sob o número 05.234.321/0001-74, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Ver. Osvaldo Kuhn, S/Nº - Centro, município de São Paulo das Missões, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 29 de julho de 2002 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28/01/04 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Ver. Osvaldo Kuhn, S/Nº - Centro, no município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 28°01'58"S de latitude e 54°56'21"W de longitude..

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que as **coordenadas geográficas indicadas deveriam ser alteradas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 191 e 192, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que a entidade apontou novas coordenadas e endereço, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados. Ressalte-se que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Radcom as coordenadas geográficas são as mesmas que a tornaram selecionada.**

7. Considerando a **seleção desta requerente** , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das

seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “d”, “f”, da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, declaração de que a Entidade não possui nenhum vínculo de subordinação, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 303 a 305).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” - fls 325, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 341 e 342. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 359, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da

Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documento requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

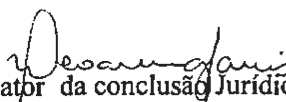
- **nome**
Associação Cultural São Paulo das Missões,
- **quadro diretivo**

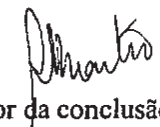
NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Nilton Luiz Rhoden	Presidente
Egon Tadeu Rauber Reichert	Vice Presidente
Mario Raimundo Ferst	Secretário
Afonso Luiz Rhoden	Tesoureiro

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**
Rua Presidente Vargas, 453 – Lote 06 – Qd 40 - Centro, município de São Paulo das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.
- **coordenadas geográficas**
28°01'42" de latitude e 54°56'05" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 341 e 342, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 325 que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Cultural São Paulo das Missões**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53790.000980/02 de 02 de setembro de 2002.

Brasília, 16 de novembro de 2005.


Relator da conclusão Jurídica
Vilma de Fátima Alvarenga Fanis
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1386009
SERAC/CORAC/DEOC/SC
De acordo.


Relator da conclusão Técnica
Regina Aparecida Monteiro
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1320958
SENGR/CORAC/DEOC/SC

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

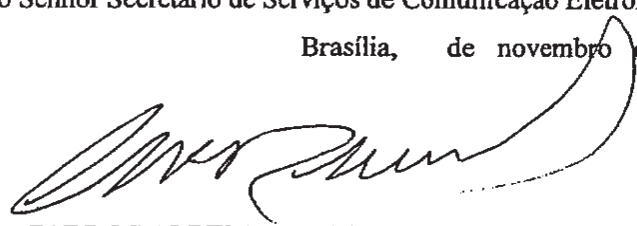
Brasília, 21 de novembro de 2005.


ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de novembro de 2005.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0268/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de novembro de 2005.


JOANILSON L. B. FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA. DECISÃO TERMINATIVA)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2008
(Nº 434/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE MACHADINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 767 de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

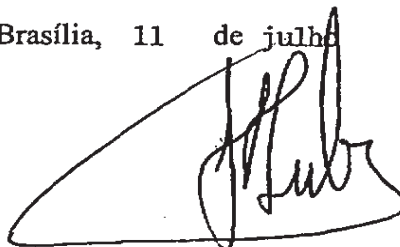
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 489 , DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 767, de 24 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 11 de julho de 2007.



MC 00770 EM

Brasília, 30 de novembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho, no Município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53.000.007.835/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 767**DE 24 DE OUTUBRO DE 2006.**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.000.007.835/02 e do PARECER/MC/CONJUR/AGE/Nº 0176 - 1.08./2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho, com sede na Avenida Independência S/N, Centro, no município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º34'10"S e longitude em 51º40'01"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

RELATÓRIO Nº 0168/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.000.007.835/02,
protocolizado em 17 de dezembro de 2002.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Comunitária de Comunicação
e Cultura de Machadinho, município de
Machadinho, Estado do Rio Grande do
Sul.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho, inscrita no CNPJ sob o número 05.360.075/0001-05, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Avenida Independência, s/n - Centro, município de Machadinho, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 18 de novembro de 2002 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 28 de janeiro

de 2004 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os ~~equipamentos~~ seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Av. Independência, s/n - Centro, no município de Machadinho, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 27°34'10"S de latitude e 51°40'01"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 112 e 113, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que as coordenadas do local de instalação participante do Aviso 01/2004 são as mesmas que a tornaram a selecionada.**

7. Considerando a **seleção desta requerente** , bem como a ~~documentação~~ **que foi**

encaminhada pela requerente, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “h”, “i”, “j” e “l” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, comprovante de válida existência das entidades que manifestaram apoio à iniciativa, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 119 a 175).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de Informações Técnicas” – fls.160, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 176 e 177. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 175 dos autos, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas, e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “l” da

Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho;

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Luiz Zaroni Theodoro	Presidente
Luiz Rebesquini	Vice-Presidente
Eliane Aparecida Huning	Secretária
João Roni Alves de Lima	Tesoureiro
Juliano Ballardín	Diretor Administrativo

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Avenida Independência, s/n - Centro, município de ~~Machadinho~~ **Machadinho**, Estado do Rio Grande do Sul.

- **coordenadas geográficas**

27°34'10" de latitude e 51°40'01" de longitude, ~~correspondentes~~ aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls.176 e 177, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fls. 160 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Machadinho**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida,

dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.000.007.835/02 de 17 de dezembro de 2002.

Aline Oliveira Prado Magalhães Lopes
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1253129
SERV. COM. RAD. DECC/SC

Relator da conclusão Jurídica

Brasília, 11 de agosto de 2005.

Ana Maria das Dores e Silva
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 1253129
SERV. COM. RAD. DECC/SC
Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, de agosto de 2005.


WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Coordenador - Geral

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de agosto de 2005.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0168/2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília de agosto de 2005.

À COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

(DECISÃO TERMINATIVA)


SERGIO LUIZ DE MORAES DINIZ
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2008

(Nº 465/2007, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IBICARAÍ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 326 de 30 de agosto de 2004, que outorga permissão à Rádio Ibicaraí FM Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia.

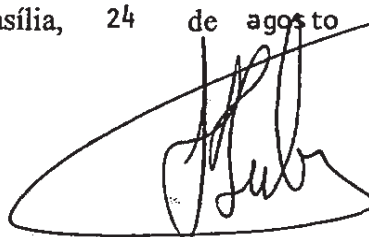
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 632, DE 2007.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 326, de 30 de agosto de 2004, que outorga permissão à Rádio Ibicaraí FM Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibicaraí, Estado da Bahia.

Brasília, 24 de agosto de 2007.



MC 00246 EM

Brasília, 8 de setembro de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 051/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Ibicaraí, Estado da Bahia.

2. A Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que à Rádio Ibicaraí FM Ltda. (Processo nº 53640.000354/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.

3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Eunício Lopes de Oliveira

PORTARIA Nº 326 , DE 30 DE AGOSTO DE 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53640.000354/2000, Concorrência nº 051/2000-SSR/MC, e do PARECER/MC/CONJUR/MGT Nº 1140-2.29/2004, de 3 de agosto de 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à Rádio Ibicarai FM Ltda para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ibicarai, Estado da Bahia.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


EUNÍCIO OLIVEIRA

RÁDIO IBICARAÍ FM LTDA.

ISA DE LARA FERNANDES LOPES, brasileira, maior, solteira, Técnica em Computação, natural de Guanambi, Estado da Bahia, residente e domiciliado à Av. Magalhães Neto, 689, Edf. Maison D'Orsay, ap. 801 - Pituba, cidade de Salvador, Estado da Bahia, Cep.: 41.820-021, portador da Cédula de Identidade RG n.º 07926574-03, expedida pela SSP/BA e inscrito no CPF sob o n.º 783.086.075-00;

DUARTE FERNANDES LOPES, brasileiro, maior, solteiro, Estoquista, natural de Igapora, Estado da Bahia, residente e domiciliado à Av. Magalhães Neto, 689, Edf. Maison D'Orsay, ap. 801 - Pituba, cidade de Salvador, Estado da Bahia, Cep.: 41.820-021, portador da Cédula de Identidade RG n.º 07301273-46, expedida pela SSP/BA e inscrito no C.P.F. sob o n.º 917.238.175-20; resolvem entre si e na melhor forma de direito, a constituição de uma Sociedade por Cotas de Responsabilidade Limitada que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA I – A Sociedade terá como denominação Social: **RÁDIO IBICARAÍ FM LTDA.**

CLÁUSULA II - O objetivo social será executar e explorar Serviços de Radiodifusão, em base comercial, mediante concessão ou permissão que lhe venha ser outorgada por atos dos poderes públicos, com observância na produção e programação dos seus serviços às finalidades educativas, artísticas, culturais, jornalísticas e informativas, de conformidade com legislação referente e aplicável ao serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Sociedade ^{MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES} ~~adotará o nome fantasia:~~ “**IBICARAÍ FM**”

PARÁGRAFO SEGUNDO – A Sociedade terá ~~sua sede à Rua Barão de Sergy, 210, sala 303, Barra-Salvador/Ba, CEP: 40.140-040, no Município de Salvador, Estado da Bahia.~~

PARÁGRAFO TERCEIRO – Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador para dirimir quaisquer divergências surgidas entre sócios, que renunciam a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA III – A Sociedade é constituída para vigorar por prazo indeterminado.

PARÁGRAFO ÚNICO – Quando e se necessário a dissolução da sociedade, os dispositivos da Lei pertinente serão observados.

CLÁUSULA IV – A Sociedade se compromete, por seus sócios, se investida na qualidade de Concessionária ou Permissionária do Serviço de Radiodifusão, a não efetuar qualquer alteração neste Contrato Social nem proceder transferência de cotas, sem que tenha sido prévia, plena e legalmente autorizado pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA V – A Sociedade se obriga a observar, com rigor que se impõe, leis, decretos-lei, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais vigentes ou a vigi, referentes e aplicáveis aos serviços de Radiodifusão que lhe forem outorgados.

CLÁUSULA VI – A Sociedade se obriga a obedecer a organização dos quadros de pessoal as qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA VII – As cotas representativas do Capital Social, são **INALIENÁVEIS E INCAUSIONÁVEIS**, direta ou indiretamente, a estrangeiros ou pessoas jurídicas, e sua totalidade pertencerá sempre a brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida.

CLÁUSULA VIII – O Capital Social é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), representado por 30.000 (trinta mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real), cada uma, subscrito e integralizado, neste ato, pelos sócios, em moeda corrente do país, na seguinte proporção:

COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA

SÓCIO	COTAS	VALOR EM R\$	%
ISA DE LARA FERNANDES LOPES	18.000	18.000,00	60
DUARTE FERNANDES LOPES	12.000	12.000,00	40
TOTAL	30.000	30.000,00	100%

PARÁGRAFO ÚNICO – De acordo com o art. 2º “In fine” do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919, a responsabilidade dos sócios é limitada ao total do Capital Social.

CLÁUSULA IX – As cotas são individuais em relação a sociedade, que, para cada uma delas só reconhece um proprietário.

CLÁUSULA X – A Sociedade será gerida e administrada pela sócia ISA DE LARA FERNANDES LOPES, já qualificada no preâmbulo, sendo-lhe atribuído todos os poderes de administração legal da Sociedade e sua representação em juízo ou fora dele, competindo-lhe ainda a assinatura de todos os documentos isoladamente, relativos as suas questões sociais e comerciais para o que se lhe dispensam prestação de caução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A hipótese de dispor ou onerar com as ressalvas atinentes sobre qualquer forma, os bens constitutivos do patrimônio da Sociedade, inclusive direitos, torna obrigatório a assinatura de todos os sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Ao Sócio Gerente, caberá uma retirada de “Pró-Labore” que será fixada pelo consenso unânime dos sócios, obedecendo os critérios aplicados pela Legislação do Imposto de Renda.

CLÁUSULA XI – O uso da denominação social nos termos da **CLÁUSULA X**, deste instrumento, é vedado em fianças, avais, abonos e outros favores estranhos aos interesses da Sociedade, ficando o Sócio Gerente pessoalmente responsável pelos atos praticados.

CLÁUSULA XII – Os Administradores da Sociedade serão brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida e a sua investidura no cargo somente poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se procuradores vierem a ser investidos nos poderes de gestão e administração da Sociedade, atribuição que caberá a brasileiros natos, brasileiros naturalizados há mais de dez anos ou portugueses com igualdade de direitos civis reconhecida, o ato da nomeação será necessariamente submetido à prévia autorização dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações.

CLÁUSULA XIII – As cotas sociais não poderão ser cedidas a terceiros, estranhos á Sociedade sem o conhecimento expresso dos sócios. Para esse fim, o sócio que pretender se retirar deverá notificar por escrito aos demais, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da notificação para que exerça ou renuncie em condições de igualdade ao direito de preferencia a aquisição de cotas da Sociedade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Fica ajustado entre as partes que o sócio que se retirar, caberá receber o valor das cotas integralizadas e representativas de seu capital mais os lucros apurados em balanço, previamente aprovado pelos sócios, cujo pagamento será à vista ou em prestações conforme convencionado entre os sócios da época.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A saída de sócio será objeto a oportunidade, de Alteração Contratual, sendo submetido o documento à anuência prévia do Ministério das Comunicações e posterior arquivamento na Junta Comercial do Estado da Bahia.

CLÁUSULA XIV – O falecimento, impedimento ou incapacidade de qualquer natureza de qualquer dos sócios não dissolverá necessariamente a Sociedade, ficando herdeiros e sucessores ou representante legal nomeado, integrando o quadro social mediante consenso entre os sócios supérstites, caso não haja impeditivo legal quanto a sua capacidade jurídica e se observe a anuência prévia dos órgãos competentes do Ministério das Comunicações, para que sua admissão seja revestida de todos os direitos legais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na Sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para esse fim, e serão pagos à vista ou em parcelas convencionadas entre os sócios da época.

CLAUSULA XV – O exercício social coincidirá com o ano civil, terminando em 31 de dezembro quando serão levantados o balanço patrimonial, a demonstração de resultados do exercício e as demonstrações financeiras de conformidade com a Legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os lucros apurados serão ~~divididos~~ entre os sócios proporcionalmente às cotas de Capital na Sociedade, os mantimentos como reserva para posterior incorporação ao Capital Social. Em caso de prejuízo, o mesmo será suportado pelos sócios, também nas proporções de suas cotas.

CLÁUSULA XVI – Os casos omissos neste Contrato Social, serão regidos pelos dispositivos do Decreto n.º 3.708 de 10 de janeiro de 1919 e a lei n.º 8.934 de 18 de novembro de 1994, regulamentada pelo Decreto n.º 1.800 de 30 de janeiro de 1996, a cuja fiel observância, como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam os dirigentes e sócios.

CLÁUSULA XVII – Os sócios qualificados no preâmbulo deste instrumento declaram que não estão impedidos de exercerem o comércio ou administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato Social em 03 (três) vias de igual teor e forma, fazendo-o perante duas testemunhas.

Salvador/BA, 29 de maio de 2000.

Sócios:

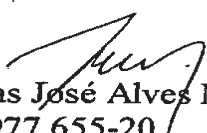
Assinatura



Nome: ISA DE LARA FERNANDES LOPES

Assinatura



Nome: DUARTE FERNANDES LOPES

Testemunhas:


Nome: Jarbas José Alves Menezes
C.P.F.: 168.977.655-20
RG. n.º 1.282.026 – SSP/Ba.


Nome: Marluse Veiga Araújo
C.P.F.: 565.700.585-68
RG. n.º 0438672518 – SSP/BA

Visto :


Matheus Lima Moura
OAB-Ba. 15.903

terminativa.)

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – decisão

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2008

(Nº 481/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ESTREITO DO URUGUAI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 502 de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à Rádio Estreito do Uruguai Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

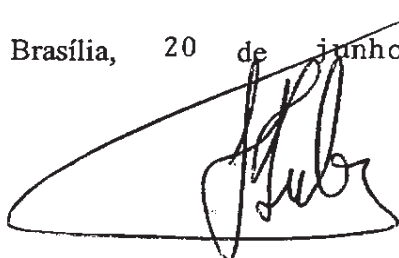

ARLINDO CHINAGLIA
Presidente

Mensagem nº 395, de 2007.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 502, de 13 de setembro de 2006, que outorga permissão à RÁDIO ESTREITO DO URUGUAI LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 20 de junho de 2007.



MC 00501 EM

Brasília, 22 de setembro de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 096/2000-SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio Estreito do Uruguai Ltda (Processo nº 53790.000292/2000) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 502 , DE 13 DE SETEMBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53790.000292/2000, Concorrência nº 096/2000-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **RÁDIO ESTREITO DO URUGUAI LTDA.** para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Cacique Doble, Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de tornar-se nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

CONTRATO SOCIAL

GRACIOZA MARIA CENTENARO GIOTTO, brasileira, casada, profissão aposentada, residente e domiciliada na cidade de PORTO ALEGRE, RS, sito à Rua. Monte Castelo nº 123, Cavallhada, portadora da cédula de identidade nº 9004824208, expedida pela SSP/RS, CPF 136133320-00.

LOURDES LUÍZA VANZ, brasileira, casada, profissão ~~comerciária~~ residente e domiciliada na cidade de SÃO JOSÉ DO OURO, RS, ~~site~~ à Rua. Maximiliano Centenaro, nº 403, portadora da cédula de identidade nº 1000829471, expedida pela SSP/RS, CPF nº 191813530-49.

RESOLVEM, por este instrumento particular de contrato, constituir uma sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA: A Sociedade girará sob a denominação social de RÁDIO ESTREITO DO URUGUAI LTDA., com sede na cidade de PORTO ALEGRE, Estado do RIO GRANDE DO SUL, sita à Rua. Uruguai, nº 295 sala 81.

SEGUNDA: A Sociedade tem por objetivo mercantil a exploração do ramo: RADIODIFUSÃO.

TERCEIRA: O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo o seu início na data de registro deste Contrato Social na Junta Comercial do Rio Grande do Sul.

QUARTA: O capital social integralmente subscrito e integralizado na forma prevista neste ato é de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), divididos em 1.500 (mil) cotas de valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, ficando assim distribuídas entre os sócios:

- a) GRACIOZA MARIA CENTENARO GIOTTO : ~~Subscreve 60% das~~ cotas, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), ~~integralizadas, neste ato~~ em moeda corrente nacional;
- b) LOURDES LUÍZA VANZ : Subscreve 40% das cotas, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), integralizadas, neste ato ~~em moeda~~ corrente nacional;

QUINTA: A responsabilidade dos sócios é limitada à ~~importância total do~~ capital social nos termos do artigo 2º do Decreto Lei nº 3.708, ~~de 10 de~~ janeiro de 1919.

SEXTA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em alteração contratual, poderão ser tomadas por sócios que representem a maioria absoluta do capital, consoante a faculdade deferida pelo artigo 62, parágrafo 2º do Decreto- Lei nº 57.651 de 19 de janeiro de 1966.

SÉTIMA: As cotas representativas do capital social, em totalidade, pertencerão, sempre, a pessoas físicas brasileiras e são inalienáveis e incaucionáveis, direta ou indiretamente a estrangeiros ou pessoas jurídicas.

OITAVA: A Sociedade se compromete, por seu Diretor e Sócios, a não efetuar alterações neste contrato, sem que tenha, para isso, obtido plena, legal e previa autorização do Ministério das comunicações.

NONA: A Sociedade se compromete a manter em seu quadro de funcionários, um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros.

DÉCIMA: A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da sociedade caberão, somente, a brasileiros natos. Os administradores da entidade serão brasileiros natos e sua investidura no cargo só poderá ocorrer após haverem sido aprovados pelo Ministério das Comunicações, para as permissórias e concessionárias.

DÉCIMA PRIMEIRA: A Sociedade será administrada pelo sócio ~~co~~ GRACIOZA MARIA CENTENARO GIOTTO, no exercício das funções de DIRETOR-GERENTE, cabendo-lhe as gestões de todos os negócios sociais e comerciais, bem como a representação da Sociedade em juízo ou fora dele, isoladamente, pelo que lhe é dispensada a prestação de caução.

DÉCIMA SEGUNDA: a título de Pró-Labore, o DIRETOR-GERENTE GRACIOZA MARIA CENTENARO GIOTTO terá como remuneração a quantia fixada em comum, até o limite das deduções fiscais previsto na legislação do Imposto de Renda e que será levada à conta de despesas gerais.

DÉCIMA TERCEIRA: O sócio que desejar transferir parte ou totalidade de suas cotas deverá notificar, por escrito, à Sociedade, discriminando-lhe o preço, forma e prazo de pagamento, para que, através de seus demais sócios, exerça ou renuncie ao direito de preferência, o que deverá fazê-lo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento da notificação. Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias sem que a Sociedade exerça o direito de preferência, as cotas poderão ser transferidas a terceiros, observando-se previamente a anuência do Poder Concedente, para que o ato de transferência possa ter os efeitos legais.

DÉCIMA QUARTA: O falecimento ou interdição de qualquer dos sócios não dissolverá, necessariamente, a sociedade, ficando os herdeiros e sucessores ou representantes legais nomeados, sub-rogados nos direitos e obrigações do "DE CUJUS" ou interdito, podendo nela fazerem-se representar enquanto indiviso o quinhão respectivo, por um dentre eles devidamente credenciado pelos demais.

§ 1º - mediante consenso unânime entre os sócios sobreviventes, os herdeiros ou sucessores poderão ingressar na Sociedade, caso não haja impeditivo legal quanto à anuência prévia do Ministério das Comunicações, para que sua admissão seja revestida de todos os efeitos legais.

§ 2º - se os herdeiros ou sucessores não desejarem continuar na sociedade, seus haveres serão apurados em balanço levantado especialmente para esse fim, e serão pagos em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, sem juros, a quem estiver judicialmente autorizado.

DÉCIMA QUINTA: Os sócios GRACIOZA MARIA: CENTENARO: GIOTTO e LOURDES LUÍZA VANZ declaram, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum dos casos previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil.

DÉCIMA SEXTA: A 31 de dezembro de cada ano levantar-se-á o balanço das atividades da Empresa. O balanço levará a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do Extrato de Contas de Lucros ou Perdas.

§ 1º - os lucros líquidos apurados em balanço poderão ser distribuídos, proporcionalmente, cabendo a cada sócio as partes correspondentes às cotas que possuírem, atendendo, entretanto, preferencialmente, aos interesses da Sociedade que, por decisão majoritária do capital, poderá decidir a incorporação dos lucros do capital social, cabendo nesse aumento, a cada sócio, as partes proporcionais às cotas que possuírem.

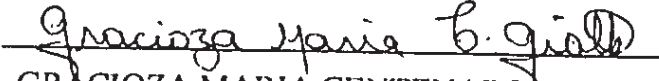
§ 2º - os prejuízos, eventualmente existentes, serão suportados pelos sócios, também proporcionalmente às cotas que possuírem, em prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do Balanço que apurou o prejuízo.


DÉCIMA SÉTIMA: Fica eleito, desde já com renúncia a qualquer outro, o foro da cidade de PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL para solução de qualquer dissídio que eventualmente venha a surgir entre as partes contratantes.

DÉCIMA OITAVA: Os casos omissos neste Contrato Social serão regidos pelos dispositivos do Decreto Lei nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância, bem como das demais cláusulas deste compromisso , se obrigam o Diretor e os sócios.


E, POR ESTAREM JUSTOS E CONTRATADOS ASSINAM O PRESENTE CONTRATO SOCIAL, EM 04 (QUATRO) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS DE LEI.

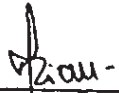
PORTO ALEGRE, RS, 15 de MAIO de 2000


GRACIOZA MARIA CENTENARO GIOTTO


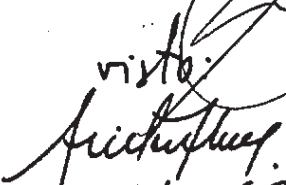

LOURDES LUÍZA VANS

Testemunhas:


Elinton da Silva Furno
Cédula de Identidade: 3032595773-SSP-RS
CPF. 439.135.550/72


Miriam Regina Florence dos Santos
Cédula de Identidade: 5036765856-SSP-RS
CPF. 479.083.970/68

(À Comissão de Ciência, tecnologia, Inovação, Comunicação e
Informática Decisão Terminativa)


26 ABR 2006
visto:

OAB/RS 6805

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 117, DE 2008

(nº 483/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE COMUNITÁRIA NAVEGANTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 789 de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Sociedade Comunitária Navegantes para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



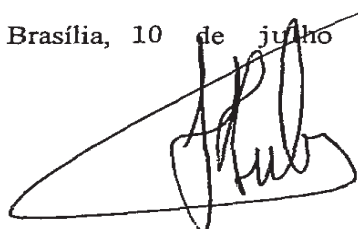
ARLINDO CHINAGLIA
Presidente

Mensagem nº 480, de 2008

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 789, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Sociedade Comunitária Navegantes para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 10 de julho de 2007.



MC 00811 EM

Brasília, 12 de dezembro 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Sociedade Comunitária Navegantes, no Município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.001345/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 789 DE 25 DE OUTUBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.001345/98 e do PARECER/MC/CONJUR/JWP/Nº 1449 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Sociedade Comunitária Navegantes, com sede na Rua Alberto dos Reis, nº 144 – Bairro Santa Helena, no município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º47'15"S e longitude em 52º49'00"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 0284 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53790.001345/98 protocolizado em 08/10/1998.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Sociedade Comunitária Navegantes, município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

I - INTRODUÇÃO

1. A Sociedade Comunitária Navegantes, inscrita no CNPJ sob o número 02.766.650/0001-78, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Alberto dos Reis, nº 144 – Bairro Santa Helena, município de Ronda Alta, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 30 de setembro de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/03/1999** que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Alberto dos Reis, nº 144, no município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 27°47'15"S de latitude e 52°49'00"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 72/73, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão.

7. Considerando a seleção desta requerente , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas “a”, “c”, “f”, “g” “o” da Norma Complementar nº 01/2004, comprovação de necessária alteração estatutária, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas da citada Norma (fls. 76 a 164).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “**Formulário de Informações Técnicas**” fls 90/91, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 149 e 150. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 165 dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão **compatíveis** com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- nome
- quadro diretivo

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Valério Bernardi	Presidente
Osvaldo Jacomelli	Vice - Presidente
Semar Antônio Bonavigo	Secretário
Elisete Raimondi	Tesoureiro

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**


Rua Alberto dos Reis, nº 144 -- Bairro Santa Helena, município de Ronda Alta, Estado do Rio Grande do Sul.

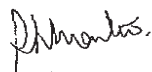
- **coordenadas geográficas**

27°47'15" de latitude e 52°49'00" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 149 e 150, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls 90/91 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Sociedade Comunitária Navegantes**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53790.001345/98 de 08 de outubro de 1998.

Brasília, 5 de dezembro de 2005.


Relator da conclusão Jurídica
Lúcia Helena Magalhães Bueno
Chefe de Serviço de Radiodifusão Comunitária
Mat. 2312714
SERAC/CORAC/DEOC/SC


Relator da conclusão Técnica
Regina Aparecida Monteiro
Chefe de Serviço de Radiodifusão
Mat. 1320958
SENGR/CORAC/DEOB/SC

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços .

Brasília, 5 de dezembro de 2005.


ALEXANDRA LUCIANA COSTA
Coordenadora

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 5 de dezembro de 2005.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº 0284 /2005/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 5 de dezembro de 2005.


JOÃO NILSON L. B. FERREIRA
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica

(À Comissão de Ciência, tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2008
(Nº 488/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA BARRACONENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 172 de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Barraconense para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

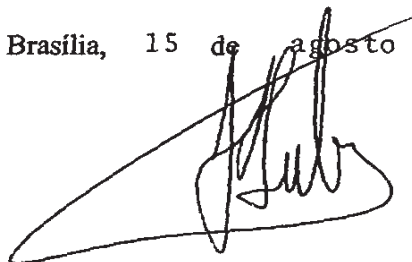

ARLINDO CHINAGLIA
Presidente

Mensagem nº 610 *7 de 2007*

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 172, de 16 de abril de 2004, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Barraconense para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 15 de agosto de 2007.



MC 00156 EM

Brasília, 11 de maio de 2004.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de outorga de autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Difusão Comunitária Barraconense, situada na cidade de Barracão, no Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A referida entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, cumpre informar que o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 83, de 24 de março de 2003, com a finalidade de proceder criteriosa análise dos processos pendentes, referentes à autorização de funcionamento e execução das Rádios Comunitárias, manifestou-se favoravelmente ao pleito, constatando a legalidade e a regularidade do Processo Administrativo nº 53.790.000.523/02, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Eunício Lopes de Oliveira

PORTARIA Nº 172 DE 16 DE ABRIL DE 2004.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.790.000.523/02 e do PARECER/CONJUR/MC nº 0393 / 2004, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Difusão Comunitária Barraconense, com sede na Rua Arlindo Gradin, nº 442 - Centro, na cidade de Barracão, no Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 27º40'39''S e longitude em 51º27'59''W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



EUNÍCIO OLIVEIRA

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

RELATÓRIO Nº 068 /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC - VFA

REFERÊNCIA: Processo nº 53.790.000.523/02,
prolocolizado em 09 de janeiro de
2002.

OBJETO: Requerimento de autorização para a
exploração do Serviço de
Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação de Difusão
Comunitária Barraconense,
localidade de Barracão, Estado do
Rio Grande do Sul. **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação de Difusão Comunitária Barraconense, inscrita no CNPJ sob o número 04.815.836/0001-03 no Estado do Rio Grande do Sul, com sede na Rua Arlindo Gradin, nº 442 - Centro, cidade de Barracão, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 08 de janeiro de 2002, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como **requerente**, baseou o seu pleito nos termos do **Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de agosto de 2002.**, que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- **atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos**

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Arlindo Gradin, 442, Centro na cidade de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 27°40'39"S de latitude e 51°27'60"W de longitude. **Ocorre que, posteriormente, as coordenadas propostas foram retificados passando a estar em 27°40'39"S de latitude e 51°27'59"W de longitude consoante aos dados constantes do Aviso publicado no D.O.U., de 29 de agosto de 2002.**

6. A análise técnica desenvolvida, demonstra que ~~as coordenadas geográficas~~ **indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 109 e 109, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas, o que foi objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados**

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constatarem-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: **apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos II e X da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ retificado da requerente, Certidão Cartorária, necessária comprovação das Entidades que manifestaram apoio e declaração do endereço da sede, cujo cumprimento e aplicação dos critérios estabelecidos na legislação específica resultou no saneamento dos autos e posterior seleção da Entidade, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico (fls. 112 a 293).**

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o "Formulário de Informações Técnicas" - fls 250, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 265 e 266. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação

da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo, no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 293 dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioridade e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação de Difusão Comunitária Barraconense

- **quadro diretivo**

Presidente:	Abel Primieri
Vice Presidente:	Ezequiel Figueiredo Reolon
1º Secretário:	Leonardo Bernardo Betiolo
2º secretário:	Paulo Cezar Manhante
1º Tesoureiro :	Enio Betiolo
2º tesoureiro	Raul Lima dos Santos
Dir. de Operações.:	Rivail Alves Godoy
Vice Dir.Operações	Iraci Diersman.:

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Arlindo Gradin, 442, Centro, cidade de Barracão, Estado do Rio Grande do Sul.

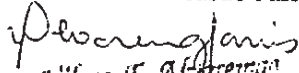
- **coordenadas geográficas**

27°40'39" de latitude e 51°27'59" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 265 e 266, bem como "Formulário de Informações Técnicas" -fls 250 e que se referem à localização da estação.

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação de Difusão Comunitária Barraconense**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº **53.790.000.523/02**, de 09 de janeiro de 2002.

Brasília, 13 de fevereiro de 2004.

Relator da conclusão Jurídica


Vilma F. Albuquerque
Chefe de Serviço/SSP


Relator da conclusão Técnica

Regina Aparecida Monteiro
Chefe de Serviço / SSR

*(Á Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e
Informática, em decisão terminativa.)*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2008
(Nº 491/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SANTA RITA COMUNITÁRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 790 de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Santa Rita Comunitária para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul.

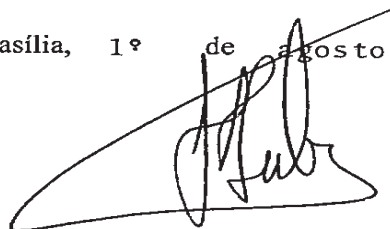
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 561, de 2007.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 790, de 25 de outubro de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural Santa Rita Comunitária para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 1º de agosto de 2007.



MC 00791 EM

Brasília, 8 de dezembro 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação Cultural Santa Rita Comunitária, no Município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53.790.000.996/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 790 DE 25 DE OUTUBRO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53.790.000.996/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GSL/Nº 1712 – 1.08/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural Santa Rita Comunitária, com sede na Avenida Santa Rita, 921, Bairro Centro, no município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29º51'47"S e longitude em 51º16'47"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

RELATÓRIO Nº 293/2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53790000996/98,
protocolizado em 06/08/1998.

OBJETO: Requerimento de autorização para a
exploração do Serviço de
Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação Cultural Santa Rita
Comunitária município de Nova
Santa Rita, Estado do Rio Grande
do Sul.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação Cultural Santa Rita Comunitária, inscrita no CNPJ ~~son o numero~~ 01.930.871/0001-77, no Estado do Rio Grande do Sul, com sede Estrada Itapuí, nº 5.200, Caju, no município de Nova Santa Rita, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 06 de agosto de 1998, subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.
2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 05 de novembro de 1998 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km entre as interessadas nesta localidade, comunicamos que o requerimento de outras entidades foram objeto de exame por parte do Departamento de Outorga de Serviços, vez que apresentaram suas solicitações para a mesma área de interesse, tendo sido seus processos devidamente analisados e arquivados. Os motivos dos arquivamentos, bem como a indicação da relação constando os respectivos nomes e processos, se encontram abaixo explicitadas:

a) Associação da Indústria Comércio e Agropecuária de Nova Santa Rita – Processo nº 53790001640/98, arquivado pelos seguintes fatos e fundamentos: a entidade não se caracteriza de natureza comunitária em infringência aos artigos 1º e 7º da lei nº 9.612/98, conforme comunicado à entidade por meio do ofício n.º 3560, datado de 12/05/2003, cuja cópia do ofício e respectivo AR Postal se encontram anexos. Saliente-se que, frente a ciência do arquivamento dos autos, através do DOU de 21 de setembro de 2004, a entidade não apresentou solicitação para reconsideração desta decisão.

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 02/98, de 06.08.1998.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Doutor Lourenço Zacoro, nº 20, Sala 12, Centro, no município de Nova Santa Rita,

Estado do Rio Grande do Sul, de coordenadas geográficas em 29°51'47"S de latitude e 51°16'47"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser confirmadas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 219, denominado de “Roteiro de Análise Técnica de RadCom”, que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que em relação ao item 15 do Roteiro de Análise de Instalação de Radcom, as coordenadas são as mesmas que tornaram a entidade selecionada.**

7. Das análises técnico-jurídicas realizadas e considerando a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: **apresentação da documentação elencada no subitem 6.7 incisos I, II, IV, VIII, da Norma 02/98, comprovação de necessária alteração estatutária, cópia do CNPJ da requerente, declaração do endereço da sede e a apresentação do projeto técnico** (fls. 226 a 376).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o “Formulário de ~~Informações~~ Técnicas” – fls. 163, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o ~~comprovante~~ de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma 02/98, em especial as exigências inscritas em seu item 6.11, conforme observa-se nas folhas 289/290. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 01 a 376, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dipostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- planta de arruamento e declaração de acordo com o disposto no subitem 6.7 incisos XIX e X da Norma Complementar 02/98, bem como o Projeto Técnico conforme disposto no subitem 6.11 e incisos da Norma Complementar 02/98;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado no subitem 6.7, incisos III, IV, V e VIII da Norma Complementar 02/98 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO/OPINAMENTO

10. **O Departamento de Outorga de Serviços**, a quem cabe a condução ~~dos trabalhos~~ de habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, **conclui** a instrução dos presentes autos, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação Cultural Santa Rita Comunitária ;

- **quadro diretivo**

Presidente: Olmiro Machado Viegas

Vice-presidente: Margareti Simon Ferretti

Secretário Geral: Dorvalina Viegas

Tesoureiro : José Divino Santos da Rocha

2º Tesoureiro: Elizandra Collaziol

Diretor de Oper.: Ipólito Maranoski

Vice Diretor de Oper.: Carla Regina Manini

Dir Cultural e Comunic. Social: Júlio César Fraga da Silva

Vice Dir. Cult. e Comunic Social: Manoel Lourenço Graiz

Dir de Patrimônio: Paulo Ricardo S. Ramos

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**


Rua Doutor Lourenço Zacoro, nº 20, Sala 12, Centro, município de Nova Santa Rita, Estado do Rio Grande do Sul;

- **coordenadas geográficas**

29°51'47" de latitude e 51°16'47" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação" - fls. 289/290, bem como "Formulário de Informações Técnicas" - fls. 169 que se referem à localização da estação.

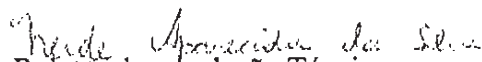
11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela **Associação Cultural Santa Rita Comunitária**, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53790000996/98, de 06 de Agosto de 1998.

Brasília, 15 de dezembro de 2004.


Relator da conclusão Jurídica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.


Relator da conclusão Técnica
Neide Aparecida de Almeida
Chefe de Divisão SSR

Brasília, 16 de dezembro de 2004.


WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
Coordenador – Geral

De acordo.


À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 15 de dezembro de 2004.


CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Aprovo o Relatório nº /2004/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, 15 de dezembro de 2004.


SERGIO LUIZ DE MORAES DINIZ
Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica
Substituto

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2008
(Nº 506/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE IÇARÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içará, Estado de Santa Catarina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 163 de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Içará, Estado de Santa Catarina.

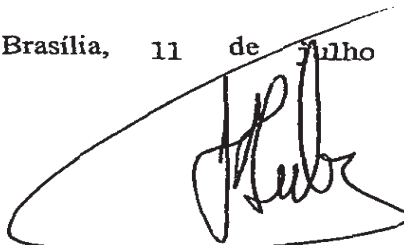
Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 487, de 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 163, de 12 de abril de 2007, que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Içará, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 11 de julho de 2007.



MC 00109 EM

Brasília, 7 de maio de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a **Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará**, no Município de Içará, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53820.000850/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 163 DE 12 DE ABRIL DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53820.000850/98 e do Parecer/MC/CONJUR/PAS/Nº 0412 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização a **Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará**, com sede na Rua Cel. Marcos Rovaris, nº 350 – Centro Comercial Antônio Fortulino, sl. 31, Centro, no município de Içará, Estado de Santa Catarina, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 28º42'52"S e longitude em 49º17'49"W, utilizando a frequência de 104,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

Ministro de Estado das Comunicações

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**RELATÓRIO FINAL – ENTIDADE SELECIONADA E SEM
CONCORRENTES**

RELATÓRIO Nº 002 /2007/RADCOM/DOS/SSCE/MC

REFERÊNCIA: Processo nº 53.820.000.850-98,
protocolizado em 20/11/1998.

OBJETO: Requerimento de autorização para a exploração
do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

INTERESSADO: Associação de Radiodifusão Comunitária
de Içará, município de Içará Estado de
Santa Catarina.

I - INTRODUÇÃO

1. A Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará, inscrita no CNPJ sob o número 02.394.009/0001-50, no Estado do Paraná, com sede na Rua Cel Marcos Rovaris, 773, Centro Comercial Antônio Fortulino, sl. 31, Centro, município de Içará, dirigiu-se ao Senhor Ministro de Estado das Comunicações, conforme requerimento datado de 16/11/1998 subscrito por representante legal, no qual demonstrou interesse na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária nos termos do artigo 12, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

2. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, baseou o seu pleito nos termos do Aviso de Habilitação publicado no Diário Oficial da União - D.O.U. de 18/3/1999 que contempla a localidade onde pretende instalar o seu transmissor, assim como o sistema irradiante e respectivo estúdio.

3. Em atendimento à citada convocação e ainda, considerando a distância de 4 Km ^{entre as} interessadas nesta localidade, comunicamos que apenas a mencionada entidade demonstrou seu interesse na prestação do referido serviço, não havendo concorrentes .

II – RELATÓRIO

- atos constitutivos da entidade/documentos acessórios e aspectos técnicos

4. O Departamento de Outorga de Serviços, em atendimento às Normas e critérios estabelecidos para a regular análise dos requerimentos, passou ao exame do pleito formulado pela **requerente**, de acordo com petição de folha 01, bem como toda a documentação apresentada e vem por meio deste, **relatar** toda a instrução do presente **processo administrativo**, em conformidade com a legislação, especialmente a Lei nº 9.612, de 19.02.1998, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 03.03.1998 e Norma Complementar nº 01/2004.

5. Preliminarmente, a **requerente** indicou em sua **petição** que os equipamentos seriam instalados em área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 km, com centro localizado na Rua Cel Marcos Rovaris, snº, Centro, no município de Içará, Estado de Santa Catarina, de coordenadas geográficas em 28°42'48"S de latitude e 49°18'00"W de longitude.

6. A análise técnica inicial desenvolvida, demonstra que **as coordenadas geográficas indicadas deveriam ser mantidas**, pelo que se depreende da memória do documento de folhas 49/50, denominado de "Roteiro de Análise Técnica de RadCom", que por sua vez trata de outros dados, quais sejam: informações sobre geração de coordenadas geográficas, instruções sobre coordenadas coincidentes com os levantamentos do IBGE, compatibilização de distanciamento do canal, situação da estação em faixa de fronteira, endereço proposto para instalação da antena; planta de arruamento, endereços da sede e do sistema irradiante, outros dados e conclusão. **Vale salientar que ao final, a entidade apontou novas coordenadas e endereço que foram objeto de análise e conclusão por este Departamento, que constatou a possibilidade de aceitação dos novos dados**

7. Considerando a **seleção desta requerente** , bem como a documentação que foi encaminhada pela requerente, constataram-se pendências passíveis do cumprimento das seguintes exigências: apresentação da documentação elencada no subitem 7.1 alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "g", "h", "i", "j" da Norma Complementar nº 01/2004, tendo sido solicitada a apresentação do projeto técnico, em conformidade com o disposto no subitem 12.1 e alíneas

da citada Norma (fls. 119 a 192).

8. Ao cumprir as exigências, foi encaminhado o **“Formulário de Informações Técnicas”** - fls 145, firmado pelo engenheiro responsável, seguindo-se o roteiro de verificação de instalação da estação, constatando-se conformidade com a Norma Complementar 01/2004, em especial as exigências inscritas em seu subitem 12.1 e alíneas, conforme observa-se nas folhas 166. Ressaltamos que nestes documentos constam as seguintes informações: identificação da entidade; os endereços da sede administrativa e de localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio; características técnicas dos equipamentos (transmissor) e acessórios (antena e cabo coaxial), com indicação da potência efetiva irradiada e intensidade de campo no limite da área de serviço, diagramas de irradiação do sistema irradiante e características elétricas.

09. Por fim, a documentação exigida pela legislação específica e contida nos autos, **mais especificamente no intervalo de folhas 1 a 172, dos autos**, corresponde ao que se segue:

- Estatuto Social devidamente registrado e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98 e pressupostos da Norma Complementar nº 01/2004;
- ata de constituição e atual ata de eleição dos dirigentes, devidamente registradas e em conformidade com os preceitos dispostos no Código Civil Brasileiro e adequados às finalidades e requisitos da Lei 9612/98;
- comprovantes relativos a maioria e nacionalidade dos dirigentes;
- manifestações de apoio à iniciativa da requerente, formulados e encaminhados pela comunidade;
- Projeto Técnico conforme disposto no subitem 12.1 e alíneas da Norma Complementar 01/2004;
- declarações relativas aos integrantes do quadro administrativo da requerente, demonstrando a sua regularidade, conforme indicado nas alíneas “h”, “i” e “j” da Norma Complementar 01/2004 e ainda, demais declarações e documentos requeridos com intuito de confirmar alguns dados informados;

III - CONCLUSÃO

10. O Departamento de Outorga de Serviços, a quem cabe a condução dos trabalhos de

habilitação de interessados na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, após detido exame do rol de documentos, os quais estão compatíveis com a legislação atinente, seguindo-se abaixo as informações básicas sobre a entidade:

- **nome**

Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará

- **quadro diretivo**

NOME DO DIRIGENTE	CARGO
Albertino Armindo	Dir. Geral
Cláudio Serafim	Dir. Administrativo
Francisco Carlos dos Reis	Dir. Operações

- **localização do transmissor, sistema irradiante e estúdio**

Rua Cel Marcos Rovaris, 773, sl. 31, Centro, Centro, município de Içará, Estado de Santa Catarina.

- **coordenadas geográficas**

28°42'52" de latitude e 49°17'49" de longitude, correspondentes aos dados dispostos no "Roteiro de Análise de Instalação da Estação de Rádio Comunitária" - fls 145 e que se refere à localização da estação.

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL

11. Por todo o exposto, opinamos pelo deferimento do pedido formulado pela Associação de Radiodifusão Comunitária de Içará, no sentido de conceder-lhe a autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária, na localidade pretendida, dentro das condições circunscritas no Processo Administrativo nº 53.820.000.850-98 de 20 de novembro de 1998.

Brasília, 5 de janeiro de 2007.
[Assinatura]
Relator da conclusão Jurídica

[Assinatura]
Relator da conclusão Técnica

De acordo.

À consideração do Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviços.

Brasília, 5 de janeiro de 2007.

De acordo.

[Assinatura]
Coordenador
[Assinatura]
Sibela Leandra Portella
Mat. 1323503
Coordenadora de Serviços de Radiodifusão Comunitária
CORAC/CGRC/DEOCISC

À consideração do Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, de janeiro de 2007.

[Assinatura]
CARLOS ALBERTO FREIRE RESENDE
Diretor do Departamento de Outorga de Serviços

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM ORIGINAL
03 MAI 2007
[Assinatura]

Aprovo o Relatório nº 002 /2006/RADCOM/DOS/SSCE/MC. Encaminhe-se à Consultoria Jurídica para exame e parecer.

Brasília, de janeiro de 2007.

[Assinatura]
ZILDA BEATRIZ S. DE CAMPOS ABREU
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica

À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
(Decisão Terminativa)

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, de 2008
(N 484, de 2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL, COMUNITÁRIA RECREATIVA E ESPORTIVA COLLAZIOL SCOTTÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 93 de 16 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária Recreativa e Esportiva Collaziol Scottá para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

~~CÂMARA DOS DEPUTADOS, 30 de junho de 2008.~~

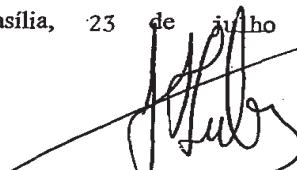

ARLINDO CHINAGLIA
Presidente

Mensagem nº 529, de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 93, de 16 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária Recreativa e Esportiva Collaziol Scottá para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 23 de julho de 2006.



MC 00110 EM

Brasília, 31 de março de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Cultural, Comunitária Recreativa e Esportiva Collaziol Scottá, no Município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o *caput* do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53790.000995/98, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA Nº 93 DE 16 DE MARÇO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53790.000995/98 e do PARECER/MC/CONJUR/GAT/Nº 0238 – 1.08/2005, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural, Comunitária Recreativa e Esportiva Collaziol Scottá, com sede na Avenida Boqueirão, nº 2911, Bairro Jardim Atlântico, no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização rege-se pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 29°54'22"S e longitude em 51°08'45"W, utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


HÉLIO COSTA

Aviso nº 699 - C. Civil.

Em 23 de julho de 2007.


A Sua Excelência o Senhor
Deputado OSMAR SERRAGLIO
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 93, de 16 de março de 2006, que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária Recreativa e Esportiva Collaziol Scottá para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Canoas, Estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,


DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Associação Cultural, Comunitária, Recreativa e Esportiva - Collaziol Scottá

Cópia autêntica da ata de reunião da Assembléia Extraordinária para Eleição e Posse da nova Diretoria da Associação.

Ata nº 04/2004.

"Aos dois dias do mês de julho de 2004, na sede social da Associação Cultural, Comunitária, Recreativa e Esportiva – Collaziol Scottá, localizada na Avenida Boqueirão, nº 2.911, no bairro Estância Velha – CEP: 92.032-420 em Canoas-RS, com horário previsto para as 20hs., verificado o quorum necessário na primeira convocação deu-se início aos trabalhos. O Presidente Sr. Lauro Kochenborger, abriu a reunião explicando a forma em que se daria a votação, eleição e posse, da nova Diretoria da Associação. Passou-se para a leitura da chapa que estava registrada e que tinha a seguinte composição: para Presidente: Lauro Kochenborger, Vice-Presidente: Aquilino Collaziol, Secretário Antônio Roberto Dedomênico, Secretário Adjunto: André da Silva Souza, Tesoureiro: Rosa Maria Damiani Collaziol, Tesoureiro Adjunto: Ronaldo Pagano, Diretor de Operações: Rodrigo Collaziol, Diretor Cultural: Carlos Damian, Diretor do Patrimônio: João Luiz Cardoso, Diretor do Departamento de Esportes: Augusto Cagliari e Diretor do Departamento Jurídico: Doutor Nelceu Araújo, Conselho Fiscal: Titulares: Sadi Manica, Alberto Aliatti, Igor Collaziol. Suplentes: Fragomendes Fraga, Inês Damiani, Abel Manica. Todos concordaram em participar, e de imediato foi colocado em votação sendo eleita a chapa por unanimidade dos associados presentes. Dando prosseguimento os associados eleitos tomaram posse de seus cargos. Nada mais a ser discutido, eu secretário, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente ora reeleito, pelos membros eleitos da Diretoria, pelos membros eleitos do Conselho Fiscal e pelos demais associados eleitores presentes. Canoas - RS, 02 de julho de 2004.

Assinam: o Presidente: Lauro Kochenborger, o Vice-Presidente: Aquilino Collaziol, o Secretário Antônio Roberto Dedomênico, o Secretário Adjunto: André da Silva

Service Público F
Ministério das Con.
CONFERE COM C

27 MAR

Souza, a Tesoureira: Rosa Maria Damiani Collaziol, o Tesoureiro Adjunto: Ronaldo Pagano, o Diretor de Operações: Rodrigo Collaziol, o Diretor Cultural: Carlos Damian, o Diretor do Patrimônio: João Luiz Cardoso, o Diretor do Departamento de Esportes: Augusto Cagliari e o Diretor do Departamento Jurídico: Doutor Nelceu Araújo, os membros do Conselho Fiscal, Titulares: Sadi Manica, Alberto Aliatti, Igor Collaziol. Suplentes: Fragomendes Fraga, Inês Damiani, Abel Manica e assinam os associados presentes Leopoldo Almeida, Dalva Botelho, Ademir de Oliveira Valvassani, Mauro Pagani, Dejour Machado e Álvaro Mânica".

Declaramos e atestamos que a presente é cópia fiel e autêntica da ata lavrada no livro próprio.

Canoas -RS, 05 de julho de 2004.


Lauro Kochenborger
Presidente


Antônio Roberto Dedomenico
Secretário



Associação Cultural, Comunitária, Recreativa e Esportiva - Collaziol Scottá

• Relação dos Componentes da Diretoria

Cargo	Nome	Nacionalidade	Estado Civil	Profissão
Presidente	Lauro Kochenborger	Brasileiro	Casado	Funcionário Público
Vice – Presidente	Aquilino Collaziol	Brasileiro	Casado	Motorista
Secretário	Antônio Roberto Dedoménico	Brasileiro	Viúvo	Servidor Pub. Municipal
Secretário Adjunto	André da Silva Souza	Brasileiro	Solteiro	Empresário
Tesoureiro	Rosa Maria Damiani Collaziol	Brasileira	Casada	Do Lar
Tesoureiro Adjunto	Ronaldo Pagano	Brasileiro	Casado	Empresário
Diretor de Operações	Rodrigo Collaziol	Brasileiro	Solteiro	Chapeador
Diretor Cultural	Carlos Damian	Brasileiro	Divorciado	Contabilista
Diretor do Patrimônio	João Luiz Cardoso	Brasileiro	Divorciado	Serviços Gerais
Diretor do Depto. de Esportes	Augusto Cagliari	Brasileiro	Casado	Empresário
Diretor do Depto. Jurídico	Nelceu de Araújo	Brasileiro	Solteiro	Advogado

À Comissão de Ciência, Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa,

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 168 a 181, de 2008**, que acabam de ser lidos, tramitarão com prazo determinado de quarenta e cinco dias, de acordo com o art. 223, § 1º, da Constituição Federal.

A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, e da Resolução nº

1, 2007 do Senado Federal, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, **b**, combinado com o art. 375, I, ambos do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 014/2008 - “Comissão de Juristas”

Brasília, 10 de julho de 2008.

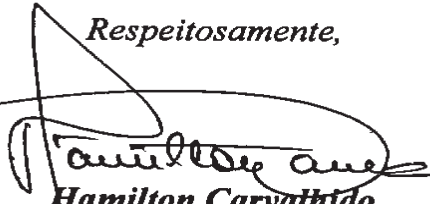
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para comunicar que foi realizada, no dia 9 de julho p.p., na sala dos Consultores da Biblioteca do Senado Federal, a 1ª Reunião Ordinária da **Comissão de Juristas**, criada na forma do Requerimento nº **227**, de 2008, e constituída pelos **Atos do Presidente** nº (s) **11** e **17**, de 2008. O encontro foi destinado à eleição do Coordenador da Comissão. Na ocasião, fui eleito por aclamação ao cargo de Coordenador, tendo designado o Dr. Eugênio Pacelli de Oliveira para desempenhar a função de Relator-Geral.

Outrossim, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, a minuta do Regulamento aprovada pelos membros da Comissão, para apreciação da Mesa Diretora do Senado Federal, em cumprimento ao que determina o já mencionado Requerimento nº 227, de 2008.

Ao ensejo, gostaria de agradecer a calorosa recepção que tivemos na cerimônia de instalação, aproveitando a oportunidade para reafirmar minhas manifestações de apreço e elevada consideração.

Respeitosamente,



Hamilton Carvathido
Coordenador da Comissão de Juristas
do Senado Federal

Minuta
ATO DA MESA Nº , DE 2008

Aprova o Regulamento da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal.

A MESA DO SENADO FEDERAL RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo deste Ato, o Regulamento da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, e constituída pelos Atos do Presidente nºs 11 e 17, de 2008.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Mesa do Senado Federal, em 1º de agosto de 2008.
Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Magno Malta, Álvaro Dias, Gerson Camata, Antônio Carlos Valadares.

ANEXO

**REGULAMENTO DA COMISSÃO DE JURISTAS –
REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

Art. 1º Este Regulamento disciplina os trabalhos da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de reforma do Código de Processo Penal, criada na forma do Requerimento nº 227, de 2008, aprovado pelo Plenário do Senado Federal no dia 25 de março de 2008, e constituída pelos Atos do Presidente nº 11 e 17, de 2008, publicados no *Boletim Administrativo do Pessoal* dos dias 6 de junho e 3 de julho de 2008, respectivamente.

Art. 2º A Comissão de Juristas reunir-se-á, em caráter ordinário, uma vez por mês, conforme cronograma previamente aprovado pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões ordinárias serão realizadas nas dependências do Senado Federal.

Art. 3º Ao Coordenador, eleito em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato do Presidente nº 11, de 2008, compete:

I – elaborar plano e metodologia para as várias fases do trabalho, a serem aprovados pela Comissão;

II – dirigir as reuniões de trabalho;

III – definir as pautas e confirmar as reuniões ordinárias agendadas nos termos do *caput* do art. 2º deste Regulamento, ou eventualmente remarcá-las em razão de motivos relevantes;

IV – convocar reuniões extraordinárias de trabalho, por iniciativa própria ou a pedido da maioria dos membros da Comissão;

V – organizar seminários, palestras, audiências públicas e outros eventos para a divulgação dos trabalhos, ouvidos os membros da Comissão;

VI – demandar da Secretaria administrativa da Comissão os atos e expedientes necessários ao bom andamento dos trabalhos;

VII – delegar funções aos membros da Comissão;

VIII – outras atribuições inerentes à natureza da função.

Parágrafo único. Logo após a sua instalação, a Comissão divulgará endereço eletrônico e outras formas de contato para o recebimento de sugestões do público externo.

Art. 4º Ao Relator-Geral, designado pelo Coordenador, compete:

I – receber as sugestões encaminhadas à Comissão pelo público externo, distribuindo-as aos membros da Comissão conforme área de atuação temática;

II – sistematizar o conjunto das contribuições oferecidas pelos membros da Comissão;

III – designar sub-relatores.

Art. 5º As deliberações da Comissão serão tomadas pela maioria de seus membros.

Parágrafo único. Eventuais divergências poderão ser consignadas em ata, a pedido do interessado.

Art. 6º Fica assegurada aos membros da Comissão plena liberdade de opinião sobre todos os temas referentes à reforma do Código de Processo Penal, independentemente da divisão de trabalho.

Parágrafo único. Enquanto os trabalhos não forem concluídos, cabe aos membros ressaltar que suas opiniões e manifestações são de caráter pessoal.

Art. 7º Antes da entrega do anteprojeto, a Comissão submeterá a consulta pública um esboço preliminar, divulgando-o amplamente, inclusive por meio da internet, com o objetivo de receber sugestões e críticas de todos os interessados.

Art. 8º O texto final será submetido, no âmbito da Comissão, à votação em globo ou por grupos de dispositivos, ressalvada a possibilidade de destaque para votação em separado de artigos, parágrafos, incisos, alíneas e itens, mediante requerimento de qualquer de seus membros.

Art. 9º A Comissão encerrará seus trabalhos no prazo de cento e oitenta dias, a contar de 1º de agosto de 2008, conforme determina o *caput* do art. 2º do Ato do Presidente nº 11, de 2008.

Parágrafo único. Se houver necessidade de prorrogação, a Comissão encaminhará pedido fundamentado ao Presidente do Senado Federal, com antecedência mínima de quinze dias, estimando o novo prazo para o término dos trabalhos.

Art. 10 Este Regulamento entrará em vigor após a sua aprovação pela Mesa do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280 , DE 2008

Altera o art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para permitir a substituição dos caracteres de identificação da placa do veículo quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 115 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“**Art. 115.**

.....
§ 7º Será autorizada a substituição dos caracteres alfanuméricos de identificação da placa quando comprovada a existência de cópia obtida ilegalmente. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A duplicação ilegal de placas de veículos, popularmente conhecida como clonagem, vem se tornando uma forma de golpe contra os proprietários de veículos automotores cada vez mais freqüente.

A clonagem de placas cresceu de forma preocupante desde a entrada em vigor do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em 1998. O maior rigor nas punições imposto pela nova norma, inobstante ter contribuído para a maior segurança do trânsito, acabou por levar fraudadores a falsificar ou adulterar a placa como forma de escapar ao pagamento de multas e à perda da carteira de habilitação por excesso de infrações.

Essa modalidade de delito tem causado transtornos na vida de milhares de pessoas. Com frequência, proprietários de automóveis são surpreendidos com notificações de multas decorrentes de infrações de trânsito registradas em lugares ou datas desconhecidos ou improváveis. Somente após averiguação, constata-se que tiveram sua placa “clonada” e que, injustamente, serão obrigados a arcar com o pagamento de uma dívida pela qual não foram responsáveis.

Esses transtornos podem ser seriamente agravados, se considerado o risco de a clonagem estar associada a atividades criminosas, como o roubo de veículos para revenda ou sua utilização na prática de seqüestros ou assaltos. O proprietário do veículo, inadvertidamente, pode se ver envolvido em situações das quais dificilmente conseguirá se livrar sem seqüelas ou prejuízos financeiros.

O problema ocorre por não ter o CTB previsto a possibilidade de que cópia da placa pudesse ser utilizada para fins ilícitos. De acordo com o art. 115, todo veículo será identificado externamente por meio de placa com caracteres individualizados e esses caracteres acompanharão o veículo até a baixa do registro, sendo vedado seu reaproveitamento. Não há manifestação explícita sobre a possibilidade da troca da placa em quaisquer circunstâncias.

Mais tarde, diante da constatação de que a clonagem tornara-se habitual, o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) procurou reparar a lacuna deixada no CTB, expedindo aos Departamentos Estaduais de Trânsito o Ofício nº 916, de 2000, que permite aos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detrans), em casos excepcionais e devidamente justificados, autorizar a alteração da combinação alfanumérica da placa de identificação de veículo, na hipótese de apresentar duplicatas ilegalmente clonadas.

É fato que a questão exige cautela, uma vez que há motoristas que interpõem recursos de multas alegando terem sido vítimas de clonagem de placas, simplesmente para não pagarem suas dívidas. Nesse sentido, cabe aos Detrans estabelecer procedimentos rigorosos para que o proprietário comprove a fraude, agindo com critério em sua investigação e inspecionando o veículo, as multas e documentos do carro, de forma a evitar o surgimento de uma nova modalidade de fraudes.

As dificuldades encontradas pelos órgãos estaduais, porém, não podem constituir impedimento para a adoção de solução para um problema que atinge considerável parcela de proprietários de veículos.

Em vista do exposto, solicitamos a colaboração dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente iniciativa, que certamente contribuirá para inibir a prática de um delito que está se tornando corriqueiro no País.

Sala das Sessões, em 10 de julho de 2008.


Senador CÉSAR BORGES

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

- decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO, Nº 32. DE 2008

Altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao Texto Constitucional:

Art. 1º O § 4º do art. 225 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 225.....

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Matogrossense, a Caatinga e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso de recursos naturais.

JUSTIFICAÇÃO

Sistema original e exclusivamente brasileira, a caatinga não consta, infelizmente, da relação de espaços territoriais considerados patrimônio nacional pelo § 4º da Constituição da República Federativa do Brasil. Essa omissão pode e deve ser reparada, em função da importância que a caatinga assume para os brasileiros em geral e para os nordestinos em especial.

A caatinga cobre uma área de 800 mil quilômetros quadrados do território brasileiro, incluindo aí a maior parte dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, além de parcelas significativas dos Estados do Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia e, inclusive, uma faixa de Minas Gerais. Quase 30 milhões de pessoas, perto de um sexto da população nacional, vivem nessa área e dependem de sua biodiversidade.

Apesar dessa importância, a caatinga é o ecossistema menos protegido do Brasil. Apenas 2% de seu território é coberto por unidades de preservação. Ao longo do tempo, nele ocorre extenso processo de alteração e deterioração ambiental.

Nela se encontram, já perfeitamente identificadas e classificadas, ao menos 932 espécies de plantas. A sua maioria tem características próprias, derivadas da necessidade de adaptação ao semi-árido. Já foram identificadas também 516 espécies de aves, das quais 60%, dependem das matas da região para se reproduzirem, além

de 143 espécies de mamíferos, 185 espécies de peixes e 154 de répteis e anfíbios. Uma grande proporção deles – por exemplo, 57% dos peixes – é endêmica.

Tudo isso exige condições especiais de proteção, como ocorre em outros territórios brasileiros. Se mesmo neles existem casos extremos e dolorosos de degradação, o risco de que essa deterioração se acelere em uma área que sequer conta com tais condições mostra-se ainda mais severo.



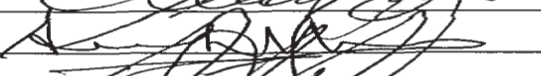

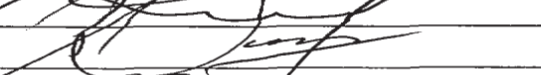


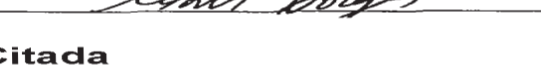

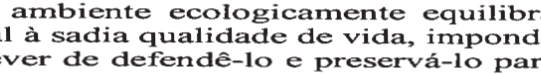
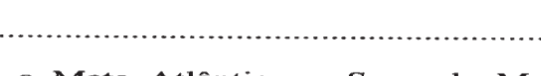
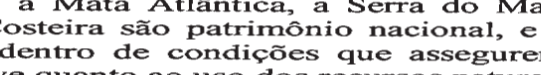
Há estimativas de que 70% do território coberto pela caatinga já sofreu alterações determinadas pelo homem. A exploração de forma extrativista é a principal causa desse processo.

Por todas essas razões torna-se indispensável a criação de mais áreas de preservação, o estabelecimento de reservas importantes, a adoção de medidas de proteção e, como forma de assegurar essa medida, sua inclusão na categoria de patrimônio nacional. É o que pretende a presente emenda constitucional.

Sala de sessões, 10 de junho de 2008


Senadora **PATRÍCIA SABOYA**
PDT - CE

[illegible]

SENADOR (A)	ASSINATURA
LEOMAR QUINTANILHA	
GEOVANI BORGES	
ALVARO OLIVEIRA	
LEONAR FERNANDES	
JOAO TENORIO	
ELENA RIBEIRO	
ROMERO JUAZI	
MARLEONI PEREIRA	
JEFFERSON PEREIRA	
JOAO RIBEIRO	
HERNANILTO	
CESAR BORGES	

Legislação Citada
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– A Presidência comunica ao Plenário que as matérias constantes da pauta de hoje ficam transferidas para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens transferidos para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc* – Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 137, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 137, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 539, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc* – Senador Jayme Campos), que aprova a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2008.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de

2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – 1º pronunciamento – Relator – Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento – (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc* – Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator – Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator – Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento – (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento – (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento – (sobre a Proposta) Relator – Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento – (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc* – Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento – (sobre a Proposta), Relator – Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento – (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc* – Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator – Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002***(Tramitando em conjunto com as**Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator – Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro

de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator – Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator – Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2003, que modifica a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências, dispondo sobre a autoria e a utilização de obras audiovisuais.

Pareceres sob nºs

– 2.210, de 2005, da Comissão Diretora, Relator – Senador Antero Paes de Barros, oferecendo a redação do vencido; e

– 2.234, de 2005, de Plenário, Relator – Senador César Borges, conjunto, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte, contrário à Emenda nº 1-Plen.

18

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de

28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator – Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc* – Senador Renato Casagrande, favorável.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator – Senador Demóstenes Torres.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator – Senador Delcídio Amaral.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc* – Senador Rodolpho Tourinho.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc* – Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator – Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator – Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora – Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora – Senadora Serys Slhessarenko.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator – Senador Roberto Saturnino.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator – Senador Eduardo Suplicy.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do

Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator – Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc* – Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator – Senador Paulo Paim.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc* – Senador Valter Pereira.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc* – Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc* – Senador Valter Pereira.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2007 (nº 5.893/2005, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo.

Parecer favorável, sob nº 1.100, de 2007, da Comissão de Educação, Relator – Senador Paulo Duque.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator – Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* – Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator – Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto) – favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen) – favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator – Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

40

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 31, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 31, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Prêmio Senado Federal de História do Brasil.

Pareceres favoráveis, sob nºs 1.192 e 1.193, de 2007, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora – Senadora Maria do Carmo Alves; e
– Diretora, Relator – Senador Efraim Morais.

41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que disciplina as relações jurídicas decorrentes da vigência da Medida Provisória nº 399, de 16 de outubro de 2007, que “abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República e dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Transportes, do Meio Ambiente e da Integração Nacional, no valor de quatrocentos e cinquenta e seis milhões e seiscentos e vinte e cinco mil reais, para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Interno.)*

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças

Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

46

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc* – Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

47

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

48

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

49

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys

Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator – Senador Pedro Simon.

50

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

51

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminente Senador Jefferson Praia, do importante Estado do Amazonas, que preside esta sessão, Srs. Senadores, assumo a tribuna para registrar uma preocupação, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que se avulta na minha mente.

Há poucos dias, eu comentava aqui, desta tribuna, que a pressão pela escassez de alimentos que se desenhava em outros países que não o nosso seguramente não tinha um direcionamento ao nosso País, já que nós vínhamos, ano após ano, quebrando recordes na produção de grãos, na produção de alimentos, alcançados esses recordes com a introdução de tecnologia, pela qual os nossos produtores, aprimorando o seu conhecimento e a sua técnica, vêm extraindo uma produção cada vez maior da mesma área plantada. Eu dizia que a carapuça da escassez de alimentos não serviria para o Brasil.

Mas hoje eu já tenho sentimento totalmente contrário. Não chego a afirmar que talvez seja uma tragédia anunciada, mas posso assegurar que o nível de preocupação com a escassez de alimentos pode efetivamente afetar o povo brasileiro, as finanças brasileiras.

E eu faço referência ao agricultor do nosso País, àqueles da agricultura familiar, da agricultura de subsistência, àqueles dos assentamentos, que estão procurando modernizar a sua atividade, àqueles que fazem da atividade agrícola a sua principal ação de natureza econômica, com uma agricultura altamente tecnificada, produzindo em escala.

Mas é exatamente em decorrência de duas ações patrocinadas pelo Governo que a nossa preocupação aumenta sobremaneira.

Uma foi do Conselho Monetário Nacional, e do Banco Central *a posteriori*, que baixou uma norma restringindo o acesso ao crédito aos produtores que cumprirem determinada exigência, ou seja, a exigência estabelecida para o bioma Amazônia sobretudo, que faz com que os produtores tenham que fazer o georeferenciamento, identificando nas suas propriedades quais são as áreas em uso e as áreas de preservação legal ou permanente e, sobretudo, as questões relacionadas com a Medida Provisória nº 2.166, editada há muito tempo e que, com essa resolução recente de que nós precisamos fazer o georeferenciamento e o registro à margem da inscrição principal das nossas reservas para ter acesso ao crédito, acabou colocando na marginalidade, na ilegalidade um número enorme

de produtores rurais que não vão ter acesso ao crédito, em razão da complexidade das obrigações de que terão que se desincumbir.

O georeferenciamento é uma tecnologia moderna, mas custa caro, não é fácil, é preciso que materialmente haja técnicos suficientes para poder fazê-lo. O INCRA precisa fornecer o CCIR. Enfim, as exigências para que o agricultor possa ter acesso ao crédito são tamanhas que um número muito grande de produtores não terá acesso ao crédito neste ano. Conseqüentemente, nós experimentaremos uma redução drástica da área plantada. Em conseqüência disso, teremos uma redução na oferta de alimentos.

Quais as conseqüências? Primeiro, um desordenamento da atividade econômica dos nossos agricultores, que, de repente, vão parar de plantar. Se ele vive daquilo, tem os seus equipamentos, a sua família, os empregados envolvidos naquela atividade, e não tem acesso ao crédito, não tem capital próprio, vai parar a sua atividade. Há um desordenamento na sua atividade econômica. Mas, pior do que isso, vai faltar o alimento. Aí sim, a pressão será grande, porque a demanda aumenta, será maior que a oferta, o preço se eleva e aí vem a outra conseqüência maior – contribui efetivamente para a ampliação da inflação, que estava sob controle há muito tempo e que é a grande preocupação de todos nós. A inflação é, seguramente, o imposto mais perverso que nós conhecemos. Ele corrói, sobretudo com muita voracidade, o ganho do pequeno, do mais pobre, que não tem como dele fugir.

Então essa preocupação que nós temos com relação à possibilidade de alimentarmos a inflação pela escassez de alimento, pela falta de acesso ao crédito, é que nos leva a trazer essa questão à discussão com os nobres pares nesta tarde.

É preciso que haja uma interferência urgente, imediata, do próprio Presidente da República, para que os órgãos pertinentes possam estabelecer um normativo de transição, para que os produtores possam se ajustar às novas exigências em tempo hábil, e possam, para esta safra, hoje, amanhã, urgente, obter o crédito e plantar.

Lavoura, agricultura não é como outra atividade que você pode escolher a época em que melhor lhe aprouver para plantar, não. A agricultura sofre influências climáticas; a agricultura sofre influências alheias à vontade e ao controle do produtor. É preciso que ele plante na hora certa. Para que ele possa plantar na hora certa, é preciso que tenha acesso ao crédito na hora certa. E estamos vendo exatamente a grande preocupação da maioria dos produtores, de uma grande parte dos produtores brasileiros, por não terem, em

razão dessas normas recentemente baixadas, a oportunidade do acesso ao crédito. Vão deixar de plantar, vão deixar de produzir. Haverá escassez de alimento, e seguramente os preços vão subir.

Por essa razão, Sr. Presidente, acho que esse alerta precisa ser feito. Eu já tive a oportunidade de comentar isso com um Ministro do atual Governo. Espero falar com os Ministros da área, e espero fazê-lo na próxima semana. Tenho certeza de que o próprio Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, está efetivamente muito preocupado. Talvez já esteja desenvolvendo gestões com vistas a encontrar uma solução para esse problema, esse impasse.

Ouçõ, com muito prazer, Senador Jefferson Praia, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria de contribuir com a abordagem que V. Ex^a faz neste início de noite, preocupando-se com a produção, com os produtores rurais que temos neste imenso País. Ao mesmo tempo, V. Ex^a aborda um pouco a questão ambiental, com todas as normas, e demonstra sua preocupação quanto à rapidez em relação a como o produtor do nosso País, na verdade, deve proceder diante das normas que estão aí. A minha contribuição a esse tema que V. Ex^a aborda – e daqui a pouco vou me pronunciar com relação a essa questão – é destacando muito a questão relacionada ao curto prazo. Acho que temos aí, Senador, uma variável que precisa começar a constar um pouco mais dos nossos debates em tudo que envolve a questão ambiental, a produção do nosso País, porque tudo vai passar, daqui para frente, pela questão ambiental. O mundo que não considerava relevante a questão ambiental deixou de existir. Daqui para frente, em nossas discussões, sempre teremos que perceber essa questão ambiental. E a variável tempo é o curto prazo. Eu defendo – não sei se V. Ex^a já percebeu – o não desmatamento da Floresta Amazônica como acontece hoje. A minha formação, Senador, na verdade, é de engenheiro agrônomo. Eu tenho meu lado da produção também. Alguns dizem – “Jefferson, tu és um ambientalista.” Não. Todos nós temos de ter a questão ambiental como algo relevante em nossas vidas, porque não estamos decidindo somente sobre nossos destinos, mas também sobre os destinos de nossos netos, bisnetos, aqueles que iremos deixar vivendo neste planeta. Aí, a agenda, agora, Senador, tem que ser essa. As normas estão vindo, as ações estão vindo, mas temos de correr para não prejudicar a vida daqueles que querem produzir, que estão contribuindo com este País, porque são pessoas que têm uma vida, seus filhos, suas famílias, precisam alimentar seus fi-

lhos. E esse ajuste é o xis da questão. Na verdade, a situação é muito complexa, na minha avaliação. E vou me reportar um pouco a minha região, a Região Amazônica, para a qual o mundo inteiro – e nós também – estamos com os olhos voltados. O que fazer nesse período de curto prazo? Como vamos fazer para ter uma redução do desmatamento e, ao mesmo tempo, não ter problemas com relação à produção. Não só daquele cidadão que está lá no Amazonas, que tem a vida muito mais simples, mas também daqueles que são os grandes produtores, os plantadores de soja, os pecuaristas de nosso País. Portanto, V. Ex^a levanta essa questão importantíssima relacionada à preocupação quanto às normas, quanto à resolução dos problemas das pessoas. Aí, as instituições devem se preparar, se adequar, com os seus técnicos, para que possam facilitar a vida de nossa gente, porque é assim que devemos caminhar daqui para frente. Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Sr. Presidente, eu precisaria apenas de mais um minuto para concluir o meu pronunciamento.

Agradeço a V. Ex^a.

Senador Jefferson Praia, V. Ex^a representa muito bem aqui um dos mais importantes Estados deste País, um Estado que tem a vocação natural de preservar as suas florestas nativas. Compreendo perfeitamente o sentimento de V. Ex^a, um sentimento preservacionista de não desmatar a Floresta Amazônica.

Confesso que acredito também que o Brasil não precisa desmatar mais suas florestas, até para ampliar a área plantada. A agricultura pode avançar na área hoje ocupada por pastagens que o criatório bovino poderá ser adensado e ainda sobrar espaço para o avanço da agricultura.

Temos o dever de recuperar as áreas em desertificação. Essa recuperação pode ser feita por meio da agricultura. Mas minha preocupação está, exatamente, no curto prazo. Precisamos discutir. O Brasil tem de definir o que quer fazer das suas áreas revestidas com florestas, mas tem de definir urgentemente o que quer fazer com suas áreas desmatadas. O que estamos fazendo hoje com a agricultura é uma perversidade. Estamos colocando na marginalidade um sem-número de produtores rurais que, ao amparo de legislação anterior, havia desmatado mais de 20%, o que a legislação hoje está rigorosamente exigindo.

Precisamos definir efetivamente o que podemos fazer, porque o agricultor e o pecuarista não são os vilões nem da economia e nem da erosão ambiental.

É preciso que nós compreendamos que, primeiro, ele desenvolve uma atividade econômica de vocação tradicional do nosso País, que remonta à época do des-

cobrimento do Brasil. Quando o Brasil foi descoberto, a primeira atividade econômica feita aqui foi plantar e criar o gado que os portugueses trouxeram para cá. Não tem nada de errado nisso. Precisamos conciliar a preservação ambiental com o processo de agricultura altamente tecnificada e de criação de bovinos, porque a agricultura, a pecuária e o agronegócio têm trazido resultados extraordinários para o País. Além do mais, é uma atividade que se dedica à produção de um elemento essencial à vida, que é o alimento. Nós não passamos sem o alimento. Então é preciso que haja efetivamente uma conciliação entre a produção e a preservação ambiental.

V. Ex^a deseja fazer um aparte, Senador Wellington? Ouço com muito prazer V. Ex^a se a generosidade do nosso Presidente assim o permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– V. Ex^a merece mais que cinco, dez, quinze minutos. Disponha do tempo que quiser, até porque o senhor é um homem competente e o seu assunto é pertinente com o atual momento deste País.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Senador Leomar, V. Ex^a tocou num assunto que não sai da minha cabeça, fica batendo a todo momento. Por que quem produz alimento virou bandido neste País? Não consigo entender. Será que alguém na cidade acha que arroz, óleo de soja, batata, feijão nascem nas gôndolas dos supermercados? Que é só chegar às gôndolas, regar e, no dia seguinte, a comida está lá dentro do pacotinho? Não consigo entender a mídia quando diz que alguém que produz alimento é bandido. Aqueles que escrevem, será que eles se alimentam também? Ou acham que é só chegar ao restaurante e pedir um prato, levar a sua marmita de casa? Essa comida vem de algum lugar, esse alimento é plantado, adubado e, quando cresce, é colhido, empacotado e transportado para o mercado. Mas, no entanto, todo dia está lá na mídia – “Não, porque, se deixarem, fulano vai plantar soja até no morro tal, até nos Andes”. Ora, meu Deus do céu, a população mundial está se alimentando, e essa crise de alimentos é porque a população da Índia está comendo e a da China também! Agora, sabe por que as populações da Índia e a China estão comendo? Porque oferecem mão-de-obra barata no mundo. O Brasil hoje está entre quem domina a tecnologia e quem tem mão-de-obra barata. E para onde nós vamos? Para onde o Brasil vai? Ele vai oferecer mão-de-obra barata? Não acredito. Vamos dominar a tecnologia? Difícil. Então, temos que encontrar o nosso caminho. Agora, culpar quem planta? Outra coisa, Senador Leomar Quintanilha – V. Ex^a que é um homem de Tocantins, um homem ligado

à terra –, por que toda vez que o preço dos alimentos sobe, que poderia ser um lucro maior para quem planta, o preço dos fertilizantes sobe também? Se o dólar está caindo, por que o preço do fertilizante sobe? Por que não temos o genérico do fertilizante? Como o Ministro Serra criou os genéricos no Ministério da Saúde, naquela época, por que não criamos no Ministério da Agricultura o genérico dos fertilizantes? Nós temos que criar. Eu conversava com os produtores do Triângulo Mineiro, e eles me falavam que os fertilizantes controlam o lucro do agricultor. Quando o lucro aumenta, eles aumentam o fertilizante. Então, olhem só – botam o cabresto neles, eles só podem ganhar 5%. Sobe, sobe, sobe. É isso que está acontecendo. Vamos ver se o Ministério da Agricultura cria também o genérico dos fertilizantes, porque, aí, eu quero ver se os preços vão subir mesmo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– V. Ex^a tem razão. Nós não temos como tratar de forma diferente o nosso produtor rural, a não ser com o maior respeito. Sobretudo, aqueles que moram, como nós, na cidade.

V. Ex^a tem razão – não cai do céu. O alimento não cai do céu, não. Tem que plantar. E é um trabalho árduo, é um trabalho difícil – requer obstinação, requer dedicação e, sobretudo agora, requer uma conceituação técnica. E isso tudo custa muito caro, além, Senador, do alto, do elevadíssimo risco que a atividade impõe.

O agricultor brasileiro é o melhor agricultor do mundo. Olhem que ele enfrenta aqui as maiores dificuldades. Ausência de infra-estrutura – até poucos dias, nós não tínhamos energia elétrica no campo. Ausência de quaisquer assistências que o homem da cidade tem. O homem da cidade mora na cidade numa quadra – na ponta da quadra, há uma escola para o filho, na outra, um hospital. O homem do campo não tem isso, não. O homem da cidade tem transporte coletivo urbano na porta da casa dele. O homem do campo, não. Se ele quer buscar algum recurso ali na frente, ele se desloca com os seus próprios meios, muitas vezes a pé, com muitas dificuldades. Logística precária. Acesso ao crédito difícil.

No entanto, nós temos uma agricultura, aqui, que compete – compete! – com os principais produtores além fronteira, que têm uma agricultura tecnificada, sim, mas altamente subsidiada. Aqui não! Quem corre o risco é o nosso próprio produtor. Então, é preciso que nós, cidadãos, olhemos, com muito respeito, com muita atenção, com reverência, o homem do campo. Ele só poderia perder nessa reverência, nessa atenção, para o professor, responsável pela educação, que investe

na inteligência, que forma o cidadão, e, por isso, deve estar em primeiro lugar em qualquer local.

(Interrupção do som)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO)

– Mas tenho segurança e acredito que não erraria em dizer que aquele que se dedica a produzir o alimento merece de toda a sociedade e de toda a humanidade o respeito, a reverência e a dedicação.

Por isso, agradeço muito a V. Ex^{as} que enriqueceram com seus apartes este nosso pronunciamento.

Permanece a preocupação de que, com essas medidas adotadas recentemente, aumentaremos a dificuldade do produtor de ter acesso ao crédito. Conseqüentemente, não plantarão, e faltará alimento. Faltando alimento, haverá pressão, haverá aumento nos preços, o que vai prejudicar o cidadão brasileiro, que vai ter que pagar o alimento mais caro e, conseqüentemente, haverá pressão inflacionária também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Jefferson Praia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Leomar Quintanilha pelo seu discurso na tarde de hoje. V. Ex^a tem toda razão. Muitos não sabem, a bem da verdade, o que se passa hoje no campo, sobretudo nas Regiões Norte e Centro-Oeste deste País. V. Ex^a é conhecedor profundo do assunto.

Quero deixar aqui registrado aos Senadores Cristovam, Wellington, Paulo Duque e Jefferson Praia, V. Ex^{as} tomaram conhecimento, na tarde de hoje, de que no Mato Grosso, para a agricultura familiar foram liberados no ano passado R\$570 milhões; neste ano – e estamos no mês de julho –, foram liberados apenas R\$20 milhões.

Sabem quem é o inimigo desse povo que está lá? É o Governo Federal, que está exigindo agora que todas essas pequenas propriedades tenham licença ambiental única e sejam cadastrados naquilo de que não são sequer proprietários – muitos deles –, porque o Incra até hoje não deu acesso ao documento.

Então, acho que o Governo virou a sua metralhadora para o cidadão brasileiro, e não é só para o grande, mas para o pequeno também. Ontem, quando estivemos na Comissão de Agricultura com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, eu disse que estava triste e aborrecido porque centenas de famílias, milhares de famílias, não só do Mato Grosso como também de

outros Estados da Federação, terão dificuldade, inclusive, de subsistência no próximo ano, porque não terão crédito agrícola, pois o Banco do Brasil, por meio da Resolução 3545, não vai liberar nenhum financiamento, não só para o pequeno, como também para o médio e para o grande.

Dessa forma, esta Casa tem de ficar alerta, porque, Senador Cristovam, seremos prejudicados sobremaneira. Haverá inflação porque o preço dos produtos agrícolas – o arroz, o feijão, o milho, a soja – vai crescer muito mais do que o que subiu neste momento. Não haverá comida.

Parabéns, Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sr. Presidente, posso fazer um aparte ainda ao Senador Leomar Quintanilha?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Fique à vontade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quero, em primeiro lugar, parabenizá-lo pelo discurso e dizer que é preciso quebrar essa idéia de que meio ambiente e agricultura são inimigas. Até porque, se não respeitarmos o meio ambiente, não haverá agricultura no futuro. O aquecimento global já está mostrando os seus efeitos na destruição de plantações pelo desequilíbrio que a gente tem na ecologia.

A agricultura tem interesse no meio ambiente se a gente olha a longo prazo. Por isso, tem que combinar os dois, a gente tem que conversar. Até porque também não adianta o meio ambiente se não houver pessoas. Eu não vou defender aqui o que chamam alguns de biocentrismo – “o que interessa é a vida, e não o ser humano”. E, sem comida, não há ser humano. Então, tínhamos que buscar casar a agricultura com o meio ambiente. Na realidade, é que, em diversos lugares, a agricultura terminou sendo depredadora do meio ambiente. E eu sou de uma região em que esses 400 anos de cana, em Pernambuco, terminaram indo depredando a terra, porque a cultura chegou até à margem dos rios. Não guardaram as margens, não guardaram as áreas ciliares que a gente precisa guardar. Então, temos que combinar. Mas o que eu queria mesmo era aproveitar para dar o meu apoio à proposta do Senador Wellington. Eu creio que ele trouxe uma proposta altamente revolucionária no bom sentido, de algo positivo. O Ministro Serra, de fato, ficou na história pelos genéricos nos remédios. Eu creio que o Governo poderia ficar na história com os genéricos nos fertilizantes e nos transgênicos também, nas bases conceituais, científicas que permitem a agricultura transgênica. Então, Senador Wellington, eu quero sugerir que não fique só num aparte esporádico aqui entre nós. Vamos

trabalhar essa idéia e ver como o Senado pode levar adiante isso. E, além dessa realidade dos transgênicos, genéricos, dos fertilizantes genéricos, vamos trabalhar a idéia de casar agricultura e meio ambiente e não de um se opor ao outro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Só fazendo um aparte a V. Ex^a também. Para que V. Ex^{as} tenham conhecimento, 75% de todos os fertilizantes são importados – vêm do Canadá, da Rússia, do Egito e assim por diante. O Brasil produz apenas 25% do fosfato.

Até o potássio nosso é importado. Por quê? Todas as concessões que eventualmente nós poderíamos dar aos cidadãos brasileiros estão nas mãos de quem? Das multinacionais. Quatro ou cinco multinacionais que têm essas concessões não fazem nada. Então, o Governo tem que quebrar essa barreira, fazer com que essas riquezas naturais que nós temos sejam usadas por nós brasileiros, e não pelas multinacionais.

Lamentavelmente, Senador Cristovam, 75% de todo o fosfato que nós compramos é importado. Por isso, como disse o Senador Wellington, o preço sobe no dia em que eles bem entendem. Eles acham que são os DJs, que dão o percentual que os produtores brasileiros podem ganhar.

Então, é fundamental que nós acabemos com esse oligopólio, que, lamentavelmente, hoje é formado por cinco multinacionais em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Em votação o **Requerimento 895, de 2008**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, lido anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Fica concedida a licença solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Jefferson Praia, valoroso Senador da República pelo Estado do Amazonas, por dez minutos.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se nós – o Senador Jayme Campos, representantes do Mato Grosso, eu e o Senador Cristovam Buarque, que também sempre debate essa questão do meio ambiente e da produção – tivéssemos combinado de nos encontrar talvez não tivéssemos tido uma oportunidade tão grande como a que estamos tendo neste momento.

Senador Jayme Campos, neste momento, vou abordar a questão da Amazônia dentro do contexto do curto prazo, ou seja, o que fazer no curto prazo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aquilo que a natureza leva milhões e milhões de anos para criar basta ao homem pouquíssimo tempo para destruir.

A Amazônia brasileira é o maior exemplo contemporâneo dessa trágica verdade!

Desde que os portugueses descobriram o Brasil, há mais de meio milênio, a região perdeu 17% de sua cobertura florestal. Mas é estarrecedor constatar que 40% dessa devastação foi produzida somente nos últimos vinte anos, obedecendo ao típico padrão de extração predatória das madeiras mais nobres, seguida de queimada da mata remanescente e posterior plantio de soja ou criação extensiva de gado. Se nada for feito imediatamente para deter o atual ritmo do desmatamento na Amazônia, chegaremos a 2050, segundo estudos, com 40% da floresta desmatada.

O fator humano fundamental da problemática é que, ao lado de abrigar 25% das espécies vegetais e animais do planeta até hoje catalogados pela ciência (30 mil plantas, 300 espécies de frutas comestíveis, 1.200 de pássaros e 324 de mamíferos), a nossa Amazônia é habitada por 23 milhões de brasileiros.

A dura realidade é que parcela significativa desses nossos concidadãos sobrevive de atividades predatórias e ilegais que comprometem o futuro da floresta, com prejuízos incalculáveis para o Brasil e também para toda a humanidade, ameaçada pelo aquecimento global cujas conseqüências já se fazem sentir em diferentes partes do globo.

A resposta óbvia a essa e a muitas outras questões consiste não apenas na intensificação das ações repressivas de fiscalização, mas também - e sobretudo - no desenvolvimento socioeconômico de alternativas à destruição da floresta, para que essa passe a valer mais em pé do que derrubada, como alguns já disseram.

Ora, Sr. Presidente, é fácil falar, mas muitas dessas alternativas consomem largo tempo e montanhas de recursos até amadurecerem na forma de resultados práticos. Apenas um exemplo – a pesquisa e o desenvolvimento de produtos farmacêuticos cujos princípios ativos repousam nas plantas da floresta levam de dez a quinze anos e gastam, Sr. Presidente, de US\$230 milhões a US\$500 milhões para que possam ser comercializados. Esses são os dados do Inpa. No caso dos fitofármacos, Sr. Presidente, o prazo varia de dois a quinze anos, e os investimentos giram em torno de US\$150 mil a US\$7 milhões!

Como o tempo corre contra nós e contra a nossa Amazônia, todas essas ações, sejam elas de longo, médio e curto prazo, precisam começar agora. É o zoneamento ecológico-econômico, para diagnosticar

as vocações micro, meso e macrorregionais; é o investimento na formação de capital intelectual, para o desenvolvimento científico-tecnológico; é o ordenamento fundiário; é a recuperação de áreas degradadas e desmatadas; é o manejo e a certificação dos produtos madeireiros e não madeireiros da floresta, para que a comercialização de riquezas da região possa ser feita no mercado internacional com total transparência e substancial proveito para a população amazônica; são até mesmo projetos de retorno mais rápido em áreas como o ecoturismo, o artesanato de qualidade para exportação e o aproveitamento racional e sustentável de subprodutos até hoje desperdiçados – como temos na minha cidade de Manaus – aos milhares de toneladas, como a pele de peixes.

Insisto, porém, que é inaceitável permitir que a devastação prossiga até que essas e outras iniciativas floresçam e frutifiquem.

Assim, Sr. Presidente, proponho que, juntamente com um grande pacto entre o Governo (nos três níveis da Federação) e a sociedade, destinado a uma redução drástica e imediata da destruição da floresta e do seu imenso patrimônio natural, que o Poder Público implemente e/ou incentive ações imediatas de curtíssimo prazo para garantir a sobrevivência dos amazônidas.

Em primeiro lugar, sugiro a ampliação da dotação e da cobertura do Programa Bolsa Floresta, operado pelo Governo do Estado do Amazonas, a fim de que ele possa ser estendido a todos os Estados da região. Esse programa, Sr. Presidente, paga uma bolsa mensal de R\$50,00 por família que vive nas unidades de conservação do meu Estado. A ampliação desse programa, na minha avaliação, poderia ser uma questão a ser estudada.

Política pública eficiente é aquela claramente baseada em metas e prazos. Assim, os benefícios dessa bolsa precisam estar condicionados ao objetivo, repito, da redução drástica e imediata do desmatamento. Se queremos que o amazônida pare de derrubar a floresta, precisamos valorizar sua contribuição para que ela permaneça em pé. Acredito que esse valor de R\$50,00 é muito pouco; entretanto, a essência desse programa, na minha avaliação, é muito boa.

Sr. Presidente, estou extremamente preocupado com a continuação do desmatamento ilegal na Amazônia. Ressalto essa preocupação com o curto prazo, ou seja, com o momento atual, em que as pessoas que hoje derrubam a floresta para sobreviver precisam urgentemente ter outras alternativas que substituam a retirada da floresta.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, submeto aqui algumas propostas a serem analisadas:

- a aplicação de tecnologias apropriadas para o uso racional e sustentável das várzeas em cultivos de ciclo curto e médio. São mais de 300 mil km² de áreas com alta fertilidade e relativa facilidade de acesso para produção e escoamento, que devem ser tratadas com extrema cautela, pois interferem nas águas e na vida e reprodução das espécies que nela vivem, como peixes e quelônios;

- a recuperação de áreas degradadas, sobretudo capoeiras, com a introdução da policultura de frutas e leguminosas, a fim de replicar a biodiversidade natural e possibilitar o desenvolvimento de sistemas agroflorestais bem planejados e saudáveis, evitando o alastramento de pragas que vitimam frequentemente as áreas de monocultura;

- a difusão de estações para a produção de alevinos, destinados ao repovoamento dos rios, pois alguns peixes preferidos pelo consumidor, como o nosso tambaqui, precisam ser pescados cada vez mais longe, dado o caráter predatório de sua exploração. Da mesma forma, o cultivo das margens dos rios precisa evitar agrotóxicos e outros insumos agrícolas que ameaçam a sobrevivência da flora e da fauna aquáticas.

- o fomento da produção de pequenos animais, tais como a galinha caipira, capazes de se adaptar ao ambiente com baixa necessidade de alimentação complementar e possibilidade de produção de proteína de qualidade a baixo custo.

Sr. Presidente, a soja e a carne bovina são **commodities** que têm relação com o desmatamento, pois, à medida que os seus preços se elevam, o desmatamento aumenta; à medida que seus preços diminuem, o desmatamento se reduz. Proponho a criação de gado de forma intensiva, como muito bem destacou também o nosso ilustre Senador Leomar Quintanilha ao abordar a questão relacionada à criação de gado de forma intensiva e não extensiva, como ocorre na atualidade, quando são utilizadas grandes extensões de terra.

Em relação à soja, acredito que devemos plantar somente em áreas apropriadas para o cultivo dessa cultura, e não em áreas de floresta, cujo solo não é o ideal para o cultivo dessa **commodity**.

Muito bem, Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu gostaria de destacar. Acredito que, na tarde de hoje, neste final de sessão, nós temos condições de fazer essa reflexão quanto ao curto prazo. Vimos a preocupação do Senador Quintanilha em seu depoimento, como também ouvimos o depoimento de V. Ex^a em relação a essa questão da produção e da questão ambiental. Nós temos que caminhar no sentido de buscarmos as soluções, de procurarmos as soluções. As instituições devem estar bem equipadas e preparadas com os seus técnicos, e todas as instituições que lidam com essa questão devem, na minha avaliação, facilitar a vida daqueles que estão voltados à produção. Sem esquecermos, é claro, da grande preocupação do momento que é aquela de não permitirmos desmatamentos ilegais.

Esse, eu acredito, é o compromisso que eu gostaria de ter. Empenho-me para que nós encontremos as soluções. Acredito que esse é o comportamento e o caminho que temos de ter aqui nesta Casa. As soluções por quê? Porque, para a Amazônia, nós, como temos diversos ecossistemas, deveremos ver cada ecossistema em particular. Talvez uma solução para um Estado não seja a mesma para o outro, e nós temos que estar atentos a essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Jefferson Praia pela sua extraordinária fala na tarde de hoje.

Concedemos a palavra a esse valoroso, operoso, competente Senador pelo Estado de Minas Gerais, Senador Wellington Salgado, por dez minutos, também prorrogáveis por cinco, até porque V. Ex^a, todas as vezes que vem à tribuna, traz assuntos interessantes e importantes para este País.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Jayme Campos, gosto muito de tê-lo na Presidência, não querendo desfazer dos demais presidentes, mas, neste momento em que se fala em agricultura, quem conhece V. Ex^a e sua história sabe o quanto é ligado às raízes; um homem que, com certeza, alimenta várias pessoas neste País. Muitas pessoas talvez não saibam disso, mas, no fundo, essa é a verdade.

Sr. Presidente, Senador Paulo Duque, telespectador da TV Senado, fiz questão de vir à tribuna hoje, porque vejo como algo mais importante no País, e para toda a sociedade, a liberdade, Senador Paulo Duque. Acho que é importante a liberdade de nos reunirmos, a liberdade de discutirmos idéias diferenciadas. E aqui

dentro, neste Senado, aprendi que você pode muito bem discutir idéias sem ter posições pessoais contra o outro Senador. Isso é que é o mais bonito na política. Quando você consegue chegar ao ponto de entender que ter uma discussão de idéias, muitas vezes com pontos de vista completamente diferentes, não tem nada a ver com o lado pessoal entre dois políticos, aí você atingiu a maturidade que lhe dá orgulho de pertencer a esta Casa.

Muito bem, entramos agora numa fase de política municipal. Estamos nos preparando para eleição de vereadores, prefeitos, que, realmente, é a fase inicial de uma carreira política.

Todo mundo sabe que, numa mesma rua, às vezes há vários candidatos a vereador, e a coisa mais difícil é conseguir voto para vereador. O Senador Paulo Duque sabe muito bem disso.

Nesse caminho, tive a oportunidade de voltar às origens e sentar com o meu grupo do PMDB em Uberlândia, quando discutimos as estratégias, aonde ir, os nossos candidatos, as idéias a discutir, o que está bom para a sociedade, o que não está bom para a sociedade. Será que o Governo que está aí vem privilegiando os que têm dinheiro ou os que não têm dinheiro? Será que existe uma proteção para os mais pobres, será que o investimento na cidade está sendo bem feito?

Com isso, marcamos várias reuniões, eu; o ex-Prefeito Zaire Rezende, ex-Deputado; o Deputado Geraldo Resende; Fernando Rezende, meu grande amigo; o psicólogo Júlio, que é muito importante em uma reunião do diretório do PMDB em Uberlândia. Tive a oportunidade de ser escolhido para candidato a Prefeito. Mas, antes, tínhamos feito um acordo – se o PT lançasse um candidato dentre os nomes que sugerimos, iríamos participar com o vice, e assim aconteceu. No momento final, o PT lançou um candidato dentre os nomes que tínhamos escolhido, e eu renunciei à candidatura, e o PMDB entrou com o Vice-Prefeito, fazendo uma coligação importantíssima, proporcional para os Vereadores, que aumenta o “rabo do peixe”, como se diz na política. Nós só tínhamos a cabeça e aumentamos o rabo do peixe, para que todos possamos fazer uma maior quantidade de Vereadores.

Muito bem, Senador Paulo Duque. Feito o acordo, registrada a ata em nosso diretório, fechamos a casa e saímos para comemorar o acordo feito. O que acontece, Senador Paulo Duque? Durante a noite, invadem o diretório do PMDB, Senador Jefferson Praia, arrombam o vidro, levam o computador do nosso Partido, do nosso diretório de Uberlândia, e procurando o quê? Procurando a tal ata da nossa ligação com o PT, porque eles queriam a ata.

Fizemos a ocorrência policial. Na mídia, ninguém fala nada; na polícia, ninguém investiga nada. Imagino não estarmos mais vivendo uma ditadura. O bonito é justamente você discutir idéias, escolher o caminho que o seu Partido vai seguir, seus correligionários, seus companheiros de luta, de idéias. Mas, chega na hora, você sofre uma agressão. A agressão foi tão grande, Senador Paulo Duque, que eles chegaram a quebrar o muro para poder entrar e pegar o computador, como quem diz – “Olha, estamos dispostos a tudo, inclusive a fazer esse buraco no muro, que pode ser um buraco no partido, que pode ser um buraco em qualquer membro do PMDB”.

Achei de uma agressão sem fim. Por isso, Senador Jefferson Praia, vim a esta tribuna, porque um partido que tem um ex-Deputado Estadual, hoje Deputado Federal, como é Geraldo Resende; um ex-Prefeito e ex-Deputado Federal, como o Sr. Zaire Rezende; um Senador da República, como é que alguém pode invadir um diretório e, sem respeito nenhum, roubar um computador, botar nas costas, pular o muro ou passar pelo buraco que abriram, sem ninguém ver nada, sem ninguém saber de nada?

A polícia está investigando, mas não deu notícia nenhuma até agora. Eu não acredito que estamos voltando a uma época que já passou – eu era novo demais para poder ter visto. Hoje, só acompanho nas histórias e nos vídeos que vejo. Inclusive, certas pessoas até levam alguma fama sem ter feito história do Brasil, segundo me contaram alguns que organizaram eventos naquela época.

Então, Senador Jefferson Praia, fica aqui, meu Presidente, neste momento, minha manifestação de desacordo com essa agressividade, de desacordo com esse ato grotesco de demonstração de força, de demonstração de que não se tem respeito por nada e que se vai a uma eleição disposto a tudo. É o que está acontecendo hoje em Uberlândia. Preciso que o Conselho Nacional de Justiça acompanhe bem essa eleição. Por quê? Para que se possa fazer campanha, é preciso ter o CNPJ. E o CNPJ está sendo liberado, pelo Juiz Eleitoral, somente para o pessoal que está na prefeitura. Os outros não foram liberados ainda. Não foram liberados! E só pode fazer propaganda aquele que já tenha CNPJ, Senador Paulo Duque. É só para o grupo que está no poder. Os demais, os que são Oposição, não têm CNPJ. Então, vou acompanhar e, se não funcionar dentro das regras da democracia, vou voltar à tribuna e fazer denúncia ao Conselho Nacional de Justiça, que é o órgão que deve fazer a correição do juiz. É assim que tem que ser e é assim que vai ser, Senador Jefferson Praia.

Outro assunto, como bem colocou o Senador Quintanilha, é a questão dos fertilizantes. É um absurdo! Eu já encomendei a uns empresários de Uberlândia, e eles estão fazendo um estudo. Vão trazê-lo para mim e eu o apresentarei aqui em plenário. Se não chegarmos a uma solução viável, nós vamos ter de criar a CPI dos fertilizantes. Porque não pode nosso País, que alimenta muitas pessoas, inclusive em outras partes do mundo, estar hoje sujeito a um grupo que, muitas vezes, não tem nem fábrica de fertilizantes. E eles utilizam outros países. Simplesmente, dão a chancela a um país que vende o material aqui para o Brasil. É assim que está acontecendo.

Eu até vou consultar lá a história do ex-Senador Serra, atual Governador de São Paulo, para saber como foi que ele fez a quebra e criou os genéricos, para também criarmos os genéricos dos fertilizantes. O que está acontecendo não pode. Essas cinco empresas, como bem colocou o Senador Jayme Campos, definem quanto é que vai custar o alimento no País. Ora, se o alimento subiu porque há pouco alimento, aumenta-se o preço dos fertilizantes. O agricultor só pode ganhar isso aqui. Se baixou o preço do alimento, baixa o preço dos fertilizantes. Dominam o mercado, fazem o que querem. Então, meu amigo, só há um jeito – uma CPI dos Fertilizantes.

Tenho certeza de que o Senador Paulo Duque e que o Senador Jayme Campos assinariam comigo, bem como o Senador Cristovam, que gostou da idéia. Vamos, após o recesso, discutir novamente. Creio que até a volta do recesso terei essa documentação. Não vou citar o nome dos empresários de Uberlândia que estão fazendo isso, mas foi fruto de uma conversa que tivemos e há todo esse material.

Senador Jefferson Praia, subi a esta tribuna para fazer a reclamação do que está acontecendo em Uberlândia, ou seja, o uso grotesco da força do poder do dinheiro, do poder da captação de tudo por dinheiro – a verdade é essa. Se não se enquadrarem dentro das regras da democracia, das regras do Tribunal Superior Eleitoral, vou voltar a esta tribuna.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Jefferson Praia.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Salgado, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Praia.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. (PDT – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, antes de o Senador Cristovam falar.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, antes de o brilhante Senador Cristovam Buarque falar, quero comunicar a esta Casa que o Governo Federal, por meio do Ministério da Agricultura, tem o compromisso de construir uma unidade da Embrapa em nosso Estado.

É um sonho nosso já há algum tempo, até porque a única Embrapa na região nossa está no Estado de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande.

Nós que conhecemos bem o Estado queremos crer que o Governo Federal não possa fazer política partidária nesse caso. Teríamos que ter a visão de que devemos colocar a Embrapa numa cidade que seja localizada de tal forma geograficamente que possa atender, naturalmente, toda uma região, beneficiando o Estado. E, sobretudo, teria que ser uma região agrícola. E, nesse caso, defendendo literalmente que a Embrapa, que vai investir R\$50 milhões na implantação dessa nova unidade, seja implantada na cidade de Sinop, na região norte de Mato Grosso.

Com isso, Senador Cristovam, com certeza, até na questão da educação ambiental, a Embrapa vai colaborar muito. Na verdade, hoje, quando se fala muito em desmatamento na Amazônia é porque não temos nenhuma política ambiental definida, não temos regras claras. Falta segurança jurídica. Na verdade, quando se apresentou a medida provisória no Governo Fernando Henrique, ainda existia com muita clareza a averbação de que na Região Amazônica poderia se desmatar até 50%; feito isso, as pessoas tinham averbadas às suas escrituras que podiam desmatar até 50%. Com essa medida provisória, o que ocorre? Foi desrespeitado o direito adquirido do cidadão, permitindo apenas 20%. Sobretudo tinha definida a questão da tipologia da região, na medida em que ainda existem áreas de transição.

Dessa forma, aqui quero fazer o meu apelo ao Governo Federal, através da Presidência, e sobretudo do Ministério da Agricultura, que essa unidade da Embrapa seja instalada na cidade de Sinop, no meu Estado de Mato Grosso – será de fundamental importância para que possamos melhorar sobremaneira as tecnologias em relação à agricultura e à pecuária mato-grossense.

Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Senador Cristovam, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, ontem eu estive junto com três outros Senadores – Pedro Simon, João Pedro e Eduardo Suplicy – fazendo uma visita ao embaixador dos Estados Unidos, para levar uma preocupação da Comissão de Relações Exteriores, em função do noticiário de que a chamada Quarta Frota norte-americana se dirigirá em exercício pelo Atlântico Sul.

Lamentavelmente, não pude ficar em toda a reunião com o embaixador, porque tinha uma audiência com o Presidente em exercício, José Alencar, para discutir aquilo, Senador Duque, que considero o maior problema de todos nós, que é o risco da inflação.

Então, como tinha audiência com o Presidente em exercício, não pude ficar em toda a audiência com o embaixador, figura que conheço, pela qual tenho profundo respeito. Acho que é um dos embaixadores mais competentes que há no Brasil, dos mais competentes que os Estados Unidos já enviaram para cá e dos mais modestos. Uma figura de fácil acesso.

Não fiquei todo o tempo. Por isso quero dar a minha posição sobre esse assunto, que é um pouco diferente da de muita gente.

Creio, Senador Duque, que a gente devia estar preocupado hoje não é pelo fato de que virá uma frota americana, mas é que o Brasil não tem uma frota para mandar para nenhum lugar.

Nós estamos preocupados, mas não fazemos o que é preciso, ao longo dos últimos vinte, trinta anos, Senador Wellington, que era desenvolver a nossa Marinha com a força que é preciso para um país do tamanho do Brasil, com a riqueza brasileira, com o território brasileiro. Como não fizemos com a Aeronáutica, nem com o Exército.

O País que tem, talvez, o maior espaço aéreo não tem uma Aeronáutica no nível, no tamanho do nosso espaço aéreo; que tem um dos maiores litorais não tem uma Marinha do tamanho do litoral; e que tem um dos maiores territórios não tem Forças Armadas territoriais ou Exército do tamanho do território.

Nós não estamos com as nossas Forças Armadas recebendo o apoio necessário para que elas sejam do tamanho do Brasil.

Sinceramente, apesar de ver com preocupação essa idéia de Quarta Frota, eu quero agradecer aos americanos, que estão permitindo que a gente desper-

te. Vamos despertar para a nossa fraqueza, em vez de ficarmos aqui indignados com a força dos outros.

Enquanto essas frotas todas – russas, chinesas e americanas – passarem pelo mar internacional, eu acho que a gente tem que estar de olho, mas eu não ficaria tão indignado.

O que me preocupa – e isso, sim, eu queria dizer ao embaixador e não tive tempo – é o erro diplomático dos Estados Unidos. Para mim, não é um problema militar. Os americanos, no dia em que quiserem tomar um pedaço ou invadir, o que for, não precisam mandar frota agora – mandam no dia. Está tudo pronto para irem a qualquer lugar do mundo, como superpotência que são.

Agora, estão cometendo um gravíssimo erro diplomático. Sabem qual é? É que, hoje, há no Brasil uma sensação de indignação com as notícias sobre internacionalização da Amazônia. E fico feliz de ter aqui como Presidente um representante do Estado do Amazonas. Há uma sensação de que nossa soberania está ameaçada. Quando vem uma frota americana, aumenta o temor dos brasileiros. Cria-se uma consciência ainda mais acirrada de que talvez seja verdade que há livros nos Estados Unidos em que, no lugar da Amazônia, está escrito “território internacional”.

Quero dizer que já procurei esse livro por todos os lugares, mas nunca o encontrei. Chega na Internet todos os dias para mim, quase, com cobrança – “O que você, Senador, está fazendo contra isso?” Já pedi à nossa Biblioteca, que é muito competente, que tentasse localizar esse livro. Já escrevi para diversos setores. Nunca achei esse livro. Tenho dúvidas se ele existe. Mas, na opinião pública brasileira, ele existe. Na opinião pública brasileira, há uma conspiração internacional para tomar a Amazônia.

Neste momento, a vinda da tropa americana acirra os ânimos. Esse é um erro diplomático. Minha preocupação não é militar nesse fato de a Quarta Frota vir para cá. Minha preocupação é diplomática, porque o Brasil não pode acirrar suas relações com nenhum País, ainda mais com os Estados Unidos. E essa frota pode acirrar.

Isso gostaria de ter dito ao embaixador, e vou dizer em algum momento. Hoje quero dizer ao povo brasileiro. O que me preocupa, isso sim, é a frota zero do Brasil. Não é a Quarta Frota americana. Por quê? Não é tanto pela Amazônia, porque aí não será com Marinha apenas entrando pelo rio. Não! Serão outros instrumentos.

O que me preocupa, Senador Duque, são outras riquezas. Por exemplo, as reservas recentemente descobertas pela Petrobras. Essas reservas – e eu

fui lá conversar –, segundo soube, uma parte delas está debaixo do mar territorial brasileiro, mas uma parte do poço vai além do mar territorial brasileiro e chega à área internacional do Oceano Atlântico, e aí não teremos direito de exigir a nossa soberania. Aí, o explorador que chegar, que for capaz de furar poços de petróleo em altas profundidades, que for capaz de perfurar o solo, de ir através da chamada camada de sal – e por isso se chama “pré-sal”, porque está abaixo de uma fortíssima, duríssima camada de sal, que pensamos que é fácil de penetrar, mas não é; é difícil, como fui informado na Petrobras –, quem chegar aí terá o direito de levar o petróleo.

O mais grave é que, colocando um poço aí, ele estará na área internacional, mas irá “chupar”, como se fosse um canudinho ligado no copo do vizinho, e com todo o direito legal. É aí que está a necessidade de termos uma Marinha forte. Sem uma Marinha forte e uma Petrobras fortíssima tecnologicamente, esse petróleo pode ir embora.

Por isso, estou quase agradecendo aos americanos de mandarem a Quarta Frota para despertar o Brasil para o fato de que precisamos ter a nossa quarta frota também.

Mas eu vou mais longe. Dentro de mais algum tempo, talvez não em anos, ou em décadas, vai haver pirataria para roubar petróleo, gente. Na medida em que o petróleo ficar escasso e não houver uma revolução tecnológica, que ninguém está vendo, para que o petróleo fique obsoleto, como fonte energética, haverá pirataria. Nenhum supertanque, nenhum supernavio desses que transportam petróleo, daqui a mais vinte, trinta anos, vai poder andar sem comboio militar ao redor. Os piratas vão voltar, como houve no começo da colonização do Brasil – pirataria para roubar ouro; pirataria para roubar pau-brasil; pirataria para roubar até escravos. Vai haver pirataria para roubar recursos naturais escassos. E nós brasileiros não estamos preparados para proteger os nossos navios que vão carregar recursos escassos.

Daí, para mim, a importância de despertarmos para a necessidade, mais uma vez, de que o Brasil precisa ter Forças Armadas democráticas, respeitadas das instituições como elas são hoje. Mas competentes, poderosas, capazes de enfrentar aqueles que tentarem vir aqui, ou aqueles que tentarem ir aonde a gente tem interesses.

Os americanos cometem um erro gravíssimo do ponto de vista diplomático ao mandar essa frota. Mas eles têm direito de mandar para Marte; eles têm direito de mandar para a Lua; eles têm direito de mandar aonde for área internacional. Nós é que não temos

direito de não estarmos preparados para enfrentar o futuro. E hoje nós estamos.

Nós temos que desafiar a nós próprios, brasileiros, para a tarefa de termos Forças Armadas preparadas para levar adiante as exigências do futuro.

E aí, para não estranharem que eu não falei ainda de educação, eu quero dizer algo e peço um tempinho a mais ao Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Permita-me interrompê-lo, Senador, apenas para prorrogar a sessão por mais trinta minutos. Pode continuar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Asseguro que eu não falarei mais trinta minutos, mas que vou voltar muitas vezes aqui para falar deste assunto. E convoco os Srs. Senadores a trazer este assunto para cá.

Por isso tenho insistido tanto, Senador Wellington, que cada Senador devia ser pré-candidato a Presidente da República, para vir aqui falar como se fosse candidato a um dia ser Presidente, para poder levar os grandes temas e debatermos entre nós qual é a linha que cada um pensa, quais são os erros que eu estou dizendo, quais são os equívocos estratégicos, e como fazer tudo isso.

Pois bem, eu estava dizendo que, no fim, eu sempre termino encontrando uma forma de falar de educação. Sabe por quê? Não há Força Armada forte sem educação forte. Houve um tempo em que, para um soldado, bastava ter coragem, valor e, de peito aberto, enfrentava, com sua espada, os inimigos que estivessem em frente. Depois, até um que bastava ter uma pontaria certa e, com seu fuzil, enfrentava quem estivesse na frente.

Hoje, para usar as armas, é necessário um conhecimento de diversas técnicas que exigem uma boa educação de base. Hoje, uma arma não é apertar o gatilho. As armas são computadorizadas. Os tanques de guerra hoje funcionam com base em computadores GPS, radares, tecnologia, eletrônica. Hoje, o soldado é uma espécie de engenheiro eletrônico, que maneja uma arma inteligente. As armas inteligentes exigem operadores altamente preparados.

Não há como investir numa boa Força Armada no Brasil apenas nas três Forças, apenas no Ministério da Defesa. Não há como! Tem de ser algo conjugado com a educação e com a ciência e a tecnologia, sem o que não haverá Ministério da Defesa que consiga fazer defesa.

Por isso, Sr. Presidente, concluo, dizendo que estamos lendo diferente o problema da Quarta Frota. Se é um direito dos Estados Unidos, que eles mandem

suas frotas para onde quiserem, desde que não entrem em água territorial. Usemos isso para despertar não para a força deles, mas para a nossa fraqueza. Percebamos que o erro que eles estão cometendo é diplomático. Estão mexendo na cabeça dos brasileiros, estão mexendo no imaginário dos brasileiros, que vêem nisso uma ameaça para algo que já sentíamos como se estivesse ameaçado, que é a soberania da Amazônia.

Percebamos que não é por aí, com frotas, que a Amazônia vai ser tomada um dia, se for – Deus queira que não, assim como os brasileiros juntos queiram que não. Mas o petróleo, sim; mas as riquezas minerais, sim; mas a pesca, sim; mas outros recursos que serão descobertos no solo do oceano, sim, serão tomados pelas Forças Armadas não só dos Estados Unidos, mas também de outros países que serão potências, como é o caso da China, como é o caso da Índia, como é o caso da Rússia, que, não há dúvida, voltará a ser uma grande potência, como é o caso da Comunidade Econômica Européia, que será uma grande potência, inclusive com Forças Armadas unificadas de todos os seus 27 países. E nós aqui nos lamuriando, reclamando das forças dos outros.

Finalmente, essa idéia de que Forças Armadas hoje exigem forças armadas e inteligentes. Devia mudar de nome para Forças Armadas Inteligentes; senão, não funciona. E a inteligência vem do conhecimento que tem o soldado, vem do conhecimento que têm os oficiais.

Antes de conceder o aparte ao Senador Wellington, que, certamente, vai enriquecer o meu pronunciamento, quero dizer que, se algum país quisesse invadir o Brasil, se essa Quarta Frota fosse para invadir o Brasil, o que melhor seria feito estrategicamente por inimigos brasileiros nós, brasileiros, já estamos fazendo, que é abandonar a educação do nosso povo.

Mais importante do que soltar bombas atômicas no Brasil, para destruir o Brasil, é não fazer as escolas de que o Brasil precisa. E a gente não está fazendo. Nós somos os invasores do Brasil pela omissão, pela omissão de não fortalecer as Forças Armadas e pela omissão de não dar uma base educacional a todo brasileiro, para que sirva nas Forças Armadas com competência, com inteligência, com o conhecimento que os tempos de hoje exigem.

Esse era o meu discurso, Presidente Jefferson Praia, mas eu gostaria de usar o tempo a que ainda tenho direito para ouvir o aparte do Senador Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Professor Cristovam, Senador Cristovam, V.

Ex^a sabe muito bem que o grande mestre é aquele que, quando fala, faz com que aquele que o está ouvindo pense sobre o que foi dito. Aí, então, o mestre fez um grande trabalho. Ouvindo a sua fala, começo a pensar em V. Ex^a falando nos 27 países da Europa que acabam criando um outro país com esses 27, com força única, com uma economia e uma moeda igual para todos. Eu me pergunto por que isso não acontece na América Latina. Outro dia eu conversava com um grande economista, o Professor Paulo Guedes, e ele me falava que vamos ter que ter o Peso Real. O Peso Real terá que ser nossa moeda, de toda a América Latina ou da América do Sul. Precisamos fazer aqui um outro país, embora tenhamos a dificuldade da língua, pois só a Guiana e o Brasil falam outra língua, o resto fala castelhano. Mas vamos ter que criar nossa regiãozinha aqui para poder administrar tudo o que temos e fazer como faz o Mercado Comum Europeu, assim como a Ásia e os Estados Unidos. Por quê? Porque acaba criando um grande mercado. O grande segredo é esse. É como se fosse um único país, por onde as mercadorias passam, onde as fábricas vendem, sem precisar ficar atravessando fronteiras, com impostos e tudo mais. Essa é a saída da América Latina ou da América do Sul. Não sei se V. Ex^a concorda.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Concordo plenamente. Sou, há muito tempo, defensor da idéia de moeda única, de um Banco Central único e talvez, um dia, de um exército único da América Latina. É claro. Temos que caminhar para isso, como a Europa caminhou. Mas não estamos conseguindo fazer isso nem com os 27 Estados, incluindo o Distrito Federal, quanto mais com os países. Mas, de qualquer maneira, estamos caminhando.

E sobre o idioma, quero dizer que já pensei nisso. Divididos, não vamos ser grandes. Cheguei a ter uma idéia, mas ela é muito absurda do ponto de vista cultural. Por isso, já começo dizendo que não aceito a idéia. Não seria difícil fazer no Brasil o que a Indonésia fez. Poucos sabem que a Indonésia, quando ficou independente, criou um idioma. O idioma falado na Indonésia não existia, porque havia muitos idiomas. Eles juntaram tudo, graças a lingüistas, e criaram um idioma que se chama idioma indonésio. Não dá, embora pudesse ser uma idéia tentadora, para criar um “portunhol” que fosse falado lá e cá. Isso rompe a tradição.

Acho que o que a gente pode fazer é conseguir que todo brasileiro fale espanhol e todo latino-americano fale português também. Não é difícil, são idiomas tão parecidos! É capaz de não falarmos perfeitamente,

mas falaremos. Estou levando para o Mercosul, de que sou Parlamentar, a idéia de que sejamos uma região bilíngüe. E quanto à Guiana, todo mundo vai ter o inglês como segundo idioma no futuro. Mas este continente precisa ser bilíngüe, com uma moeda só, seja o Peso Real, seja o Real Peso, seja outro nome, mas creio que a gente deve caminhar, sim, um dia, para ter uma só moeda, uma cooperação não apenas comercial, mas, sobretudo, cultural e também militar.

Se não fizermos isso, ficaremos para trás, porque Índia e China já têm dimensões planetárias pelas suas populações. A Europa encontrou o seu caminho. Os Estados Unidos já são fortes demais e, além disso, têm suas alianças com o Nafta. Nós temos, sim, de consolidar essa aliança latino-americana cada vez mais, sem certos ranços de que alguns ficam falando, olhando para trás, para quando acabou a colonização.

Precisamos ter uma identidade moderna, porque houve um tempo em que se falou muito em integração latino-americana, inclusive nos anos sessenta, mas com uma visão sobretudo ideológica. Hoje tem que ser com uma visão também ideológica, cultural, mas, sobretudo, técnica. Precisamos ser quase que um país eu não diria único, porque nem o Brasil consegue ser único em seu território – o Rio de Janeiro é o Rio de Janeiro, Minas Gerais é Minas Gerais, o Distrito Federal tem suas características, o Amazonas tem suas características. A diversidade é boa, desde que não seja contraditória e divisora. Nós temos que caminhar para sermos diversos e unidos.

Mas, agradecendo o aparte, quero concluir voltando ao tema sobre o qual falei, para que ele não fique esquecido.

Vamos despertar, graças a essa operação da Quarta Frota. Vamos cobrar dos Estados Unidos, sim, que não cometam gestos antidiplomáticos. O problema aí não é militar, mas de diplomacia. O erro não é de intervenção, porque vai ser no mar internacional, mas de diplomacia, de passar a idéia da arrogância no momento em que o Brasil está fragilizado, assustado, temeroso de perder a soberania.

Eu, com todo o respeito que um Senador deve ter, diria que é uma burrice, do ponto de vista diplomático, o que os Estados Unidos estão fazendo. Mas é uma burrice, do ponto de vista de segurança, o Brasil ficar apenas reclamando, em vez de fortalecer suas Forças Armadas para as exigências que nós vamos ter nas próximas décadas, não só pela Amazônia, mas por outros recursos que serão escassos, inclusive o petróleo, que, além de ficar em mar profundo e distante, em território brasileiro que nem todos os países reconhecem,

que são os trezentos quilômetros, ele atravessa o mar territorial brasileiro e vai ao mar internacional.

Finalmente, a idéia de que não há Forças Armadas só com armas, porque as armas de hoje são inteligentes e, portanto, exigem uma população bem formada, uma população bem educada.

Talvez um dia a gente agradeça por esse movimento do Governo americano de mandar uma frota para cá e diga que foi ali que a gente despertou.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Senador Wellington Salgado, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Jefferson Praia, eu queria apenas pedir desculpa por ter, quando ocupava a tribuna, chamado V. Ex^a de Jefferson Péres. O Presidente, que é V. Ex^a, chama-se Jefferson Praia. V. Ex^a precisa me perdoar porque os dois Senadores se chamam Jefferson e tem o segundo nome começado com a letra pê.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Senador, foi uma honra para mim ser chamado de Jefferson Péres. Quem dera eu pudesse ser Jefferson Péres. De qualquer forma, muito obrigado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Mas tenho certeza de que V. Ex^a vai fazer também... Eu já estudei, já vi a origem de V. Ex^a, já li sobre a história de V. Ex^a no Amazonas e tenho certeza de que o caminho de V. Ex^a será tão brilhante quanto o do Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Obrigado pelas palavras de apoio.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Gerson Camata, Mário Couto, Flexa Ribeiro, João Tenório, Romero Jucá e a Sr^a Senadora Fátima Cleide enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem

Apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – no dia 30 de abril, um grupo de 113 sindicalistas, ativistas de movimentos negros e de outros movimentos sociais, intelectuais e empresários entregou ao ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal, uma extensa carta, intitulada “Cento e Treze Cidadãos Anti-racistas Contra as Leis Raciais”. Trata-se de um documento que expõe, com extrema lucidez e argumentação sólida, as ne-

fastas conseqüências da política de cotas raciais que vem sendo adotada no Brasil.

Os signatários começam por citar o artigo 19 da Constituição Federal, segundo o qual “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si”. Lembram que a alegação dos proponentes de cotas raciais, de que o princípio da igualdade de todos perante a lei exige tratar desigualmente os desiguais, pode ser aplicado em áreas como o direito tributário, com a tributação progressiva, ou em políticas sociais de transferência de renda. Mas usá-lo como amparo a leis raciais, afirmam, não passa de um sofisma.

Nada melhor que o sistema de cotas raciais para desviar a atenção de dois importantes problemas, nenhum deles vinculado à cor da pele dos brasileiros. O primeiro é a profunda desigualdade social, que não discrimina entre pretos e brancos. O segundo é a baixa qualidade do ensino em geral, conjugada à existência de um abismo entre as escolas localizadas nos bairros de classe média e as da periferia.

A pobreza no Brasil, lembra a carta, “tem todas as cores”. A edição de 2006 da PNAD, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, mostrou que, entre 43 milhões de pessoas com 18 a 30 anos de idade, quase 13 milhões tinham renda familiar per capita de meio salário mínimo ou menos. Neste grupo, 30 por cento declaravam-se “brancos”, 9 por cento “pretos” e 60 por cento “pardos”. Desses quase 13 milhões, só 21 por cento dos “brancos” e 16 por cento dos “pretos” tinham completado o ensino médio. Muito poucos, de qualquer cor, continuaram estudando.

O que os números demonstram é que a barreira que limita o acesso ao ensino superior não é a cor, e sim a pobreza. Não importa se o pobre é branco, preto ou pardo, ele enfrentará os mesmos obstáculos, quase sempre intransponíveis, para completar seus estudos.

O Estado brasileiro, ao decidir-se pela adoção das cotas raciais, cometeu dois erros. O primeiro foi o de ignorar evidências reforçadas por estatísticas como as do PNAD. O segundo foi o de ressuscitar o conceito de raça, exatamente quando os cientistas acabaram de comprovar que ele simplesmente não existe.

As diferenças entre o que chamamos de “raças humanas”, como afirmam os autores da carta, são diferenças físicas superficiais. É o caso da cor da pele, uma adaptação evolutiva aos níveis de raios ultravioleta em diferentes regiões, que está expressa em menos de 10, dos 25 mil genes do genoma humano. “A única divisão biologicamente coerente da espécie humana

é em bilhões de indivíduos, e não em um punhado de ‘raças’”, escreve o geneticista brasileiro Sérgio Pena.

A quem deve interessar manter vivo o ultrapassado e desacreditado conceito de “raça”, a valorização das diferenças biológicas entre os seres humanos? Aos racistas, naturalmente. Na Alemanha de Hitler e na África do Sul dos tempos do apartheid, a “raça” determinava o destino do indivíduo. Podia condená-lo à miséria, à morte, ou justificar a concessão de privilégios. Na maioria dos Estados do Sul dos Estados Unidos, até o fim da década de 1950, vigorou uma rigorosa segregação racial, que fazia dos negros cidadãos de segunda classe.

A política de cotas raciais foi uma das maneiras que os norte-americanos encontraram para reduzir as desigualdades resultantes dessa segregação. Mas, décadas depois de ter sido introduzida, sua ineficácia foi reconhecida recentemente pela Suprema Corte, que declarou inconstitucionais as políticas educacionais baseadas no critério racial. Vale citar aqui um trecho do voto do juiz Anthony Kennedy, reproduzido na carta entregue ao ministro Gilmar Mendes – “Quem exatamente é branco e quem é não-branco? Ser forçado a viver sob um rótulo racial oficial é inconsistente com a dignidade dos indivíduos na nossa sociedade”.

É assim que viveremos, sob a política de cotas raciais. Num país marcado pela miscigenação, pela mistura das raças – que se tornou um valor cultural brasileiro –, monstruosidades jurídicas como a lei de cotas e o estatuto racial vão oficializar o racismo. Certidões de nascimento, prontuários médicos e carteiras do INSS vão informar a raça do portador, e, ao matricular os filhos na escola, os pais terão de informar se eles são “negros”, “brancos” ou “pardos”.

Ninguém dotado de bom senso pode negar a existência de preconceito racial no Brasil. Mas trata-se de um preconceito envergonhado, subterrâneo, incapaz de alimentar a exclusão. Não existem movimentos racistas organizados. E está mais do que comprovado que é a educação das pessoas, e não a cor de sua pele, que explica as diferenças de renda e as oportunidades que lhes são oferecidas ao longo da vida.

Para avaliar o quanto a mestiçagem evolui no País, basta analisar os dados estatísticos. No censo nacional de 1940, os que se declaravam “pardos” representavam 21 por cento da população. Em 2006, na PNAD, eles saltaram para 43 por cento. Os “brancos” caíram de 63 por cento em 1940 para 49 por cento em 2006, e os “negros”, de 15 por cento para 7 por cento.

No Brasil, assim como nos Estados Unidos, é impossível responder à pergunta do juiz Anthony Kennedy

– “Quem exatamente é branco e quem é não-branco?” Em nossas universidades, criaram-se tribunais, disfarçados em comissões, que determinam a “raça” dos jovens candidatos ao vestibular. É impossível negar que essas “comissões de certificação racial” evocam memórias desagradáveis, de ideologias totalitárias, há muito desaparecidas...

São comissões que já cometeram inúmeros erros, em vários Estados. Basta citar dois casos de gêmeos, univitelinos, gerados no mesmo óvulo, que se inscreveram no vestibular da Universidade de Brasília, fazendo uso do sistema de cotas raciais, adotado pela UnB e por mais 33 universidades brasileiras. Em ambos os casos, um dos gêmeos foi considerado “negro”, e o outro, “branco”...

Existe um imenso preconceito contra os pobres, e a cor desta pobreza não tem a menor importância. É preciso combatê-lo de todas as formas, mas não é introduzindo o racismo oficializado que vamos resolver o problema. Estamos criando um novo problema, sufocando a valorização da diversidade, fabricando raças, justamente quando a ciência prova que elas não existem. E adiando a solução da questão verdadeira, que deveria ser o centro de nossas preocupações – que é proporcionar condições de ascensão a todas as nossas crianças, por meio de uma educação de qualidade, sem levar em conta a cor da pele.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Mercado teme interferência política”, publicada pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, de 15 de junho de 2008.

A matéria destaca que o principal temor do mercado de energia é que as agências reguladoras se transformem em departamentos do governo federal. O que, segundo o jornal, faria com que as decisões do setor fossem tomadas politicamente e não de acordo com o mercado, podendo com isso fazer com que os empresários deixem de investir no setor com consequências negativas para o país no médio prazo.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MÁRIO COUTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Mercado teme interferência política

Transformação das agências reguladoras em departamentos do governo federal é hoje a principal preocupação

PROBLEMAS EM SÉRIE

Missão em xeque

As principais agências reguladoras do País e os problemas mais frequentes enfrentados por elas na regulação dos setores

Renée Pereira

O principal temor do mercado é que as agências reguladoras se transformem em departamentos do governo federal. Isso jogaria por terra o conceito de um órgão técnico, sem atuação política, capaz de estabelecer a boa convivência entre governo, setor privado e consumidores, dizem especialistas.

A preocupação decorre não só das denúncias feitas pela ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu contra a Casa Civil. Hoje não é incomum executivos levarem decisões das agências para serem submetidas a algum ministério.

Documento obtido pelo Estado mostra que em recente processo de reajuste e revisão tarifária do Pólo de Concessão Rodoviária de Pelotas (RS), da Ecosul, um diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) teria submetido o processo, já aprovado pela agência, à apreciação informal da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Descontente com a atitude do colega, outro diretor incluiu na ata da reunião um memorando com o relato do caso. No documento, ele afirma que a diretoria sabe de "inúmeras reuniões ocorridas fora do mundo oficial do processo de reajuste". Além disso, afirma que "ações vêm sendo orientadas pelo ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, também de forma extra-oficial".

Intervenção do governo começou com a questão dos reajustes de tarifas

Para finalizar, diz que as autoridades externas que vêm atuando informalmente no processo deveriam oficializar suas posições, apesar de não terem competência legal para tal medida. O diretor reclamava também das consequências que a di-

ANEEL

Agência Nacional de Energia Elétrica

Foi criada em 1996 e está vinculada ao Ministério de Minas e Energia

● **PRINCIPAIS PROBLEMAS**
Resoluções frequentemente são atropeladas pelo Executivo por meio do Ministério de Minas e Energia

Jerson Kelman,
diretor-geral

ANP

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Foi criada em 1997 e está vinculada ao Ministério de Minas e Energia

● **PRINCIPAIS PROBLEMAS**
Forte influência da Petrobrás no setor atropela a atuação da agência reguladora, cuja diretoria está desfalcada por um executivo

Haroldo Borges
Rodrigues Lima,
diretor-geral

ANATEL

Agência Nacional de Telecomunicações

Foi criada em 1997 e está vinculada ao Ministério das Comunicações

● **PRINCIPAIS PROBLEMAS**
Conselho diretor desfalçado impede agência de tomar decisões importantes para a regulamentação do setor de comunicações

Ronaldo Mota
Sardenberg,
presidente

ANTT

Agência Nacional de Transportes Terrestres

Foi criada em 2001 e está vinculada ao Ministério dos Transportes

● **PRINCIPAIS PROBLEMAS**
Agência aguarda desde fevereiro a nomeação do novo diretor-geral e da indicação de mais um executivo para o conselho

Noboru Ofugi,
diretor-geral
(interino)

ANAC

Agência Nacional de Aviação Civil

Foi criada em 2005 e está ligada ao Ministério da Defesa

● **PRINCIPAIS PROBLEMAS**
Recentes denúncias apontam para forte pressão da Casa Civil na atuação da agência reguladora no caso de venda da VarigLog

Solange Vieira,
diretora
presidente

retoria poderia sofrer por causa de todo atraso no processo.

Esse tipo de interferência vem sendo comum desde o início do primeiro mandato do governo Lula, depois que o presidente se mostrou irritado com o aumento de tarifas de combustíveis, energia e telefonia. Na ocasião, ele afirmou que não poderia ficar sabendo desses aumentos por meio dos jornais e classificou os reajustes como excesso de poder nas mãos das agências reguladoras.

Depois desse episódio, os processos tarifários passaram a ser acompanhados de perto pelos ministérios. Se os porcen-

tuais eram considerados altos, o Executivo entrava na jogada e atropelava a decisão da agência. Isso já ocorreu na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), na época de Luiz Guilherme Schymura, e também com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), no parcelamento do reajuste tarifário em alguns anos.

Mas as intervenções não ocorrem só no campo tarifário. O diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE), Adriano Pires, destaca que mesmo no caso da Aneel, que tem como diretor-geral um técnico amplamente reconhecido pelo

mercado, há tentativas de desqualificar as decisões. Isso pode ser verificado em processos como a exportação de energia do Brasil para a Argentina. Em documento obtido pelo Estado, a agência expôs preocupação de que a devolução da energia emprestada ao país vizinho fosse adiada, o que refletiria nos custos do mercado doméstico. Tal alerta foi ignorado pelo Ministério de Minas e Energia.

Em outro caso, há pouco mais de dois anos, a Aneel aprovou o edital do leilão de energia de novas usinas, com uma medida que previa repassar custos adicionais de licença ambiental

para as tarifas. O ministério, porém, baixou uma portaria derubando o dispositivo da agência e transferindo para o empreendedor qualquer custo. A agência acreditava que, com a decisão, tornaria o empreendimento mais atrativo e, consequentemente, o custo da energia beneficiaria o consumidor.

No fim de 2006, outro fato ganhou as páginas dos jornais. Em correspondências, o então ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, trocou farpas com o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman. O ministro criticou a resolução da agência que determinava a retirada das tér-

micas do cálculo do Custo Marginal de Operação.

Na época, Rondeau tentou intervir na decisão da agência. Kelman, entretanto, rebateu as críticas e disse que a medida era necessária para não agravar ainda mais o risco de racionamento. E completou que não poderia "adotar posição de avestruz", que imagina estar resolvendo questões difíceis ao recusar enxergá-las.

Apesar de todas as evidências, Kelman tenta não pôr mais lenha na fogueira e garante que a Aneel consegue tomar todas as decisões de forma independente. ■

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Reação contra a violência e o atraso”, publicada no jornal **Diário do Pará**, em sua edição de 15 de abril de 2008.

A matéria destaca o lançamento do movimento “Alerta Pará”. Uma reação de políticos, sindicatos e do setor produtivo do estado, contra a violência e o atraso. A mobilização foi idealizada com a missão de reverter o quadro da economia paraense, fragilizada em função de basicamente dois fatores – o equívoco das políticas

públicas que tem engessado o desenvolvimento da Amazônia e a ação violenta de movimentos sociais que tem desestruturado o setor produtivo do Estado.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Quer ganhar 6 super jogos de estratégia?

DIÁRIO DO PARÁ

Online

Tem mais por ver Tem mais pra você

Edição: 15 de Abril de 2008

Principal

Ed. Eletrônica

Cadernos

Bola

Brasil Hoje

Caderno D

Cidades

Mercantil

Mundo

Polícia

Regional

Colunas

Repórter Diário

Serviços

Assine Diário

S.A.A.

Diversos

Primeira Página

Fale Conosco

Edições Anteriores

Web Designers

Expediente

Vídeo Mail

Reação contra a violência e o atraso

ALERTA PARÁ Empresários se unem pelo desenvolvimento

Num dos mais concorridos eventos patrocinados pelo setor produtivo do Estado, ao longo dos últimos vinte anos, o Fórum das Entidades Empresariais do Pará lançou ontem à noite o movimento “Alerta Pará”. A reunião atraiu dirigentes das três grandes federações patronais (agricultura, indústria e comércio), da Associação Comercial do Pará, Câmara de Dirigentes Lojistas e Federação dos Trabalhadores na Indústria, além de políticos, sindicatos e representantes de diversas categorias profissionais.

A mobilização foi idealizada com a missão de reverter o quadro da economia paraense, que a classe produtora local considera fragilizada em função, basicamente, de dois fatores: o equívoco de políticas públicas que têm contribuído para o engessamento da Amazônia e, no caso específico do Pará, as ações violentas de movimentos sociais que estão desestruturando o sistema produtivo, especialmente na indústria e no agronegócio, afugentando potenciais investidores.

Ao final do encontro, os participantes aprovaram uma “Declaração de Princípios”, contendo o pensamento e a reivindicação das lideranças empresariais, profissionais e de trabalhadores do Pará. O documento depois de levantar oito pressupostos, é encerrado com cinco proclamações dirigidas a todas as instâncias de poder estatal, englobando o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

A Carta de Princípios defende intransigentemente, em primeiro lugar, o princípio da legalidade. “Não aceitamos ser tratados, indistintamente, como marginais, aos quais devem ser aplicada punição exemplar, nos ditames da Justiça”.

Respeito ao pacto federativo e aos paraenses

Na segunda proclamação, o documento exige o respeito ao pacto federativo e a inserção do Pará nas prioridades do desenvolvimento nacional. “Temos, constitucionalmente, o direito a esse desenvolvimento e à superação das desigualdades regionais que hoje nos limitam”, destacaram os signatários do documento.

No terceiro tópico, eles observam que não é possível o progresso sem a paz social e alertam que, “sem segurança, inclusive a institucional, não poderemos realizar nenhum tipo de investimento capaz de gerar emprego e renda para os milhões de brasileiros que aqui vivem”.

Com a quarta proclamação, os dirigentes empresariais do Pará e os representantes das demais categorias presentes ao evento de ontem se

declaram "intransigentes defensores da preservação da floresta amazônica e do meio ambiente, através de legislação adequada e baseada em critérios técnico-científicos e sociais que atendam às peculiaridades dos ecossistemas envolvidos". E acrescentam "Assim, é fundamental o detalhamento do macrozoneamento ecológico-econômico do Pará, aprovado à unanimidade dos deputados estaduais, para orientar a implantação de novos investimentos de forma ordenada e sustentável com responsabilidade social".

Por fim, a Carta de Princípios exige respeito ao povo do Pará, considerando ser esta condição "consequência natural do seu direito de usufruir melhores oportunidades de trabalho, de elevação de seu padrão de vida, que pode, sim, ser obtido através do uso racional, do manejo adequado, responsável e sustentável dos recursos naturais que constituem, também, nosso patrimônio."

Empresários denunciam "clima de terror"

Moderada no capítulo final, onde o setor produtivo expõe suas reivindicações, a linguagem utilizada na Carta de Princípios é inusualmente dura quando faz o levantamento de pressupostos, analisando a atuação (ou a falta de) das instâncias governamentais e, sobretudo, quando se refere às ações dos chamados movimentos sociais, especialmente o MST. No item três, por exemplo, o documento observa que a União, a quem compete o estabelecimento de uma política de reforma agrária, sempre foi ausente. Segundo a Declaração de Princípios, aprovada pelo Fórum das Entidades Empresariais do Pará, a União tem deixado ao governo estadual a gerência dos grandes impasses advindos da ocupação desordenada, entre eles os conflitos pela posse da terra.

Os problemas fundiários adquirem um novo componente, com o processo de verdadeiro confisco das terras paraenses para a União, sob a capa de reservas indígenas, áreas de proteção ambiental e florestas nacionais. "Em paralelo, a mesma União estimula, pela inércia, impunidade e apoio institucional sob variadas formas, o surgimento de organizações paramilitares civis, travestidas de 'movimentos sociais', que, pretensamente defendendo o 'direito à terra', agredem ostensivamente a Constituição, que garante o direito à propriedade", acrescenta.

As organizações ligadas, sob diferentes rótulos, aos chamados movimentos sociais, ainda de acordo com o documento, vêm estabelecendo, no campo e nas cidades, "um regime de autêntico terror, com invasões de áreas produtivas, saques ao patrimônio privado e danos ao meio ambiente, com a derrubada indiscriminada da floresta dentro da reserva legal das propriedades invadidas."

Filósofo diz que MST não quer reforma agrária

Reconhecido, nacional e internacionalmente, como uma das maiores autoridades mundiais no assunto, o professor, escritor e filósofo Denis Lerrer Rosenfield deu ontem à noite, ao participar em Belém do lançamento do Alerta Pará, um depoimento devastador contra o MST e outras organizações sociais que vêm atuando no Brasil. Sobre o MST, ele disse, sem meias-palavras, que o mesmo é uma organização rica, que não tem o menor interesse pela reforma agrária e cujo objetivo é, unicamente, destruir a economia capitalista no Brasil e implantar um regime totalitário. Como convidado, ele proferiu uma palestra sobre "a evolução dos movimentos sociais e suas implicações na economia local". De acordo com o pesquisador, o MST, que utiliza nas suas ações em todo o Brasil "uma logística impecável" e reconhecidamente cara, tem basicamente duas grandes fontes de financiamento. Uma é o próprio governo brasileiro, através dos ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Educação e do

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Cooperados da Bancoop apóiam investigação”, publicada pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 9 de junho de 2008.

A matéria destaca que os líderes dos cooperados da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo) que teriam sido lesados pela direção da entidade vão promover, um ato de apoio ao promotor José Carlos Blat, responsável pela investigação que revelou um suposto esquema de desvio de recursos da cooperativa para financiar as campanhas do PT e do presidente Lula.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

Como segundo assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer o registro da matéria intitulada “Procurador discutiu caso Varig com Dilma”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 09 de junho de 2008.

A matéria destaca que uma das poucas vozes contrárias à venda da Varig nos moldes desejados pelo governo, Manoel Felipe Brandão, ex-procurador-geral da Fazenda Nacional, disse que foi chamado pela ministra Dilma Rousseff, diversas vezes para discutir o caso.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os **Anais do Senado Federal**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Cooperados da Bancoop apóiam investigação

Entidade é suspeita de prejudicar trabalhadores ao desviar recursos para campanhas do PT

Moacir Assunção

Os líderes dos cooperados da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo) – que teriam sido lesados pela direção da entidade – vão promover, amanhã, um ato de apoio ao promotor José Carlos Blat, responsável pela investigação que revelou um suposto esquema de desvio de recursos da cooperativa para financiar as campanhas do PT e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A revelação sobre o esquema foi feita pelo **Estado** na edição de anteontem.

Blat será ouvido na Assembleia Legislativa para prestar

esclarecimento aos deputados estaduais sobre as últimas denúncias envolvendo a cooperativa. De acordo com uma das representantes de associações de defesa dos cooperados da Bancoop, Dinalva Lombardi, são esperados 500 cooperados na rampa da entrada Assembleia entre as 13h e as 15h.

Eles vão entregar um manifesto de apoio ao promotor e uma lista de nomes de pessoas que dizem ter sido lesadas pela entidade, fundada pelo presidente do PT e deputado federal, Ricardo Berzoini.

SUSPEITAS

O Ministério Público já avisou que vai investigar a morte de

Luís Eduardo Saeger Malheiro, ex-presidente da Bancoop. De acordo com a versão oficial, Malheiro foi vítima de um acidente de carro no dia 12 de novembro de 2004, em Petrolina (PE). O irmão dele, Hélio Malheiro, afirmou que Luís Eduardo confidenciou-lhe que “muitas vezes se via obrigado a entregar valores de grande monta para as campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, desviando os recursos que eram destinados à construção de unidades habitacionais”. Hélio desconfia de um crime político no caso do irmão.

Dinalva defendeu a exumação do corpo do ex-dirigente para esclarecer o caso. “Isso ajudaria a tirar as dúvidas sobre a morte dele”, afirmou a representante dos cooperados.

A direção da Bancoop negou enfaticamente envolvimento em práticas criminosas e formação de caixa 2 para abastecer campanhas do PT.

Em nota, a cooperativa informou que já interpelou judicialmente “todos que fizeram denúncias ou acusações levianas contra a entidade sem a devida comprovação.” ●

Dois são ouvidos no caso BNDES

... Estão marcados para hoje os últimos dois depoimentos de réus da Operação Santa Tereza, da Polícia Federal, que desvendou suposto esquema de liberação de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Devem ser ouvidos o coronel da PM Wilson de Barros Consani Júnior e o empresário ligado à Lojas Marisa, Boris Bitelman Timoner, que assinou o con-

trato da rede com o banco estatal.

Consani é considerado pela PF o araponga do deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (PDT-SP). Já Timoner está envolvido em dois financiamentos do BNDES – um de R\$ 220 milhões e outro de R\$ 184 milhões – à rede. A procuradora Adriana Scordamaglia demonstra ceticismo quanto à veracidade dos depoimentos. ● ROBERTO ALMEIDA

Procurador discutiu caso Varig com Dilma

Manoel Brandão, que deu parecer sobre sucessão de dívidas da Varig, diz que foi chamado várias vezes pela Casa Civil

Ex-procurador-geral da Fazenda nega ter sofrido pressão, mas diz que havia entendimento contrário da Casa Civil sobre o parecer

LEONARDO SOUZA
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Uma das poucas vozes contrárias à venda da Varig nos moldes desejados pelo governo, Manoel Felipe Brandão, 46, ex-procurador-geral da Fazenda Nacional, disse à **Folha** que foi chamado pela ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), por diversas vezes, para tratar do assunto. Apesar de evitar usar o termo pressão, disse que havia uma "polêmica muito grande na Casa Civil" e forte resistência contra sua posição, incluindo da número dois de Dilma, Erenice Guerra.

Brandão deu parecer pelo qual as dívidas da Varig teriam de ser assumidas pelo comprador da empresa. Esse era o maior empecilho à venda da companhia. Ele foi substituído por Luiz Inácio Adams, que

deu parecer exatamente como queria o Palácio do Planalto, ou seja, a dívida não seria da responsabilidade do novo controlador da companhia aérea.

A **Folha** deixou recados ontem para a assessoria de imprensa da Casa Civil, mas não houve resposta.

Abaixo, os principais trechos da entrevista de Brandão.

FOLHA - Não está muito claro como a Casa Civil agiu em relação à Procuradoria Geral da Fazenda no episódio. Houve pressão sobre o sr.?

MANOEL FELIPE BRANDÃO - Havia um entendimento contrário ao meu.

FOLHA - Entendimento que vinha da Casa Civil?

BRANDÃO - Vinha de várias áreas do governo, e eu achava normal [...]. O desencontro de idéias era absolutamente natural. Eu tinha uma idéia muito firme da sucessão [da dívida].

FOLHA - Quem no governo tinha essa interpretação contrária à sucessão dívida?

BRANDÃO - Havia uma polêmica muito grande dentro da Casa

Civil contra a minha idéia. Havia uma polêmica muito grande também dentro do Ministério da Fazenda contrária ao meu entendimento [...]. O meu pensamento jurídico eu não tenho como negar porque foi público e notório na época. O que eu não quero jamais é que envolvessem o meu nome numa polêmica entre uma eventual

pressão da Casa Civil para a Anac aprovar a venda da Varig.

FOLHA - O senhor teve contato com a sra. Erenice Guerra nesse episódio?

BRANDÃO - Óbvio, todos nós nos encontrávamos. Não me encontrei com a senhora Erenice só nesse caso, não. Em todas as questões que envolviam matéria de interesse da Fazenda Nacional eu tinha encontros com ela. Não foi só nesse caso.

FOLHA - O sr. se lembra quais eram os argumentos dela contrários ao parecer do senhor?

BRANDÃO - Por uma questão de respeito e de ética, eu acho que eu não deveria comentar. Se alguém tiver que comentar, tem de ser ela.

FOLHA - O sr. se lembra de ter conversado com a ministra Dilma sobre esse caso?

BRANDÃO - Sim, participei de reuniões onde a ministra Dilma estava, mas não me lembro exatamente o que a ministra Dilma disse. Da mesma forma que em relação à Erenice, eu não tenho por que falar do pensamento da ministra Dilma.

FOLHA - O sr. se recorda de onde foram essas reuniões com a ministra?

BRANDÃO - É lógico, você se reúne com o ministro na sede dele, né? É óbvio. Eu era de segundo escalão, e ela era ministra de Estado.

FOLHA - O sr. foi convidado para ir à Casa Civil?

BRANDÃO - Eu fui convidado para ir à Casa Civil assim como fui inúmeras vezes para tratar dos mais variados assuntos que envolvessem interesses da Fazenda Nacional.

FOLHA - Foi mais de uma reunião?

BRANDÃO - Sim, esse assunto foi exaustivamente discutido no âmbito do governo.

FOLHA - O sr. diz que deu seu parecer com base na lei e na jurisprudência. Nesse caso, a interferência do governo não seria equivocada?

BRANDÃO - Eu não acho que eu tenha sofrido pressão, eu sofri resistências ao meu pensamento. E eu resisti dignamente, porque eu achava que estava correto e mantive meu pensamento até o final. Se alguém se sentiu pressionado e fez o que não acreditava, eu não tenho nada a ver com isso.

FOLHA - Não é muito coincidência o sr. ser substituído logo após ter havido resistências ao seu parecer?

BRANDÃO - Essa é uma resposta que eu não tenho que dar. A minha posição é clara e firme. Qualquer coisa que eu fale nesse sentido pode parecer um certo revanchismo, uma certa vingança.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil tem conseguido reduzir as desigualdades de renda, mas continua, ainda, um país profundamente desigual, com um grande contingente de pessoas excluídas, social e economicamente.

No campo do conhecimento, da educação e da tecnologia, um grande número de brasileiros ainda não recebem os benefícios da chamada revolução tecnológica, nem das grandes mudanças na informática, na telemática e nas comunicações.

Apenas uma pequena parte de nossa população tem acesso ao computador e à *Internet*, o que muitas vezes impossibilita a obtenção de informação de qualidade, aquela que pode contribuir para o aumento do conhecimento e para a melhoria da qualidade de vida de grande número de pessoas.

A chamada exclusão digital, um processo deletério e tão perverso quanto a exclusão educacional, precisa ser combatida com racionalidade e competência.

Esse é um grande desafio, para que o Brasil possa se tornar uma sociedade mais igualitária, mais solidária e mais justa, o que requer a utilização de instrumentos de políticas públicas para reduzir o abismo hoje existente entre os que têm e os que não têm conhecimento, informação e educação.

A televisão aberta pode ser um importante instrumento para a consecução desses objetivos, pois atinge mais de 90% dos domicílios do Brasil e é a principal fonte de informação das famílias brasileiras; muitas vezes, ela constitui o único instrumento de cultura, de educação, de entretenimento e de cidadania, convertendo-se na fonte primeira de inclusão social e de acesso ao conhecimento de grande parcela de nossa população.

A televisão, portanto, deve merecer uma atenção especial de todos quantos temos responsabilidade política, para que possa contribuir para a inclusão digital, para o aprimoramento dos valores e dos direitos sociais.

A TV Digital deve contribuir para o nosso desenvolvimento tecnológico, industrial, econômico e social, com a incorporação e com a transferência de tecnologias, para a geração de novos postos de trabalho e maior geração de renda. Também deve dar prioridade a programas de natureza educacional, artística, cultural e informativa.

Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas demonstra que o Brasil atingiu, em maio de 2008, um total de 50 milhões de computadores em operação, o que representa um passo significativo no rumo da inclusão digital.

Com a TV digital, teremos melhoria da qualidade do som e da imagem, com a possibilidade de transmissão simultânea de diversos programas, num mesmo canal, além da interatividade.

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), instituído pelo Decreto nº 4.901, de 23 de novembro de 2003, tem como objetivo principal contribuir para a inclusão digital da grande maioria da população.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os benefícios da TV Digital são inquestionáveis, sobretudo para um país como o nosso, de grande extensão territorial e grande contingente populacional à margem dos benefícios da tecnologia.

Por isso, trago ao conhecimento desta Casa que o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados realizou um importante Seminário Internacional intitulado **TV Digital Futuro e Cidadania**, em que foram discutidos temas da maior relevância, ligados à evolução tecnológica no Brasil e seus desdobramentos nas áreas social, política, cultural e da tecnologia.

Nesse Seminário, foram examinados os aspectos sociais, culturais, educacionais, econômicos, tecnológicos, relacionados com a TV Digital, assim como as questões regulatórias e os padrões internacionais existentes e as possibilidades de desenvolvimento de um modelo brasileiro. Os painéis e as conclusões desse Seminário foram reunidos em um livro, aliás, um trabalho editorial primoroso, que me foi gentilmente encaminhado pelos organizadores do evento, a quem cumprimento nesta oportunidade.

Dos muitos temas e debates realizados, gostaria de ressaltar o pronunciamento do Ministro das Comunicações, Senador Hélio Costa, que nos dá a garantia de democratização do sistema de comunicação, com a manutenção da TV Digital aberta e gratuita a todos os brasileiros.

O Ministro Hélio Costa ainda nos garante que o Sistema Brasileiro de TV Digital está baseado no que existe de melhor e mais desenvolvido tecnologicamente nos sistemas existentes.

Gostaria de encerrar este meu pronunciamento com as palavras textuais do Ministro Hélio Costa, ao reafirmar seu apoio às empresas brasileiras do setor de televisão – “Não vou passar pelo Ministério das Comunicações sendo o responsável pela destruição da televisão brasileira, principalmente o responsável por entregar o setor nas mãos das empresas internacionais. Isso, este Ministro não vai fazer”.

Tenho plena convicção de que a orientação segura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá contribuir para a implantação de um sistema de TV Digital democrático, que produza inclusão digital e incorpore os melhores e mais adequados avanços tecnológicos para dar ao povo brasileiro um instrumento de conhecimento, informação e educação, como nosso povo tem direito e merece.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. FÁTIMA CLEIDE(Bloco/PT – RO Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 2 de julho de 2008 ficará marcado na história do Senado Federal.

A aprovação unânime do piso salarial nacional para os professores do ensino básico; a aprovação da PEC 96/03, que reduzirá gradualmente os percentuais de Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre as verbas destinadas à manutenção e desenvolvimento do ensino previstas na Constituição; e a criação de 25.105 novos cargos em instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica são motivo de júbilo para todos e todas que têm consciência da importância da educação tanto para o indivíduo quanto para a sociedade.

O Piso Salarial Nacional é, sem dúvida, a mais importante conquista dos profissionais da educação. É o resultado da luta de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, organizados na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, e que vivem o cotidiano da educação nas escolas de nosso país.

A remuneração destes profissionais é muito diferente entre estados e entre municípios, com variações de até 400%!

Assim que o presidente Lula sancionar a Lei que implementa o Piso Salarial Profissional Nacional para o Magistério da Educação Básica Pública, proposta pelo Senador Cristovam Buarque e pelo presidente Lula previsto na Lei do Fundeb (nº 11.494/07), o Brasil estará iniciando a correção de uma injustiça.

O tempo recorde de tramitação entre a aprovação na Câmara e a aprovação nesta Casa deve-se à militância exemplar do Deputado Carlos Abicalil, que trouxe em mão o Projeto de Lei, garantindo sua aprovação antes do recesso parlamentar.

A importância do Piso Salarial Nacional não é apenas a valorização profissional dos trabalhadores em educação. É a busca de um padrão mínimo de qualidade na educação básica que, conforme prevê a nossa LDB, é mantida por estados e municípios que vivem realidades sociais, culturais e econômicas distintas.

Esse padrão mínimo, que se tornou possível a partir do FUNDEB, garante uma escola pública de qualidade do Oiapoque ao Chuí.

O valor previsto para o piso é de 950 reais para os professores habilitados em nível médio e para um regime de até 40 horas semanais. Ele será retroativo a janeiro de 2008, beneficiando, de acordo com o Ministério da Educação, cerca de 60% dos trabalhadores em educação de todo o país.

Durante a votação do Piso Salarial no Plenário do Senado Federal, ficou perceptível que a educação tornou-se uma causa nacional, mobilizando diferentes

partidos que colocaram de lado as históricas divergências para dar um impulso fundamental ao desenvolvimento social da Nação.

A maioria éramos nós, mulheres! Uma causa de todos e todas, mas com significativa participação feminina naquele raro momento de unanimidade.

Como bem lembrou nossa líder, a senadora Ideli Salvatti, desde 1989, foram apresentados nove projetos de lei sobre o Piso, na Câmara dos Deputados. E todos foram julgados inconstitucionais, por não cumprirem a prerrogativa de encaminhamento pelo poder Executivo.

O senador Cristovam Buarque agradeceu ao presidente Lula por ter feito seu projeto tramitar junto com a proposta do Executivo, uma vez que a iniciativa parlamentar tinha apenas caráter autorizativo.

A instituição do Piso Salarial nacional é um importante passo na valorização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, mas o valor ainda está aquém do ideal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, naquela noite memorável, esta Casa aprovou, em primeiro e segundo turnos, para ser remetida à Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 96/03), que reduz gradativamente a incidência da DRU na educação.

Sete bilhões de reais anuais do Orçamento do MEC voltam a ser aplicados exclusivamente em educação.

Pela proposta, os recursos da DRU serão integralizados até 2011, devendo ser repassada a metade em 2009 e mais um quarto em 2010.

Além da PEC da redução gradual dos recursos da educação na DRU, outros dois importantes projetos de lei, de autoria da senadora Ideli Salvatti, foram aprovados nesta semana pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado.

O PL nº 344/07 – que tive a honra de relatar na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado –, que institui nacionalmente as eleições para diretor nas escolas públicas da educação básica de todo o Brasil; e o PL nº 546/07, que garante, no mínimo, 50% das vagas das escolas técnicas e universidades federais, em todos os cursos e turnos, para os alunos oriundos das escolas públicas.

O projeto beneficia, ainda, negros, índios e pessoas portadoras de necessidades especiais.

Para a educação superior foram aprovados dois projetos de lei da Câmara, que criam o total de 25.105 novos cargos em instituições federais de ensino superior e de educação profissional e tecnológica –

O PLC 30/08, que cria 3.375 cargos no âmbito do Ministério da Educação, destinados à redistribuição às instituições federais de ensino superior; e o PLC 91/08, que cria 9.430 cargos técnico-administrativos

e 12.300 cargos de professor de ensino fundamental e médio, a serem distribuídos a instituições federais de educação profissional e tecnológica.

Estes cargos são, na maioria, destinados à expansão das universidades e escolas técnicas.

O esforço realizado pelos Senadores e Senadoras naquela memorável sessão mostram o quanto o Parlamento é capaz de fazer para o Brasil quando cumpre a sua principal função – Legislar.

Quando o Senado Federal e a Câmara dos Deputados são transformados em tribunais, o processo legislativo desacelera gerando prejuízo à Nação e aos outros poderes da União.

Precisamos manter a prioridade da atividade legislativa para aprovar o reconhecimento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) dos funcionários de escola como profissionais da educação, que já teve a tramitação concluída na Câmara e voltará ao Senado.

Esse projeto deverá estabelecer um novo patamar na qualidade das escolas, que serão servidas por profissionais mais qualificados e com atuação definida. Profissionais habilitados em Secretaria, Alimentação, Multimeios Didáticos e Infra-Estrutura Material e Ambiental estarão atuando em todas as escolas de educação básica no Brasil, garantindo a eficiente utilização dos recursos disponíveis.

Resta ainda, na Pauta estrutural da educação brasileira a necessidade de aprovação das diretrizes nacionais de carreira e do Sistema Nacional de Formação, ambas necessárias para consolidar o processo legal de valorização dos trabalhadores da educação básica brasileira.

Estas iniciativas que estruturam e dão sustentabilidade à Educação Nacional, caminham para a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação Básica, conforme a proposta da Conferência Nacional de Educação Básica, realizada no 1º semestre deste ano.

A construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação Básica é fundamental na garantia do diálogo institucional entre o Presidente, os Governadores e os Prefeitos, para o pleno cumprimento de seus deveres em suas esferas de atuação.

Ao construirmos o Sistema Nacional Articulado de Educação estaremos estabelecendo as diretrizes do regime de colaboração previsto na Constituição Federal.

Ao discutirmos e definirmos melhor o regime de colaboração, as ações previstas no PDE serão mais eficazes quanto à sua gestão e operacionalização.

Finalmente, Sr. Presidente, essa caminhada não pode pensar a educação de maneira uniforme e monolítica, mas sim resgatar, na sua construção, a grande diversidade étnica, sexual, social e cultural brasileira, investindo na educação ambiental, na educação indígena, na educação no campo, na educação pelos Direitos Humanos, na educação à distância, na educação de jovens e adultos, na educação especial, entre outras necessidades demandadas por setores específicos de nosso país.

Essa diversidade que ultrapassou o tempo e a distância para, junto com a Nação Brasileira e com seus vultos históricos visitar o Plenário do Senado Federal na madrugada de 2 de julho de 2008.

E estes heróis e heroínas da alma brasileira assistiram a aprovação da Anistia ao Almirante Negro, João Cândido, por iniciativa da Senadora Marina Silva.

Que momento emocionante, Senhor Presidente! Que dia memorável!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Praia. PDT – AM) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 30 minutos.)

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

10/07/2008

Quinta

- | | |
|--------------|--|
| 11:00 | Sessão Solene em comemoração aos 18 anos de vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente.
Plenário do Senado Federal |
| 12:30 | Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Votação da LDO
Plenário da Câmara dos Deputados |
| 16:00 | Ordem do dia - Sessão do Senado
Plenário do Senado Federal |

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 012 , DE 2008

Dispõe sobre o gerenciamento do acervo em áudio e vídeo produzido pela TV Senado.

A **COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas competências regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art 1º O gerenciamento do acervo em áudio e vídeo produzido pela TV Senado será feito em regime de parceria e co-responsabilidade entre a Secretaria TV Senado e a Secretaria Técnica de Eletrônica nos termos deste ato.

Art 2º Cabe à Secretaria Técnica de Eletrônica realizar a conversão digital, bem como promover a gestão arquivística e a preservação dos documentos multimídia da própria Secretaria, dos órgãos de comunicação social do Senado Federal, do Instituto Legislativo Brasileiro e dos demais órgãos do Senado Federal que o solicitarem.

Parágrafo único. A conversão digital de que trata o caput deste artigo compreenderá o acervo existente e a produção futura de conteúdos de áudio e vídeo em formato analógico.

Art 3º As atividades do Tráfego da TV Senado serão geridas pela Secretaria Técnica de Eletrônica, por meio da Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais (SSCODA).

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, serão consideradas atividades de Tráfego:

I – armazenamento digital (ingest) e registro dos conteúdos de mídias nas bases de dados competentes;

II – controle e movimentação de mídias;

III – guarda provisória das mídias que contenham produtos em edição da TV Senado;

IV – avaliação dos conteúdos das mídias para decisão quanto à sua eliminação nos termos estabelecidos em regulamentação;

V – preparo de mídias a serem encaminhadas ao Arquivo da TV Senado; e

VI – controle de empréstimo das mídias aos usuários internos da TV Senado.

Art 4º Serão transferidas da TV Senado para a SSCODA as atividades de tratamento documental e cópiagem do registro em áudio e vídeo das sessões plenárias e das reuniões legislativas de todas as Comissões.

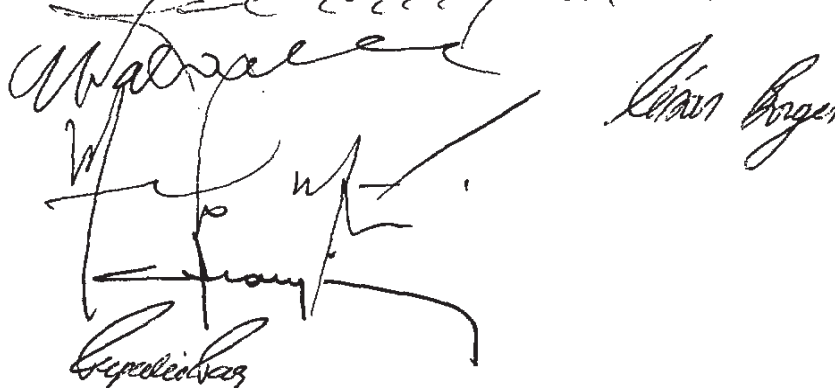
Art 5º A descrição, a pesquisa e a cópiagem dos programas jornalísticos e demais produções da TV Senado ficarão sob a responsabilidade desta até a migração total dos acervos para o sistema de armazenamento digital, nos termos do Ato do Diretor-Geral nº 4143, de 2005.

Art 6º Será concedido acesso ao sistema de gestão dos acervos audiovisuais aos veículos de comunicação social do Senado Federal para o desenvolvimento de suas atividades jornalísticas e de produção, assegurada prioridade no atendimento à pesquisa e à cópiagem do conteúdo digital.

Art 7º Caberá à TV Senado a responsabilidade operacional sobre as atividades de registro em áudio e vídeo desenvolvidas na Central de Cortes, localizada na SSCODA, bem como aquelas desenvolvidas nas cabines de operação técnica localizadas no Plenário e nas Comissões.

Art 8º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 10 de julho de 2008. (2)



ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 013, DE 2008

Disciplina o fornecimento de cópia dos registros em áudio e vídeo sob a responsabilidade da Secretaria Técnica de Eletrônica - STEL.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de sua competência regimental e regulamentar,
RESOLVE:

Art. 1º. Este Ato disciplina o fornecimento de cópia dos registros em áudio e/ou vídeo que estão sob a responsabilidade da Secretaria Técnica de Eletrônica - STEL.

Art. 2º. A STEL poderá efetuar a cópiagem de seu acervo, desde que o solicitante, obrigatoriamente:

I – faça a solicitação mediante o preenchimento em formulário próprio; e

II – forneça a mídia na quantidade necessária e compatível tecnicamente com os equipamentos utilizados pelo Senado Federal.

§ 1º. A STEL notificará a conclusão da realização de cópia ao solicitante, que se responsabilizará pela retirada da mídia no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da notificação.

§ 2º. A cópia a ser remetida para outros estados ou países será acompanhada de cheque-correio ou qualquer outra forma de porte-pago, que garanta o fornecimento da mídia.

Art. 3º. O fornecimento de cópia será executado pela STEL, respeitando a ordem de chegada da solicitação.

Parágrafo Único. Será dada prioridade de atendimento à pesquisa e à cópiagem do conteúdo digital aos veículos de comunicação social do Senado Federal, para o desenvolvimento de suas atividades jornalísticas e de produção.

Art. 4º. Cada Senador terá direito, quando o requerer, a uma cópia do registro de seus pronunciamentos em plenário e comissões.

Parágrafo Único. A cópia de que trata este artigo será entregue com o conteúdo na íntegra, sem edição.

Art. 5º. A STEL terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após o recebimento da solicitação e da mídia, para efetuar o atendimento.

Parágrafo Único. O prazo acima estipulado poderá ser mudado, a critério da STEL, quando necessário.

Art. 6º. É vedado o fornecimento de cópia de registro:

I - classificado como sigiloso, reservado ou confidencial;

II – que tenha algum tipo de restrição quanto a direito autoral;

III – para fins comerciais;

IV – de som ou imagem bruta e de programa não veiculados pelos órgãos de comunicação social do Senado Federal ou do ILB, ressalvados os casos previstos em contrato ou convênio.

Art. 7º. Após a entrega do material reproduzido, a responsabilidade por sua utilização será do solicitante.

§ 1º. As imagens cedidas deverão permanecer obrigatoriamente com o logotipo do respectivo veículo que as produziu.

§ 2º. A cópia fornecida não poderá ser copiada, veiculada ou reaproveitada, salvo com autorização expressa do Diretor do setor que gerou o produto.

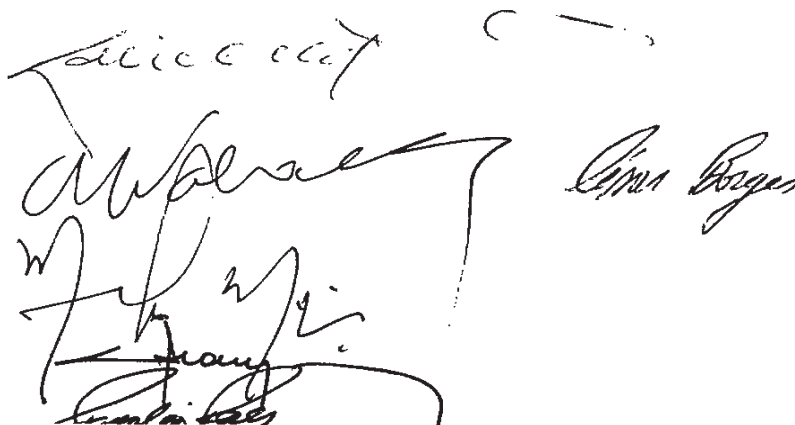
Art. 8º. É expressamente proibida a realização de cópias de mídias com conteúdo particular ou não produzido pelo Senado.

Parágrafo Único. Só poderão ser copiados conteúdos não produzidos pelo Senado Federal, quando se destinarem à utilização pela STEL, por veículos da Comunicação Social ou pelo Instituto Legislativo Brasileiro – ILB na execução de suas atividades regulamentares.

Art. 9º. Os casos omissos serão resolvidos por Conselho composto pelos Diretores da Secretaria Técnica de Eletrônica, da Secretaria de Comunicação Social, Subsecretaria de Conversão Digital dos Acervos Audiovisuais, da TV, Rádio, Jornal e Agência Senado.

Art. 10. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 10 de julho de 2008.



**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 201, de 2007,
E ADITADO PELOS REQUERIMENTOS Nºs 217 E
1.324, DE 2007, COMPOSTA DE 11 SENADORES
TITULARES E 7 SUPLENTEs, DESTINADA A
APURAR NO PRAZO DE SESSENTA DIAS, A
LIBERAÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE
RECURSOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES
NÃO GOVERNAMENTAIS – ONGs – E PARA
ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE CIVIL DE
INTERESSE PÚBLICO – OSCIPs –, BEM COMO A
UTILIZAÇÃO POR ESSAS ENTIDADES, DESSES
RECURSOS E DE OUTROS POR ELAS RECEBIDOS
DO EXTERIOR, A PARTIR DO ANO DE 1999
ATÉ 8 DE NOVEMBRO DE 2007**

ATA DA 19ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 19ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2008, às onze horas e dez minutos, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, com a presença dos Senadores **Raimundo Colombo** (DEM-SC) – Presidente, **Inácio Arruda** (PCdoB-CE) – Relator, **Wellington Salgado** – (PMDB-MG), **Alvaro Dias** – (PSDB-PR), **Sérgio Guerra** (PSDB-PE), **Fátima Cleide** (PT-RO), **Flávio Arns** (PT-PR), **Jefferson Péres** (PDT-AM) e **Romero Jucá** (PMDB-RR). Esteve presente, ainda, o Senador **Tasso Jereissati**. Na oportunidade foram apreciados os seguintes Requerimentos:

Número	Ementa	Autor	Resultado
154/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da ASSOCIAÇÃO VERDE E AMARELO (ASSOCIAÇÃO CONTATO, EX-INSTITUTO CONTATO)	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
155/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO PERÍMETRO IRRIGADO JAGUARIBE APODI (FAPIJA)	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
157/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas do INSTITUTO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE QUALIDADE (INTEDEQ)	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
159/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da FUNDAÇÃO DE APRIMORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO AMAZONAS (FADERH)	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
160/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas de OS INDEPENDENTES	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
161/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (GADE)	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
162/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da FUNDAÇÃO EMPREENDIMIENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS (FINATEC)	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
163/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas do INSTITUTO FÊNIX DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (INSTITUTO FÊNIX)	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
Número	Ementa	Autor	Resultado
167/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas do INSTITUTO DE FORMAÇÃO E ASSESSORIA SINDICAL RURAL “SEBASTIÃO ROSA DA PAZ” (IFAS).	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
169/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas do INSTITUTO DATABRASIL.	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
171/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE BRASÍLIA (FUBRA).	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO

175/08	Requer que o COAF encaminhe informações sobre movimentações consideradas atípicas da ONG Instituto Nacional de Formação e Assessoria Sindical da Agricultura Familiar Sebastião Rosa Paz, no período de 1999 a 2006	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
180/08	Requer convocação dos Srs. Luís Antônio Lima e Flávia Maria Camarero, proprietários das empresas Intercorp Consultoria Empresarial e Camarero & Camarero Consultoria Empresarial LTDA.	Sen. Lúcia Vânia	APROVADO
181/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas do Sr. Antônio Manoel Dias Henrique, Presidente da FINATEC.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
182/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da FINATEC.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO
187/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da empresa INTERCORP CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA. CNPJ: 73.752.164/0001-49	Sen. Álvaro Dias	REJEITADO
188/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas de FLÁVIA MARIA DO CARMO CAMARERO CPF: 158.411.918-70	Sen. Álvaro Dias	REJEITADO
189/08	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal da empresa CAMARERO & CAMARERO CONSULTORIA EMPRESARILTA LTDA. CNPJ: 04.665.127/0001-80	Sen. Álvaro Dias	REJEITADO
190/08	Requer a transferência dos sigilos bancário e fiscal de Pessoa Física: LUIS ANTONIO LIMA CPF: 519.431.150-87	Sen. Álvaro Dias	REJEITADO
192/08	Requer que Secretaria da Receita Federal realize auditoria Tributária, dos últimos cinco anos, na empresa IDÉIAS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA., CNPJ Nº 04.787.134/0001-55.	Sen. Álvaro Dias	APROVADO

193/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas do Senhor Timothy Mulholland, Reitor da UNB.	Sen. Alvaro Dias	APROVADO
194/08	Requer que Secretaria da Receita Federal realize auditoria Tributária, dos últimos cinco anos, na empresa MI-MANAGEMENT SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS ASSOCIADOS LTDA., CNPJ Nº 05.443.449/00001-48.	Sen. Alvaro Dias	APROVADO
195/08	Requer seja franqueado o acesso ao acervo documental da CPI da BIOPIRATARIA.	Sen. Sérgio Guerra	APROVADO
196/08	Requer seja franqueado o acesso ao acervo documental da CPMI da TERRA.	Sen. Sérgio Guerra	APROVADO
197/08	Requer seja colocado à disposição desta CPI o Delegado de Polícia Federal DANIEL ALBUQUERQUE FRANÇA DOS ANJOS.	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
198/08	Requer ao Ministério Público Federal e à Advocacia Geral da União cópia da ação civil pública por atos de improbidade administrativa contra a Fundação Renascer.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
199/08	Requer sejam convidados os auditores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para prestarem informações a esta Comissão.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
200/08	Requer seja convidado o Procurador da República Sérgio Gardenghi Suiama, para prestar esclarecimentos a esta Comissão.	Sen. Sibá Machado	APROVADO

201/08	Requer a convocação do Senhor Antonio Bruno, para prestar esclarecimentos sobre convênios celebrados no âmbito do programa Brasil Alfabetizado.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
202/08	Requer ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação o envio de todos os documentos referentes a convênios celebrados no âmbito do programa Brasil Alfabetizado, entre o Executivo Federal e a Igreja Renascer.	Sen. Sibá Machado	APROVADO
203/08	Requer ao Ministério Público do Estado de São Paulo cópia do inquérito civil que investiga o Instituto UNIEMP.	Sen. Fátima Cleide	APROVADO
204/08	Requer a convocação da Senhora Rommana Remor e do Senhor Gileno Schaden Marcelino, apontados como representantes da Fundação de Empreendimentos Tecnológicos em Santa Catarina	Sen. Fátima Cleide	APROVADO
205/08	Requer a convocação dos Representantes Legais do Instituto UNIEMP.	Sen. Fátima Cleide	APROVADO
206/08	Requer sejam convocados para uma acareação os Senhores Gladaniel Palmeira de Carvalho, Ricardo Antônio de Sousa e Antônio Manoel Dias Henriques.	Sen. Inácio Arruda	APROVADO
207/08	Requer sejam convidados representantes do Poder Executivo e de organizações não governamentais para debater, em audiência pública a relações entre o Estado e o Terceiro setor.	Sen. Inácio Arruda	APROVADO
208/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da FUNDAÇÃO VINGT ROSADO, inscrita no CNPJ sob o nº 24.529.810/0001-06, desde 1º de janeiro de 2001.	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO

	janeiro de 2000.		
210/08	Requer a convocação do Senhor Michael Vieira da Silva, para prestar esclarecimento sobre o seu envolvimento com a empresa T & Z Copiadora.	Sen. Raimundo Colombo	REJEITADO
211/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas da SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NOVO HORIZONTE, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.640/0001-09, desde 1º de janeiro de 2006.	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
212/08	Requer ao COAF a relação de movimentações financeiras atípicas do CENTRO DE AÇÕES INTEGRADAS NOVO HORIZONTE, inscrita no CNPJ sob o nº 03.341.908/0001-48, desde 1º de janeiro de 2006.	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO
213/08	Requer cópia de todos os convênios, termos de parceria ou contratos com valor total a partir de dois milhões de reais, bem como do inteiro teor das suas respectivas prestações de constas, quando houver, celebrados entre o INCRA e entidades não governamentais de natureza privada desde o dia 1º de janeiro de 1999.	Sen. Sérgio Guerra	APROVADO
214/08	Requer cópia de todos os convênios, termos de parceria ou contratos com valor total a partir de R\$ 500 mil, bem como do inteiro teor das suas respectivas prestações de constas, quando houver, celebrados entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e entidades não governamentais de natureza privada desde a sua criação.	Sen. Sérgio Guerra	APROVADO
216/08	Requer informações ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, informações sobre as investigações já conduzidas sobre a FINATEC, FUNSAÚDE e a EDITORA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	Sen. Inácio Arruda	APROVADO
221/08	Requer a convocação do Senhor José Garrofe Dória, para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento com a FINATEC e FUNSAÚDE.	Sen. Raimundo Colombo	APROVADO

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 201/2007 e aditada pelos Requerimentos nº 217/2007, e o Requerimento nº 1.324/2007 lido em 08/11/2007 e composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar no prazo de 180 dias a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para Organizações Não-Governamentais - ONGs, e para as Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

A Ata da reunião passada encontra-se sobre a Mesa. Coloco-a em votação propondo a dispensa de sua leitura. Os que a aprovam permaneçam como estão. Está aprovada.

Informo que a Comissão foi prorrogada por mais 180 dias, conforme Requerimento nº 515 de autoria do Senador Heráclito Fortes, ficando seu prazo final para 22 de novembro de 2008.

Srs. Senadores há um esforço nosso de todos os Senadores no sentido de nós construirmos um entendimento para conseguirmos votar requerimentos que estão represados há algum tempo e que precisam de deliberação desta Comissão para que a gente possa aprofundar as investigações e também trabalhar definitivamente na questão legal.

Na semana passada, nós suspendemos a reunião atendendo a um pedido do Governo no sentido de discutir e construir um entendimento que permitisse a votação de requerimentos. Nesse sentido, existem dois pontos que eu gostaria de colocar aos Srs. Senadores – Um, a convocação de pessoas para depor aqui na CPI. E o segundo, o bloco de requerimentos que pede a quebra de sigilo. A ponderação do Governo é que a quebra de sigilo nesse momento ainda não tem a justificativa que permita a aprovação dessas ações. No entanto, o Governo se propõe a concordar com um primeiro estágio, o que não impede a quebra de sigilo posterior, de aprovar o acesso ao COAF. E depois, recebida essa documentação e também investigando outros indícios, dá o próximo passo da quebra do sigilo. Então se houver entendimento, nós teríamos condições de deliberar e aquilo que pede quebra de sigilo transformar em acesso ao COAF, e depois... Isso precisa ser votado um a um, e depois a convocação da... De autoridades e também acesso a documentos que é o outro bloco de requerimentos. São exatamente estas deliberações que nós precisamos tomar como premissa.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, uma indagação apenas. Nesse entendimento se houver aprovação do encaminhamento ao COAF e na resposta se confirmar à existência de movimentação financeira anormal... Se o requerimento é considerado aprovado já automaticamente para a quebra de sigilo bancário ou se nós teremos que submeter novamente?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu não... Não discutimos isso, mas se for seguir o Regimento Interno terá que ser uma nova votação nominal. Que é outro elemento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas o acordo é de que haverá aprovação, isso que eu quero dizer... O acordo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não. O acordo é para aprovação de todos... Transferência do COAF está certo? Tendo... Identificando que há movimentação de fato atípica, se vota um requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas não há um acordo para aprovar esse requerimento? O ideal seria já um compromisso do Governo de aprovar os requerimentos como consequência da verificação de movimentação financeira atípica pelo COAF. Aí seria um entendimento mais completo, mais adequado, a meu ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Aí teria que ouvir da parte do Governo se haveria esse acordo ou não. Senador Romero, nós estamos aqui substituindo os requerimentos sobre esses requerimentos de quebra de sigilo e aprovando o acesso ao COAF, em acordo. O Senador Alvaro pergunta o seguinte – “Ah, tá bom, fazemos... Encaminhamos ao COAF e se voltar de lá positivo, se o Governo se compromete a aprovar o requerimento de quebra de sigilo ou não?”.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não... Em princípio, sim. Vamos analisar cada caso, quer dizer, não dá para antecipar a aprovação de outro requerimento, mas sem dúvida nenhuma, quer dizer, o Governo será consciente e consistente em dar consequência se houver algum tipo de necessidade a mais. Eu acho que nós deveríamos ir por etapas... O Senador Alvaro Dias, com a presteza que lhe é peculiar, já quer avançar, mas eu acho que avançaremos na medida do possível e do necessário. Portanto, o entendimento deve ser feito agora. Aguardaremos o posicionamento do COAF, e a partir daí reúne-se novamente o Relator, V. Ex^a e os interessados... E a gente discute quais os sigilos a quebrar.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas, Sr. Presidente, só se justifica o entendimento, né, se

houver o compromisso da aprovação da quebra do sigilo. Uma vez havendo movimentação financeira atípica, há justificativa definitiva, né? Para a quebra do sigilo bancário e... Aí será uma omissão da nossa parte não investigar através da quebra do sigilo bancário. É por isso que eu imaginei se o Governo pudesse já assumir prontamente o compromisso de aprovar todos os requerimentos resultantes da verificação de movimentação financeira atípica pelo COAF.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Bom... Então, eu consulto aos Srs. Senadores se há... Embora com a ponderação do Senador Alvaro Dias, vê se o Relator concorda. Nós, então, iríamos substituir o requerimento que pede a quebra do sigilo pelo acesso ao COAF, e depois que recebidas às informações.. Aí caberá a cada Senador se reapresenta ou não, e daí terá uma nova deliberação.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Agora, Presidente, nós fizemos uma Audiência aqui com o Presidente da FINATEC... Que eu fiz questão de colaborar, né. E nessa Audiência, eu lembro muito bem que... O que nós discutimos foi o seguinte – A investigação do assunto na base de acusações por um lado e para outro, de informação de imprensa era amplamente insuficientes. Que o próprio não tinha elementos para responsabilizar o Presidente da FINATEC e que, por sinal, fez um depoimento razoável aqui. E disse que a gente só poderia trabalhar nisso se conhecesse os contratos e as prestações de contas. E o Presidente da FINATEC disse que não tinha problema nenhum em disponibilizar contratos e prestações de contas. No entanto, aqui... Estou vendo que um requerimento que... Tudo, enfim, que um requerimento apresentado com esse objetivo...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – É o nº 48 e nº 49.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Estava perguntando para o Heráclito aqui, mas, na verdade, era de minha iniciativa. Que é o... Deixa-me ver o número dele? O 26... nº 191/08. Não, não há por que evitar a aprovação desse requerimento... Não tem acordo nem falta de acordo com isso, tem bom senso, né?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) –Sr. Presidente, eu acho o seguinte... Nós temos uma pauta acordada que foi feito um entendimento. Acho que poderíamos votar primeiro a pauta acordada e o Relator poderia ler quais são os requerimentos acordados... A gente votar a pauta acordada, e a partir daí, eventualmente, se tivesse outro caso nós discutiríamos individualmente outro caso. Eu acho que o ideal era... Parece-me que há um acordo, há uma pauta, alguns

itens que foram acordados e nós poderíamos votar. Se o Regimento permitir... Até em bloco com parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Tem que ser individual. Senador Sérgio Guerra, o senhor concorda com essa colocação?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Ah... Questão de encaminhamento, tudo bem... Não há problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Tá, OK. Depois a gente passa a votar um por um. Senador Inácio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores vamos iniciar aqui do Requerimento nº 152. Então, o Requerimento 152 e 153 de autoria do Senador Colombo foi acordada a retirada. Requerimentos 154, 155, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164 seria transferência de sigilo bancário e passamos para COAF. O Requerimento 166 de autoria também do Senador Colombo é uma instituição do Piauí, o Senador Heráclito, em viagem, pediu que sobrestasse esse requerimento. O... O 166.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O que o Senador Heráclito disse, ele disse o seguinte... Se nós fôssemos deliberar e fôssemos rejeitar que aguardasse e se fosse aprovado, ele poderia deixar. Aí... Eu...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O nº 164 foi acordada a retirada com o Senador Colombo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Em relação ao Senador Heráclito, não é que nós... Não é o nº 156, nº 166?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O Requerimento nº 166 o Senador Heráclito pediu para sobrestar. Aliás, ele pediu para sobrestar 3 requerimentos que dizem respeito às instituições do Piauí. Para sobrestar, ele não quer para retirar... Só para deixar na... Provavelmente tem alguma questão mais...

Requerimento 167 seria a COAF. 169 COAF. Está no acordo. 171 COAF. 171. 172...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Nº 172 e nº 174...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nós estamos solicitando a retirada do 172. E do 174 também retirada. Nº 175 COAF.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O nº 180 é convocação, né?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Senadora Lúcia Vânia. O 180 tinha sido

pedido a retirada, mas na discussão de acordo tinha sido pedido a retirada, tinha sido acertada a retirada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Mas esse não há concordância.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não, não retira... Daí teria que ser votado.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas... mas, pois, daqui a pouco discute de novo e vota, né? Não está retirado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Todos os requerimentos que os autores estão aqui e foi acordado a retirada, se os autores concordam, então já retiram imediatamente. No caso aqui a Senadora Lúcia Vânia não está presente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas há alguma razão para não se fazer acordo sobre convocação do Sr. Luiz Antônio Lima? Tem alguma razão?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não, eu acho que deveria ser convocado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É uma convocação inevitável.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Se nós convocamos o Presidente da FINATEC, por que é que não vai convocar o cara que trabalha para ele, a empresa que trabalha para ele?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Sr. Luiz Antônio Lima é o principal acusado, né, pela imprensa nacional, inclusive. Se não houver a convocação dele... Eu acho que é uma convocação imprescindível.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Independentemente do fato dele ser acusado publicamente ou não, ficou claro no depoimento do Presidente da FINATEC o papel e a relevância da instituição que ele dirige no conjunto que está sendo visto. Não dá para excluir isso sem razão nenhuma.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu acho que até pelo direito de defesa o comparecimento dele.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, o Senador Sibá Machado não está mais na CPI, mas... Eu queria lembrar que nós fizemos um acordo que foi... Sim, sim... E foi construído um acordo no qual o pressuposto era que as convocações aqui teriam que ter a ver com o objeto da CPI, né? Neste caso, trata-se de uma... Um convênio com Prefeituras. Por isso houve o acordo, pelo que eu estou conhecendo, feito entre o Senador Sibá Machado e a Senadora Lúcia Vânia o entendimento de que seria

retirado este requerimento. E nós estamos aqui para defender o acordo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas há requerimento no mesmo sentido de minha autoria também e que eu não pretendo retirar. Há requerimento de minha autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Só para colocar... No dia que nós conversamos o Senador Sibá Machado colocou que o Governo tinha resistência nessa convocação e ele gostaria de discutir.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Eu acho que se tem o do Senador Alvaro Dias no mesmo teor e da Lúcia Vânia no mesmo teor, quer dizer, não há acordo do Senador Alvaro Dias... Então, não tem o porquê de não ter acordo da Lúcia Vânia. Se tirar um, tira o outro que seria consequência natural, tá certo? Então... Vai-se ser mantido, a gente discute na hora.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O de sigilo já vai para COAF. Então exclui aqui o 180 fora do acordo. Quer dizer, foi acordado, mas há desacordo no acordo. O 181 vira COAF, 182 COAF, 187 transferência de sigilos... INTERCOP e tal... Se propôs a retirada desse requerimento, mas depende evidentemente do acordo com o Senador Alvaro Dias. O 187 é a INTERCOP. Nº 188 é... Pronto. Então, COAF e COAF também é o seguinte 188. Nº 189 também COAF.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, Senadora Fátima

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, o nº 187 não tem acordo conosco, tá? Nem que vá para o COAF.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nº 188 é o mesmo teor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Certo. Nº 188, nº 189... É COAF?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Que é o seguinte... 187, 188, 189 e 190, que já foi anunciado pelo Senador Alvaro, são todos na mesma... Era transferência de sigilo, todos passariam para a COAF na proposta do Senador. Porque se propôs a retirada desses requerimentos. O Senador Sibá propôs um acordo para retirar esses requerimentos até o 191. Então, aqui, digamos assim, não há acordo do 187 ao 191.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não, não. Envolve Prefeituras.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Porque ele propôs retirada...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas eu imaginei que o acordo... Então, não houve acordo absolutamente nada. O que houve foi uma manifestação de voto favorável da Base Aliada relativamente a alguns requerimentos e voto contrário em relação a outros.

Nós da Oposição não podemos admitir como acordo retirar requerimentos essenciais para a investigação da CPI. Eu vejo que todas aquelas pessoas mais ou menos vinculadas à estrutura do atual Governo estão sendo excluídas da investigação. INTERCORP, por exemplo, não há como excluir. Isso nós não podemos admitir esse tipo de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu queria fazer um apelo ao Sr. Senador da seguinte situação... O que nós entendemos foi uma questão de critério. O que há quebra de sigilo, suspende a quebra de sigilo, sobrestar todos os requerimentos e transformam eles em COAF - o que não impede a investigação.

Agora, se nós voltarmos à estaca zero, dizer assim... “Não, no COAF, esse pode e aquele não pode”, aí não tem mais nenhum sentido, aí realmente nós voltamos à situação zero, ou seja, não há possibilidade de acordo. Porque o acordo não pode ser escolhido “esse eu quero, esse eu não quero”. O acordo significa o seguinte – “Elimina-se a hipótese da quebra de sigilo - o que nunca aconteceu na CPI - mas não me cabe fazer nenhum julgamento, então, não vai se quebrar o sigilo bancário de ninguém. No entanto, vai-se fazer uma etapa, um avanço. Então, vamos ao COAF. Agora, no COAF, no meu entendimento, não pode ser excluído esse ou aquele”.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Para mim é uma absoluta e completa falta de correção dessa Comissão. Não tem argumento, por mais frondosa que seja a argumentação do Relator. Esse negócio de não quebrar sigilos antes do cara vir aqui... Isso não convence a ninguém.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Eu só argumento com V. Ex^a na hora que eu tenho argumentos para sustentar

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Não tem nada a ver. Como vai ter CPI se não quebra sigilo de ninguém? A gente não quer, rapaz, não quero CPI, pronto e vai embora, e nós também. Vocês têm maioria...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu passo ao Senador Alvaro e em seguida à Senadora Fátima Cleide.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu acho que foi uma tremenda demonstração de boa vontade de a Oposição aceitar transformar requerimentos de quebra de sigilo bancário em encaminhamento ao COAF. Eu creio que uma manifestação de boa vontade indiscutível, mas não há nenhuma manifestação de boa vontade da Base Aliada do Governo. Que não quer saber de investigação em relação às Organizações Não-Governamentais ou Instituições que têm alguma aproximação com o Poder Executivo Federal. Eu acho que isso não é investigação, isso não é CPI. Isso... Nós estaríamos aqui assinando um atestado de incompetência absoluta se nós admitíssemos esse tipo de entendimento. Então, eu quero sustentar a posição de V. Ex^a, Sr. Presidente, de que desta forma se inviabiliza qualquer acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu gostaria de ouvir a Senadora Fátima Cleide e, em seguida, eu vou colocar. Porque, realmente, eu fiz este trabalho de conversar de um por um com os Senadores depois daquela conversa que houve. Não sei se a senhora permite que eu coloque antes ou a senhora...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, eu só quero sustentar a posição do acordo firmado com o Senador Sibá Machado que foi em cima de... Nós temos acordo naquilo... Nós queremos investigar, nós estamos aqui para isso, não estamos aqui para perder tempo, né? Tanto quanto a Oposição.

Agora, o acordo tem o pressuposto e torno a repetir... O pressuposto qual é? Vamos investigar aquilo que é objeto da CPI. Pelo que me consta, as Prefeituras, e aqui nós estamos levantando, Senador Alvaro Dias, Senador Sérgio Guerra, contraposição àqueles requerimentos que dizem respeito a convênios com Prefeituras. Isto não há acordo, isso não há acordo. Isso não significa dizer que a boa parte... Olha, são vários requerimentos aqui que estão... Que nós aceitamos que fossem transferidos para a COAF, entendeu?

Então, eu não vou aqui aceitar a pecha de que nós não estamos aqui para investigar, muito pelo contrário, ou atrapalhando a investigação. Nós temos acordo em vários requerimentos, em outros não. Vamos ter que decidir no voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Mas aí fica, realmente, de fato, prejudicado, porque o COAF é um acesso que a gente sabe que vai ter pouco resultado. Porque o COAF só registra operações de saque ou depósito acima de cem mil Reais, em dinheiro. Não.... 10 mil é... Acima

de 100 mil é obrigatório e os Bancos têm que mandar essa relação para o COAF. Acima de dez mil, se constatada uma irregularidade, tipo uma operação em cadeia ou uma empresa, uma pessoa física que faz seguidamente, todo dia, aí se identifica e se manda como suspeito, mas não é obrigatório. Então, dificilmente nós vamos encontrar.

Agora, como forma de avanço da CPI, eu fui a cada um dos Senadores pedir – “Olha, vamos colaborar, vamos buscar o entendimento, vamos construir esse entendimento, porque senão a CPI não vai avançar”. Então, o COAF, no meu entendimento, é uma situação que não compromete.

A questão das Prefeituras, [soa a campainha] elas trazem a seguinte realidade – Existe, de fato, alguns convênios da Prefeitura com a FINATEC exclusivamente. E existem outros que envolvem recursos internacionais, tipo Banco Mundial, que estão sujeitos sim à investigação da CPI.

Então, me parece absolutamente indispensável que a gente vote todos. Que tenha acesso ao COAF e a todos aqui ou qualquer outro que venha a vir. Que se defina um critério. Se nós não conseguirmos isso, eu acho que o acordo dificilmente vai prosperar. Então, fica a critério dos Srs. Senadores.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) –Sr. Presidente, gostaria de ponderar o seguinte – Não há entendimento... Nós poderíamos ir votando requerimento a requerimento, o que for possível sim, o que não for possível não. Essa discussão não vai levar ao entendimento. As posições são díspares, portanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Para votar, sim. Vamos... Os senhores concordam que seja feito dessa forma? Senador Alvaro, podemos fazer a votação então?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É... Agora, Sr. Presidente, para deixar bem claro... O Senador Romero Jucá, pelo menos, está sendo sincero, pois ele falou – “É melhor votar do que discutir, porque essa discussão é difícil para nós”. Ele está sendo sincero. Agora, dizer que estamos investigando Prefeitura, não. Estamos investigando a FINATEC.

A FINATEC é uma Organização que está sendo investigada pela CPI. Então, não há nenhuma razão para esse tipo de argumento. Agora, colocar em votação aqui nós sabemos o que vai ocorrer, né? Não tenho... Nós, na votação, nós vamos sepultando a CPI, né? Claro que nós não temos como... Nós seremos sempre minoria aqui, evidente, a não ser em momentos de descuido. Agora, não podemos esperar o momento de descuido sempre, né? Eu não vou obstruir votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadores, eu gostaria fazer

um apelo. Se a CPI não conseguir acesso nem ao COAF, aí realmente, nós estamos desmoralizando a Instituição.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma ponderação... Na verdade, [soa a campainha] é a primeira reunião da qual eu participo aqui na CPI. Inclusive, eu estou substituindo o Senador Sibá Machado que foi, vamos dizer, o construtor da busca de entendimentos.

Eu só quero dizer que na verdade, o meu ponto de vista, é sempre que quem trabalha na atividade pública ou na atividade do terceiro setor tem que estar com as contas permanentemente abertas, né? Transparentes informações a serem prestadas... Então, a impossibilidade de se fazer isto, vamos dizer, é uma coisa que macula seja o setor público ou seja o setor privado. Agora, ao mesmo tempo, eu acho o seguinte – Nós poderíamos nos atentar ao objetivo da CPI.

A CPI é a CPI das ONGs. ONGs são Organizações do terceiro setor. Se nós estamos pedindo a quebra de sigilo de Prefeitura, vamos supor, alguma coisa que não esteja acordada, quer dizer, eu precisaria só me inteirar para ver por que... Que... Se isso está de acordo com o objetivo da CPI ou não.

Se nós olharmos em termos de FINATEC, por exemplo, e nós já fizemos esse debate da Ciência e Tecnologia... Na Comissão. FINATEC não é ONG também. FINATEC é uma Fundação de apoio a uma universidade pública. Claro, precisa ter suas contas abertas, transparentes, ser investigada. Não estamos falando disso, quer dizer, tem que ser tudo... Se há denúncias, tem que ser investigadas. Mas, na verdade, não é uma ONG. Porque tem uma lei específica que trata das Fundações de apoio às Universidades, às Instituições Públicas. Em termos de ONG é justamente aquilo que a sociedade, a própria sociedade se reúne voluntariamente para fins lícitos previstos na lei.

Então, eu particularmente, sem ter maiores subsídios, eu me sentiria assim intranquilo de votar alguma coisa que dissesse que não poderíamos nem mandar para o COAF. Eu acho que para o COAF, na verdade, deveria ir.

Então, eu faria um apelo a V.Ex^a que, pelo menos, nesta Sessão votássemos aquilo que tem acordo para continuar discutindo aquela situação onde não existe acordo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Presidente, com licença, só um esclarecimento. Eu queria esclarecer ao Senador Flávio Arns que eu sei que é um homem de bem que não viria aqui para se prestar um papel de simplesmente impedir a votação daquilo que, eventualmente, tem interesses que seja

escondido. Sei que o Senador Flávio Arns não faria esse papel. Que a FINATEC é uma ONG, sim.

Todas as Organizações Não-Governamentais, de direito jurídico privado, com fins lucrativos são Organizações Não-Governamentais, aliás, sem fins lucrativos são ONGs, sim, senhor. A FINATEC é uma ONG, Fundações são ONGs, Institutos são ONGs... Não são simplesmente... Eu lamento que eu tenho a certeza que o Senador Flávio Arns, que é um homem de bem, e sabe dos envolvimento que estão aí envolvendo a FINATEC que está agindo como ONG e não apenas como apoio à Universidade, já que isso foi relatado e delatado em toda a imprensa nacional. Que não procuraria simplesmente argumentações para ter motivo ou ter desculpa para não votar a abertura de uma Instituição Não-Governamental que é um dos focos principais dessa CPI. Seria simplesmente uma argumentação para esconder aquilo que está claro. Sei que V.Ex^a não se prestaria a esse papel.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Ok. Então, vamos ao voto então.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos até o final daqueles que daí já fica mais fácil que...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Eu proponho que se mantenha o acordo de Sibá. Salvo esses daqui. A gente está retirando e vamos discutindo...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Então, como nós vamos ter que votar uma a uma... Vamos chamando e vamos votando. O Relator apresenta o parecer favorável ou contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Ok. Vamos lá, Senador Inácio.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O nº 154 a proposta de acordo foi que se transferisse... Se colocasse para o COAF. Esse que é o acordo. Nº 154. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, eu colho votos... O Requerimento nº 154 eu peço ao Senador Sérgio Guerra, como vota V.Ex^a?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Acesso ao COAF? Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – É acordo. Lúcia Vânia não está. Senador Alvaro Dias? Favorável. Senadora Fátima Cleide? Favorável. Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns? Sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado? Então, nós temos 7 votos. Fica aprovado o requerimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – nº 155, Sr. Presidente, da Federação e Associação de Perímetro Irrigado de Jaguariu, podiam... Requerimento de V.Ex^a também é COAF. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra, como vota V.Ex^a?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns? Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Presidente, aprovado? O nº 157 também COAF. Também de autoria do Senador Raimundo Colombo, Instituto de Desenvolvimento Tecnologia de Qualidade. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra, como vota V.Ex^a? Senador Alvaro Dias?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns? Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Aprovado o requerimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 159 também COAF, da Fundação de Aprimoramento e Desenvolvimento de Recursos Humanos do Amazonas. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado o requerimento. 7 votos a favor.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 160, COAF, da Entidade “Os Independentes” é uma ONG. Senador Raimundo Colombo é o autor. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns? Senador Wellington Salgado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Obrigado, Senador. Senador Romero Jucá? Sim. Aprovado o requerimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 161, COAF, da Entidade “Gestão Ambiental e Desenvolvimento Empresarial” também de autoria do Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sim. 3,5,7 votos, sim. Fica aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 162, COAF, da Fundação Empreendimentos Científicos e Tecnológicos que é a FINATEC. Aatoria do Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Aprovado com 7 votos a favor.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 163, COAF, do Instituto Phoenix - Pesquisa Desenvolvimento Sustentável. Aatoria do Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – 7 votos a favor. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 164 retirado pelo autor Senador Raimundo Colombo.

Requerimento nº 166 sobrestado que é autoria de V.Ex^a, mas a pedido do Senador Heráclito Fortes.

Requerimento nº 167 transferência do COAF do Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural Sebastião Rosa Paes. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – 7 votos a favor. Fica aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 169, COAF, do Instituto Data Brasil, também de autoria de V.Exª e parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado com 7 votos a favor.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 171, autoria de V.Exª, Fundação Universidade de Brasília, COAF. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado com 7 votos a favor.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 172, na proposta de acordo foi pedida a retirada desse requerimento. O nº 174 também.

O nº 175 COAF da ONG Instituto Nacional de Formação em Assessoria Sindical de Agricultura Familiar Sebastião Rosa Paes. de Senador Alvaro Dias. Parecer favorável.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Qual é o requerimento?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É o nº 175.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – E os outros... o nº 171, nº 172 ?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Foi retirado. É o mesmo teor.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu pediria que o nº 172 nós colocássemos para votar... Que nós queremos rejeitar o nº 172.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu retirei os dois dentro do acordo. Retirei no acordo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Vai ser...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É o mesmo teor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – É porque o meu era quebra de sigilo e o seu era COAF. Então, na verdade, fica aprovado o seu. Os dois...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Os dois. Não tem problema. Sr. Presidente, eu peço que coloque em votação o nº 175.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Nº 175 então. Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns? Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado o nº 175.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o nº 180. Requer convocação do Sr. Luiz Antônio Lima e Flávia Maria Camareiro, proprietários das empresas – INTERCOP – Consultoria Empresarial e Camareiro, Camareiro Consultoria Empresarial Ltda. Senadora Lúcia Vânia é a autora. Ela não está presente. A proposta era de retirada desse requerimento no acordo, mas a Senadora não... Não está aqui, não é possível confirmar o acordo.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ela foi consultada sobre a retirada?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu não falei com ela.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Se ela não foi consultada, então não há como tirar, né? Por que é que vocês não querem ouvir o Sr. Luiz Lima?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, vamos continuar a votação?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas por que não tem a discussão?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Vamos votar. Nós encaminhamos contra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Senadora Fátima Cleide, nada contra discutir, né?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para lembrar do que se trata... A revista *Época* publicou uma matéria em que, com fatos de muita evidência e concretude, revela ganhos extraordinários do Sr. Flávio Lima em razão... Luiz Antônio Lima e da Sr^a Camareiro, em razão de uma proximidade com o Poder Central, inclusive sendo responsável pelo portal do Governo de transição. E a partir daquele portal, passou a ter influencia no remanejamento dos recursos públicos e na transferência desses recursos principalmente através da FINATEC para Prefeituras Municipais e outras Organizações Não-Governamentais. Não ouvir esse cidadão é dizer – “Esta CPI não existe, esta CPI está instalada para uma encenação”. Nós estamos aqui para fazer “de conta”. Na verdade, se este fato não justificar a convocação, até pelo que significou... O que se disse já a respeito do Sr. Luiz Antônio Lima não só a imprensa, eu próprio da Tribuna do Senado Federal, nós apresentamos denúncias seriíssimas e temos o dever até de oferecer a ele a ampla oportunidade de exercer seu direito de defesa. Convocá-lo para esta CPI é oferecer a ele a oportunidade de se defender diante de acusações tão graves que contra ele foram assacadas. Eu próprio, como quem denunciou da Tribuna do Senado... Como quem acusou da Tribuna do Senado, gostaria de oferecer a ele a oportunidade de responder a todas essas questões. Por isso, que eu não entendo a razão da rejeição a esse requerimento, Sr. Presidente.

Eu confesso que, talvez, eu tenha desaprendido muito nesses anos de Parlamento ou a minha inteligência está comprometida, porque eu tenho dificuldade de entender por que a bancada do Governo não aceita ouvir esse cidadão aqui na CPI. Até, preliminarmente, como diz sempre o Relator, temos que ouvir primeiro para depois deliberar sobre quebra de sigilo, mas nem mesmo ouvir essa CPI quer. Não quer nem mesmo oferecer a oportunidade ao cidadão de se defender aqui. Portanto, eu sinceramente não consigo entender. Eu acho que está faltando alguma coisa para que eu possa entender essa posição. Sinceramente, eu não entendo, Sr. Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Para encaminhamento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, embora eu não tenha aqui o tempo parlamentar que tem o Senador Alvaro Dias, não tenho nenhuma intenção de ensinar nada a ninguém, mas eu queria resgatar mais uma vez o pressuposto do objeto da CPI.

Esta CPI foi instalada para investigar o uso de recursos federais. O convênio da INTERCOP com a FINATEC, INTERCOP são com as Prefeituras Municipais e trata-se de recurso municipal. É isto o que nos leva, Sr. Presidente, a encaminhar à rejeição deste requerimento, porque trata-se de convênios firmados entre a Prefeitura e a Fundação, porém com recursos municipais... Não é recurso federal o objeto da investigação aqui agora. Por isso, nós encaminhamos à rejeição, encaminhamos o voto contrário à aprovação deste requerimento.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, eu quero ponderar o seguinte... Nós já trouxemos aqui o Presidente do FINATEC. Hoje ainda aqui, pelo que sou informado, não deveria ser objeto dessa CPI.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Da FINATEC com a relação Universidade Federal de Brasília e era recurso federal, por isso nós deixamos aprovar e nós aprovamos, inclusive.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Mas o exame dos contratos da FINATEC com Governos, Prefeituras e com a sociedade de maneira geral a senhora não concorda.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Se for recurso federal, é objeto desta CPI. Se for recurso municipal, não é. Aí é lá no âmbito da Prefeitura, o senhor não concorda? É no Município.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra, eu só queria colaborar, o BID tinha inclusive uma sala dentro da FINATEC e tem muitos recursos que são recursos internacionais com participação do Governo Federal. Eu não posso precisar se todos os Municípios, mas alguns são.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – O fato é o seguinte. Falando aqui para todos compreenderem... A FINATEC foi acusada -não fomos nós que inventamos isso - assim como outras Instituições desse tipo no Brasil inteiro. A CPI que está funcionando e que... Pela qual o Senado e o Congresso têm responsabilidade é essa. Essa acusação foi incorporada à ação dessa CPI.

O Presidente da FINATEC teve aqui e fez um depoimento que, em minha opinião, não foi um mau

depoimento. Eu tinha já algumas palavras de amigos meus que o conheciam, afirmavam que se tratava de uma pessoa respeitável, gente que merece minha confiança. Mas ele veio aqui e fez o depoimento, e não havia consistência nenhuma no depoimento, do ponto de vista da discussão... Se nós não tivéssemos acesso aos contratos e as prestações de contas dos vários serviços que essa tal FINATEC produziu. O Presidente da FINATEC concordou plenamente, e eu disse até que esses elementos fossem conhecidos, não caberiam prejulgamentos em relação à conduta da Instituição. Parte relevante não... Mais do que relevante desse episódio da FINATEC diz respeito a essas Instituições que estão aqui, que, na verdade, realizavam parcela mais importante do trabalho dela em relação ao objeto dessa investigação.

Aí, nós sentamos aqui hoje, depois de convocarmos o Presidente da FINATEC por mais de uma hora aqui, numa discussão intensa, e vamos decidir o seguinte – Que o Presidente da FINATEC pode vir, pode discutir e explicar muita coisa ou deixar de explicar outras, porque não tinha elementos numéricos para isso. Mas o Sr. Luiz Antônio de Lima e a D^a Flávia Maria Camareiro, proprietários de empresas que estão no núcleo, no coração da FINATEC, esses não podem vir. Então é a mesma coisa que, de uma maneira muito clara, dizer – “a gente não vai fazer investigação nenhuma”. Porque a investigação que nós estamos fazendo é limitada por essa ou por aquela razão, como tal ela não pode fazer e desenvolver o seu trabalho.

Eu penso que essa questão não... Esse encaminhamento não deveria valer aqui. Eu não estou muito preocupado com a gente... Eu tenho uma posição clara sobre isso. Eu acho que nós temos ingressado em pleitos de CPIs nas quais não temos substantiva orientação, ou seja, não sabemos de causa, processo, método para fazer a investigação. E ficamos aí ao sabor das informações dos jornais - o que é comprometedor para a nossa capacidade investigativa. Mas, simplesmente, dizer que não vai vir aqui... O cara que era o Presidente teve aqui com todos nós, da Instituição que contratava outra. Mas a outra Instituição não pode vir aqui que contratada por essa fez serviços para todos os clientes... Não faz o menor sentido. A maioria, aritmeticamente, pode até aprovar isso.

Eu penso que não é do meu tempo. O meu tempo aqui era outro. No meu tempo se quebrava sigilo antes do entrevistado ou daquele que era objeto de prestar esclarecimento chegasse aí pelas simples razão de que a quebra de sigilo sempre foi o elemento central para a investigação dos que chegavam para prestar depoimento. Agora, não é mais assim, porque na compreensão do Relator tem que ir depois. Se o cara vem

aqui, então, se levanta a suspeita que não é explicada. Então, quebra o sigilo dele. Ora, nós trabalhamos com dados secundários e terciários normalmente de má qualidade. O sigilo é sempre uma maneira de entrar no mérito da questão, sempre foi e está deixando de ser agora nessa nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

E, agora, não vamos mais chamar a empresa que está num núcleo que chamou atenção do Brasil inteiro que não está esclarecida. A nossa obrigação, como parlamentares, é de esclarecer as coisas. Se é nossa... É mais ainda do Governo e daqueles que representam o Governo, pressupondo que todos nós desejamos do Governo e uma atuação democrática para o conjunto.

Sempre se reclama da Oposição a conduta democrática, muitas vezes com razão. Temos que aprender a perder, aprender a aceitar a maioria... Mas o que a gente não pode aceitar, não deve aceitar é que o nosso compromisso parlamentar seja quebrado. E isso é uma quebra de compromisso parlamentar... Não vamos investigar com esse ou aquele argumento, na verdade para proteger uma situação que ninguém quer ser esclarecida. Se essa for a decisão, a síntese é essa - não se quer esclarecer esse episódio da FINATEC. Tudo bem. Que essa CPI e aqueles que defendem a posição de não vir ninguém, de não quebrar sigilo de ninguém que chegue aqui e diga - "Nós não queremos investigar coisa nenhuma, nós somos a maioria e vocês vão para casa". E a gente tem que ir para casa com a devida humildade de quem não teve mais votos do que teve aqueles que formam a maioria. Agora, não dá para insistir nisso, não tem argumento, não tem lógica, tem coisa nenhuma. O que tem rigorosamente é uma tentativa que nós não devíamos perpetuar aqui para não ficarmos submetidos à pressões emocionais, inconsistentes. O que acontece? De repente é surpreendido por uma denúncia e muitas delas fraudadas, falsas, como tem acontecido todo dia nessa chamada "CPI dos Cartões Corporativos". Ora, não sei quem saiu e foi não sei para onde gastar dinheiro com a mulher dele. Olha, não sei quem é amigo da Ministra e fez isso e aquilo, nada disso.

Vamos aos fatos com a maior tranquilidade. Que as responsabilidades sejam apuradas. Por que não apurar a FINATEC? Por que não ir ao extremo dessa apuração? Para dizer - "Olha, o Senado se reuniu e limpou a FINATEC. Ela não tem problema. Ela trabalhou direito". Ou - "O Senado se reuniu e, rigorosamente, essa Instituição não trabalhou corretamente, usou recursos públicos de maneira equivocada, não é uma Instituição que está ajudando as Instituições e a democracia no Brasil".

Agora, a gente tem uma atitude assim aritmética, não era assim antes. No tempo que... No primeiro capítulo do Governo do Presidente Lula não era assim. Havia uma discussão de mérito. Eu me lembro muito bem de algo... Que todos nós brincávamos um pouco que era a discussão sistemática entre o Senador Aloizio e o Senador Arthur Virgílio a tal, como gosta de dizer o Senador Aloizio, "discussão qualificada". Todos nós achávamos aqui, de alguma maneira, divertido, mas era bom para o Congresso. Alguém dizia uma coisa, outro dizia outra, mas a discussão se dava. Mas isso... "Olha, vocês são 8, vocês são 6, então a gente vai ganhar e ponto final". Não dá. Com razão ou sem razão, não importa. Não pode ser assim.

Eu faço um apelo para que a gente leve essa Comissão ao final. Sem exagero... Eu não acho que o objeto dessa Comissão é um ataque frontal ao Governo. Eu tenho pleitos aqui que são relativos a certos desvios de conduta que muitas vezes eu sei, o Governo é vítima deles. Agora, a gente ficar numa política de cortar tudo com a tesoura da maioria, não é uma boa política.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLombo (DEM - SC) - Eu queria.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB - CE) - Sr. Presidente, é uma questão de informação mesmo nossa... Que às vezes mesmo também a CPI tem que abarcar tudo.

Nós fizemos uma limitação que está posto no requerimento do Senador Heráclito. Nós vamos investigar os recursos federais. O que ocorre? É que essa a da Senadora Lúcia Vânia, com toda disposição e boa vontade, ela dirigiu o requerimento dela para investigar a atuação da Camareira e da INTERCOP com as Prefeituras e citou nominalmente as Prefeituras e o Governo do Estado. Então, ela... Como dizer, quase que deu uma carimbada no requerimento dela. Com justeza, ela está fazendo correto. Ela quer fazer uma investigação, propôs que se investigasse a relação da INTERCOP e da Camareiro com as Prefeituras e faz uma convocação nesse sentido. Está aqui o requerimento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB - CE) - Mas não há contrato da INTERCOP/Camareiro com as Prefeituras. É com FINATEC.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB - CE) - Exatamente. Mas o que ocorre? É que ao fazer o requerimento ela sustentou e baseou a fundamentação do requerimento dela no contrato da Consultoria Empresarial Camareiro, Camareiro Consultoria Empresarial Ltda. da FINATEC com as Prefeituras de São Paulo, Fortaleza, Recife, Vitória e Nova Iguaçu.

O que eu acho que seria correto? Não estou querendo saber disso, se a INTERCOP tem contrato com A, B, C e D... Eu estou investigando a FINATEC. E a FINATEC tem contrato com essa empresa que é de Luiz Lima e que é dessa outra senhora. Então, vamos chamar essa senhora e o Sr. Luiz Lima para tratar seus contratos com a FINATEC. Não quero saber se é com Prefeitura, A, B, C ou D mesmo porque a FINATEC tem contrato com Prefeituras de todas as agremiações, que foi dito pelo representante da própria FINATEC.

Então, eu sugiro que o requerimento, na verdade, tem que ser alterado. Não é para tratar da questão da FINATEC com as Prefeituras via INTERCOP.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Claro, é outra coisa. Porque se muda, se altera, é... Não tem sentido. Senão o meu parecer é contrário, porque a sustentação do requerimento tem como base a convocação de um terceiro para tratar dos contratos com as Prefeituras.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Não há nenhum problema em alterar a justificativa do requerimento. O que importa é termos a Audiência Pública para ouvi-los. E, obviamente, as perguntas aí ficam a critério de cada um que pergunta. Esse é um detalhe só que não tem muita relevância.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Perfeito. Então, vamos colocar a seguinte situação... A justificativa, o Senador Inácio Arruda tem toda razão, vamos eliminar a justificativa e vamos aprovar o requerimento da convocação dos dois e se, por acaso, eles disserem que o recurso do Município, essa não é a questão da CPI, eu acho que comprometemos a firmar essa posição. E aí colocaríamos em votação o requerimento de convocação do Sr. Antônio Lima e Flávia Maria Camareiro para o voto. Ok?

Então, vamos ao voto. Eu peço voto para o Senador Sérgio Guerra. Senador Alvaro Dias? Sim. Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar. Mudou o teor do requerimento?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim. Eu propus que o requerimento não tenha nenhuma relação com Prefeitura, nem com Governo de Estado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Voto sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Jefferson Peres?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, nós temos 1, 2, 3, 4, 5 votos “sim” e 3 votos “não”. Eu não voto. Então, fica aprovado o requerimento com esta colocação do Sr. Relator de que a justificativa ela fica eliminada, porque não se vota a justificativa. Agora o Requerimento nº 181.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento 181 foi proposto também que fosse... Que, na verdade, não tem acordo no 181, no 182... É COAF. Nº 181... Do Sr. Manoel Dias Henrique, Presidente da FINATEC. Acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Sérgio Guerra? Há acordo. É para transferir ao COAF. Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Jefferson Peres não está. Então, fica aprovado o Requerimento nº 181 transformando em COAF aquilo que se pedia como quebra de sigilo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 182 também da COAF, FINATEC. Senador Alvaro Dias, parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Há acordo. Peço voto ao Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sim. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nº 187 foi proposta que se retira-se esse requerimento. Então, nosso parecer era a favor da retirada do requerimento é para o Senador Alvaro Dias. O nº 188 também é a favor da retirada.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu quero fazer um registro só em Ata...

Que fica a impressão, quando nós aprovamos um requerimento e não aprovamos outro absolutamente igual, é que alguém foi ao COAF para verificar o que consta de movimentação atípica, não se aprova e o que não consta, se aprova... Mas fica. Eu tenho o direito, eu tenho o direito de fazer essa indução, né? É uma... Não é sigilosa, mas você obtém no COAF. Isso em CPIs a gente tem esse acesso facilitado, porque há uma colaboração nesse sentido. Eu quero registrar isso em Ata. Fica essa impressão. Este pode, porque o COAF já nos orientou que não há nenhuma movimentação atípica; agora, esse aqui não pode, porque tem movimentação atípica. Eu fico com essa impressão, e faço questão de registrar em Ata isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Esse é o Requerimento nº 190, Sr. Relator?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não, nº 187.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não, é nº 182.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não, nº 187.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Desculpa, nº 187. Vamos ao voto, então, do requerimento nº 187. [soa a campanha]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu quero perguntar para o Sr. Relator só um esclarecimento também, porque foi aprovada a convocação de Luiz Antônio Lima e Flávia Maria Camareiro, da INTERCOP e nós, ao mesmo tempo, estamos pedindo a quebra de sigilo bancário?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não, só acesso ao sigilo COAF.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Ocorre que nós vamos ouvi-los. Se nós vamos ouvi-los, não tem sentido pedir quebra de COAF, nem sigilo bancário, nem nada. Vamos primeiro ouvi-los. Então, o nº 187, nº 188, nº 190 e nº 191 têm o mesmo sentido. E 191.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Presidente, vai colocar em votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vou colocar em votação o nº 187. Queria fazer uma justificativa, Srs. Senadores, nós vamos... Foi aprovada a convocação dos senhores. Eles vão vir aqui depor. A gente, ao longo da história... A gente tem percebido que Senadores ficam sem informações e sem condições de fazer as perguntas. A minha sugestão, já que eu não posso votar, a não ser que haja empate, é que o acesso ao COAF não é um elemento de comprovação - apenas uma informação -

então o que nós estamos votando é apenas o acesso ao COAF. E, nesse sentido, então, eu faço... Peço os votos. Como vota.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Se nós tivéssemos feito a votação do nº 187 antes, nós não teríamos tratado do nº 180. Então, já vamos trazer aqui o Sr. Antônio Luiz Lima e a Flávia Maria Camareiro. Não tem... Sinceramente, não tem essa história de que os Senadores estão despreparados para questionar qualquer convocado. A pessoa já está convocada. Quem está em situação mais dramática é quem foi convocado, em qualquer situação, mesmo como convidado. E a gente dizer que nós não estamos preparados, sinceramente isso não tem o menor cabimento e mesmo porque quem assistiu o depoimento do representante da Editora de Brasília... Os Senadores pareciam muito bem preparados. Então...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu mantenho a minha opinião.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Eu costumo concordar com suas ponderações, mas não é bem verdade...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Vamos votar, não tem jeito.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Até porque não é só para indagar do depoente que se busca informações. Busca informações para providências de natureza jurídica.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não há acordo, então. Como vota o Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Voto a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – A favor do requerimento. Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A matemática é implacável. Ciências exatas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica rejeitado este requerimento. Agora é o nº 188.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Parecer contrário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos ao voto também na mesma situação. Peço voto do Senador Sérgio Guerra. É o nº 188. É a mesma situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – A favor. Senador Alvaro Dias? A favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica rejeitado o requerimento.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu só quero fazer mais um registro aqui. Com respeito, é claro, com muito respeito, mas impedir que se conheça a movimentação financeira, saber se é atípica ou não é atípica desse casal é proteger a desonestidade. Isso está explícito.

As denúncias são muito graves, são gravíssimas. São denúncias que estarreceram as pessoas que dela tomaram conhecimento. E nós estamos impedindo que

se investigue. Então, isso é o que se chama de “proteção à desonestidade”. Faço questão de registrar, com o maior respeito aos meus pares e parceiros aqui de Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, eu só gostaria de destacar que nós aprovamos a convocação das duas pessoas.

Eu, da minha parte, me sentiria muito mais tranquilo ouvindo os depoimentos das duas pessoas para em seguida tomar a decisão da quebra do sigilo fiscal e de outras naturezas. Então, eu não considero, da minha parte pelo menos, o assunto encerrado. Quer dizer, nesse momento aprovarmos os dois requerimentos em conjunto poderia, por um lado, facilitar, mas, por outro lado, eu acho que nós não podemos ter a presunção de culpa em função de observações que sejam feitas.

Então, da minha parte, eu prefiro muito mais escutar, ouvir, discutir e a partir daí tomar a decisão da quebra do sigilo. Obrigado.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, eu não sou da Comissão, mas queria, evidentemente, pedir licença a V.Ex^a para dar um aparte... Que novamente ao Senador Flávio Arns, pelo respeito que eu tenho a ele. Existem sobre esse casal e sobre essas duas empresas dezenas de reportagens documentadas feitos por revistas, jornais, televisões do Brasil inteiro. Se nós aqui, e V.Ex^a especialmente, se recusa a checar se essa documentação vastamente publicada em jornais, não tem fundamento... Do ponto de vista daquilo que nós podemos ter acesso - que é pelo menos a possibilidade de vir à COAF, ter movimentações atípicas - é como se tiver querendo tapar a própria vista para não ver aquilo que já está nos jornais.

Evidentemente, em qualquer circunstância, a oitiva de um casal que está em todos os jornais e em todos os noticiários vastamente documentado seu desenvolvimento com culpas, seria muito mais eficiente se nós tivéssemos confirmadas ou não essas informações que foram prestadas em todos os jornais... Evidentemente, Senador Flávio Arns, é uma coisa ouvir uma pessoa, tendo essas informações confirmadas ou não, e o que não significa julgar culpa... pelo contrário, confirma-se aí e ouve-se a pessoa. Pelo menos desse casal é fundamental. E V.Ex^a já viu que aqui a própria linha do Governo verificou que a FINATEC é uma ONG e que está sendo investigada e defendida, como ONG, agora mesmo e nessa votação se confirmou essa linha de pensamento.

Então, eu gostaria que coisas mais elementares possíveis fossem colocadas, porque isso aqui - eu não sei se está sendo transmitido pela televisão hoje - mas

vai ser transmitido pela televisão, para o Brasil inteiro, eu vou pedir até a direção da TV Senado que transmita isso para que as pessoas vejam. Quem esconde, procura esconder aquilo que já leram nos jornais. Não é possível. Querer tapar, colocar uma venda nos olhos e colocar uma venda nos olhos aqui também do público e do povo brasileiro. Isso é absolutamente inaceitável e realmente decepcionante.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só a tempo de fazer um registro favorável, a Oposição aceitou transformar a quebra de sigilo bancário em informações do COAF. Nós já fizemos isso aqui, e eu até faço a questão de fazer o registro até na defesa dele... Do Lorenzetti. Um requerimento meu encaminhado ao COAF. O COAF nos informou que não havia movimentação atípica da parte do Sr. Lorenzetti. Então, eu estou colocando isso apenas para registro. É evidente que se há... Se houvesse movimentação atípica, nós aí proporíamos a quebra do seu sigilo bancário. E é o que estamos fazendo agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Bom... Nós estaremos agora votando o Requerimento nº 189 que é.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, só pela ordem ainda. Não é que também esse assunto foi colocado numa situação que também merece da minha parte o esclarecimento. Porque a gente sabe que o Ministério Público, eu inclusive quando estava votando, a gente estava vendo, discutindo aqui ainda se era COAF ou quebra de sigilo bancário e fiscal. Como não houve, assim, um entendimento anterior em termos do COAF, quer dizer, não é a quebra do sigilo bancário e fiscal, né? Como não houve entendimento do COAF, por isso, nós estamos tentando... Tendo esse posicionamento.

Agora, eu quero dizer, de maneira muito clara, que havendo o depoimento aqui, sugerindo, né?... Porque o Ministério Público não pediu ainda quebra de sigilo bancário e fiscal dessas pessoas apesar deles estarem sendo investigados há muito tempo a partir do fato de que o Ministério Público, pelas informações que eu tenho, de não ter chegado a conclusões que justificasse a quebra do sigilo bancário e fiscal.

Agora, quero deixar muito claro. Foi aprovada a convocação, vão fazer o depoimento, e eu não tenho dúvida alguma que se houver indicações no depoimento... Nós vamos não mandar para o COAF, nós vamos pedir a quebra do sigilo bancário e fiscal dessas pessoas.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para esclarecimento, Sr. Presidente, o Ministério Público tem requerido sim a quebra de sigilo, é um procedimento moroso, né, que depende de autoriza-

ção judicial - o que não ocorre com CPI e até seria uma colaboração nossa ao Ministério Público se nós aprovássemos a quebra do sigilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Bom... Então, eu acho que podemos votar o Requerimento nº 189. O Senador Sérgio Guerra não está.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Só para corrigir, Sr. Presidente, da minha parte, pelo menos a informação que eu tenho, por isso que precisa checar as informações. Da minha parte, a informação que tenho é que o Ministério Público não pediu. Então, quer dizer, a informação que eu tenho. Mas se pedir.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O Alexandre Lima tenho certeza absoluta que pediu. Desse casal eu não tenho... Eu não tenho a informação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Então, precisaria ter as informações.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Mas é um procedimento que o Ministério Público tem adotado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos votar para aproveitar o *quorum*. O Senador Alvaro Dias como vota V.Ex^a?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide? É o nº 189.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – 189, não. Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não. Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, fica rejeitado o requerimento nº 189.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O nº 190 também, Sr. Presidente, a

mesma situação. O nosso parecer é contrário e o nº 191 também para efeito de economia processual.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Nº 191 eu teria que suspender.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Claro, pode retirar, sobrestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Nº 190, então, eu peço voto do Senador Alvaro Dias. Senador Alvaro Dias? Nº 190 é sim. Senadora Fátima Cleide? Não. Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá? Não. Fica rejeitado o Requerimento nº 190.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nº 191 é solicitação do Senador Heráclito que a gente possa sobrestar e o nº 192 Senador Alvaro Dias requer que a Secretaria da Receita Federal realize auditoria tributária dos últimos 5 anos nas empresas [ininteligível] sob consultoria. O Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Esse tem parecer favorável, faz parte do acordo, Requerimento nº 192. Como vota o Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide? Sim. Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns? Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá? Sim. Fica aprovado o Requerimento nº 192.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nº 193, Senador Al-

varo Dias, COAF, do Sr. Ex-Reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Esse tem acordo também, né? Esse é resultado de acordo. Encaminhamento favorável. Como vota o Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sim. Fica aprovado o Requerimento nº 193.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nº 194 o Senador Alvaro Dias requer que a Secretaria da Receita Federal realize auditoria tributária dos últimos 5 anos na empresa Ménage Sociedade de Profissionais Associados Ltda. É favorável. O nosso parecer é favorável. É bom que se explique que COAF e auditoria tributária, a rigor, elas significam também uma quebra de sigilo... A rigor. A gente só quer examinar a quebra de sigilo quando trata da expressão “quebra de sigilo”. Não é verdade. É por outros meios também que se quebra o sigilo. Para gente não ficar fazendo... Todo mundo aqui raciocina muito bem. Nosso parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Como vota Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 195, do Senador Sérgio Guerra. Senador Sérgio Guerra tem Requerimento nº 195 e Requerimento nº 196 e mais ou menos o mesmo teor.

Ele quer que seja transferido o acervo documental da CPI da Biopirataria e quer também que seja transferido o acervo da CPMI da Terra. Nº 195 Biopirataria e nº 196 CPMI da Terra. Sr. Presidente, eu estou de acordo desde que sejam mantidos lá aquilo que significa sigilo bancário, fiscal e tributário. Porque senão nós quebramos o sigilo de todos sem precisar botar o requerimento aqui. Então eu faço essa ressalva. Nós somos favoráveis com essa modificação. O autor não está presente. Então, eu sugiro que ele já falou aqui que voltaria e que nós pudéssemos consultá-lo. Ele vai voltar. Então, eu pediria que V.Ex^a botasse esses dois requerimentos para o final para que a gente pudesse consultar o autor... Porque transferir, pura e simplesmente, nós transferíamos também o sigilo de todas as pessoas que tiveram seu sigilo quebrado, não tem nada com nada, mas vem para cá novamente os seus sigilos e que não seria nada correto de nossa parte.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas com.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Eu sugiro que o autor... ele disse que voltaria.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Com relação a CPMI da Terra, eu presidi essa CPI, eu creio que seria da maior importância a transferência das conclusões inclusive da CPI que dizem respeito, pelo menos a três Organizações Não-Governamentais que foram indiciadas. Nós encaminhamos ao Ministério Público pedindo o indiciamento de pessoas em razão

do desvio de recursos. É... São organizações, portanto nós estamos tratando exatamente desse assunto e seria uma economia de tempo transferir o que a CPI da Terra investigou a respeito.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Para reforçar o meu argumento... Que não deve ser transferido sigilos nem bancário, nem tributário, nem fiscal, nem telefônico no acervo. Por quê? Porque nós já discutimos isso aqui no início da nossa CPI. De que as Organizações, que já foram objeto das CPI anteriores, no caso específico, tratava-se exatamente estas duas CPIs, não seriam examinados novamente por essa CPI a não ser que tivesse sobre estas uma situação nova. Quer dizer, houve uma nova denúncia, uma nova realidade, precisa trazer aquele acervo. Então, eu estou de acordo com o requerimento desde que a gente proteja os sigilos que estão lá. Se achar que deve quebrar o sigilo novamente daqueles que já foram quebrados, que se quebre... É outra situação. A proposta é que ouvisse.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Discrepância do Relator, porque não se trata de quebrar sigilo, o sigilo já foi quebrado. Trata-se de compartilhar a informação sobre sigilo e, certamente, essa CPI não seria irresponsável para divulgar. Portanto, não vejo razão para esse cuidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Atendendo ao pedido do Relator, vamos inverter a ordem para aguardar o autor e em seguida ele retorna aqui. Nº 197.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 197 autoria do Senador Raimundo Colombo. Parecer favorável. Requer o apoio da Polícia Federal através do Delegado Daniel Albuquerque França dos Anjos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Coloco em votação. Há acordo. Senador Alvaro Dias, como vota V.Ex^a?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado o requerimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nº 198 do Senador Sibá Machado. Requer ao Ministério Público Federal à Advocacia Geral da União cópia da ação civil pública por atos de improbidade administrativa contra a Fundação Renascer. Também favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Como vota Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 199 requer que sejam convidados os auditores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para prestar informações a esta Comissão. Senador Sibá Machado. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias, como

vota V.Exª? Favorável ao Senador Sibá. Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim. Favorável ao Sibá e também ao Senador Alvaro Dias no outro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Requerimento nº 200 requer que seja convidado Procurador da República, Sérgio Gardenghi Suyama, para prestar esclarecimentos. Senador Sibá Machado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Como vota o Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Fica aprovado o requerimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nº 201, convocação do Sr. Antonio Bruno [ininteligível] em nome do convênio celebrado em nome do Programa Brasil Alfabetizado Senador Sibá Machado. Favorável.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, veja que nós da Oposição votamos favorável a tudo do Governo. E a recíproca não é verdadeira, infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não está sendo. Senador Alvaro Dias, como vota V.Exª?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Aprovado o requerimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 202 de informações, naturalmente não precisa de votação nominal. É do Sr. Sibá Machado e requer ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação envio de todos os documentos referentes ao convênio celebrado em nome do “Brasil Alfabetizado” entre o Executivo Federal e a Igreja Renascer.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Bom... eu estou sendo informado pela secretaria que o que for consenso eu posso pedir a votação e não precisa ser nominal.

Então, aqueles que estão a favor permaneçam como estão. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Requerimento nº 203 requer do Ministério Público do Estado de São Paulo cópia do processo civil que investiga o Instituto UNIEMP, da Senadora Fátima Cleide. Um requerimento de informações. Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O Requerimento nº 204 requer convocação da Srª Romana Rimoye do Sr. Gileno Viscai de Marcelino, portanto apontados como representantes da Fundação de Empreendimentos Tecnológicos, em Santa Catarina. Foi proposto o acordo de retirada desse requerimento. Consulto a Senadora Fátima Cleide. Convocação para ser votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu quero votar a favor. Esse caso é de Santa Catarina, mas quero fazer uma ponderação que eu acho fundamental e que ela virá com maior prazer. É seu dever e ela já se colocou à disposição. Só que aqui tem o seguinte... O caso dela é com a FINATEC e é convênio com o Município. Aí pode... Aí esse caso pode. Eu quero que ela venha, eu acho ótimo. E ela telefonou hoje de manhã dizendo – “Gostaríamos de ir para esclarecer”. Mas aí eu gostaria que o acordo tivesse uma linha, um raciocínio, um princípio.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Mesma situação do caso anterior em que não houve acordo. Então, quebrou.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Queria parabenizar o Senador Raimundo Colombo pela sua mostra de que não tem nada a temer, nada a esconder e que é realmente assim que se conduz um homem público, digno, sério e que tem sua vida e suas ligações absolutamente transparentes. Queria parabenizá-lo e que dá uma lição de moral a muita gente aqui nesta Casa, agora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente, eu acho que o ritmo da Comissão hoje está muito bom, é bom a gente manter. Da mesma forma que o senhor fez a sua ponderação, eu não teria ponderação nenhuma a fazer com relação às outras pessoas, porque não conheço. Eu estou aqui defendendo um princípio que nós acertamos na condução lá no início da condução dos trabalhos da CPI.

Então, nós tínhamos realmente a intenção de retirar este requerimento, porém, como foi votado outro, que, no meu entender, diz da mesma coisa, nós vamos manter sem problema nenhum.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Perguntaria se foi convocado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É a mesma situação do Sr. Luiz Lima, desse ponto de vista. Claro que eu nunca falei com o Sr. Luiz Lima e nem, muito menos, com a Srª Romana. Se não for retirado, que a proposta no acordo é retirar, se não retira, o meu parecer tem que ser favorável, porque é a mesma situação do Luiz Lima. Eu fui favorável lá à convocação do Luiz Lima e tenho que ser favorável também à convocação...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Deixar claro que não houve acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Esse não havia. Mas tudo bem, não há problema nenhum.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – O Luiz Lima é...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É da INTERCOP/Camareiro, Camareiro & Associados. Essa também é uma empresa que tem contratos com a FINATEC.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Senador Romero Jucá, o princípio é o mesmo. É que eram convênios feitos com as Prefeituras.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não há problema nenhum. Vamos aprovar. Só realmente adota critérios diferentes, mas tudo bem. Aqui é democrático e cada um tem suas razões. A minha é de que haja total investigação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, como Relator, mantenho a mesma posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu também. Sou a favor. Aqueles que são a favor permaneçam como estão, fica aprovada a convocação da Srª Romana Remo e do Sr. Gileno Marcelino. Requerimento nº 205.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Também convocação. Requer convocação dos representantes legais do Instituto UNIEMP. Senadora Fátima Cleide. Também o parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Aqueles que estão a favor permaneçam como estão. Aprovado.

Eu pergunto ao Senador Sérgio Guerra. Nós tínhamos alterado a ordem, deixando de votar aqui o Requerimento nº 195 e nº 196 de sua autoria que pede que seja franqueado acesso ao acervo documental da CPI da Biopirataria e da CPMI da Terra. O Sr. Relator fez uma ponderação, nós resolvemos suspender a votação aguardando o seu retorno. Gostaria que V.Exª, o Senador Inácio Arruda, ponderasse para que nós pudéssemos deliberar.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O meu parecer é favorável com uma ressalva. É que se mantenha os sigilos bancário, fiscal e telefônico. Que não se transfira daquele acervo documental os sigilos das pessoas que, porventura, tiveram o seu sigilo quebrado nessas duas CPI. Porque a transferência do acervo... Uma coisa é transferir o acervo, outra coisa é vir com tudo - com sigilo bancário, fiscal, telefônico... Por quê?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Porque vem tudo. Não vem só o que eu quero. Esse que é o problema.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, V.Ex^a concorda então que não virá junto a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal num primeiro momento?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

Eu quero que fique registrado aqui a nossa posição. Eu acredito que a CPI da Biopirataria tanto quanto a CPMI da Terra são assuntos encerrados, né? Tivemos a criminalização é bem verdade, de várias entidades do movimento social de luta pela terra. Já tem processos, aí, indiciamentos rolando. Mesmo compreendendo aqui o esforço pelo acordo do nosso Relator Inácio Arruda, o nosso posicionamento é contrário a trazer essa documentação da CPMI da Biopirataria e da CPMI da Terra para cá, porque sabemos que esses assuntos já foram tratados, já foram dados encaminhamentos e, aqui, nós estamos tratando de assuntos novos, de entidades novas. Então, eu não vejo o porquê, não vejo razão para que a gente traga novamente a não ser que a gente queira novamente colocar a pecha de criminosos para os Movimentos Sociais de Luta pela terra. Não vejo outra razão para isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nessa CPI aqui não farão, só se forem criminosos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Apenas para esclarecer, não há isso que a Senadora Fátima Cleide afirma. Não houve essa condenação. Apenas três Organizações Não-Governamentais ligadas ao setor da terra é que foram, infelizmente, apanhadas em desvios. E daí já há até condenação. Eu creio que é uma economia processual apenas o que quer o Senador Sérgio Guerra.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu vou encaminhar a votação. Então, sem acesso a quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário, fica em votação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, só uma questão. Porque, talvez, conforme ficou combinado... Talvez, na seqüência, haja a remessa do acervo do... Tem que ser aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Separadamente. Nós não vamos...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por isso que eu gostaria que a Presidência fizesse a consulta à assessoria jurídica, porque me parece que juridicamente, por se tratar de sigilo, quer dizer, quebra-se o sigilo para efeitos de uma CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Já há decisão do Supremo, Senador Flávio Arns, que não pode transferir esses dados sigilosos. Nós estamos rejeitando isso e trazendo só a documentação, conclusão, parecer final.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – A orientação do Sr. Relator tem pertinência nesse sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Total. Se aprovasse o requerimento, sim. Claro.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O problema é que aí teria que ser caso a caso, não seria o conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, vamos colocar em votação. O Requerimento nº 195 requer que seja franqueado o acesso ao acervo documental da CPI da Biopirataria sem acesso à conta telefônica, fiscal e bancária dos documentos da CPI. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a votação tem que ser nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Tem que ser nominal? Então, vamos colher os votos. Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sim. Então, fica aprovado o Requerimento nº 195. E agora eu gostaria.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nº 196.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sr. Presidente, esses acervos não são de domínio público?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não. Não porque as informações sigilosas continuam sigilosas. Você consulta, mas você não pode abri-las.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Mas só em termos do sigilo bancário...

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não. Elas continuam sigilosas. A secretaria que coordena esse trabalho...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Estão no cofre, guardadas, armazenadas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Que informações são sigilosas além daquelas do sigilo?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O senhor lembra que teve um episódio que...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Algum depoimento que...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Uma pessoa que era responsável pelo cofre... Tem uma pessoa que fica responsável, o Congresso indica. Então tem um Senador, um Deputado que tem a responsabilidade de ficar sob a guarda dos documentos. [risos] Porque se vazarem algum documento a CPI e a Comissão de Ética têm que investigar aquele parlamentar. O problema é que o vazamento fica sujeito à convocação do Conselho de Ética.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos votar o nº 196, por favor, então.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – De repente a causa justifica. Não há nenhum problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O nº 195 já foi, posso colocar o nº 196 em votação. O Requerimento nº 196 requer

que seja franqueado o acesso ao acervo documental da CPMI da Terra sem acesso ao sigilo fiscal, bancário e telefônico. Eu colho votos. Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sim. Fica aprovado o Requerimento nº 196.

Agora, vamos ao Requerimento nº 206. Não. Senadora Fátima Cleide retifica o voto, é voto “não”. Desculpe. Senador...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nº 206, Sr. Presidente, é um convite para o Sr. Gladaniel Palmeira de Carvalho, Ricardo Antonio de Souza e Antônio Manoel Dias Henrique. Então, não há necessidade de votação nominal. É um convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Aqui está escrito convocação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Se for convocação, então tem que ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Nº 206.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Convocação. Tem que ter votação nominal. Isso foi resultado da... É o nº 206.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – A última foi... Nº 195 e nº 196.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Já foi votado e aprovado. Já foi aprovado. Agora estamos votando o nº 206 que convoca os senhores para acareação... Não precisa não. Então, aqueles que são favoráveis permaneçam como estão. Fica aprovada.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o nº 207 é para tratar exatamente da Legislação pertinente à questão do terceiro setor. Nº 207. Que foi apresentada, que foi já motivo de consulta pública, tem muito material que foi enviado para várias ONGs a respeito do Projeto de Legislação e nós desejaríamos fazer um debate com esses representantes todos... Por isso do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O encaminhamento é favorável. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Ficam aprovadas. O Requerimento nº 208 transfere para a COAF, então. Faz parte do acordo.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o Requerimento nº 208 e nº 209 e... Nº 208 mesmo. Então, eu propus... Eu que propus a V.Exª no acordo exatamente, com a presença do Senador Sibá, que V.Exª pudesse retirar este requerimento. E sustentei com V.Exª que trata-se também ali de uma luta política muito intensa no município de Mossoró. Há mais uma intriga política do que qualquer outra coisa que possa envolver essa Instituição. É uma Instituição 60, 70 anos de existência muito bem coordenada, dirigida, mas V.Exª teve a notícia... Aquela notícia de jornal. Você bota no jornal, então, a gente fica quase que obrigado a fazer um requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu, evidentemente, não conheço essas pessoas, não estive no Rio Grande do Norte, mas gostaria de ponderar qual é a razão. Eu estou pedindo, em vez de fazer a quebra de sigilo, fazer o COAF por uma razão. As evidências, levantamento de técnicos aqui do Senado apontam claramente. O contador é o marido da Presidente. o Secretário é a filha, o tesoureiro é o genro e os valores são muito altos. Há uma evidência flagrante de desvio de recursos. Então, evidentemente que a dúvida é a pior coisa que tem para alguém na vida pública. Eu peço, então, dentro do critério, é fazer a aprovação do COAF e não da quebra do sigilo e se não houver evidências, evidentemente, eu suspendo isso.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Estou de acordo a V.Exª. Parecer favorável à proposta de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Agradeço a V.Exª a compreensão e aos Srs. Senadores. Coloco em votação. Aqueles que estão.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – A Fundação Vingt Rosado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Acho que é Vinci Rosado, é francês, eu não sei. É nº 208. Aqueles que estão favoráveis para o encaminhamento...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O Presidente propõe retirar a questão do sigilo bancário e passar para a COAF estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Tem que ser nominal. Então, eu faço a votação nominal. Como vota Senador Sérgio Guerra?

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Sim. Então, fica aprovado. O Requerimento nº 209 trata da mesma Entidade, só que um são as pessoas e a outra é a Entidade. É o mesmo procedimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Que eu também propus a V.Ex^a a retirada desse requerimento. Propus também a retirada do nº 210. Mantenho minha opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Agora é o nº 209. A instituição... A outra nós votamos as pessoas. A que se refere ao nº 208. Aqueles que estão favoráveis... COAF. Não é quebra de sigilo. É COAF. Aqueles que estão favoráveis permaneçam como estão. Fica aprovado.

O nº 210 é aquele material que saiu na *Veja*, entregaram para nós uma série de documentos. Estamos pedindo, em vez da convocação da pessoa, ele estaria substituindo dentro de uma proposta de entendimento para que tivesse acesso ao COAF. E depois se houver alguma irregularidade ou não...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, veja bem. O que nós estamos votando aqui, vindo informações sérias, automaticamente, teremos que votar. Chamar a pessoa aqui e tudo mais. Não há como nós termos informações do COAF. Vai vir informações... Não há como nós votarmos contra vindo informações discrepantes. Isso tem que ficar bem claro aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – O meu fundamento... A gente recebeu uma série de informações e a revista *Veja* tem uma matéria longa sobre isso. Então, se houver o consenso, o entendimento para a convocação, ficaria a convocação. Mas.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu proponho a V.Ex^a a retirada desse requerimento e vou explicar o porquê.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Pois não, V.Ex^a tem a palavra.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, esse material foi objeto de matéria da revista *Veja*, como tantas outras que são objetos dos nossos requerimentos, ta certo? E nós sabemos quais são as razões. Há uma... Aqui, como caso de Mossoró, mesmo que se possa dizer que no caso da Fundação de Assistência à Saúde que é quase uma Santa Casa de Misericórdia, se nós quiséssemos botaríamos todas aqui para ser discutida. Aqui é a mesma situação, quer dizer, sai uma matéria lá, há uma intensa luta política no Distrito Federal em torno da disputa principalmente de uma vaga de Senado com ações no TSE, Tribunal Regional e a batalha política se transfere para esse terreno. Ta entendendo? Quer se utilizar da CPI para se chegar na batalha política que está sendo travada, que está no âmbito do Tribunal Eleitoral. Não temos que nos envolver nisso, a

minha impressão. Isso resultou em matéria publicada na revista *Veja*, com as ilações que foram feitas pelo Sr. Michel foram motivos de uma declaração que ele registrou em cartório, depois mandou para a revista, não sei se depois a revista publicou ou não publicou, ta certo? Mas mandou. Depois o próprio Michel foi chamado ao Ministério Público e chamado e não foi chamado para dar um depoimento. Foi chamado para negar a declaração que teria dado para revista. Então, sinceramente, trazer uma luta política do Distrito Federal e do mesmo caso em relação a Mossoró, por isso que eu falei de Mossoró... É uma batalha política, está sendo uma guerra política lá. Então, não tem como sustentar aquilo... Por isso, que eu propus a V.Ex^a que retirasse esse requerimento de convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu queria ponderar a seguinte situação... A revista *Veja* é uma Instituição.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O meu parecer é contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – De alta credibilidade, mas eu não quero ficar em relação à revista *Veja*. Eu estou pedindo acesso ao COAF para ver se o que a revista disse é verdade ou não. Se, por acaso, do COAF vier dizendo o seguinte – “nada consta”, eu estou satisfeito. Não há como a CPI e o Congresso Nacional não tratar desse assunto que está todo mundo aí fora sabendo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Vamos votar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Vamos ao voto. Proponho apenas o COAF.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Eu proponho que rejeite esse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Com maior respeito eu tenho compreensão da sua posição. Eu peço votos ao Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Alvaro Dias?

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senadora Fátima Cleide?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Inácio Arruda?

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não. Agora, eu preciso conferir os votos aqui que eu acho que deu 4 a 3, né? Sérgio Guerra, Alvaro Dias e Flávio Arns, sim, 4. 4 a 3. Como o Presidente não vota, fica rejeitado esse requerimento.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – V.Ex^a não pode votar pelo empate nesse caso. [risos].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sr. Presidente, para deixar bem claro e vou repetir. Não vou entrar em debate, a gente sabe realmente como funciona, tem que esclarecer. Se vierem dados do COAF.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Estou pedindo para ter os acessos, mas não estamos tendo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Se vierem dados do COAF que demonstram irregularidade ou tendência para irregularidade essa investigação vai ter que continuar de quem vier esta investigação, isso que eu queria colocar. Eu não vou sujeitar a um voto e depois mudar o voto, de jeito nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Estou pedindo acesso ao COAF. Se não tiver acesso, não vai vim a informação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É que o nº 211 e o nº 212 tratam exatamente das relações desse senhor com as Entidades abaixo que tem o COAF. O meu parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, vamos ao COAF e a Sociedade Assistência Social Novo Horizonte. Há parecer favorável, há acordo. Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Para esclarecer, não há nenhum sigilo bancário sendo votado. Todos são COAF. O Requerimento nº 212, o encaminhamento é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não. Tendo maioria... Aqueles que aprovam permaneçam como estão. Fica aprovado.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Calma. Sr. Presidente, requerimento de informações. Requer cópia de todos os convênios com valor a partir de dois milhões de Reais bem como suas respectivas prestações de contas celebradas entre o INCRA e Entidades Não-Governamentais desde 1999. E, da mesma forma, o Requerimento nº 214, os dois do Senador Sérgio Guerra. Requer cópia de todos os convênios com valor total a partir de 500 mil bem como suas prestações de contas, quando houver celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Entidades Não-Governamentais de natureza privada, desde sua criação. São dois requerimentos de informações com o parecer favorável. [soa a campanha]

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu quero registrar sobre esses requerimentos que há entendimento que nós aprovemos os requerimentos e com a Comissão junto com o Relator analisemos os contratos para, efetivamente, verificar. Se nessa posição, o meu voto é favorável. Eu vou aqui votar na Comissão de Infra-Estrutura e volto.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Queria fazer um apelo para que os senhores voltassem. Vou suspender por cinco minutos e daí vamos retornar para tentar concluir essa votação. Por favor.

Sessão suspensa às 12h50.

Sessão reaberta às 13h03.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Reiniciando os trabalhos e havendo *quorum*, nós estamos em 6 Senadores, estava sendo discutido com o Senador Sérgio Guerra o Requerimento de cópia do nº 213. Senador Romero Jucá tinha encaminhado o voto favorável.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Favorável dentro do entendimento de que, junto com o Relator, a Comissão vai fazer uma triagem para verificar que encaminhamento vai dar a tratativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, havendo acordo, eu vou colocar em votação. Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. Requerimento nº 213 aprovado. O nº 214 a mesma condição. Aqueles que estão a favor permaneçam como estão. Fica aprovado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB – PR) – O nº 215 eu peço sobrestamento, porque o Senador Herá-

clito Fortes não está presente e é um assunto que diz respeito ao Piauí e é importante a presença dele.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu gostaria de pedir uma inversão de ordem... Eu acho que há consenso aqui, se concordarem... Se os senhores concordarem, porque é importante para a CPI ouvir o Sr. Cleones de Souza Gomes e também os representantes da FUNSAÚDE é o resultado daquela Audiência que nós tivemos com o Dr. Alexandre Lima. Sr. Relator.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Favorável aos dois requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Então, eu vou inverter a ordem e coloco em votação a convocação do Sr. Cleones de Souza Gomes. Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. Fica aprovado. E este aqui é da... FUNSAÚDE. Onde é que está aqui?... Nº 216 requer informações do Distrito Federal e territórios investigação, inclusive sobre a FINATEC...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – São requerimentos de informações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Não é convocação? O nº 215 foi sobrestado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Nós queríamos votar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Ele retira... Então, o nº 216 é informações. Aqueles que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado o requerimento do Senador Inácio Arruda.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Presidente...

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, nº 217 Requerimento de convocação, autoria da Senadora Fátima Cleide. Requer convocação do Sr. Mário Gaiger, Presidente da FUNDAE.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Eu vou pedir sobrestamento desses 4 requerimentos de minha autoria, nº 217, nº 218, nº 219 e nº 220.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Tem dois nº 219. Ah, não... É que está repetido aqui. Está certo. Nº 217 a nº 220.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – A da FUNSAÚDE é nº 221, Senador Inácio. Requer convocação do Sr. José Garrofe(F) Dória para prestar esclarecimentos sobre o seu envolvimento com a FINATEC e a FUNSAÚDE.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Havendo acordo, aqueles que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requer ao BNDES, no prazo de 30 dias, relação de pagamentos efetuados...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) –Sr. Presidente, o nº 222 eu vou encaminhar contrário. Eu acho que essa questão está sendo já amplamente investigada e eu acho que nós temos que aguardar a investigação. Não veria necessidade de trazer o BNDES para cá para tratar dessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – São informações.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) –Assim como a questão do... Da esposa do Deputado Paulo Pereira, eu acho que toda essa questão ou vamos rejeitar, ou deveríamos aguardar essa questão para verificar o andamento dessa situação.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a a retirada do nº 222, nº 223, nº 224 e nº 225.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Se os senhores concordarem, eu vou sobrestar e aguardar a evolução destes fatos. Tratam do mesmo assunto. Eu acho que não tem mais nenhum novo requerimento. O Leônidas está aqui.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu proponho que a gente faça uma discussão com o autor do requerimento que dilatou o prazo da CPI para mais 180 dias para que a gente também faça um debate.

O número de Organizações que estão convocadas, convidadas, com sigilo para ser transferido, já é enorme. Então, não há... Em minha opinião, nós deveríamos.

SR. RELATOR SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – .Nós deveríamos suspender a questão de novos requerimentos, que há um grande número de requerimentos para nós votarmos, e também determinar um prazo para o nosso encerramento.

Esse negócio de 180 dias envolve todo o período eleitoral. Todo. Então, eu acho que deveríamos também conversar com o Senador Heráclito e com o Senador Alvaro Dias, especialmente, para que a gente pudesse estabelecer um prazo limite para nós apresentarmos o nosso relatório na área da Legislação. Nós já temos o material pronto, só é debater com as Entidades e na área das investigações mesmo também nós já andamos muito. Tem muita coisa já pronta. Então, a gente poderia chegar aí, talvez, até o final de julho com essas questões resolvidas. Eu acho que devemos discutir com o Senador Heráclito de toda sorte.

SR. PRESIDENTE SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM – SC) – Eu agradeço a V.Ex^a, e vamos fazer esse encaminhamento e eu queria informar, também, aos Srs. Senadores que agora com todos esses requerimentos aprovados nós, na semana que vem, nós iríamos nos dedicar a essa parte administrativa de recolhimento de dados. Aí a gente não faria uma reunião plenária e aí nós voltaremos na próxima semana... Nós vamos pular essa semana e faremos uma reunião aberta na outra.

Agradeço a presença de todos os Srs. Senadores, a colaboração e declaro encerrada a presente Sessão. Obrigado.

Sessão encerrada às 13h09. – **Senador Raimundo do Colombo**, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 200, DE 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTEs, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE “PEDOFILIA”, BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO

ATA DA 16ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 16ª Reunião de 2008, realizada em 28 de maio de 2008, às dez horas e quinze minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade na oportunidade foi tomado o depoimento do Sr. Neira Matos Ribeiro de Araújo, Vereador da Câmara Municipal de Niquelândia-GO. Foram aprovados os seguintes requerimentos – **Requerimento n.º 060/08**, requer seja convidado a prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Gil Torquato, Diretor Institucional do provedor de acesso a Internet UOL; **Requerimento n.º 061/08**, requer seja requisitado ao Senhor Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Uberlândia, cópia dos autos de processos e inquéritos que tenham por indiciados ou acusados os Srs. Carlos Eduardo Martins Ivancko e Ana Paula Souza Silva; bem como o Notebook, CD'S e/ou DVD's apreendidos em poder dos mesmos, em relação aos casos de pedofilia e abuso sexual de crianças; **Requerimento n.º 062/08**, requer seja convidado para prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Daniel Marota, Promotor de Justiça da Comarca de Uberlândia-MG a respeito dos casos ocorridos naquela localidade; **Requerimento n.º 063/08**, requer seja solicitado ao Juízo da Comarca de Uberlândia o envio de cópia dos autos de todas as

ações penais contra Ana Paula Souza Silva e Carlos Eduardo Martins Ivancko; **Requerimento n.º 064/08**, requer seja convocado o Sr. Amarildo Mullinare para prestar esclarecimentos a esta CPI; **Requerimento n.º 065/08**, requer seja convocado o Sr. Joster Alves para prestar esclarecimentos a esta CPI; **Requerimento n.º 066/08**, requer a aprovação da participação desta CPI na próxima reunião do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no dia 30 de maio, sobre “Crimes Cibernéticos”; e **Requerimento n.º 067/08**, requer a aprovação da participação desta CPI na próxima reunião do Conselho Nacional dos procuradores do Ministério Público do Estado do Estado e da União, nos dias 29, 30 e 31 de maio, em Goiânia-GO.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR – ES) – Presidente

Demóstenes Torres (DEM – GO) – Relator

Romeu Tuma (PTB – SP)

Virgínio de Carvalho (PSC-SE)

Paulo Paim (PT – RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Declaro, havendo **quorum** regimental, em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI que visa apurar crime de pedofilia em todo o Brasil, suas ligações com o crime organizado e crimes cometidos na internet. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os senhores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Conforme convocação para essa reunião, a audiência pública com oitiva do Sr. Neira Matos Ribeiro de Araújo, Vereador da Câmara Municipal de Niquelândia; Anderson da Silva Rocha, motorista da Prefeitura; José Geraldo Gavazza Pedroni; Gláucio Almeida Soares, registrando que o Sr. Neira já está no Plenário, o Sr. Rusley Olegário Dias, José Geraldo Gavazza e Gláucio Almeida Soares não estão. Só para registrar que em não entendendo a convocação desta CPI, serão reconvocados e virão debaixo de vara como diz a lei, ou seja, a Polícia Federal os buscará. Então não tem como correr da convocação da CPI e não tem como desconsiderar a convocação da CPI.

Ao mesmo tempo, antes de fazer algumas informações, eu quero votar um Requerimento – Que seja convidado a prestar esclarecimentos o Sr. Gil Torquato(F), diretor institucional do provedor de acesso a internet UOL e já em seguida eu digo o porquê. Requeiro nos termos regimentais da Constituição Federal, Regimento Interno no Senado Federal, seja requerido ao Juiz de Direito da Segunda Vara Criminal de Uberlândia, após cópia dos autos do processo, do inquérito que tenham por indiciados os acusados, Sr.

Carlos Eduardo Martins, Ivan Cuiana Paula de Souza, bem como notebooks, CD's e DVD's apreendidos.

Requeiro nos termos regimentais, seja convidado para prestar esclarecimento nessa CPI o doutor Daniel Mota, Promotor da Comarca de Uberlândia. Requeiro nos termos regimentais, seja solicitado ao Juiz da Comarca de Uberlândia o envio de cópia dos autos de todas as ações penais contra Ana Paula da Silva e Carlos Eduardo Martins. E requeiro nos termos regimentais a convocação do Sr. Amarildo Molinari, acho que é um radialista de Niquelândia, para prestar esclarecimento a essa CPI. Diz que esse rapaz falou barbaridades do Senador Demóstenes e de mim na rádio e eu estou convocando ele, porque ele deve ter muita coisa para falar para a CPI, a respeito de nós.

Requeiro nos termos regimentais a convocação do Sr. Joster Alves(F), que também participou do debate e ele tem muita coisa para falar sobre mim, então, que ele venha falar aqui na CPI, para prestar esclarecimento a CPI, eu acho que é o dono da rádio e o radialista e eles se inseriram dentro do processo quando faz a defesa e faz levianas considerações, deve saber muito sobre o que ocorreu lá, eles vão nos ajudar muito.

Requeiro nos termos regimentais, aliás, nós estamos aprovando, o requerimento chegou, pedindo à ANATEL as cópias dessas fitas, pedindo à rádio a cópia e solicitando à ANATEL também, que solicite lá a ANATEL e caso não tenham gravado para entregar a ANATEL, já comete uma infração, que a ANATEL deve punir por lá mesmo.

Requeiro nos termos regimentais a aprovação da participação desta CPI na próxima reunião do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro que ocorrerá dia 30 de maio do corrente ano, que tratará sobre crimes cibernéticos na cidade no Rio de Janeiro, conforme o convite anexo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Requeiro nos termos regimentais a aprovação da participação dessa CPI na próxima reunião do Conselho de Procuradores Gerais do Ministério Público do Estado que ocorrerá nos dias 29, 30 e 31 de maio no corrente ano, na cidade de Goiânia, conforme convite anexo. Já que nós não somos convidados pelos Senadores de Goiânia, para ir a Goiânia, nós iremos convidados pelo Conselho de Procuradores e na sexta-feira nós estaremos lá. Hoje à tarde nós deveremos participar, coloco em votação os Requerimentos, os Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Eu acabei de aprovar aqui um Requerimento, Senador Demóstenes, do radialista, que eu não sei nem se ele é jornalista, e do dono da rádio lá de Niquelândia que fez muitas considerações ao meu respeito e a seu respeito lá, com a nossa saída e eu estou convo-

cando ele, porque se ele sabe muita coisa sobre nós, pode falar aqui mesmo, para que eles venham aqui e sabe muita coisa no processo em si, pode colaborar com o processo também, já que eles se inseriram gratuitamente, estou requerendo a fita e requerendo à ANATEL que requeira a fita, porque, caso eles não tenham gravado para entregar à ANATEL, porque é lei que se mantenha gravado qualquer tipo de programação, a ANATEL já os puna por lá mesmo, que é dever da ANATEL.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu quero informar à CPI que estive em Uberaba e recebi em Uberaba, Sr. Senador, a nossa primeira surpresa. Em Uberaba, um pedófilo que abusou de 27 crianças, 27 meninos de dez anos de idade. Meninos de periferia, meninos simples, ouvi as vítimas na parte da tarde, fui ouvir as crianças junto com a Dra. Carla Sandoval, crianças mutiladas e famílias simples, humilhadas e quando peguei o arsenal de navegação da perícia dele no computador, vi algumas fotos que achei que já tinha visto e fomos conferir a quebra do *Orkut* e a nossa surpresa é que desses 700 que nós vamos pedir a quebra do sigilo telefônico, um é ele. O delegado e o Ministério Público de Minas Gerais que está de parabéns nessa questão. O senhor delegado está vindo a essa CPI juntamente com o Promotor, a convite nosso, porque a investigação prossegue e Uberlândia, nós ouvimos o professor, está preso há um ano, já tomou mais de 50 anos de cadeia e ele assumiu pela primeira vez o que não falou em Juízo, que é pedófilo e que precisa de ajuda, que é doente e tal. Pedofilia eu tenho uma soma meio diferente, para mim 5% de doença com 95% de safadeza é igual à pedofilia e ele tem um arsenal de 5.000 fotos e vídeos e nós estávamos requerendo o inquérito inteiro para que nessa CPI aconteça em cruzamento, nós estamos recebendo e vamos exibir na próxima semana para essa CPI, Srs. Senadores, um programa, um *software* gerado na Bahia, embora os baianos só tenham um neurônio e só toque berimbau porque só tem uma corda, senão não tocaria, segundo o professor da Universidade Federal de Medicina, foi desenvolvido lá e esse engenheiro da *SaferNet*, que está à disposição dessa CPI, da nossa assessoria, que desenvolveu esse *software*, que nós vamos exibir, ele abre com o mapa do mundo inteiro e quando essas informações vão para dentro desse programa, ele começa a apontar com luzes vermelhas, no mundo inteiro, onde estão aqueles pedófilos que foram pegos na quebra do..., uma coisa muito interessante, muito interessante. É tanto que eu estou votando o convite ao embaixador da Índia para vir, que a Índia tem quatro anos de sofrimento em busca dos seus pedófilos, não consegue com a *Google*, porque é o segundo

país do mundo que mais usa o *Orkut*, depois do Brasil e nós aqui da CPI do Brasil vamos entregar a eles, os pedófilos deles, que nós achamos aqui para que eles tomem providências legais no país.

Eu requeiro nos termos regimentais seja requisitado à ANATEL, cópia da gravação no programa na rádio 104 FM da cidade de Niquelândia, do dia 13 de maio do corrente ano. Acho que tinha que botar um dia anterior, o dia em que estivemos lá e o dia seguinte, **the day after**, que foi o grande dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Esse é o dia seguinte? Deveria ser o dia doze, treze e quatorze. Eu estou requerendo com esse aqui à rádio, as gravações no dia doze, treze e quatorze e esse aqui eu estou requerendo à ANATEL. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Quem tem boca fala o que quer, mas é preciso responder pelo que fala.

Hoje à tarde, nós estaremos participando, a convite da Embaixada Americana do..., como é o nome do encontro Dra. Karla.

DRA. KARLA SANDOVAL – Uma palestra sobre *cyber crimes*.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – --uma palestra sobre *cyber crimes*, que são crimes cibernéticos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – --o americano especialista que veio. O Senador Relator estava ocupado em outra reunião, nós votamos a convocação dos diretores da UOL, o convite primeiro, da UOL, nós estamos acompanhando o caso do pedófilo preso há quatro dias atrás em São Paulo, na sala de bate papo na UOL, é onde ele negava, suspeito de 600 envolvidos na rede dele e para a nossa surpresa, a sala de bate papo da UOL tem um *link* escrito incesto. Nós realmente acabamos enquanto sociedade e família, fomos para o lixo. Incesto, está lá, UOL, você clica e você se delicia, alimenta as suas taras, tem um *link* lá e eu imagino como uma empresa com esse porte e com essa importância e nós respeitamos e queremos evitar. Por isso não há convocação, há convite, como fizemos com a **Google** e que eles queiram colaborar, porque nós não vamos aceitar nem da **MySpace**, nem da **Google**, aliás, a **MySpace** nós vamos ouvir amanhã, Senador Demóstenes. É **MySpace** ou *Face Book*, amanhã, que estará conosco, Augusto, é *Face Book* ou **MySpace**, amanhã?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – *MySpace*, o site estará conosco amanhã, os diretores. Nós não queremos de ninguém, menos do que está sendo acordado com o **Google**. O *tac(F)* assinado com a **Google** é o que nós queremos das outras todas também, de que eles estejam disponíveis a

colaborar com o país e não é possível que você tenha uma site com a importância do UOL, que tem um *link* chamado incesto. O que está postado lá, o material que chegou para mim, Sr. Relator, e eu quero passar às suas mãos, num primeiro momento, até para que possamos analisarmos juntos, a barbaridade postada no *link* incesto e a barbaridade que esse cidadão, e espero que até o final nós estejamos votando a convocação deles, até porque a investigação continua, são 600 pessoas e que certamente não ouviremos aqui, vamos ouvi-los numa oitiva em São Paulo, que é o que o GAECO, o Ministério Público deseja, exatamente por causa de outros casos de São Paulo, mas nós já estamos tomando providências desde o dia da prisão, doutor Porto que pertence ao GAECO e que está conosco aqui nessa CPI, participando do corpo de Procuradores conosco aqui, já está tomando todas as providências. Nós vamos convidar o advogado e o Sr. Neira Matos, Vereador da Câmara Municipal de Niquelândia. Eu já--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – --O advogado tem o tempo que precisar para falar com o seu cliente mais uma vez, depois eu vou passar a palavra ao Sr. Neira e ele e faça as considerações que quiser fazer ou não, usa o tempo que quiser usar ou não e em seguida eu passo a palavra ao Senador Demóstenes Torres que é o Relator dessa CPI.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Dá a palavra para ele, o senhor tem a palavra.

SR. CARLOS A. GODÓI – Senador, é o seguinte, o meu cliente já responde um processo criminal na Comarca de Niquelândia, sobre os fatos que estão sendo apurados nessa CPI e ele já prestou dois depoimentos lá, durante a fase do inquérito policial, não aceitou ser interrogado pelo Juiz, porque não confia no Juiz, tendo em vista uma diversidade de ações do Juiz que causaram suspeitas, inclusive, foi requerido a suspensão dele no processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, o senhor não precisa falar mal do Juiz aqui, o senhor só diz que ele não quis falar.

SR. CARLOS A. GODÓI – Não estou falando mal, só estou explicando.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Porque o senhor nem pode falar, porque essa é uma sessão do Senado, o Senador Demóstenes lhe franqueou.

SR. CARLOS A. GODÓI – Então, eu gostaria de requerer que o meu cliente não prestasse depoimento aqui hoje, tendo em vista que qualquer fato narrado por ele aqui hoje, pode prejudicá-lo no seu processo

criminal, na comarca de Niquelândia. Então, nós requeremos o direito de não falar. Ele tem dois depoimentos, inclusive, tem cópia dos depoimentos, se V.Exas. quiserem ele repassa a cópia dos dois depoimentos que ele tem lá no processo, todas as declarações dele já foram prestadas lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Nós vamos requerer, eu vou pedir ao Sr. Relator que dê um parecer.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Investigado, Sr. Advogado, Srs. Senadores. A legislação brasileira é clara a respeito do interrogatório do acusado. O acusado, o interrogatório é hoje tido como um meio de prova do acusado e ninguém, infelizmente no Direito brasileiro, ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Então, isso significa que e o que ele fez em Juízo, ou seja, usar o direito de permanecer em silêncio, porque ele é investigado, se fosse testemunha, ele teria que responder, não poderia se negar e até mesmo aquela presunção de que o silêncio poderia importar em se presumir a sua culpa ou coisa semelhante, poderia ser entendido em desfavor, o próprio Supremo Tribunal Federal já entendeu que também não prevalece. Em síntese, no Direito brasileiro, o acusado, ele pode calar a verdade, ele pode, inclusive, não produzir prova contra si mesmo. Isso significa, Sr. Presidente, que mesmo se o acusado mentir, ele não poderia ser punido por isso, o que para os outros atores do processo, testemunha, perito, tradutor, intérprete, não se aplica. Então, lamentavelmente, ele está utilizando-se aqui de uma prerrogativa processual e também constitucional, o direito de, como investigado, de, como réu, permanecer em silêncio. Já o fez na frente do Juiz de Direito, mesmo em Juízo ele se recusou a responder e nessa qualidade eu só tenho a lamentar que ele se recuse também a falar aqui, mas é o direito lhe assegurado constitucionalmente.

Agora, isso, Sr. Presidente, só para esclarecer, Sr. Presidente, que as perguntas podem ser feitas, ele se recusa a responder, já disse que não irá responder, mas as perguntas podem ser feitas, ele tem direito a não responder, não é verdade?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Isso realmente, eu vi lá em Uberaba o pedófilo que foi orientado a falar nada comigo no presídio, mas eu fiz as perguntas que eu achei que deveria fazer, até para dar a ele a oportunidade de num fórum competente entregar a sua versão e foi exatamente isso que aconteceu em Uberlândia. Com essa orientação, o advogado, eu queria dizer ao senhor que agora o senhor não pode mais falar com ele e eu tive o cuidado de orientá-lo desde o começo, e ele acabou conver-

sando comigo, com o próprio advogado, no meio da minha inquirição, o orientou a responder, até porque tem coisas que não são relacionadas ao processo em si, mas que eu gostaria de perguntar ao Sr. Neira, que de repente são perguntas que não lhe foram feitas, que são relacionadas a um segundo momento, coisas que eu colhi após o depoimento do Prefeito, mas que eu vou passar a palavra ao Relator, porque eu acho que mesmo ele não respondendo, o Relator pergunte para que pelo menos ele diga – eu não vou falar, eu não vou falar e não vou falar.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu vou fazer algumas perguntas, V.Ex^a. já disse que irá se utilizar do seu direito, V.Sa., me perdoe. Eu perguntaria a V.Sa. se conhece as menores Daiane Cristina Resende e Raíssa Silva Vasconcelos?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não entendi.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – O senhor conhece essas menores?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Conheço os pais dela, os pais da Raíssa, da Daiane.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – As menores, o senhor não conhece? O senhor já as viu?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Já.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Teve relacionamento sexual com elas?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não? As duas acusam V.Sa. de tê-las molestado sexualmente, em conjunto com grupo de outras pessoas da cidade. V.Sa. confirma o depoimento das duas, das duas menores?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu vou ler o depoimento das duas menores em relação a V.Sa. e gostaria que V.Sa., se quisesse, porque V.Sa. já disse que vai usar o seu direito constitucional. A menor Daiane diz – *“Que em relação ao Vereador Neira Matos, esclarece que se encontrou com ele por volta das 19 horas nas proximidades da Prefeitura, no mesmo dia que o conheceu e foi andando ao lado dele até chegarem ao Hotel Ônix. Que no hotel estava apenas um senhor de cabelos brancos, meio gordo, branco, para quem o Neira Matos pediu a chave e perguntou qual era o quarto. Que foram para*

um quarto do pavimento térreo onde tinha duas camas, sendo uma de solteira e outra de casal. Tinha um ventilador e uma televisão. O quarto tinha um banheiro interno. Que pode reconhecer ainda esse aposento que fica a esquerda da entrada principal, bem como também o guarda que os atendeu. Que o hotel fica ao lado do Banco Real e tem uma construção grande na frente. Que a menor ficou aproximadamente uns dez a quinze minutos naquele quarto, onde foi obrigada a fazer sexo oral com eles e as demais acusações já narradas perante o Promotor. Que saiu do hotel e deixou o Vereador para trás. Que ratifica totalmente a versão apresentada ao Ministério Público sobre Rogério e Evair". Aí já são outras pessoas. Em relação a essa menor Daiane Cristina Resende Vieira, V.Sa. confirma o que ela disse aqui?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Nada, não sei falar nada, doutor. Eu vou ficar calado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENESTORES (DEM – GO) – Em relação à menor Raíssa – “*Que referente ao Vereador Neira Matos, a menor afirma que não teve qualquer envolvimento sexual com o mesmo, apenas foi apalpada por ele na ante-sala do gabinete do Prefeito em horário de almoço, quando não havia outras pessoas no local. Que o vereador Neira Matos não coagiu a depoente a fazer nada e tudo que aconteceu foi de livre e espontânea vontade, não havendo, portanto, qualquer pagamento ou recompensa*”. Então, ela diz que V.Sa. no gabinete do Prefeito, a apalpou. V.Sa. confirma essa versão?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENESTORES (DEM – GO) – Tem algo a dizer a esse respeito?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não, doutor. [ininteligível].

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENESTORES (DEM – GO) – Sr. Presidente, diante da recusa do investigado em fazer as declarações, eu encerro o meu questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Neira, o senhor acompanhou, teve acesso ao depoimento do Prefeito, quando ele veio aqui?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não sei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O senhor acompanhou ou ouviu?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Eu não estava aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu sei que o senhor não estava aqui, eu

estou perguntando se o senhor acompanhou, ouviu e...?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não, eu estava doente, na época.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele esteve aqui.

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não sei, eu estava [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu sei que o senhor não estava aqui.

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Mas eu não vi entrevista nenhuma, nem rádio, nem televisão, não tive acesso nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A minha pergunta é porque o Prefeito, ele..., aí não tem nada a ver com o fato, ele nega tudo e acaba pondo tudo na conta dos outros. Aí ele põe tudo na sua conta, põe tudo na conta do motorista, põe na conta dos secretários e todo mundo e tal e aí diz uma coisa assim, interessante, quem sabe interessa ao senhor – “*Que ouviu burburinho na cidade, pessoas comentando que o chefe de gabinete dele, que o vereador tinha feito mal para umas crianças e ele ficou muito revoltado com isso*”. Ele algum dia, ele chamou para conversar sobre isso?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não tenho esse conhecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, do fato ou que ele lhe chamou pra conversar?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não tenho conhecimento de nada, do fato, não tenho conhecimento de nada, desse fato que ele falou.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Esse burburinho o senhor não ouviu, só ele que ouviu?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Eu não tenho conhecimento de nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O senhor não ouviu falar nada do que houve com essas meninas na cidade?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Eu não tenho nada a declarar sobre essa questão do Prefeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Isso não choca o senhor, em saber?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Eu não estava, não vi imprensa, não vi rádio, não vi.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas o senhor não acha que o fato de dizer que ouviu falar, e é muito assim, não sei dizer o que é, se é grave ou se não é, mas, tipo – “Eu ouvi falar, ouvi falar e exonerei”. O senhor não pode exonerar, porque

o senhor é Vereador, mas “exonerei de ouvir falar, os secretários” e aí disse que chamou para conversar e tal. Não? Exonerou sem falar?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Eu não sei desse fato, dessa questão de exonerar, essa questão eu não sei, o meu Poder é Legislativo, ficar na Câmara, não ouvi a entrevista dele aqui, o depoimento dele aqui eu não vi, então eu não posso falar uma coisa que eu não ouvi um fato que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O senhor é da base do Governo lá?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Como é que é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O senhor é da base do Prefeito?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Eu sou da base do povo, do povo de Niquelândia, graças a Deus, eu tenho três mandatos consecutivos, com trabalho, com honra, com dignidade, com respeito à sociedade, campeão de voto da história da Niquelândia, trabalho de corpo a corpo, eu não trabalho, é, trabalho assim, graças a Deus eu tenho grande família dentro de Niquelândia e se Deus quiser, eu quero continuar com essa grande família, com trabalho, com honra, com dignidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, mas eu perguntei, porque eu sou da base do Governo Lula aqui e o Senador Demóstenes é da oposição, quando eu perguntei foi se o senhor é de base de apoio ao Prefeito.

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – O que for certo eu sou, o que for certo eu estou para fazer o melhor para a sociedade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não foi isso que eu perguntei para o senhor, não. Existe base do Governo e eu estou dizendo para o senhor que eu sou da base do Governo Lula, eu também sou do lado certo, como o Demóstenes também é, só que ele é o oposição ao Governo Lula e eu sou da base. Eu estou perguntando se o senhor é, porque não tem demérito nenhum, eu fui vereador igual ao senhor também, entendeu? E eu não era da base do Governo, eu era oposição ao Prefeito na época em que eu fui vereador e tinha outras pessoas que também eram a favor do certo, mas era da base do Prefeito. Não estou dizendo que o senhor é errado, porque está do lado do Prefeito, não.

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Ah, tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu estou perguntando se o senhor é da base do Governo, se é de apoio ao Prefeito na Câmara, não estou falando das acusações.

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Ok. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Isso que eu perguntei. Então veja, qual é a minha pergunta? Porque se o senhor é da base do Governo, é da base do Prefeito, logicamente em uma Câmara pequena o Prefeito tem amizade com sua base. Em algum dia ele lhe procurou para conversar, falar assim – “O Neira, rapaz, esse negócio que estão falando, essa acusação aí, você conta comigo, se precisar lhe defender eu estou aí rapaz, você é da minha base, você é meu amigo, essas meninas te acusando aí, conte comigo”, algum ele conversou com você?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não tive conversa com ele sobre essa parte, tive conversa com ele com o trabalho, trabalho da comunidade de Niquelândia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E sobre isso ele nunca tocou no assunto?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não, comigo não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Comigo, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E esse burburinho que ele ouviu na cidade, sobre essas meninas, só ele que ouviu, porque você não ouviu também?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não sei, eu... esse, eu dou-me o direito de ficar calado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Só queria fazer uma última pergunta, Sr. Presidente, o advogado de V.Sa. disse que V.Sa. se recusou a falar perante o Juiz, porque acha que o Juiz o está perseguindo. V.Sa. confirma isso, que tem uma incompatibilidade com o Magistrado?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – É o seguinte, no meu ponto de vista ele foi muito parcial, no meu ponto de vista.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E o Promotor de Justiça também, V.Sa. entende que também foi parcial no caso?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – O promotor, o depoimento que eu fiz com delegado ele estava junto também e a pergunta que ele fez, eu respondi no processo.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E o delegado Gerson de Souza, o senhor tem alguma coisa contra o delegado?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Ele fez aquilo que é correto pela justiça.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Muito bem, V.Sa. prestou um depoimento para o delegado, no dia quatro de maio de 2007, confere?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Nesse depoimento, V.Sa. diz o seguinte – *“Que nos dias do último carnaval foi procurado pelo Sr. Isaias que estava acompanhado pela filha Daiane e outra moça apresentada como Raíssa, o qual buscava ajuda para regular o seu CPF. Que naquele momento, Daiane informou que precisavam de dez reais para fazer a inscrição do CPF do pai, cuja importância foi doada pelo senhor naquele ato. Que o senhor também forneceu o número do seu celular para a Daiane, a pedido dela, pois a mesma informou que pretendia contar com a mesma ajuda se caso tivesse algum problema no encaminhamento do documento”*. Isso é verdade?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – *“Que passados mais de 40 dias, o declarante recebeu uma ligação de Daiane que disse estar acompanhada pela amiga Raíssa, as quais pretendiam falar com o Prefeito a busca de emprego”*. Isso é verdade?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Doutor, dou-me o de ficar calado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – *“Que o declarante se dispôs a levá-las ao gabinete do Prefeito, isso por volta do meio dia, do dia 25 de abril último, ocorrendo o encontro na praça da Câmara, onde só compareceu a Raíssa que foi levada pelo declarante ao prédio da Prefeitura”*. Isso é verdade?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – *“Que ao chegarem na ante-sala do gabinete, não havia ninguém, como também não foi atendida ao bater na porta no gabinete”*, isso, inclusive, é o que ela disse também no depoimento que eu li para a V.Sa., isso é verdade?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – *“Que o declarante permaneceu pouco tempo naquele interior e saiu para voltar em outra oportunidade”*. É praxe de V.Sa. agir dessa forma com todos que lhe procuraram, ir ao gabinete do Prefeito, V.Sa. tem intimidade para ir ao gabinete do

Prefeito e entrar mesmo que não tenha ninguém, como aconteceu dessa vez?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Vou dar-me o direito de ficar calado, doutor.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – *“Que no dia 24 de abril próximo passado o declarante”, que é V.Sa., “se encontrou casualmente com as duas moças na Avenida Brasil, perto do comércio do Mineiro, quando as mesmas insinuaram que queriam sair com o declarante, contudo, não aceitou a cantada e deixou o local”*. Isso confere?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V.Sa. nesse encontro que esteve com ela no gabinete do Prefeito, quando não tinha ninguém, passou a mão pelo corpo dela, pelas partes íntimas dela?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Como representante da sociedade eu tenho tranqüilidade, muita tranqüilidade que não é meu papel passar a mão em pessoas assim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Então V.Sa. não fez isso?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – No gabinete do Prefeito, nada disso? *“Que o declarante nunca foi ao hotel Ônix”*. V.Sa. nunca foi àquele hotel?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Eu nunca fui naquele hotel, inclusive eu tenho o depoimento da dona do hotel, que está no processo lá, tenho o depoimento dela, ela declara que nunca fui no hotel, nesse hotel, tá lá o depoimento.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Nunca fui hotel Casarão também?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Também, não.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V.Sa. entende que foi uma armação contra V.Sa.?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Acredito que sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Por quê?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Perseguição política.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – De quem?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Dos políticos.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Qual? V.Sa. tem inimizades do outro lado político?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E foi uma armação que envolveu V.Sa. e outros também?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Eu estou falando da minha pessoa, dos outros eu não vou falar nada, eu estou falando da minha pessoa.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – V.Sa. pode, mesmo que vagamente, dizer – “olha, eu tenho uns adversários político ou um grupo que não gosta de mim e que se utilizou dessas moças”.

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Sim.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sim. V.Sa. poderia dizer o nome de um deles ou do grupo?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Então, eu permaneço em ficar calado nessa parte.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu agradeço a V.Sa., então. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Reiterando, que na verdade, uma inquisição feita em uma CPI, ninguém guarda ilusão de que a pessoa venha aqui falar a verdade ou que queira falar, ninguém se ilude com isso, quando convoca, quer dizer, a missão nossa é ler a sutileza, é ler onde há contradição, a leitura do depoimento feito ao delegado, as negativas e as afirmativas feitas pelo depoente certamente dá condições de condições de conclusões para a Relatoria do Senador Demóstenes que é um Promotor arguto, que sabe ler e tem bom entendimento.

Amanhã às dez horas nós teremos a oitiva no Diretor Presidente da *MySpace*, o outro site de relacionamento fortíssimo que tem 3 milhões de brasileiros que fazem acesso a ele, será o depoimento de amanhã, às dez horas nessa mesma sala, na sala quinze, amanhã às dez horas?

Reafirmando a reconvocação dos Srs. Rusley Olegário Dias, Anderson da Silva Rocha, José Geraldo Gavazza e Gláucio Almeida Soares. Gostaria de pedir à assessoria.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu só gostaria de fazer última pergunta, que me passou, Sr. Presidente. V.Sa. deu o telefone celular de V.Sa. para a menor, para caso ela

precisasse, ela pediu o telefone, V.Sa. forneceu o telefone, o número do telefone? Não forneceu?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não, precisa do telefone ou não?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, porque V.Sa. diz aqui, nas suas declarações, que V.Sa. disse que é verdade, não é? “*Que o declarante também forneceu o número do seu celular para Daiane, a pedido dela, pois a mesma afirmou que pretendia contar com a mesma ajuda se caso tivesse algum problema no encaminhamento do documento*”. V.Sa. então, deu o número do seu telefone celular para a Daiane?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Doutor eu estou aqui como testemunha ou como acusação para mim mesmo?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, V.Sa. pode dizer que não quer responder. Agora, o direito de eu perguntar, eu tenho e vou utilizar esse direito.

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – O direito de ficar calado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Alguma vez a Daiane ligou para V.Sa.?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Ele está pensando ou está em silêncio para não responder?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Ele disse que vai responder apenas o que desejar, é um direito dele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Direito constitucional.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pode, com certeza, ele tem o direito de permanecer calado, mas pode dizer. Então eu vou só repetir, ou V.Sa. não quer responder essa pergunta? V.Sa. prefere permanecer calado?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Permanecer calado.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E V.Sa. alguma vez ligou para a menor? Prefere permanecer calado também a respeito dessa pergunta?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Ok.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Consta do levantamento feito num pedido de quebra de sigilo, que houve 61 contatos telefônicos nesse período entre V.Sa. e a menor. V.Sa. confirma esses contatos?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não sei, esses contatos eu não sei se teve esse tanto de ligação.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Mas, houve ligações?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Houve.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Agradeço a V.Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Que bom, né? Não errei quando disse que o Relator é [ininteligível]. Então, temos cumprido a nossa oitiva, até porque o Vereador sabe que essas perguntas não são nem para incriminá-lo, porque não depende de falar sim ou não, isso é cruzamento de dados, e o que está cruzado, está cruzado, um *chip* quebrado, você detecta até a voz, então não tem como.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Reafirmando, o Sr. Rusley Olegário Dias, Anderson da Silva Rocha, José Geraldo Gavazza e Gláucio Almeida Soares, que a assessoria comunique a eles, o nome desses caras é tudo nome de assessor meu, estou roubado, o outro lá abusa de menina lá em, dos meninos, não sei o que caçado, o outro aqui é o Gláucio. Reafirmar a convocação deles e informá-los que o não cumprimento, a Polícia Federal irá buscá-los, para não imaginar que é uma brincadeira que nós estamos fazendo aqui. Agradeço ao senhor advogado, agradeço ao Vereador Neira Matos, por ter atendido a convocação dessa CPI. O senhor está liberado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Por favor, Senador só um minutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Tuma, mas eu não encerrei a Sessão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Peço desculpas Senador, mas a gente foi ler o relatório de V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Como foi a reação da família, não sei se foi feita essa pergunta, a família, quando tomou conhecimento dos fatos que foram relatados e questionados pelo Relator, a V.Ex^a. pode dizer.

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não entendi a pergunta.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não, como foi a reação da família da menina com respeito ao senhor, depois de tomar conhecimentos dos fatos?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não tive assim, não tive...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não procuraram o senhor, não houve protesto, não houve reação da família, nada?

SR. NEIRA MATOS RIBEIRO DE ARAÚJO – Não, não tive assim, contato com esse pessoal, com a família.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu só pergunto isso Relator, porque me preocupa o comportamento da família perante esses fatos tão horrorosos que ocorrem e estão ocorrendo praticamente sem parar. Então a gente tem que sentir de perto, socialmente, por que esses fatos estão ocorrendo com tanta facilidade e sem uma reação real da família. Então, obrigado pela oportunidade.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Primeiro eu gostaria de revelar aqui a minha felicidade de vê-lo aqui no meio de nós sadio, pimpão e lampeiro como sempre.

[risos].

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Bem vindo, Senador Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Tuma, eu quero registrar também a minha alegria, acompanhei, falei com V.Ex^a. aqui, antes da cirurgia, falei com V.Ex^a. no hospital depois da cirurgia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Foram as orações do amigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Pode ter certeza disso, viu, eu não tive como ir a São Paulo visitá-lo, mas vi V.Ex^a. bem, refeito, preparado e se prepare realmente, porque as nossas oitivas em São Paulo serão muito difíceis, porque a gravidade destes problemas ocorridos em São Paulo, se esse último crime fosse o único crime dos últimos quatro dias, desse pedófilo da UOL, nós já teríamos muito trabalho pela frente, mas o Ministério Público e a polícia de São Paulo, a Polícia Civil de São Paulo, tem feito um trabalho dos mais significativos no enfrentamento da pedofilia.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Presidente, Senador, Relator Demóstenes, eu, esses dias aí, no hospital vendo, acompanhei de perto todas as retransmissões que foram feitas, o que me preocupou um pouquinho, os noticiários, vi V.Ex^a. em duas TVs explicando claramente, um questionamento que foi levantado por um dos repórteres, porque essa ação nova que a CPI deu e a polícia começou a trabalhar, o Ministério Público com afinco e continua aumentando as páginas da, eu não sei como é que chama aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Dos álbuns fechados, né?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Então está aumentando, quer dizer, eu não sei se houve uma tração para aqueles que estavam embutidos e se liberaram. Então eu sei se a restrição tem que aumen-

tar, Relator, sobre essas empresas que estão dando oportunidade a estas pessoas.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Com certeza. O que aconteceu Senador Tuma, o senhor veja bem--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Foi à identificação mais rápida do que está acontecendo.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – --havia 25.000 denúncias por ano que também havia uma recusa de colaboração das empresas. Então eram 50 mil casos nos dois últimos anos não investigados. Agora, com a CPI e claro, com a atuação da Polícia Federal, do Ministério Público Federal, dos Ministérios Públicos Estaduais, nós estamos fazendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Polícia Civil.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – --polícia Civil, Polícia Federal, todo mundo, nós estamos agindo juntos. Então, nós estamos aqui, o Congresso movimentando, até o próprio Presidente da República se dispôs a receber a CPI, nós estávamos nos movimentando, primeiro para tornar efetivo e quero acreditar que esse termo de ajustamento de conduta com a *Google* será assinado brevemente, o Ministério Público, inclusive, numa Sessão pública e solene que vai representar assim, uma modificação de comportamento da empresa, mundialmente e as outras que também vão colaborar, com isso os pedófilos vão sofrer um revés duro e outros criminosos também, que praticam outros crimes através da Internet, tantos é, que o hoje o Senador Magno Malta participa de um seminário, porque estão ultimando uma lei para conter os crimes cibernéticos, os crimes da internet, os crimes telemáticos e nós estamos ouvindo especialistas do mundo todo. Eu quero crer que nós vamos deixar uma legislação mais moderna. Porque que o caso de Niquelândia é emblemático para nós? Primeiro porque houve uma condenação em primeiro grau do Juiz entendendo que aquele que se utiliza diretamente do corpo da menor, que age como pedófilo, que ele deve sofrer condenação. E outros Tribunais Superiores, vêm decidindo, alguns Tribunais de Justiça também, que não, que aquele que se utiliza diretamente fica livre. Até numa feliz expressão do Senador Magno Malta ele diz – “é como alguém emprestar o revólver e aquele que emprestou o revólver ser punido pelo primeiro de homicídio e quem matou ficou impune”. Mas é o entendimento, no caso de Niquelândia, quem foi julgado em primeiro grau foi condenado, está em grau de recurso, mas foi condenado e o Prefeito que tinha Foro Privilegiado, teve o seu procedimento arquivado pelo mesmo

fato, uma vez que o entendimento no Segundo Grau é diferente do entendimento de Primeiro Grau.

Então nós vamos uniformizar, melhorar a legislação brasileira, já tem uma boa vontade grande dos Senadores aqui, do Presidente da Casa, do Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, do Presidente da República, em sancionar, então eu quero crer que nós vamos terminar essa CPI com alguns casos revelado, quebrando os álbuns sigilosos, prendendo alguns pedófilos, quem sabe muitos e incentivando as pessoas a denunciarem esse vício, essa tara e esse crime e com certeza, fazendo a colaboração entre os órgãos, punindo e melhorando a legislação, essa é uma CPI que vai deixar o Brasil melhor, é uma CPI que ninguém aqui está querendo maltratar, ou expor quem quer que seja. Lamentavelmente acontece, acontece de um homem público, como um Vereador, um Prefeito, infelizmente, se envolverem com esse tipo de coisa. Agora, isso é um paradigma para a mudança da legislação, por que eles estão aqui? Estão aqui para mostrar que houve um tratamento diferente no Primeiro Grau, houve um outro do praticado no Segundo Grau, o mesmo caso, alguns foram condenados e outro foi arquivado, por uma questão de entendimento, o fato é o mesmo. Então se os Tribunais estão divergindo sobre isso, vamos melhorar a lei, não é só esse artigo no Estatuto da Criança e do Adolescente, outros artigos também, a nossa assessoria tem trabalhado duramente, a assessoria do Senador Magno Malta, com todos esses agentes que nós falamos, policiais federais, a questão da difusão vermelha que também vai servir contra os pedófilos, V.Ex^a. tomou a iniciativa, nós tomamos a iniciativa, é uma lei que está aí pronta para ser aprovada e sancionada pelo Presidente, uma expectativa da Polícia Federal do Brasil todo, do Ministério Público Federal. Quer dizer, então, nós vamos deixar o Brasil melhor em termos de combate à pedofilia. Agora, é uma tara, é um desvio, as próprias operadoras de serviço de internet já entendem que, inclusive precisam transformar isso em ferramentas de prevenção, criar ferramentas para prevenção, porque é humanamente impossível se apurar 50.000 casos por ano. Então à medida que eles tentarem entrar na internet, já tem lá um filtro para impedir, eles vão criar outras maneiras de entrar, mas haverá uma luta constante entre nós e os pedófilos, nós que eu digo, a sociedade brasileira, os órgãos de repressão e prevenção a esse tipo de delito, para que isso não aconteça mais.

Então, eu acredito que é uma CPI que deixará o Brasil melhor em termos de combate a pedofilia. Nós estamos muito aplicados nesses estudos, Juizes de Direito colaborando, Promotores de Justiça, delegados civis e federais, Magistrados, nós já recebemos

aqui um Juiz sugerindo como é que a lei poderia ser modificada, na ótica dele, Parlamentares interessados, nós temos grupos aqui, diretamente ligados à questão da discriminação, da violência contra crianças e adolescentes e isso é muito bom, acredito eu, é um momento feliz em que nós estamos fazendo um levantamento sigiloso, muitas vezes as pessoas estão pensando – “olha está parado”, e nós estamos trabalhando em silêncio, porque nesse caso, se nós cantarmos para botar, o ovo quebra, não é verdade? Então nós precisamos é ter um resultado. O resultado será o quê? Cooperação internacional, cooperação entre os provadores e os órgãos, prisão desses delinquentes e uma atuação permanente e futura muito melhor do que acontece hoje.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, eu cumprimento a V.Ex^a., fez uma descrição perfeita do trabalho da Presidência, dessa Relatoria, é que a gente tem sentido orgulho de todo esse trabalho com o Ministério Público, com as Polícias, com toda essa gama de apoio que tem recebido, pela credibilidade que a CPI deu na condução dos seus trabalhos. V.Ex^a. falou em forma de ligação internacional, eu não sei se eu já falei, na última reunião do MERCOSUL, da qual eu faço parte da Comissão, eu apresentei um resumo do que essa CPI está fazendo e pedindo que houvesse alguma coisa dentro do MERCOSUL que trouxesse realmente uma interligação para que houvesse nenhuma fala da busca da verdade sobre esse crime, que para mim é como diz o Magno Malta em várias entrevistas – “é hediondo, é inqualificável até”. E se Deus quiser nós venceremos. Eu acho que esse envolvimento permanente do trabalho está mexendo com a família, porque hoje, por isso que eu perguntei ao inquirido, se a família reagiu, porque as famílias ficam chorando atrás da porta o sofrimento da criança e não reagem junto às autoridades porque ficam envergonhadas, acauteladas para não tentar desmoralizar. Então, essa credibilidade nós temos que envolver a família também para que ela acredite no trabalho que está sendo feito, não só pelas autoridades, como pela CPI e trazer ao conhecimento tudo que eles passaram de agonia e de sofrimento por um ato impensado dessa natureza. Eu agradeço a V.Ex^a. e ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Tuma, só para informar a V.Ex^a., ontem Senador Arthur estava na tribuna, líder do PSDB, que foi tão importante para nós na instalação dessa CPI, a pauta desobstruída por um momento, para votar algumas matérias, num acordo em que os líderes estão fazendo hoje a difusão vermelha entrará na pauta para ser votada no Plenário do Senado, já. Então, uma felicidade para nós, será votada já na quarta-feira próxi-

ma, nós estaremos com o Presidente Lula, a gravidade desses álbuns fechado é tão grande, não é o nosso fato determinado, mas na quebra do sigilo do *Orkut*, as denúncias de crime de pedofilia, lá dentro encontramos uma pastazinha que precisamos levar para o Presidente Lula, que é a questão de segurança nacional, que é preciso que o Ministério da Justiça receba e tome as suas providências e chama-se “Morte ao Lula”, onde eles falam abertamente, com fotografias e traçam planos para matar o Presidente da República. Isso é grave? Isso é grave? Isso é absolutamente grave. Não é nosso fato determinado, mas acabou se achando ali dentro e as pessoas falam em tipo de armamento, em distância de tiro, em posição de tiro, por onde passa, por onde não passa, uma coisa maluca. Há um albinzinho lá e eles ensinando a preparar criança, feto, para comer, separar, separa os bracinhos, tira o cérebro, como é que prepara um cérebro. Coisas terríveis. Eu recebo aqui um e-mail, para mim e o Senador Demóstenes. Senadores Demóstenes e Magno Malta, aí diz a pessoa – “*Estou feliz porque descobri uma página do Orkut que demonstra um direcionamento tipicamente pedófilo. Por gentileza a página do usuário é*”, aí ele põem aqui, como é o código que ele acabou descobrindo por nada, digitou uma coisa que não tinha nada a ver e isso era um código. É assim que se escreve – Não vou citar aqui e tal. “*Descobri isso por acaso*” ele começa a dizer. “*Por favor, pesquise esses álbuns, eu estou feliz*”, diz o cidadão, “*por ter descoberto e dar a minha contribuição*”.

Então, essa felicidade da sociedade está ávida na questão do embate para proteger a criança, Senador Tuma, nós não temos uma oposição, a não ser dos próprios criminosos, dos próprios criminosos. Esse trabalho que está sendo feito, para se tirar os privilégios da primariedade do réu primário que comente crime contra criança, tirar o privilégio do cara que tem curso superior, quando o crime dele é cometido contra criança, esse é o grande avanço que nós estamos dando para a sociedade, num momento importante e ímpar da vida da sociedade, como disse o Senador Demóstenes. Na questão da Segunda Instância, como ele disse no inquérito do Prefeito, foi julgado em Primeira Instância, esses estão no sal e o Prefeito já mandou arquivar. Um despacho tão interessante, “*duas prostitutas que nem mais virgens eram*”, aliás, eu nunca vi prostituta que seja virgem, despacho muito bem feito, “*que saem do seu município para desmoralizar um homem de bem. Arquive-se*”. Isso é uma piada de mau gosto, das mais mal contadas, para ninguém rir entendeu? Quer dizer, então, o que nós queremos é colaborar com a sociedade, quer dizer, eu imagino, ele está aqui para não falar, mas imagino o sentimento das pessoas que es-

tão condenadas, que estão processadas, respondendo e ver o outro já livre, por um despacho desses. E o outro fala – “Pô, eu estou aqui no sal, porque meu Foro é só esse aqui, estou debaixo de pancadaria e o outro já se livrou”. Então, eu acho o seguinte – Essa uniformização, como disse o Senador Demóstenes, que é especialista, conhece todos os termos técnicos, eu sou analfabeto jurídico, é que vai dar à sociedade um instrumento de proteção das crianças. Como nós vamos ouvir, amanhã, o Diretor do *MySpace*, esse termo de ajuste de conduta que o Senador Demóstenes participou de um debate com eles em São Paulo, com o Ministério Público, é o mínimo que nós vamos pedir também para a *MySpace*, para a *Face Book*, para a *Bibol*, para a UOL, para todos aqueles que são operadores de internet, onde esses criminosos acharam uma maneira muito fácil de navegar.

Eu agradeço, os senhores estão dispensados, muito obrigado. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h22. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

ATA DA 17ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 17ª Reunião de 2008, realizada em 28 de maio de 2008, às dez horas e cinquenta minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade na oportunidade foi tomado o depoimento do Sr. Emerson Calegaretti, Presidente da MySpece Brasil. Foram aprovados os seguintes requerimentos – **Requerimento n.º 068/08**, requer seja convocado a prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Nerino José de Oliveira; **Requerimento n.º 069/08**, requer seja convocado a prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Sirineu Pedro da Silva; **Requerimento n.º 070/08**, requer seja convidado para prestar esclarecimentos a esta CPI a Sra. Barbara Louise Anner; **Requerimento n.º 071/08**, requer seja convocado a prestar esclarecimentos a esta CPI a Sra. Cleci da Silva; **Requerimento n.º 072/08**, requer seja convocado para prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Frederic Calvin Lourdeback; **Requerimento n.º 073/08**, requer seja designada diligência desta CPI as cidades de Porto Alegre e Taquara/RS, a fim de realizar oitivas dos acusados Frederic Calvin Lourdeback, Sra. Barbara Louise Anner, Sr. Andre Herdy, Sra. Cleci da Silva, Sirineu Pedro da Silva, Nerino José de Oliveira e Isaías Moreira, denunciados pelo Ministério Público de Taquara/RS, por prática de exploração sexual infantil. **Requerimento n.º 074/08**, requer Seja solicitado a Drª Ângela Martini, Juíza da 2ª Vara Criminal da Comarca de Taquara/RS o envio de cópia dos autos das ações penais contra Frederic Calvin Lourdeback, Sra. Barbara Louise Anner, Sr. Andre Herdy, Sra. Cleci da

Silva, Sirineu Pedro da Silva, Nerino José de Oliveira e Isaías Moreira, **Requerimento n.º 075/08**, requer seja convocado para prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Isaías Moreira, **Requerimento n.º 076/08**, requer seja convocado para prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. André Herdy e **Requerimento n.º 077/08**, designa os servidores José Augusto Panisset Santana e Gláucio Ribeiro Pinho a efetuarem diligências em São Paulo, objetivando colher subsídios junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo e GAECO/SP.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR – ES) – Presidente

Demóstenes Torres (DEM – GO) – Relator

Eduardo Azeredo (PSDB – MG)

Romeu Tuma (PTB – SP)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Havendo *quorum* regimental, declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI da Pedofilia, que visa investigar a pedofilia no Brasil, nos seus diversos vieses, ou seja, crime cibernético e envolvimento com o crime organizado. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior. Os senhores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada, a Ata está aprovada.

Conforme convocação, a presente Reunião destina-se a Audiência Pública com a oitiva do Sr. Emerson Calegaretti, Presidente da *MySpace* no Brasil. Em função de demandas ocorridas nessa manhã e inevitáveis, o Senador Demóstenes Torres, Relator dessa Comissão, não está presente. Eu designo o Senador Romeu Tuma, Relator *ad hoc*, Vice-Presidente dessa Comissão.

Nós vamos votar alguns requerimentos e em seguida o Senador Romeu Tuma vai a outra Comissão relatar e eu vou comandando aqui até V. Exª. voltar.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado a prestar depoimento na CPI o Sr. Narino José de Oliveira. Esse requerimento se destina às oitivas do dia 09 e 10 que ocorrerá em Porto Alegre. Gostaria que os membros da CPI já fossem contatados hoje. Os fatos convergem para a investigação da CPI em linhas similares adotadas por esta Comissão. Mister se faz que a CPI da Pedofilia acompanhe o caso ocorrido na Comarca de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul, denominada Colina do Sol - é um caso emblemático de um campo de nudismo onde a rapaziada americana foi presa lá - a considerar o complexo conteúdo de interesse dos trabalhos de tramitação no Senado Federal.

Requeiro, ainda, nos termos regimentais seja convocado o senhor--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não vai por em votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu vou ler tudo e votamos tudo. Sirineu Pedro da Silva, esse é o Pedro, mesmo fato. A CPI foi procurada pelo Sr. Richard Percini Castiliano Feligo(F) para solicitação de auxílio aos acusados denunciados pelo Ministério Público. Esse cidadão veio fazer uma contestação e eu estou convocando ele para ele fazer a contestação dele pública, já que ele conhece outra versão.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado a Sra. Barbara Louise Anne. Os fatos convergem para a investigação da CPI ao mesmo caso. Não é Raposa do Sol não, mas é outro Sol com confusão também. É Colina do Sol essa, cheia de confusão também. Na Raposa do Sol também tem confusão. Seja convocado a prestar depoimento a Sra. Cleci da Silva, no mesmo inquérito.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado a prestar depoimento nessa CPI o Sr. Frederic Calvin Louderback. Os fatos convergem para a mesma investigação dos fatos ocorridos no Rio Grande do Sul, em Taquara, fato Colina do Sol.

Requeiro, nos termos regimentais, seja designada diligência da CPI na cidade de Porto Alegre, Taquara, a fim de realizar oitivas dos acusados Frederic Calvin Louderback, Barbara Louise Anne, André Herdy, Cleci da Silva, Sirineu Pedro da Silva, Marino José de Oliveira e Isaías Moreira, denunciados pelo Ministério Público de Taquara.

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitados à Dra. Ângela Martins, Juíza da Vara Criminal da Comarca de Taquara, o envio de cópia dos autos da ação penal contra Frederic Calvin Louderback, Barbara Louise Anne, André Herdy, Cleci da Silva, Sirineu Pedro da Silva, Marino José de Oliveira e Isaías Moreira, denunciados pelo Ministério Público.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado a prestar depoimento nessa CPI o Sr. Isaías Moreira.

Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado a prestar depoimento na CPI o Sr. André Herdy.

É possível que nós façamos ainda na próxima semana, nas outras Sessões, votemos algumas convocações que virão lá do Dr. Mauro Renner, Procurador-Geral, de pessoas que eles desejam que sejam ouvidas. É muito importante, Senador Tuma, ir ao Rio Grande do Sul também com *quorum* qualificado, de quatro Senadores pelo menos, porque certamente surgirão necessidades de acareação e nós precisaremos fazer algumas convocações lá no Rio Grande do Sul. Eu peço também que comunique ao Ministério da

Justiça a necessidade da aeronave da FAB para que nós possamos nos deslocar.

Os Senadores que aprovam os requerimentos lidos permaneçam como estão. Aprovados. O Senador Tuma está dispensado por enquanto para ir votar. V. Ex^a. tem a palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu cumprimento a V. Ex^a. pelas providências que estão sendo tomadas, inclusive esta possibilidade da CPI se deslocar aos locais onde as ocorrências de alta gravidade no processo da pedofilia, provavelmente as autoridades teriam dificuldade em fazer a investigação e dar prosseguimento para a interligação com o crime organizado do trabalho altamente negativo, principalmente através do setor de informática.

Eu queria agradecer a presença dos convidados que se ofereceram para vir expor e colaborar com a CPI, de forma que eu peço licença por um segundo para relatar lá o problema de Embaixador. E ultimamente nós estamos fazendo, com anuência do Presidente, a interligação internacional para se formar uma rede mundial de combate à pedofilia. É claro que hoje a tecnologia não tem limite geográfico, ela atravessa fronteira, atravessa qualquer obstáculo e chega aonde o interessado queira receber ou queira enviar. Então esse trabalho tem que realmente não ter fronteira.

Cumprimento o Presidente por essa atividade quase de vinte e quatro horas por dia na busca de formar um mosaico real do que realmente está acontecendo nesse segmento que, em tese, estaria pela luta inglória dos Promotores, dos Delegados, não conseguindo quebrar vários obstáculos que hoje a CPI tem facilitado o avanço dessas investigações, a punição dos responsáveis e espero que haja o acovardamento dos canalhas que usam esse tipo de crime para satisfazer alguma coisa que a gente desconhece. Eu não posso falar que é animal porque o animal respeita. São verdadeiros monstros que não têm uma formação digna e eu acho que viraram as costas para Deus.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma. Dr. Thiago, depois de ter se ausentado mais de sessenta dias do serviço, quero lhe convocar, sente-se aqui para você me assessorar aqui tecnicamente, que agora nós falamos falar com gente que entende de tecnologia, e nós, que só temos um neurônio, só tocamos berimbau porque tem uma corda [risos].

Eu queria comunicar também à CPI que na próxima sexta-feira, dia 06, nós vamos estar em São Paulo, a CPI vai se instalar em São Paulo. É lá que nós vamos ouvir os diretores da UOL e as oitivas das pessoas indicadas pelo Ministério Público, as oitivas que serão indicadas a partir do trabalho da polícia e

dos Delegados de São Paulo com o GAECO de São Paulo. Quero até agora parabenizar os Delegados da cidade de São Paulo por toda a operação feita, essa prisão na sala de bate-papo da UOL, que é uma rede que lista um pouco mais de seiscentas pessoas já encontradas na rede desse Marcelo, desse artista, e na próxima sexta-feira queremos ouvir o que não queremos entender, por quê que um site tão respeitado tem um link chamado incesto? A sociedade acabou. Não tem mais o que falar, acabou.

Nós queremos é que essas empresas fiquem fortes, que sejam respeitadas, as queremos como parceiras de combate ao crime, tão-somente isso, porque na medida que não combate o crime você desrespeita os milhões, que são maioria, que navegam de boa-fé, usando para ter relacionamento de família, de amigos, fazer trabalhar, buscar e gerar renda e enriquecer, enriquecer. Quem é o dono daquele trem lá? Agora se o cara resolve produzir, criar ferramentas para alimentar a tava, em comparação com as pessoas sanas, de meia dúzia de insanos, que você não sabe nem como descrever. O cara perguntou para mim o quê que era um pedófilo. “É um doente?” Eu falei – “Deve ser 5% de doença, mais 95% de safadeza é igual a pedófilo” - eu falei para o cara. Pode ser. Então, o que é que leva um site desse, o que é que leva? Quer dizer, e um troço deliberado a que se pratique todo tipo de indignidade com criança, quer dizer, eu preciso ouvir isso – “nós erramos, vacilamos, não prestamos atenção, vamos consertar e tal”. Eu sei lá, eu preciso ouvir alguma coisa.

Eu queria convidar o Emerson Calegaretti. Eu achei que era tu, você tem mais cara de Calegaretti do que... Se algum de vocês quiser sentar ao lado dele, se quiser interferir, pode, na fala dele. Obrigado por ter aceitado o convite da CPI para a gente debater essas questões. Você tem a palavra e pode usar o tempo necessário para fazer as considerações que quiser e, em seguida, eu vou fazer as inquirições que eu entenda pertinente dentro da necessidade do que nós estamos querendo nesse Termo de Ajuste de Conduta para que isso possa acrescentar também na legislação que nós estamos construindo, se já tem alguma proposta aí no coração e na cabeça de vocês para que possam ajudar a Nação brasileira e, de uma certa forma, proteger moralmente a empresa de vocês. Eu acho importante, mas você tem a palavra, fique à vontade.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Obrigado pela palavra. Início saudando o Presidente desta Comissão, Senador Magno Malta, e já aproveito o ensejo para lhe parabenizar, e aos demais membros dessa Comissão, pelo excelente trabalho que vem sendo conduzido. Eu não tenho dúvida nenhuma de que esse é um marco

histórico na Internet brasileira, dado o volume, o aumento de crimes cometidos através dessa ferramenta que foi construída para o bem. Infelizmente uma pequena parcela da sociedade vem se utilizando cada vez mais dessa ferramenta para dar volume e publicidade a crimes, e entre eles, um dos crimes mais hediondos, se V. Ex^a. me permitir, está o crime da pedofilia, porque atinge o inocente que não tem como se defender, não tem voz na sociedade e graças a Deus tem hoje a sua representação através desta Comissão. Estendo também esta parabenização ao Senador Demóstenes Torres, Relator, ao Vice-Presidente também Romeu Tuma e espero firmemente que o resultado dessa Comissão seja a ampliação de um ambiente de colaboração entre todos os parceiros da sociedade. Saúdo também o professor Thiago Tavares Neto, da *SaferNet*, eu tenho o prazer em conhecer o professor Thiago já algum tempo e tive o prazer de receber oficialmente a primeira visita oficial no *MySpace*, que foi do professor Thiago. Parabéns o seu trabalho. Entendo, Thiago, que muitas vezes foi um trabalho árduo; ingrato... Tenho certeza que algumas vezes você deve ter retornado para a sua casa abatido contra a luta que vinha fazendo, enfim, mas esse é o momento de celebrar as vitórias que aconteceram até agora. Acredito que o seu trabalho junto ao Ministério Público Federal de São Paulo tem colaborado muito nesse sentido. Aproveito também para saudar e apresentar o Dr. Mauro Fawcett(F), que está aqui do meu lado direito. O Dr. Mauro é Diretor de Segurança do *MySpace* para a América Latina, mas próximo de uma apresentação nós vamos explicar um pouquinho essa estrutura, e também o Dr. Felipe Fontana Scabral(F), do Escritório Delemansinsing(F), que tem nos representado junto a essa questão.

Eu vou me apresentar oficialmente, meu nome é Emerson Calegaretti, sou Presidente do *MySpace* aqui no Brasil. O *MySpace* é uma rede social, um site onde pessoas podem se encontrar. É um site que é similar em tecnologia aos sites como *Facebook*, *Orkut*, *Bíbol* e outros sites dessa natureza, com a diferença que hoje o site *MySpace* é a maior rede social do mundo. Eu vou passar algumas informações, alguns dados para informar essa Comissão sobre esses fatos.

Eu gostaria de solicitar, nós vamos executar uma pequena apresentação a esta Comissão explanando um pouco mais sobre os processos de seguranças, os processos tomados pelo *MySpace* no mundo inteiro visando o combate à pedofilia e outros conteúdos que são impróprios. Então eu gostaria de solicitar à Mesa a execução dessa apresentação, se fosse possível.

Muito bem. Essa apresentação deve tomar em torno de vinte a trinta minutos, eu peço a paciência de todos nessa Sessão, eu gostaria de explicar detalha-

damente quais são os processos e eventualmente dar material para uma exploração mais profunda dessas questões. Por favor, pode avançar o slide.

Bom, quem é o *MySpace*, a quem pertence essa empresa, a quem nós estamos ligados? É importante explicar exatamente qual é a nossa estrutura. O *MySpace* é ligado a um grupo de comunicado chamado *News Corporation*, que hoje é um dos maiores grupos de comunicação. Entre várias propriedades a *News Corporation* é dona de jornais em vários países; dona de redes de televisão, estúdios de cinema. Então é um grupo de comunicação que recentemente, em 2005, começou a operar também nesse ramo, nesse segmento de Internet. Aqui no Brasil a *News Corporation* já está presente há mais de trinta e oito anos, é uma empresa que já se estabeleceu aqui há um bom tempo atrás. Nós somos basicamente cinco unidades distintas, unidades autônomas aqui no Brasil. Nós temos um canal de televisão que é conhecido de grande parte do público, nós temos toda uma área de divisão e produção de DVDs, área de produção de distribuição de cinema e distribuição de conteúdo para outros canais de televisão. O *MySpace* vem a ser a operação de Internet do grupo *News Corp.* Nós iniciamos as operações aqui no Brasil de maneira estabelecida em setembro de 2007 e lançamos o nosso produto ao público de maneira oficial, em português, em dezembro de 2007. Pode avançar, por gentileza.

Do que se trata o *MySpace*, qual que é o papel do *MySpace* na sociedade, o que ele tem provido aos seus usuários? O *MySpace* é a maior rede social do planeta. Nós temos todos os meses cento e dez milhões de pessoas ao redor do planeta entrando e utilizando o site *MySpace* para se comunicar com amigos, com parentes e assim por diante. Trezentos mil novos usuários ao redor do planeta se cadastram no *MySpace* por dia. Mais de quinze milhões de imagens são carregadas por esses usuários dentro do nosso site. São mais de setenta mil vídeos. E esses dois números, eu gostaria de ressaltar essa informação, porque brevemente nós vamos explicar como nós controlamos o conteúdo que é executado através desse carregamento de imagens e vídeos. E são mais de cinquenta milhões de imagens enviadas todos os dias. Para dar uma idéia do tamanho e do alcance do *MySpace* no mundo, nós estamos presentes em trinta e dois países, em mais de dezessete idiomas. Hoje é uma operação extremamente forte. No dia de ontem nós tivemos o prazer de lançar a nossa operação em Portugal, foi a segunda operação em português, estamos expandindo para vários países. Aqui no Brasil, como já mencionei, o site iniciou as suas operações em setembro e lançamos para o público a versão em português em dezembro

de 2007. Mas é importante salientar que o *MySpace*, a sua versão em inglês, já estava disponível aqui no Brasil desde 2005, você poderia acessar a versão em inglês desde 2005. É a segunda rede social mais popular aqui no Brasil, esperamos um dia talvez se tornar a primeira, nós temos já três milhões de visitantes nas nossas páginas por mês e um milhão e meio de brasileiros cadastrados no nosso site. O nosso site, a nossa operação é muito conhecida pela promoção de música, de bandas e artistas de música. No Brasil são mais de oitenta e dois mil artistas que têm um perfil no *MySpace* e divulgam o seu trabalho através desse site, que é um excelente canal de música. Pode avançar, por gentileza.

Eu gostaria aqui de apresentar, começar apresentando quem faz parte da nossa estrutura de segurança. Eu sou o Presidente da operação aqui no Brasil, não estou diretamente envolvido com a questão de segurança, mas fiz questão de atender rapidamente a esse convite, porque é uma honra para nós poder contar um pouco sobre os processos de segurança do *MySpace*. A principal cabeça hoje à frente da nossa operação de segurança é o Sr. Hemanshu Nigan, que é o *Chief Security Officer*, perdão pelo anglicismo, é o nosso Diretor-Geral de Segurança e Privacidade no *MySpace*. O Dr. Nigan, ele foi Procurador de Justiça nos Estados Unidos por mais de dezessete anos e em particular ele combateu crimes cibernéticos, por exemplo, pedofilia. Teve uma atuação muito profunda, indiciou vários criminosos, colocou na cadeia, se me permitem essa expressão, vários criminosos nesse segmento. Teve uma passagem por uma empresa muito conhecida, a Microsoft, e defendeu também os interesses dos estúdios de cinema dos Estados Unidos. O Dr. Nigan se juntou à equipe do *MySpace* no finalzinho de 2006 e hoje é a principal liderança nesse sentido, é uma pessoa muito preocupada com esse processo. O *MySpace* é o único site de Internet que tem hoje uma pessoa de nível executivo exclusivamente dedicada à segurança e privacidade dos seus usuários. Essa ação nos permite dizer que o *MySpace* lidera hoje na Internet os processos de segurança e privacidade de usuários. E também gostaria de apresentar de maneira mais formal aqui ao meu lado o Dr. Fawcett(F), que é o Diretor de Segurança e Privacidade do *MySpace* no Brasil. Essa é uma função que é única, foi criada recentemente aqui no Brasil visando um estabelecimento, um adequadamente, digamos assim, à realidade do nosso mercado. O Dr. Mauro tem muita experiência nessa área, mais de dezoito anos de experiência, e recentemente atuava por um site aqui no Brasil e nós tivemos a honra de poder convidar e ele ter aceitado esse convite para liderar esses esforços.

Então o que eu gostaria de apresentar, Sr. Presidente, é que hoje nós temos o compromisso aqui não dado só pelo Emerson Calegaretti, que é o Presidente do *MySpace*, mas sim pelo Dr. Mauro e pelo Dr. Nigan, que nós estamos presentes, estamos prazerosamente abertos a colaborar com essa CPI e com o resultado final desse trabalho.

Bom, esse slide se estenderia muito, essa apresentação, se nós fôssemos falar de cada um dos itens, mas esse é um resumo geral, depois nós vamos contar três tópicos específicos. O *MySpace* atua em várias áreas para combater a pedofilia e outros crimes cibernéticos. Existe um investimento muito forte em tecnologia, existe um investimento muito forte na educação de pais, alunos, educadores, autoridades, no sentido de divulgar e promover medidas de segurança na Internet. O *MySpace* é muito conhecido por uma colaboração próxima às ONGs. O *MySpace* entende e vê que a ONG é a expressão do desejo da sociedade no combate a esses crimes. Há uma proximidade muito grande às autoridades. Nós apoiamos de maneira efetiva políticas públicas. O *MySpace* foi responsável direto pela aprovação da chamada Lei do E-mail nos Estados Unidos, é uma lei que hoje foi aprovada em onze Estados americanos e essa lei obriga a criminosos sexuais, criminosos que já foram condenados pela justiça, a se registrarem junto a uma autoridade local, e esse trabalho facilita muito essa questão porque o *MySpace* utiliza essa informação - eu vou mostrar já brevemente - para excluir esses criminosos da nossa rede. Obviamente existe uma relação muito próxima com a indústria, o *MySpace* também é conhecido por ter várias parcerias com a indústria em vários sentidos - no âmbito tecnológico, no âmbito de segurança de usuário e, principalmente, na colaboração com um ambiente mais seguro.

E, finalmente, essas medidas não estão restritas somente aos Estados Unidos. Nós somos uma empresa que iniciou suas operações nos Estados Unidos, mas hoje é multinacional e o *MySpace* compreende que é necessário, por uma boa colaboração, por uma boa evolução dos seus negócios, a expansão dessas medidas para outros países. Então isto que eu vou apresentar agora a esta Comissão serão processos que são globais, não se aplicam somente aos Estados Unidos.

Esse slide resume em três partes os tópicos da nossa apresentação. Nós vamos falar um pouquinho como nós evitamos a pedofilia através do bloqueio de contato indesejado, ou seja, contato entre adultos e adolescentes. A questão da revisão do conteúdo, ou seja, como nós monitoramos o nosso conteúdo de maneira a coibir algum conteúdo indesejado como, por exemplo,

pornografia infantil. E, por último, o que nós fazemos no sentido de colaboração com autoridades, com educadores para criar um ambiente mais seguro. Tudo isso num trabalho contínuo com as autoridades.

Muito bem. Contato. A nossa idéia é trazer e replicar a segurança que existe no mundo real para o mundo da Internet. No mundo real se eu não conheço uma pessoa, eu obviamente não passo as minhas informações pessoais para essa pessoa. Então a idéia é replicar essa lógica para o mundo da Internet e eu vou explicar como. Pode clicar mais uma vez, por gentileza.

Bom, a nossa missão nessa questão de contato é manter os predadores sexuais longe do *MySpace*, ou seja, prevenir um contato que seja indesejado ou inapropriado. O que nós estamos fazendo nesse sentido? Nós verificamos novos cadastros por e-mail, ou seja, um novo usuário, ao ser cadastrado, ele automaticamente recebe uma verificação, um pedido de verificação para evitar, por exemplo, que seja um usuário falso que seja alguém que esteja querendo usar esse cadastro para fins negativos. Usuários abaixo de dezoito anos de idade têm os seus perfis, ou seja, a sua identidade dentro do *MySpace* automaticamente configurada como privado. Esse é um aspecto muito importante. Uma das maiores fontes de facilitação do crime de pedofilia é a facilidade de contato entre adultos e adolescentes. Então o principal bloqueio que nós fazemos é que o usuário, ao seu cadastrar, ele em tenendo menos de dezoito anos, automaticamente ele não pode ser contactado por adultos.

Mas surgiu uma pergunta, e eu vou explicar já brevemente, mas obviamente uma pessoa pode falsificar essa informação. Nós temos uma outra tecnologia que, através do monitoramento de conteúdo, identifica se essa pessoa é ou não um adolescente. De que maneira? Um adolescente, ele vai tratar de termos ligados à sua vida, por exemplo, música, namoro, videogames, ou seja, temas de seu interesse. Nós monitoramos através das palavras, dos termos utilizados desses usuários, e se identificamos que esse usuário tem um interesse adolescente, nós vamos fazer uma verificação e bloqueio desse usuário. Um outro ponto muito importante - adultos nunca podem adicionar menores de dezesesseis anos como amigos, a menos que conheçam seu sobrenome ou o endereço de e-mail. Por que existe essa tecnologia? Esse é um ponto muito importante. Eu posso ter dentro do *MySpace* os meus primos, os meus amigos e eles têm menos de dezesesseis anos. No mundo real, teoricamente, para proteger esses adolescentes nós não contamos o endereço, o telefone e nenhum dado pessoal. O mesmo acontece na Internet, deve acontecer na Internet, ou seja, um menor de de-

zesseis anos só pode ser adicionado se ele for do meu conhecimento, se eu conhecer qual é o seu sobrenome ou qual é o e-mail que ele utiliza dentro da rede social. Usuários com menos de dezoito anos podem bloquear contato com usuários acima de dezoito. Por exemplo, digamos que eu tenha adicionado alguém porque eu conheci, o professor meu me adicionou no *MySpace* e eventualmente no futuro esse professor venha a tratar de alguma coisa que seja indesejada. Eu, como usuário abaixo de dezoito anos, tenho o poder de bloquear o contato com essa pessoa. Usuários menores de dezesseis anos, mesmo que eles alterem a sua idade depois, eles são automaticamente bloqueados como usuários de dezesseis anos. Eles não têm maneira hoje no nosso site de, digamos assim, burlar essa proteção. Nenhum usuário abaixo de dezesseis anos pode ser procurado, ou seja, se um predador sexual, um pedófilo, buscar algum jovem através das ferramentas de busca de pessoas, ele não vai encontrar pessoas abaixo de dezesseis anos. E nós usamos uma ferramenta, que eu vou apresentar em detalhes, que cruza os dados do Departamento de Justiça americano em relação a predadores sexuais com os nossos dados para excluir da nossa rede esses criminosos.

Presidente, se eu estiver avançando rapidamente, por favor, me bloqueie, eu estou tentando ser mais ágil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Você tem mais de dezoito anos.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Obrigado [risos]. Bom, agora nessas telas eu gostaria de explicar como que funciona essa questão do contato inapropriado. Este aqui é um perfil, é um usuário que criou o seu perfil e ele tem menos de dezesseis anos - essa tela está em inglês, mas todo esse funcionamento já ocorre em português. Se eu vou adicionar essa pessoa como meu amigo dentro da rede social, nós temos aqui uma caixa que pergunta – OK? Essa pessoa só aceita requisições de amizade de pessoas que ele conhece. Ou você deve informar o sobrenome desse adolescente ou você deve informar o e-mail que ele está cadastrado aqui no *MySpace*. É uma coisa simples, tecnologicamente fácil de ser feita, mas sem dúvida nenhuma essa é uma das maiores barreiras ao contato indesejado entre adultos e adolescentes. Vários pedófilos acabam parando aqui porque não têm como passar dessa barreira. O senhor poderia avançar, por gentileza.

Bom, dando continuidade, nós fizemos, em conjunto com uma empresa privada, um banco de dados de pedófilos chamado *Sentinel Safe*. É uma lista que cruza todas as informações de criminosos sexuais dos Estados Unidos, como pessoas que eventualmente co-

meteram ou estão sendo processadas. Esse banco de dados é cruzado com o nosso banco de dados gerando uma lista de potenciais criminosos, ou seja, a pessoa ao se cadastrar no *MySpace*, ela é automaticamente comparada com esse banco de dados, resultando numa lista de potenciais exclusões.

Eu gostaria de mostrar aqui uma das telas desse sistema, e é uma sugestão inclusive que nós fazemos já nesse momento aos demais colegas da indústria, essa é uma tecnologia bem interessante. Do lado esquerdo está aqui o cadastro que vem da justiça americana sobre um criminoso, um pedófilo, um predador sexual. Esses dados aqui vêm diretamente informados pelo Departamento de Justiça americana. Do lado direito está o cadastro dessa pessoa dentro do *MySpace*. Essa tecnologia automaticamente compara informações como primeiro nome, data de nascimento, CEP, imagem, e ela vai dando ao lado direito uma informação de bate ou confere e não confere, confere e não confere, e um analista do *MySpace*, que revisa vinte e quatro horas por dia esse banco de dados, vários analistas, aliás, ele ao perceber que essa pessoa se cadastrou no *MySpace*, ele bloqueia o acesso desta pessoa, preserva os dados que ela gerou e informa às autoridades através do Centro Nacional de Combate a esse tipo de crime de que essa pessoa violou provavelmente a sua condicional ao criar esse cadastro no *MySpace*.

Então, caro Presidente, caros membros dessa Comissão, essa é uma prova de que a tecnologia pode ser utilizada em favor do combate a esses criminosos e nesse sentido a *SaferNet* tem uma plataforma bem semelhante a essa no sentido de monitoramento dos conteúdos publicados, da seleção e preservação das provas que são coletadas em outras redes sociais de uma forma muito precisa. Uma proposta que nós gostaríamos já de eventualmente deixar junto a essa Comissão, obviamente nós vamos fazer isso de uma maneira oficial, é o entendimento mais amplo entre, por exemplo, quem tem já essa tecnologia, que é o caso da *SaferNet*, e os provedores, as empresas de Internet no sentido de construir algo próximo a essa plataforma. Eu tenho certeza que essa tecnologia que nós temos hoje nos Estados Unidos é viável em qualquer país do mundo. Basta um entendimento entre os sites, entre as ONGs e as autoridades, mas esse é um exemplo claro de que a tecnologia pode ser usada em favor do combate ao crime.

Aqui nesse slide, eu só queria explicar essa informação, em inglês *note say take down*(F), a legislação americana hoje permite, através de um ato chamado *Digital Millennium Copyright Act* - perdão pelo anglicismo mais uma vez - que permite que os provedores

de Internet removam conteúdo automaticamente ao serem notificados de alguma violação. Por exemplo, se eu tenho uma marca e foi publicado algum conteúdo ofensivo a essa marca ou de maneira criminosa eu posso remover isso através desse processo. Só que nós vamos um passo além. Nós pró-ativamente monitoramos o conteúdo e removemos sem esperar nenhuma ordem judicial. Como é que funciona isso? Mais um click, por favor.

A idéia é manter conteúdo inapropriado longe do *MySpace* através do monitoramento de conteúdo. O que o *MySpace* faz nesse sentido e eu espero que seja mais uma vez de boa utilização por toda a indústria de Internet. O *MySpace* revisa todas as imagens, todos os vídeos que são carregados no nosso site. Apenas lembrando, caro professor Thiago, são mais de quinze milhões de imagens carregadas por dia e mais setenta mil vídeos carregados por dia. Todo esse material, ele é revisado manualmente. Eu vou mostrar alguns exemplos de como isso é feito, lembrando que para o *MySpace* isso é uma premissa básica da nossa operação. Por ser a maior rede social no planeta, a nossa missão é provar que é possível, sim, eventualmente fazer um monitoramento mais ativo do conteúdo. Além dessa ação, todas as URLs ou os endereços de sites pornôfs de conteúdo pornográfico são automaticamente bloqueadas, ou seja, não é possível para um usuário dentro do *MySpace* apontar para um conteúdo pornográfico fora do *MySpace*. Essa é uma outra técnica que muitos criminosos têm utilizado, se beneficiando da rede social para jogar para um conteúdo fora, lembrando que a maioria dos sites, principalmente na Europa Oriental, eles têm conteúdo pornográfico e muitas vezes voltados à pornografia infantil, como é o caso de alguns países como Rússia e assim por diante.

Então no *MySpace* é proibido ao usuário lincar, ou seja, colocar conteúdo relativo a esses sites. Todas as imagens de um grupo devem ser pré-aprovadas pelo criador do grupo. Isso é muito importante, eu gostaria de explicar isso, que é tornar co-responsável o criador de um grupo, de uma comunidade pelo que é publicado ali naquela comunidade, ou seja, quando alguém cria um grupo, digamos que eu crio um grupo no *MySpace*, me permita a liberdade, o grupo dos fãs do Corinthians. Esse grupo, ele é de minha responsabilidade junto ao *MySpace* e todas as imagens publicadas dentro desse grupo são revisadas por esse proprietário, digamos assim, dessa comunidade. Por que isso é importante? Porque não há mais impunidade. Ninguém pode dizer que numa comunidade, num grupo, surgiu alguma informação do nada, sendo que ela foi autorizada pelo proprietário, pelo moderador desse grupo para ser publicada. Isso é um ponto muito importante porque

esses moderadores acabam se tornando nossos parceiros na informação de alguma violação de regra, em alguma ação indevida. Então diferente de outras redes sociais, a publicação de uma imagem deve ser autorizada pelo moderador desse grupo ou moderadores; podem ser até cinco moderadores.

Além disso, espalhado pelo site nós temos vários botões onde você, como usuário do *MySpace*, pode denunciar uma imagem devida ou algum abuso cometido pelo uso da nossa ferramenta. Importante dizer que essas requisições, que são milhares diariamente, elas são atendidas no máximo em até setenta e duas horas e já em português. A partir de setembro de 2007, antes da nossa versão em português oficialmente ser lançada; nós já temos uma equipe que atende e encaminha essas demandas em português. E, por fim, nós revisamos de maneira pró-ativa perfis que eventualmente tenham algum conteúdo indevido ou duvidoso. Isso se faz de uma maneira muito ampla usando a tecnologia, ou seja, nós monitoramos textos que são, contém palavras indevidas e também na revisão manual dessas informações.

Eu gostaria de mostrar aqui uma das telas do nosso sistema de revisão de imagens - mais um click, por favor. Essa tecnologia que foi desenvolvida e construída pelo *MySpace* internamente, e desde já nos colocamos à disposição de esclarecer como isso foi feito, ela vai espalhando todas as imagens que são carregadas no *MySpace*. Nós temos agentes de revisão de conteúdo divididos em dois níveis. Os Agentes de Nível 1, que são a maioria, eles marcam imagens que potencialmente podem ser inapropriadas, por exemplo, uma imagem que não está muito clara ou eventualmente uma imagem pornográfica, de conteúdo impróprio. Esses Agentes de Primeiro Nível fazem a revisão, a marcação dessas imagens e encaminham para os Agentes do Nível 2, e já vou explicar por que é importante esse encaminhamento. Os Agentes do Nível 2, que têm um preparo muito mais sofisticado, eles decidem se removem ou não esse conteúdo do nosso site. E por quê que eles são divididos em duas categorias? Porque esses Agentes de Nível 2, eles avaliam do ponto de vista cultural se uma imagem é indevida ou não. E onde me explico claramente – o *MySpace* hoje, operando em trinta e dois países, ele deve levar em conta as características culturais de cada país. Em países, por exemplo, de orientação islâmica, o consumo de álcool não é permitido, bem como a promoção desse consumo. Então se aparecem imagens, por exemplo, de uma pessoa tomando cerveja e essa imagem é direcionada para um país de orientação islâmica, esse conteúdo é removido. Ao fato de que aqui no Brasil, na América Latina, em outros países, o con-

sumo de cerveja é permitido e aceitável socialmente. Então esses agentes, eles não removem só conteúdo que é impróprio do ponto de vista de pedofilia, mas, também, conteúdo impróprio sensível para a cultura local. Imagens que são de pornografia infantil, de pedofilia, são imediatamente reportadas a um Centro Nacional de Combate à Exploração de Crianças. Esse Centro faz um trabalho muito forte, o professor Thiago conhece em detalhes, nós temos um acordo de cooperação com esse Centro, que já foi assinado há dois anos, onde nós ativamente informamos a eles quando encontramos algum conteúdo indesejado.

A mesma tecnologia se aplica a vídeos. E por que nós trouxemos essas telas? Para demonstrar a essa Comissão que é possível fazer isso. Os vídeos, eles são quebrados em blocos de imagens e o agente revisa como se fosse uma fotografia, ou seja, quadro a quadro ele tem aqui a análise desse vídeo. A imagem não está muito clara, mas basicamente é possível ver que é quadro a quadro a análise desse vídeo. E o processo é o mesmo. Em sendo encontrado algum conteúdo indevido, ele é removido e nós notificamos as autoridades.

Esse daqui é um botão espalhado por todo o site. Em cada imagem exibida no nosso site nós temos um botão onde o usuário pode denunciar alguma coisa indevida, ou seja, eu gostaria de deixar bem claro aqui que o *MySpace* tem duas ações nesse sentido – não só ele conta com a própria comunidade para combater esse tipo de conteúdo, ou seja, ele não só se beneficia do poder da rede social para combater esse conteúdo, como pró-ativamente também faz o monitoramento. Pode avançar, por gentileza.

A mesma coisa em vídeos, existe um botão onde você pode marcar esse vídeo como inapropriado e isso vai para aquela fila de análise dos nossos analistas de segurança.

Aqui existe uma tela de contato com o nosso centro de suporte. Mais uma vez, perdão, essa tela já está em português, eu trouxe uma versão em inglês. Por que eu gostaria de mostrar aqui essa tela? Ao fazer um contato com o *MySpace*, nós temos sete equipes diferentes de atendimento a clientes. V. S^{as}. podem imaginar como deve ser grande o volume de contatos que recebemos porque são cento e dez milhões de pessoas em trinta e dois países. Para facilitar esse contato nós categorizamos do que se trata o contato em relação ao *MySpace*, qual o motivo que está levando esse usuário a contatar o *MySpace*? Seria por uma questão de um impostor, seria porque foi encontrado um usuário abaixo da idade permitida, seria porque um conteúdo inapropriado foi publicado? Enfim, qual o motivo que leva esse usuário. Por quê?

Ao receber esse chamado, esse contato; de acordo com a gravidade exposta nós damos uma celeridade maior no atendimento dessa questão, ou seja, se o usuário reportar aqui que foi encontrada alguma imagem de pornografia infantil, esse chamado é atendido com prioridade dentro da nossa central. Eu vou contar agora como que é dividida essa central para facilitar esse processo. Pode avançar mais uma, por gentileza. Mais uma, por gentileza.

Bom, eu vou contar agora como que é feito esse contato e essa colaboração com a justiça. Nessa última seção, o que nós fazemos em termos de colaboração? Nós não colaboramos apenas com as autoridades, com a justiça. Nós colaboramos também com educadores, com ONGs. O *MySpace* tem uma política de muita abertura a contatos com terceiros na busca dessa solução através de educação e treinamento. O que nós estamos fazendo atualmente e isso vai se aplicar agora no Brasil, o Dr. Mauro assume as suas funções agora no dia 09 de junho e irá dedicar-se integralmente a executar essas ações aqui e também no Brasil. Nós criamos guias de ajuda para pais, adolescentes e educadores. É muito importante dizer, eu gostaria aqui de explorar isso com mais detalhe, o combate a esse incrível crescimento da divulgação da pedofilia deve ser feito também envolvendo a sociedade de uma maneira ampla e principalmente os adolescentes e jovens que são vítimas na maior parte do caso desses crimes. Então é necessário que nós usemos uma linguagem próxima também dessa audiência e o *MySpace* tem feito isso nos Estados Unidos e em outros países de maneira muito profunda. Nós criamos guias de ajuda que são escritos numa linguagem mais informal, mais jovem, para que haja o interesse dos adolescentes em colaborar também nesse combate. Nós oferecemos um software para pais, que os pais podem monitorar o que o seu filho vem fazendo dentro do *MySpace*. Esse software é uma iniciativa muito interessante, foi desenvolvido pelo *MySpace*. Então, por exemplo, em sendo pai, você pode carregar esse software, colocar o nome dos seus filhos e verificar se eles têm perfis no *MySpace* e o que está sendo feito dentro desse perfil, ou seja, um monitoramento que é um pouco mais amplo do que apenas a entrada dentro do *MySpace*. Nós também apontamos para ONGs e parceiros de segurança para que eles possam ter uma visibilidade dentro do *MySpace*, fazemos campanhas de interesse público e damos um atendimento privilegiado para autoridades que eu já vou explicar em sequência.

Bom, em dois slides eu vou explicar, essas são as centrais de atendimento e suporte do *MySpace*. Nós não temos apenas uma central com poucas pessoas dando atendimento a essas demandas, são várias e eu

gostaria de explicar como é que isso é organizado. Nós temos uma central que é chamada de monitoramento pró-ativo de regras, ou seja, uma equipe que fica permanentemente disponível, vinte e quatro horas, sete dias por semana, monitorando os perfis e verificando se existe alguma coisa indevida. Há uma equipe de atendimento ao cliente; uma equipe mais ampla; genérica... Que nessa equipe dá prioridade a chamados que são ou relacionados a menores de idade, roubo de identidade e *cyberbullying*, que é, digamos assim, o assédio indevido a algum jovem, a algum adolescente dentro do ambiente da Internet. E, finalmente, todas as solicitações de autoridades têm prioridade máxima dentro desse atendimento.

Há, finalmente, uma equipe de revisão de conteúdo que analisa todo o conteúdo publicado no site, e diferente da equipe de monitoramento, essa equipe é a equipe que remove as imagens, os vídeos e notifica as autoridades. Ainda continuando, mais outras três equipes de segurança. Nós temos uma equipe que efetivamente combate o *spam* e o *fishing*(F). *Fishing*(F) é uma tecnologia usada para o mal do roubo de identidades pessoais do usuário. Isso é muito utilizado hoje no roubo de informações de utilização de bancos pela Internet. Nós temos uma equipe que se dedica exclusivamente a isso. Suporte geral, onde nós respondemos dúvidas e tópicos genéricos dos usuários e a equipe de segurança internacional, da qual o Dr. Mauro faz parte. Esse é um pessoal de segurança localizado em vários países, além dos Estados Unidos, na Inglaterra, Austrália, França e Itália. Estamos contratando atualmente na Alemanha, Canadá, e já anunciamos hoje a contratação do Dr. Mauro aqui para o Brasil.

O que nós fazemos com relação às autoridades policiais e judiciárias? Nós mantemos um suporte contínuo para essas autoridades através da assinatura de termos de colaboração, de cooperação. Já gostaria de manifestar a essa Comissão que nós estamos, neste exato momento, em entendimentos com a *SaferNet* na busca da assinatura de um Termo de Cooperação. Eu e professor Thiago já fizemos a tradução desse documento, enviamos já ao grupo executivo do *MySpace* e...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Esse termo pode ser assinado aqui na CPI?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Sim, com certeza, e já teremos em breve um retorno para essa solicitação. Além disso, nós estamos ativamente também junto ao Ministério Público Federal de São Paulo buscando a assinatura de um Termo de Cooperação. Esse é o reconhecimento do *MySpace* ao bom traba-

lho executado e o compromisso nosso em relação ao resultado desta Comissão.

Nós temos, além disso, a preservação de dados de usuário e da vida desse usuário dentro da Internet por mais de um ano, ou seja, as informações dos criminosos sexuais, dentro do *MySpace*, são preservadas por trezentos e sessenta e cinco dias. Não há legislação hoje que nos obrigue a preservar por tanto tempo. Na verdade a legislação americana flutua entre trinta a noventa dias. No *MySpace* nós decidimos estender essa preservação por até um ano e isso é muito importante em países como o nosso, onde nós estamos nos desenvolvendo ainda, a justiça ainda não tem a celeridade mais desejada possível e a preservação desse dado permite que o criminoso não fique impune. Além disso, nós temos uma parceria com esse centro de combate à exploração de jovens e pró-ativamente treinamos autoridades no combate a esse tipo de crime.

Finalmente, essas são páginas do *MySpace* que nós mantemos de maneira muito proeminente no nosso site, explicando a pais, educadores e adolescentes o que se trata a segurança no *MySpace*, por quê que é que é importante. E mais uma vez reforçando que essa linguagem é construída de uma maneira em que não venha a ser repellido o acesso e o interesse do adolescente, pelo contrário, é construído de uma maneira a tornar esse tema interessante também para os adolescentes. Esse conteúdo hoje, ele está em cinco idiomas e o Dr. Mauro irá coordenar a publicação desse conteúdo em português aqui no Brasil.

Finalmente, eu trouxe aqui algumas imagens sobre esses guias de ajuda que nós estamos distribuindo nos Estados Unidos. Esses dois guias aqui foram distribuídos de uma revista americana voltada para adolescentes femininas. Nesse guia, usando uma linguagem bem interessante, nós explicamos a essas jovens porque é importante preservar a sua identidade, porque é importante não contatar adultos, porque é importante não expor a sua vida pessoal e reforçando que esse encarte, saiu nessa revista de adolescentes femininas e em várias outras revistas, seria como se fosse a publicação da Revista Capricho aqui no Brasil, uma revista voltada a adolescentes femininas. Esses guias, eles são distribuídos em escolas, nós já fizemos mais de cinquenta mil reuniões em escolas, onde um representante do *MySpace* explica o porquê que é importante preservar a sua vida pessoal dentro de uma rede social. E, além disso, aqui estão listadas algumas das parcerias que nós temos assinadas de acordo e espero que em breve nós possamos adicionar as parcerias a serem assinadas também nesta Comissão.

Essas são campanhas, e eu vou mostrar algumas delas, que nós publicamos - pode dar dois clicks, por gentileza - contando um pouco mais sobre a nossa política de segurança. Uma coisa é - nós criamos a política de segurança e não divulgarmos ela a ninguém. Isso não vai levar a nada, ou seja, não vai se dar conhecimento e publicidade a isso. Nós ativamente nos Estados Unidos veiculamos inserções em rádios, jornais, canais de televisão e até na própria Internet divulgando informações sobre segurança. Esse é um processo que eu tenho certeza que aqui no Brasil já foi iniciado pela *SaferNet* através da Internet, mas que pode até ser estendido à campanhas de interesse público. Nós poderíamos contar com a colaboração de vários veículos de comunicação--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – A nossa proposta é que vá para todos os meios de comunicação. Brasileiro é tarado em novela. Tem que ir para todos os meios de comunicação, até por que, com todo respeito à inteligência dos donos do site, que ganham muito dinheiro e podem muito bem, e isso na verdade é um viés social extremamente importante até para preservação e crescimento da própria empresa, não é? Então, quer dizer, no Termo de Ajuste de Conduta, nós não vamos querer menos que isso, que todos realmente se disponham a fazer a mesma coisa nos meios de comunicação, não tão somente na Internet, porque veja, o cara que entra na Internet ele não quer nem saber de olhar lá se tem propaganda institucional ou ensino... Ele já entra querendo é entrar no... Sei lá o que ele está querendo ver, o que ele está querendo pesquisar, o que ele está querendo postar, o que ele está querendo falar, e na verdade, a visibilidade é nos meios de comunicação. Eu parablenizo aí, eu acho que, Dr. Thiago, no Termo de Ajuste de Conduta com todos; é preciso inclusive que inclua o nosso querido... Como é que se diz? Essa Internet do Governo de um monte de gente aí é o... Eu esqueci a palavra, aqueles que têm duzentos milhões na conta e fez cinco mil cartilhas até oito anos atrás?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Abranet.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – É o Comitê Gestor da Internet, duzentos milhões na conta, cinco mil cartilhas há oito anos atrás. Eles têm que entrar nessa dança. Por que esse dinheiro está sendo guardado para que? É para superávit primário?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Sem dúvida. Poderia avançar, por favor.

Então este é o último slide, apenas reforçando que o *MySpace* atua em três áreas – na prevenção de contato indesejado entre adultos e adolescentes, no monitoramento e remoção de conteúdo indesejado e na

colaboração plena com as autoridades, sejam elas policiais, judiciárias e com a sociedade como um todo.

Eu gostaria de terminar essa exposição agradecendo mais uma vez ao convite feito por esta Comissão ao *MySpace*, reforçando que nós nos sentimos honrados de colaborar com os trabalhos dessa Comissão que eu tenho certeza está mudando a história da Internet aqui no Brasil e, mais ainda, visa o bem mais amplo que é a proteção à criança, a proteção àquele que não tem defesa própria, que não tem a possibilidade de eventualmente ser protegido. Terminando saudando ao professor Thiago pelo excelente trabalho mais uma vez efetuado, gostaria de lembrar que a recompensa desse trabalho não é só terrena, Thiago, a recompensa também será divina, porque o evangelho diz que das crianças é o reino dos céus. Então o trabalho que vocês fazem com certeza não vai ser benefício só aqui no mundo terreno. Eu gostaria, também, de terminar saudando aos membros dessa CPI, parabenizando mais uma vez mais pelo excelente trabalho e nos comprometendo aqui a três ações específicas já respondendo ao Presidente desta Comissão. Nós estamos considerando mais uma vez termos de cooperação com a *SaferNet*, já avançamos nesse sentido, espero em breve estar com esse termo pronto para ser assinado, também com o Ministério Público Federal de São Paulo. Hoje apresentamos aqui a essa Comissão o Diretor de Segurança--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Só um minutinho. Esse termo com o Ministério Público, quando fala Ministério Público Federal, sempre, sempre, sempre, fica parecendo que não têm outras autoridades e eu sei que a intenção não é essa. Eu sei que é colocado Ministério Público Federal porque a briga começou com o Ministério Público Federal em cima, mordendo e querendo resolver o problema, mas esse termo deve ser estendido aos Ministérios Públicos Estaduais, às polícias estaduais. Estou certo Dr. Tito? A classe agradece, não é? É porque eu sou um Promotor frustrado.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Então, para colaborar com todos os Ministérios, perdão, Presidente, a nossa intenção é realmente colaborar com todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – A Dra. Catarina está rindo porque ela é ex-Procuradora-Geral do meu Estado e o Dr. Carlos(F) é do Grupo de Combate ao Crime Organizado e eles assinam termo lá e nós vamos prender como aqui embaixo?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Não, nós prometemos buscar o entendimento com todos realmente. O *MySpace* não opera só em São Paulo, opera no Brasil todo. Agradeço então mais uma vez esse convite

e espero colaborar pró-ativamente. Já estendo já, caro Presidente, em estando essa Comissão em São Paulo já está estendido o convite para conhecer as nossas humildes instalações. O professor Thiago esteve lá, sabe que são instalações humildes, mas as portas estão abertas. Além disso, nós estendemos o convite a essa Comissão, se for do interesse, a conhecer as nossas instalações nos Estados Unidos aonde nós efetuamos todo esse combate, esse controle à pornografia infantil. Agora eu me coloco a disposição dessa Comissão e agradeço mais uma vez o convite. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Bom, eu pedi a elaboração de algumas perguntas para que eu pudesse juntamente com o Relator fazer essa interação. Se isso daí for verdade está bom, nem precisa perguntar mais se for tudo verdade. Então eu tomei uma decisão aqui, eu estou falando do Dr. Tito porque ele está aqui falando em nome do Dr. Demóstenes, de quem ele é assessor, o Senador Demóstenes Torres. Eu queria só pedir ao fotógrafo para ele ficar de lado assim, senão esse rapaz que está atrás de você vai quebrar o pescoço, que ele está assim.

Então vejam – nós vamos fazer uma Audiência Pública, vamos convidar todos os operadores para essa Audiência Pública no Interlegis, vamos fazer uma Audiência com o Brasil, para o Brasil no auditório da Interlegis, com todos os operadores no Brasil, *Google*, *MySpace*, *Facebook* - O Igor já chegou aqui ou está ensaiando para entrar? Está ensaiando, né? - UOL. Quem mais, Dr. Thiago? Terra, IG, todo mundo, Microsoft, para que a gente possa ouvir de todos o que se está fazendo, o que se pretende e, acima de tudo, o Termo de Ajuste de Conduta, e aí será um grande passo para a Nação brasileira. Vamos fazer um grande debate brasileiro, as Assembléias Legislativas do Brasil que são interligadas à Internet, eu sei que o tema vai interessar ao Brasil inteiro, à mídia do Brasil inteiro, faremos um debate público dos mais importantes, até porque as propostas, e uma que acabei de ouvir aqui, dizendo que é muito importante para nós que já existe nos Estados Unidos, que é a questão do e-mail. De tudo que nós já pensamos, ainda tem muita coisa para ser pensado de combate a crime cibernético. Então eu acho que essa será a grande colaboração da sociedade, será essa Audiência Pública onde vamos ouvir a todos e todos possam fazer as suas exposições com essa natureza, cada qual fará com essa natureza, com o tempo, ainda que isso nos custe um dia inteiro, mas será de uma importância vital tanto para o consumidor quanto para as autoridades.

Sei que são empresas e elas concorrem, são concorrentes entre si, e acho que quando o Brasil se levanta na defesa dos seus filhos, principalmente

das suas crianças hoje, há um levante da sociedade, ganhará com a sociedade a empresa que mais tiver à disposição da família e perderá aquela que estiver mais à disposição do criminoso, ou seja, de proteger quem comete crime na Internet principalmente nesse viés familiar.

Eu sei que algumas perguntas já foram respondidas aqui, mas eu vou insistir fazendo. Eu não sei se o Dr. Thiago queria falar antes de mim?

Eu queria saber do Dr. Emerson, qual é o tamanho das operações do *MySpace* no Brasil?

SR. EMERSON CALEGARETTI – No Brasil nós somos em sete pessoas atualmente e o nosso planejamento é chegar até o final de ano, Presidente, com vinte pessoas aqui no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O senhor pode me fornecer alguns números como números de usuários, número de comunidades, fotos, mensagens, trocas, mensagens trocadas no *MySpace* hoje?

SR. EMERSON CALEGARETTI – No Brasil são três milhões de pessoas que visitam as nossas páginas, dentre esses três milhões um milhão e meio se cadastram para ter um perfil, ou seja, ter uma presença dentro do *MySpace*.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Há notícias, por exemplo, de que o *MySpace* foi acusado de facilitar a ação de pedófilos nos Estados Unidos e em outros países onde têm mais usuários. Por enquanto o *MySpace* tem uma operação recente no Brasil e ainda muito pequena aqui se for comparada ao *Orkut*. Com o crescimento vocês vão se tornar um problema, quer dizer, ajudar a ser um problema maior do que nós já estamos aqui e estamos procurando resolver?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Não é nossa intenção, Sr. Presidente, causar o mesmo aborrecimento e infligir um peso maior ainda na justiça como tem sido feito. É fato, Sr. Presidente, que em 2005, 2004, o *MySpace* foi vítima muitas vezes de criminosos que se utilizaram da nossa ferramenta para promover esse tipo de crime. Mas a nossa atitude, Sr. Presidente, eu gostaria de deixar isso bem claro, foi de humildade em reconhecer o nosso erro, em reconhecer que faltavam ferramentas como essa, faltava do nosso lado um comprometimento maior com essa questão. Então nós, humildemente, concordamos com todas as demandas da justiça e em 2005 começamos a montar essa estrutura que hoje foi apresentada. E tanto é fato que essa estrutura hoje, ela é reconhecida pela sua qualidade que há seis meses atrás nós assinamos, nos Estados Unidos, com quarenta e nove Estados, um acordo amplo tornando essa tecnologia que o Sr.

Presidente teve acesso hoje, o padrão de segurança nas redes sociais.

Então, o *MySpace*, ele vem de uma linha totalmente diferente, Sr. Presidente, até me orgulho de dizer isso, porque ao aceitar o convite para dirigir essa empresa no Brasil, essa foi uma das principais razões que me levou a aceitar esse convite, porque o posicionamento é diferente e, principalmente, a nossa idéia é em sendo uma empresa nova aqui no Brasil começar com o pé direito. A única alternativa que nós temos de eventualmente crescer a nossa operação aqui no Brasil é oferecer um ambiente mais saudável, mais seguro para as famílias, para os usuários aqui no Brasil. Então a nossa intenção, Sr. Presidente, é ter uma posição totalmente diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – *MySpace* pertence a um dos maiores conglomerados mundiais de mídia, a *News Corp.* Já tendo conhecimento dos problemas que produtores similares podem enfrentar no Brasil, que medidas empregadas - eu acho que é isso que o senhor colocou aí – essa empresa gigantesca tomou para lançar seu produto aqui no Brasil, isto é, para funcionar de forma limpa e segura? Bom, isso realmente foi respondido na sua apresentação.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Sr. Presidente, eu peço a liberdade...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Fique à vontade.

SR. EMERSON CALEGARETTI – O Dr. Mauro tem um compromisso, vai se desligar dessa Reunião, eu gostaria se fosse possível que ele tivesse um minuto da palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim. Fique à vontade, Dr. Mauro.

SR. MAURO RENNER – Bom, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui presente na Comissão, agradecer o convite do Emerson, eu não sou oficialmente ainda membro da equipe do *MySpace*, mas a partir do dia 09, como ele destacou, eu vou ser o responsável pela área de segurança e privacidade e coloco-me à disposição de todos para aquilo que eu puder ajudar, a prestar a informação que for possível, colaborar com a *SaferNet*, com o Thiago, com quem eu já tenho aí pela indústria algum contato e já colaborei dentro do escopo do meu trabalho que é desenvolvido na minha atual função dentro da empresa da qual eu estou me desligando. Eu peço desculpas por ter que sair durante a Reunião, mas eu já tinha um compromisso em São Paulo e, mais uma vez, fico à disposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Obrigado ao senhor, só lembrando que

vai assumir a segurança aí, esse Termo de Ajuste de Conduta assinado com os Estados americanos, quer dizer, que esse Termo de Ajuste de Conduta seja assinado com os Estados brasileiros, não só como a Federação como um todo, mas existe todo um aparato de segurança, de investigação, de prevenção e de enfrentamento de segurança que é feito nos Estados aí. Eu me refiro à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e às Polícias Estaduais no sentido de que esse Termo de Ajuste de Conduta possa atingir a todos.

A empresa tem estatísticas precisas sobre identificação e a remoção de conteúdo criminoso em seus sites de relacionamento?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Essa informação é disponível e, se V. Ex^a. me permitisse, eu gostaria de fornecer em privado essas informações, porque são de cunho estratégico e competitivo. Mas hoje nós podemos afirmar que essa quantidade beira um número muito pequeno, porque a prevenção foi muito eficiente. Até que essas tecnologias de 2005 a 2006 fossem implementadas, nós tínhamos um conjunto enorme de quantidades de remoção e de ação do nosso lado. Mas as ferramentas de prevenção diminuíram esse número para a casa das dezenas. Se V. Ex^a. me permitir, eu gostaria de fornecer essas informações num ofício privado junto a essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Faz favor. Qual o tempo médio para a retirada de perfiz, comunidades, fotografias e imagens de pornografia infantil e de pedofilia?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Essas imagens, esse conteúdo é removido num prazo máximo de trinta minutos do recebimento desse conteúdo. Nenhum conteúdo passa mais do que trinta minutos no *MySpace* publicado, desde que seja um conteúdo indevido.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Quantas denúncias aproximadamente resultam em medidas efetivas para a retirada do conteúdo criminoso?

SR. EMERSON CALEGARETTI – 100%.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Por quanto tempo a empresa conserva acessíveis dados de conexão de usuários suspeitos de praticar aqueles crimes?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Por mais de um ano, por trezentos e sessenta e cinco dias, diferente até das diversas legislações em cada país, prezado Presidente. Em alguns países se pede trinta dias, em alguns países noventa dias. O *MySpace* tomou uma decisão de preservar esses dados por trezentos e sessenta e cinco dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Que tipo de dado é preservado?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Os dados de informação pessoal do usuário, a sua atividade dentro da Internet, ou seja, o que ele executou, o que ele publicou, o que ele escreveu, toda a sua atividade e todas as informações de rastreamento de contato, ou seja, IP. Essa é uma informação um pouco mais técnica. As informações de IP nos permitem saber exatamente de onde ele foi veio e para onde ele foi e essa informação pode ser utilizada pelas Policiais Federais, Civil, no âmbito de achar exatamente de que computador, Sr. Presidente, saiu essa solicitação, a criação desse conteúdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Quais os critérios que vocês vão usar para fornecer esses dados às autoridades brasileiras?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Num primeiro momento nós já trabalhamos através do recebimento de uma ordem judicial, nós disponibilizamos essas informações, mas a nossa intenção, nesse acordo a ser assinado com o *SaferNet* e com os demais operadores dessa questão, é estabelecer um canal aberto de comunicação, ou seja, ao invés de apenas atuarmos através da rede do recebimento de uma ordem judicial solicitando a quebra de sigilo, a nossa idéia é assinar um Termo de Cooperação aonde esses dados sejam informados diretamente à justiça, ou seja, através de uma ONG ou através diretamente da autarquia que solicitou. No atual momento, eu gostaria só de reforçar, Sr. Presidente, nós fazemos esse fornecimento através do recebimento de uma ordem judicial enviada ao MySpace aqui no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Quanto tempo a empresa demora para remover prova de pedofilia a ela denunciada, as provas especificamente de pedofilia, fora de outros crimes?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Em pedofilia a situação é a mesma. No máximo em trinta minutos esse conteúdo é removido e preservado, para posterior investigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – A empresa dispõe de tecnologia de filtros para excluir automaticamente imagens que provam a materialidade do crime de pedofilia e pornografia infantil?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Sem dúvida nenhuma. No momento em que esse conteúdo é removido, ele é marcado como conteúdo referente à pornografia infantil. Isso facilita bastante porque, prezado Presidente, são quinze milhões de imagens e se não houvesse esse filtro não haveria como as autoridades rapidamente chegarem até o criminoso, porque um

ponto muito importante em relação a isso, eu gostaria de ressaltar, se V. Ex^a. me permitisse, é a velocidade com que o criminoso pode escapar. Ele pode publicar essas informações e apagar o seu rastro rapidamente. Então o filtro que denuncia essa imagem como sendo de pornografia infantil permite que as autoridades trabalhem rapidamente e não contem, digamos assim, com a facilidade ou a impunidade que esse criminoso venha a ter.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Quantas pessoas, eu falo em mão-de-obra, vocês têm hoje para atender o usuário?

SR. EMERSON CALEGARETTI – No mundo inteiro são três centros de atendimento, na Ásia, na Europa e nos Estados Unidos, e a quantidade estimada dessas pessoas no dia de ontem, nós temos em torno de quatro mil e novecentas pessoas nesses centros de atendimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Funcionários aqui no Brasil são quantos?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Funcionários aqui no Brasil são dez funcionários, mas reforçando que, se V. Ex^a. me permitir, parte dessas quatro mil e novecentas pessoas têm conhecimento de português e fazem também o atendimento em português.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Tem um número?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Eu não tenho o número exato, mas prometo já de antemão declarar essa informação posteriormente à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Aproximadamente quantos casos de denúncia de crime de pedofilia e pornografia infantil foram apurados e comunicados ao Ministério Público esse ano?

SR. EMERSON CALEGARETTI – No Brasil V. Ex^a. se refere?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Ah-hã.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Não é do nosso conhecimento até agora nenhum caso. Em checagem como a *SaferNet*, se não me engano, no mês de outubro do ano passado até então não tínhamos nenhuma denúncia e acredito que até hoje não chegou uma denúncia em relação a essa ocorrência, uma vez mais, reforçando que claro que eventualmente não vamos estar totalmente isentos de um dia virmos a receber alguma denúncia, mas vamos colaborar 100% na elucubração de como resolver essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Eu tenho aqui alguns exemplos disponíveis para o público na Internet, a assessoria me passou e

eu queria... Tem como abrir aí para a gente olhar? A assessoria passou isso para mim aí sem saber que eu não sei falar inglês, né? Que coisa! Eu não sei ler isso aí não. Quem me deu esse trem aí que leia. Lê aí Thiago esse negócio aí.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Se V. Ex^a. me permitir--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Claro.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Essa notícia de outubro de 2006 informa que um editor--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Leia para mim ver.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Claro. Desde o começo? O editor da revista *War News* e hacker, ou seja, a pessoa que invade computadores, reconvertido ao bem, Sr. Kelvin Poulsen, publicou um artigo hoje explicando como ele conseguiu escrever um código que conseguiu encontrar predadores sexuais dentro do *MySpace*, algo que a empresa se recusou a fazer. Isso em outubro de 2006. Alguns desses criminosos foram encontrados em momentos privados com a sua família e amigos, mas alguns deles foram encontrados ativamente solicitando sexo de crianças. Esse trabalho levou à prisão de um deles, Andrew Lubrano. Esse cidadão, Andrew, inclusive foi condenado, se eu não estou enganado, à prisão por mais de cem anos nos Estados Unidos. Continuando essa reportagem, o editor prova que efetivamente seria possível uma tecnologia aonde você encontrasse esses agressores sexuais, e é o que foi de fato executado pelo *MySpace*. De posse do conhecimento dessa tecnologia nós desenvolvemos esse sistema.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Põe o segundo. O segundo endereço. E essa notícia aí?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Essa notícia é de abril de 2006, também informa por quê que é importante que pais devem se preocupar com o *MySpace*. Postar muita informação em redes sociais pode ser perigoso. O autor dessa reportagem, Robert Stepford, voltou com outro relatório no site popular de rede social *MySpace* que fez manchetes recentemente desde que vários criminosos sexuais foram conectados ao site. Num relatório em várias partes num programa de televisão chamado *Dateline*, ele acompanha um oficial de polícia que assume uma identidade falsa, entra em conversações *on-line* com adolescentes e então, compartilha com os seus pais, quais foram as informações que ele encontrou. Esse programa foi ao ar no dia 09 de abril, eu acredito que seja 2006, a data superior diz 2006, e continua dizendo que você talvez não tenha ouvido falar do *MySpace*, isso em 2006, mas provavel-

mente todos os seus filhos já sabem o que é. É uma rede social, uma combinação de livro da escola, diário pessoal e um clube social. O maior dessas redes é o *MySpace*, na época então com cinquenta milhões de membros, uma das mais rápidas empresas em crescimento na Internet. E continua, eu acredito mais abaixo. Essa é uma reportagem que mostrou, em abril de 2006; eu me recordo exatamente dessa reportagem, dizendo que os pais deveriam ter um papel ativo dentro do monitoramento das atividades dos seus filhos dentro do *MySpace*. E essa foi uma atividade, Presidente, que foi publicada em revista e na televisão também para que o conhecimento ao perigo do acesso à Internet fosse divulgado em vários meios.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Pode por o outro endereço. Tá bom o inglês dele aí, Thiago? Tá bom o inglês dele aí?

SR. THIAGO TAVARES NETO – Tá bom [risos]

SR. EMERSON CALEGARETTI – Essa reportagem é de 18 de outubro de 2006, uma ação *on-line* que busca pedófilos dentro do *MySpace*. O editor do site de tecnologia *Weird(F)*... É a mesma reportagem duplicada, dizendo que ele fez um sistema onde ele pode encontrar pedófilos dentro do *MySpace* e ele reportou essa informação, informando que usou mil linhas de código para promover essa automação. Em maio ele começou essa programação e encontrou vários pedófilos. Nós, de posse dessa informação, em 2006, geramos então uma tecnologia similar a essa que veio a encontrar esse cidadão Andrew Lubrano, que foi condenado graças à colaboração do *MySpace* com a justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Aquele ali é o número de pedófilos cadastrados no banco de dados dos Estados Unidos?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Isso, esse é o número de pedófilos que nós retiramos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Trezentos e oitenta e cinco mil?

SR. EMERSON CALEGARETTI – Exato. Em maio, a citação dessa reportagem é em maio, eu comecei uma busca automatizada no *MySpace* e encontrei trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois criminosos sexuais espalhados por quarenta e seis Estados. Isso foi encontrado dentro do banco de dados do Departamento de Justiça, o banco de dados de criminosos sexuais dentro do Departamento de Justiça.

SR. THIAGO TAVARES NETO – Emerson, me permita só uma observação.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Claro.

SR. THIAGO TAVARES NETO – Na verdade ele diz ali "Eu fiz uma busca automatizada pelos trezentos

e oitenta e cinco mil pedófilos cadastrados no banco de dados do Departamento de Justiça”. Isso não significa dizer que eles estavam no *MySpace*.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Obrigado, Thiago, realmente--

SR. THIAGO TAVARES NETO – Ele fez uma busca naquela base de dados tentando ver se daqueles trezentos e oitenta e cinco mil, se ele encontrava algum no *MySpace*, ou seja, não foram encontrados trezentos e oitenta e cinco dentro do *MySpace*.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Dentro do *MySpace*, e é exatamente essa tecnologia que nós mostramos naquele slide que faz a comparação desse banco de dados do Departamento de Justiça com os nossos usuários. Nós humildemente nos apossamos da idéia desse repórter e usamos a mesma tecnologia para encontrar dentro do *MySpace* quem eram esses predadores sexuais. E foi dito aí na reportagem que dos trezentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e dois, em quarenta e seis Estados, ele não encontrou ninguém, se eu não estou enganado; aliás, encontrou um, que é esse Andrew Lubrano, trinta e nove anos de idade, de Nova Iorque, que teve já quatro prisões por crimes sexuais. É isso, não é?

SR. THIAGO TAVARES NETO – Agora me permita só fazer também um comentário. Em 2006 foi veiculada uma notícia que teve uma repercussão muito grande inclusive aqui no Brasil, de que o *MySpace* retirou do ar vinte e sete mil predadores, pedófilos que viraram identificados, usando a rede social nos Estados Unidos. Se fosse possível se o senhor pudesse comentar um pouco sobre isso.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Claro, isso é fato, é notório e público, nós temos essa informação detalhada depois para compartilhar com essa Comissão. A partir do momento, como eu já havia explanado anteriormente, a partir do momento em que sendo pressionado pela justiça a ter mais controle sobre o seu conteúdo, o *MySpace* humildemente aceitou colaborar de maneira mais eficiente. O primeiro passo, logo quando essa tecnologia foi lançada, nós removemos e denunciávamos para a justiça americana vinte e nove mil criminosos sexuais, ou seja, nós demos um passo além do que foi pedido pela justiça, nós denunciávamos vinte e nove mil criminosos sexuais que foram removidos completamente do *MySpace*.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Continua.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Claro. Essa notícia, que data de 22 de outubro de 2006, também vai à mesma linha, dizendo que o *MySpace* pode se tornar um campo onde a pedofilia poderia florescer. O termo *breeding* é florescer. Escreve o autor que dentro

de uma aula que ele tinha na escola, eles escreveram sobre o *MySpace*, como fazer atos ilegais dentro do *MySpace*. Nessa conversa, a conversa toda girou em torno de pedófilos e predadores sexuais que encontram crianças na Internet. Várias pessoas dessa classe desse estudante pensaram que os adultos deveriam ser punidos porque eles deveriam saber exatamente que isso é um crime. Por que não fazer isso em ambos os caminhos? Então esse artigo, o autor diz que eventualmente em outubro de 2006 o *MySpace* poderia se tornar um ambiente favorável ao surgimento de vários crimes de pedofilia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Tudo bem. Passa para o outro.

SR. EMERSON CALEGARETTI – É um outro artigo escrito por esse Sr. Jimmy(F), o artigo foi escrito em 2006, janeiro de 2006, ali na data superior é janeiro de 2006, que o *MySpace* estava dando muita publicidade em relação a casos de pedofilia. Eu vou ler só o primeiro parágrafo, se V. Ex^a. me permitir. Houve várias publicidades, ou seja, informações sobre o *MySpace* graças ao seu usuário amigo chamado Pedro Peter(F). Esse meu amigo notou que foi anunciado na televisão sobre esse combate à pedofilia. Não é que eles anunciem sobre o combate à pedofilia, mas sim porque várias redes de televisão vêm executando programas combatendo informações sobre esses perversos, satisfazendo a curiosidade do público e a fascinação com pessoas como essas que têm problemas psicológicos, os pedófilos, no caso. Tudo começou quando o Yahoo, uma empresa americana de Internet, fechou uma sala de bate-papo que era gerada pelos usuários. É claro. Pedófilos são raros - diz o artigo. Se você escreve que você é uma garota de doze anos ou um garoto, 2/3 da sala de bate-papo vão te mandar um convite. Não são somente perversos ali na sala de bate-papo. Existem, também, exploradores que usam informações de captura de senhas, manipulação, para fazer a sua própria - com o perdão da expressão - sacanagem, usando crianças e tendo lucro com isso. Ele termina dizendo que antes que sites como o *MySpace* fossem considerados como inúteis, é um ambiente muito propício para a ampliação de contato entre jovens. Outros sites também têm esse desvio e são... Enfim, o inglês dele, para ser sincero, Presidente, é bem difícil, viu, está difícil de traduzir.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas já entendemos. Passa para o outro, esse outro inglês é melhorzinho.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Esse artigo, que não é datado, informa que um senhor chamado... Aliás, o título da mensagem é “Encontrado um pedófilo no *MySpace*”. Um senhor chamado Michael Ramos, de

quarenta e oito anos de idade, estava procurando um pouco de ação - subentenda-se aí atividade sexual - com uma garota de quinze anos que ele conheceu no *MySpace*. Ele acredita que ela realmente existe, mas na verdade a polícia de San Bernardino, um condado americano, prendeu o Sr. Ramos por tentar enganar uma adolescente de quinze anos que ele conheceu no *MySpace*, indo para um lugar seguro e fazendo sexo com essa jovem. Acontece que essa era uma brincadeira que alguns amigos tentaram fazer com o Sr. Ramos e o Sr. Ramos pensou que ele estava realmente indo encontrar uma adolescente. Depois que ele foi até o local para praticar sexo com essa suposta adolescente, esse mesmo grupo de pessoas estava esperando por ele. Esse grupo de pessoas chamou a polícia--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Sacanagem!

SR. EMERSON CALEGARETTI – -- e Mr. Ramos, rapidamente estava vestindo uma roupa de presidiário e aguardando o julgamento. Isso é algo que acontece, Presidente, muito ativamente nos Estados Unidos. As próprias autoridades se utilizam das salas de bate-papo, da Internet, ativando o interesse desses pedófilos, convidando eles para um encontro real e ali naquele momento eles prendem o indivíduo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Aqui não pode não, né? Aqui o cara pode portar, pode tudo. Passa para a outra aí. Encerrou? Tem mais uma ainda.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Aparentemente um vídeo que iria ser exibido, não está mais disponível, deve ter sido removido desse site.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Bem, são essas as perguntas. Recebi outras perguntas da assessoria aqui também, mas são as mesmas. O Dr. Thiago tem a palavra.

SR. THIAGO TAVARES NETO – Sr. Presidente, Dr. Emerson, eu queria rapidamente, apenas deixar registrado o meu testemunho, confirmar o que o Dr. Emerson disse no início do depoimento dele. Quando o *MySpace* chegou ao Brasil, no ano passado, eu recebi uma ligação no meu celular, do outro lado era o Dr. Emerson, dizendo o seguinte – “Olha, Thiago, você não me conhece, eu me chamo Emerson Calegaretti, eu estou assumindo as operações do *MySpace* no Brasil, a gente está acabando de abrir o escritório em São Paulo e eu gostaria de, antes de colocar a mobília na sala, já fazer uma reunião com a *SaferNet* e com o Ministério Público para que a gente possa explicar de que forma a gente pretende atuar no Brasil em relação aos crimes cibernéticos contra os Direitos Humanos”. Eu disse – “Está bem, eu agradeço o convite, aceito com prazer”. Para nós foi especialmente relevante, até

porque essa não tem sido a postura média, a postura de outras empresas, como no caso foi da Google, em relação à sua atuação no Brasil. Eu estava uma duas semanas depois em São Paulo, por passagem, fui até o *MySpace* e lá estive por duas horas. E o Dr. Emerson Calegaretti, junto com uma outra funcionária, me fez uma apresentação parecida com essa, explicando como eles atuavam nos Estados Unidos e como é que eles iam atuar no Brasil. Na época eu tinha essas informações, muitas delas que foram colocadas hoje aqui, de que nos Estados Unidos de fato houve um problema muito grave, muito sério envolvendo a utilização indevida desse serviço, dessa rede social, por predadores sexuais, por pedófilos que tentavam, por meio do site, assediar crianças, aliciar crianças, tentavam fazer um contato presencial. Então a gente tinha essa informação, a gente acompanhava essa evolução desse caso nos Estados Unidos e foi especialmente importante essa primeira reunião, esse encontro e essa postura.

Eu queria, Sr. Presidente, eu tive o cuidado de antes de vir para essa Sessão solicitar aos engenheiros da *SaferNet* que fizessem um levantamento no banco de dados nosso, que hoje tem aproximadamente um milhão e duzentas mil denúncias anônimas de crimes e violações contra os direitos humanos. Destas há um índice de duplicidade muito grande, em torno de 90%. Existiam até às nove horas de ontem, às vinte e uma horas de ontem, que foi quando o relatório foi fechado, o relatório que eu tenho aqui, existiam mais de cento e vinte e cinco mil denúncias únicas, páginas diferentes, e no meio dessas cento e vinte e cinco mil denúncias únicas, páginas diferentes, existem seis páginas do *MySpace*, meia dúzia, só que dessas meia dúzia, que passaram pela análise dos nossos analistas, não foi constatado indício de crime. Então eu aproveito a Sessão para anunciar isso, de que nós nunca encaminhamos uma denúncia para o *MySpace* no Brasil porque até agora ainda não houve nenhum caso concreto que tenha sido denunciado na *SaferNet* e que a gente tenha conseguido constatar a materialidade do crime e, portanto, redigir uma notícia-crime e encaminhar para o Ministério Público com cópia para a empresa responsável pelo serviço. Foram denunciadas seis páginas, dessas seis páginas em nenhuma delas havia indício de crime. Eu tenho as URLs dessas páginas e, atendendo a sua solicitação, à solicitação de V. Ex^a., esses seis endereços serão encaminhados para a CPI para que a própria CPI faça essa verificação.

Então eu acho que essa situação pode ser explicada, em parte, pelo conjunto de medidas de prevenção e de segurança que foi apresentada hoje aqui e que na própria comunidade internacional essas medidas são consideradas medidas referência para outras redes

sociais, outros sites; são sempre citadas como exemplos de boas práticas. É claro que, como ficou claro no depoimento do Dr. Emerson e também nessa coletânea de matérias que foram apresentadas aqui, evidente que essas medidas foram implementadas, elas surgiram após uma série de problemas que a empresa enfrentou nos Estados Unidos. E como muito bem colocou o Dr. Emerson, a empresa aprendeu, teve humildade para aprender com esses erros e desenvolver essas medidas que hoje são consideradas exemplos de boas práticas no resto do mundo e porque não também dizer aqui no Brasil. E a nossa expectativa, enquanto uma organização de defesa dos Direitos Humanos, é de que estas boas práticas sejam disseminadas para toda a indústria de Internet.

De modo que eu quero saudar a iniciativa de V. Ex^a. em convocar uma Audiência Pública para que o mercado de Internet no Brasil possa discutir publicamente e abertamente medidas preventivas e de segurança para que a gente tenha um ambiente de Internet mais seguro no Brasil.

São essas as minhas considerações, eu agradeço a oportunidade e parabeno o Dr. Emerson pelo depoimento e o *MySpace* pela postura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Então o que ouvimos aqui, os erros do passado, até porque quando você começa alguma coisa você vai aprendendo com os seus próprios erros, ao chegar no Brasil a empresa já estava escaldada das coisas acontecidas no seu território e em outros territórios, de maneira que já chegou aqui com uma visão diferenciada para não cometer os mesmos erros. Então nós não temos aqui nenhum álbum para pedir quebra de sigilo do *MySpace*, nós não temos. Isso é uma coisa a se comemorar e é exatamente isso que nos motiva a fazer essa Audiência Pública, porque as pessoas aprendem com os seus erros. Eu tenho certeza que depois da Audiência Pública a UOL não permitirá nunca mais um link inscrito incesto na sua sala de bate-papo e é o que nós esperamos ouvir também das outras operadoras no Brasil.

Uma outra coisa, Dr. Thiago, é que nós esperamos que o que ouvimos aqui de iniciativa legislativa do Governo americano estabelecendo normas para a Internet, que nós copiamos aqui. O Ministério Público está aqui, os técnicos estão aqui, está aqui a assessoria do Senado que está fazendo a assessoria tão bem dessa CPI, na construção desses instrumentos legislativos, que a roda já foi inventada, ninguém precisa fazer graça mais, é só trocar o endereço, traduzir do inglês para o português e colocar dentro da nossa realidade para que nós possamos votar com celeridade. O nosso grande problema no Brasil nesse momento

não é votar a Lei de Combate a Crime Cibernético, é Medida Provisória, porque elas estão segurando a pauta, nós não temos como votar; e as crianças estão impedidas de receber a lei, por causa da Medida Provisória. Mas na próxima terça-feira nós já votaremos em Plenário a difusão vermelha, já passou aqui faz tanto tempo e nós estamos com Medida provisória travando. A difusão vermelha vai ser votada e à medida que nós acelerarmos aqui com os nossos Projetos de Lei, eles entrarão como prioridade. Hoje, isso foi uma repetição ontem de novo do Presidente do Senado, hoje pela manhã na Reunião da Mesa do Senado, repetido diversas vezes, e na próxima quarta-feira, imagino às quinze horas, nós seremos recebidos pelo Presidente da República. E é importante que nós levemos isso ao Presidente da República e não que seja esses filtros, essa atitude tão-somente para crimes contra a criança. A saber, o álbum que nós encontramos lá, “Morte ao Lula”. Eu gostaria que o senhor preparasse porque nós precisamos mostrar ao Presidente da República. Isso é uma questão de segurança nacional. O cara fala em arma, fala no calibre da arma, do alcance da arma, que dá para alcançar tanta distância de onde passa o Presidente e falam abertamente, colocam a fotografia e isso é segurança nacional. Então nós não podemos estar falando só de um crime contra a criança. Naquele outro álbum lá o cara ensinado a preparar o cérebro e a preparar o feto e como separa os bracinhos, as pernas, o pescocinho.

Então, essas precauções, a legislação previna não tão-somente o crime de abuso contra criança, mas qualquer tipo de crime, qualquer tipo de crime. Na verdade o que nós queremos é que a Internet que apareceu tão bem, ela sirva como instrumento de combate ao crime, quer dizer, aquilo que se tinha tanta dificuldade no passado, que se vá ter facilidade agora, que se vá ter facilidade agora. E como a tecnologia avança tanto, quer dizer, há a possibilidade até de você fazer cair a máscara do que entra na Internet mascarado numa tentativa de disfarce, num processo comparativo aonde a própria tecnologia avançada faz isso, você descubra o cara lá e desmascare ele lá. Então é o que nós queremos. Eu acho que essa CPI, tão nova, com tão pouco tempo, tem cumprido um papel extremamente importante para o país. Eu acho que só esses debates, e se nós tivemos, Dra. Catarina, Dr. Tito, conseguido só os Termos de Ajuste de Conduta a gente já teria feito um grande negócio, um grande negócio para o país. Eu acho que essa segunda etapa importantíssima desse debate, desse seminário, dessa Audiência Pública, como queiram chamar, eu acho que será de extrema importância para o Brasil. Essa outra convicção firmada aqui entre nós hoje, de que esse

Termo de Ajuste de Conduta precisa ser assinado nos Estados como aconteceu... Você ter assinado com a Federação, mas ter assinado com os Estados também. Existem crimes que são federais, mas existem crimes que são estaduais e se você não faz isso, os crimes que são estaduais e você não têm termos assinados com o Estado, só com a Federação, a Federação cumpre o papel dela e os estaduais ficam impunes. Você perde o material porque ficam impunes, e nós não queremos perder o material, uma vez que temos um efetivo de pessoas aptas para o trabalho, para luta e todos entendendo da mesma forma.

Eu comunico também, Dr. Thiago, o seu interesse, de todos nós, mas do senhor de uma forma muito específica, até porque conviveu com esse embate nos direitos humanos no Ministério da Justiça e na Câmara dos Deputados, que é a questão dos Bispos do Marajó. Eu acho que nós já estamos mais ou menos prontos para fazer essas oitivas no Pará, até com base no relatório que o senhor me passou, eu acho que nós temos hoje um material que par e passo, ponto a ponto, o material visual que comprova o que está escrito naquele relatório.

Nós vamos renovar o prazo da CPI, uma vez que a segunda na quinzena de julho essa Casa pára, e não dá para tapar o sol com a peneira, num processo eleitoral vira um recesso branco, vira um recesso branco e na nossa determinação de encerrar a CPI não tão-somente com o relatório, mas com tudo aprovado, devemos renovar esse prazo quanto tempo, quantas vezes forem necessárias e com muita alegria, muita responsabilidade e muita vontade de fazê-lo, não tão-somente nossa, mas de todos os líderes desta Casa, de todos os partidos desta Casa que têm interesse, assim, de uma forma muito objetiva nas suas próprias famílias.

Eu quero agradecer ao Emerson, quero agradecer ao outro italiano ali, o Felipe. Doutor.

SR. FELIPE FONTANA SCABRAL(F) – Sr. Presidente, é muito rápido, apenas para fazer um esclarecimento em relação ao caso que V. Ex^a. citou, envolvendo supostas ameaças ao Exmo. Sr. Presidente da República. Eu queria deixar claro que a missão da *SaferNet* está muito clara e definida no nosso estatuto, que é a defesa e promoção dos direitos humanos na Internet. Nós não temos nenhum vínculo, nenhuma vinculação político partidária, nenhuma vinculação religiosa, nenhuma vinculação racial e somos uma entidade sem fins econômicos e sem fins lucrativos. E a princípio, quando essa denúncia chegou até nós, ela a princípio não tinha relação com a nossa missão institucional. Entretanto, diante da gravidade, das evidências, do conteúdo que estava sendo veiculado na-

quela comunidade específica, nós decidimos redigir um relatório e uma notícia-crime. Isso foi feito em 2006, nós encaminhamos esse relatório e essa notícia-crime para as autoridades brasileiras com competência para acompanhar e investigar aquele caso. V. Ex^a. já requisiu uma cópia dessa notícia-crime e evidentemente que nós vamos disponibilizá-la, ainda hoje, para os trabalhos desta Comissão. Eu só queria apenas fazer esse esclarecimento de que a *SaferNet* não recebe denúncia desse tipo, não cabe a nós receber denúncias com esse teor, com esse escopo, mas que chegou ao nosso conhecimento e nós não podíamos, sendo brasileiros e sendo uma organização brasileira, nós não podíamos nos omitir em relação àquele fato e por isso redigimos uma notícia-crime e encaminhamos, demos conhecimento do fato para as autoridades competentes na época, que foi no ano de 2006. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu imagino que não houve nenhuma manifestação nesse sentido e eu peço que, mesmo sendo fato determinado dessa CPI, de posse do documento eu vou votar uma quebra do sigilo dessa página, mesmo sendo fato determinado, e quem quer matar o Presidente que entre na justiça dizendo que nós fizemos algo que não estava na nossa competência, de quebrar o sigilo deles, que eles estavam indo tão bem. Mas eu farei de posse do documento, eu tenho certeza que com a vênua de toda a CPI; do Relator da CPI, Senador Demóstenes, nós vamos quebrar para podermos periciar, e chegarmos às pessoas que não têm a menor preocupação, porque colocaram o rosto lá e os adjetivos são os piores possíveis com que tratam o Presidente da República, com escárnio. Certamente são pessoas que estão em outras comunidades que fazem escárnio contra judeus, contra homossexuais, contra negros e que nós também não podemos aceitar de maneira nenhuma. E o nosso debate exatamente é esse, nós queremos uma Internet no Brasil, nós queremos essas empresas no Brasil é nos ajudando a resolver esse tipo de problema, a resolver esse tipo de problema e não que tenha a possibilidade de esconder quem tem um posteriormente, um comportamento doentio contra essas pessoas, contra um outro ser humano porque não tem a mesma cor, porque não nasceu no mesmo país ou porque fez a sua opção sexual de forma diferente. Até Deus dá livre arbítrio às pessoas, quem somos nós para achar que elas não podem? O homem é aquilo que ele decide ser, não é? Então eu agradeço, Dr. Thiago, pela responsabilidade com os direitos humanos, graças a Deus que a gente tem a *SaferNet* e tem a sua disposição, que com o preparo que tem, ainda um jovem com o preparo que tem, Professor Universitário de Direito, qualificado, um doutor,

e abrir mão de tudo para poder entrar nessa ONG com as suas dificuldades inteiras e vivendo muito abaixo daquilo que poderia com a qualificação que tem, de a gente poder se juntar nesse momento da vida para poder fazer as coisas acontecer.

Eu agradeço muito isso e sei que nós, o Brasil, há de reconhecer isso um dia, porque eu acho que esse momento é tão importante na vida da Nação que certamente para frente as pessoas saberão que foi nessa data, foi nesse tempo que nós criamos uma legislação e que fizemos acordos no sentido de que pudéssemos ajudar o Brasil no combate ao crime.

Registro ali a presença de Adriano Gospel Funk de gravata eu nunca tinha visto na minha vida, a maior estrela do funk gospel no Brasil de gravata. Só vejo esse moço sem camisa.

SR. EMERSON CALEGARETTI – Provavelmente ele deve ter um perfil *MySpace*. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele está dizendo que você deve ter um perfil das suas músicas no *MySpace*. Ainda não ou já tem? Ele foi buscar um visto para ir cantar nos Estados Unidos, mas negaram o visto dele; ele está rindo para não chorar [risos].

Muito obrigado a todos, muito obrigado aos senhores. Está encerrada a Sessão, tenhamos todos um bom dia.

Sessão encerrada às 12h44. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

ATA DA 18ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 18ª Reunião de 2008, realizada em 28 de junho de 2008, às quinze horas e quinze minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos – **Requerimento n.º 078/08**, requer seja requisitado a Juíza Andréa Teixeira Lima Sarmento Netto, cópia dos autos da Ação Penal n.º 10895388-3/2006 que tem por denunciado o Sr. Domingos Mendes de Araújo, em relação ao caso de pedofilia e abuso sexual de crianças; **Requerimento n.º 079/08**, requer a transferência do sigilo Telemático referente ao conteúdo dos diálogos e registros de acesso dos usuários que utilizaram a sala de bate-papo “Incesto” (identificada em documento anexo), mantida pelo provedor de serviços à rede Internet Universo OnLine (UOL), bem como os logs que registram o histórico de operações realizadas pelos respectivos usuários; **Requerimento n.º 080/08**, requer seja designada diligência a São Paulo/SP a fim de realizar oitivas sobre as investigações efetuadas pela Polícia Civil de São Paulo, e demais órgãos participantes, que resultaram na prisão do Sr. Márcio Aurélio Toledo; **Requerimento n.º 081/08**,

requer a transferência do sigilo telemático referente aos dados dos usuários que, de acordo com a lista anexa, estabeleceram conexão à Internet por meio de cada endereço IP (Internet Protocol), na respectiva data e horário; **Requerimento n.º 082/08**, requer seja convocado para prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Márcio Aurélio Toledo; **Requerimento n.º 083/08**, requer seja convocado para prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. David Malero Júnior e **Requerimento n.º 084/08**, requer seja solicitado ao Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Taquara/RS o notebook apreendido na Residência do denunciado Frederic Calvin Loudonback, vulgo “Fritz” (caso Colina do Sol) para entrega a esta CPI onde será periciado.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR – ES) – **Presidente**

Eduardo Azeredo (PSDB – MG)

Geraldo Mesquita (PMDB – AC)

Romeu Tuma (PTB – SP)

Virgínio de Carvalho (PSC-SE)

Paulo Paim (PT – RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Havendo quorum regimental, declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar a pedofilia no Brasil. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura Ata e a aprovação da Ata da reunião anterior. Seja bem-vindo, Sr. Senador. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Conforme convocação, a presente Reunião destina-se à apreciação e votação de requerimentos. Comunicando os Srs. Senadores que nós vamos, Senador Virgínio, Senador Romeu Tuma, que nos próximos dias 8 e 9, ou seja, segunda e terça, 9 e 10, a Comissão Parlamentar estará no Rio Grande do Sul. Conforme decidido, nós faremos Audiências Públicas pelo país e oitivas.

Estive no Conselho de Procuradores, Senador Romeu Tuma, em Goiás – acho que foi uma grande oportunidade –, fui falar em nome da CPI e dizer dos nossos propósitos e da nossa necessidade de ter o Ministério Público aliado nessa luta. E, falando aos procuradores, decidimos – há um interesse, quando disponibilizei algumas matérias da quebra do Orkut para que os senhores procuradores e promotores pudessem ver.

E a reação não é diferente em lugar nenhum dos abusos que estão praticando nesse país. E os Ministérios Públicos dos Estados, agora sendo agendados com a assessoria da CPI, que são procuradores, procuradoras, promotores, a Polícia Federal, no sentido de

que as Audiências Públicas se dêem da seguinte forma – nós vamos ouvir, no Rio Grande do Sul, os Conselhos Tutelares; nós vamos ouvir Comissão de Direitos Humanos do Ministério Público e da OAB; nós vamos ouvir o Secretário de Segurança; vamos à Governadora Yeda Crusius; e, no dia seguinte, nós vamos tomar oitivas e vamos ouvir os presos daquela operação emblemática “Colina do Sol” e outros casos de pedofilia levantados e que estão em processo de investigação pelo Ministério Público e pela polícia local.

Imagino que, com as autoridades ávidas, como estão no Rio Grande do Sul e, de igual modo, no Brasil inteiro, além de levar grande contribuição – e nós vivemos um momento em que há um levante da sociedade de repúdio a esse crime e uma crença de que essa CPI certamente fará o que a sociedade espera, de que os casos de pedofilia estão sendo denunciados toda hora, todo momento, dia e noite. Pessoas abusadas dez, quinze anos atrás se encorajando a denunciar os seus abusadores. E ontem eu vi uma coisa na televisão que me deu alegria e me assustou – nessas últimas vinte e quatro horas, pessoas sendo presas, quase que simultaneamente no país inteiro, por conta de denúncias e o trabalho da polícia, do Ministério Público, fazendo isso com o coração paterno, com o coração paterno, com cabeça de pai, cabeça de avô, e isso é extremamente importante para debelarmos esse crime horrível.

Eu conclamo, Srs. Senadores, será muito importante, Senador Romeu Tuma, a presença de V. Ex^a. nessas oitivas no Rio Grande de Sul, será muito importante a presença de V. Ex^a. É uma CPI importantíssima, porque é uma CPI da família, onde as pessoas esperam. E, Senador Romeu Tuma, por causa da questão da figura que é para o Brasil no combate ao enfrentamento do crime, na segurança pública, é extremamente importante que nós estejamos juntos nessa jornada. É uma CPI pequena, mas não conseguimos ainda, em nenhuma oitiva, em viagens, consegui juntar sete, e é tão importante... Eu não estou me furtando de fazer sozinho, não, se tiver que fazer eu vou fazer. Enquanto eu puder fazer e havendo quorum regimental, com as assinaturas, aqui, eu vou embora. Mas gostaria muito, até porque gostaria que os Srs. Senadores pudessem se assentar um pouco para ver essas quebras desses sigilos.

O que eu trouxe ontem da polícia de São Paulo, a Polícia Civil de São Paulo fez uma operação na sala de bate-papo da UOL num link chamado “Incesto”, num país sem legislação, tecnologia inexistente. O que nós temos feito certamente é um grande milagre, e o que foi feito lá e nessa rede. Já se detecta seiscentas

pessoas, a polícia de São Paulo está de parabéns do que fez, do que fez.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O caso do Oficial que suicidou-se--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É dessa rede.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É dessa rede?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É dessa rede e outros como ele--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Os arquivos que foram apreendidos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu trouxe alguma coisa, mas, nesse momento, também, nós vamos determinar a quebra do sigilo telemático da UOL, dessa sala de bate-papo, de especial modo, desse link. Já quero chamar a atenção da UOL para um outro link chamado “Desenho animado” que está lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Presidente, eu só queria cumprimentá-lo pela dinâmica que está desenvolvendo dentro da presidência, das diligências. Eu só perguntaria, que V. Ex^a. falou que passou sigilo aos promotores. Era bom ratificar pela Comissão para evitar que a transferência do sigilo fosse questionada, porque V. Ex^a. tem toda a liberdade, vamos endossar, mas eu acho que era importante que--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, não passou aqui, quer dizer, na verdade a quebra do sigilo é da CPI, ela veio para a CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Então, eu digo que, para transferir para os promotores, tem que ser ratificado, eu acho, com a aprovação da CPI.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não houve transferência, eles estão trabalhando aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Ah sim, mas eu digo--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Está aí atrás do senhor todo o corpo de apoio, os promotores todos estão aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Mas seria importante que houvesse a transferência oficial daquilo que não tiveram acesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A Quarta Secretária se tornou um grande quartel, que é o quartel general onde as operações estão sendo feitas. Existem algumas coisas de que nós não dispomos e que a Polícia Federal... que tem sido feito no âmbito da Polícia Federal. Mas o nosso PRODASEN, juntamente com os técnicos e peritos da Polícia Federal e os promotores e procuradores, certa-

mente eles chegam na terça igual a nós, vão embora na quinta-feira à noite, trabalhando tempo integral aqui.

Então, é importante que nós estejamos lá. Há uma oitiva para que nós ouçamos a UOL na próxima sexta-feira em São Paulo. Os diretores da UOL já foram convidados; não convocamos, porque este é um gesto cortês, num primeiro momento. E eles aceitaram o convite e já nos comunicaram por e-mail que todos os dados estão armazenados e que eles estão prontos para receber o requerimento da CPI, essa quebra que nós faremos, para entregar todos os dados da sala de bate-papo. Então, fica avisado às pessoas que foram à busca de pornografia infantil, nessa sala de bate-papo da UOL, que nós estamos quebrando o sigilo.

Requeiro, nos termos regimentais do art. 58, da Constituição Federal, art. 2º, da Lei 1.579, de março de 1952, art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja requisitada à Sra. Juíza da Vara Criminal da Comarca de Ubaitaba-BA, bacharel Andréa Teixeira Lima Sarmento Netto cópia dos autos da ação penal que tem por denunciado o Sr. Domingos Mendes de Araújo, em relação ao caso de pedofilia, abuso sexual de crianças.

Requeiro, nos termos regimentais, seja designada diligência nessa CPI à cidade de São Paulo, a fim de realizar oitiva sobre investigação efetuada pela Polícia Civil de São Paulo e demais órgãos participantes que resultaram na prisão do Sr. Márcio Aurélio Toledo.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocado a prestar depoimento nessa CPI o Sr. Márcio Aurélio Toledo – é o preso lá de São Paulo, da Polícia Civil –, Márcio Aurélio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Vai ser ouvido lá?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Isso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não teremos transporte?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, lá, lá. E os desdobramentos, depois, nós faremos aqui, já que eles se prepararam, eu pensei em abortar a ida para São Paulo na sexta-feira, mas não vai ter como, nós vamos fazer a Audiência Pública na próxima sexta-feira em São Paulo, no Ministério Público.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocado a prestar depoimento nessa CPI o Sr. David Malero Júnior – esse foi pego com o Márcio, que foi convidado para iniciar um menino de nove anos.

Os senadores que aprovam os requerimentos lidos permaneçam como estão. Aprovado.

Requeiro, nos termos regimentais da Constituição Federal, da Lei 1.579, de 2 de março de 1952, a

transferência dessa CPI do sigilo telemático, referente ao conteúdo dos diálogos e registros de acesso dos usuários que utilizam a sala de bate-papo “Incesto”, identificada em documento anexo, mantida pelo provedor de serviço à rede de Internet Universo Online, bem como os logs que registram o histórico da operação realizada pelos respectivos usuários. A presente ordem de transferência de sigilo há de ser cumprida, sob pena de desobediência, pelos representantes legais da empresa Universo Online S.A., pessoa jurídica de direito privado interno, inscrito no CNPJ sob nº 01109184/0001-95, com sede social à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.384, mantenedora da sala de bate-papo virtual utilizada para a prática de delitos.

As informações requeridas deverão ser enviadas em meio eletrônico, na forma especificada no documento anexo, e devem incluir – 1) arquivo contendo o conteúdo dos textos, fotos, mensagens veiculadas na referida sala de bate-papo, durante todo o período em que esteve ativa; 2) informações sobre cada usuário, o respectivo endereço, IP, log de acesso, incluindo referência GMT de todos os usuários que participaram da sala de bate-papo; 3) os dados dos titulares dos e-mails referidos na justificação, responsáveis pela criação e administração da sala de bate-papo “Incesto”. Os nomes dos e-mails são omitidos para garantir a eficácia das investigações.

Tem um anexo, SaferNet Brasil, denúncia anônima nº 19194729, recebida em 29 de janeiro de 2007, encaminhada à UOL no mesmo dia, às 10h25, através do e-mail <security@uol.com.br>. Temos recebido denúncias relatando incidentes de pornografia infantil na sala “Incesto” – já havia uma denúncia a eles passada no dia 29 de janeiro 2007, pela SaferNet, dirigida pelo Dr. Thiago, quando as denúncias chegaram até o horário 10h25m29 – “Temos recebido denúncias de incidentes de pornografia infantil na sala do UOL bate-papo. Devido à efeméride do meio das provas, não conseguimos comprovar a materialidade do crime. Estamos encaminhando a presente para conhecimento. Alguns usuários nos têm relatado que não conseguem efetuar denúncias através do link <batepapouol.com.br>. Comentários relevantes constantes das denúncias anônimas recebidas no chat da UOL, nas salas criadas por assinantes voltadas ao sexo, com a seguinte denominação – ‘h equi nifa 13 a 22’. O e-mail de assinante responsável pela denominação da sala é <araujoro@uol.com.br>. São exatamente 12h30, de 15/10/06. Não consegui fazer a denúncia pelo próprio site do UOL. A sala está aberta para um assinante do UOL. O e-mail do criador é <advnogueira@.com.br>”.

Srs. Senadores, vamos fazer a votação nominal da quebra do sigilo telemático da UOL. Senador De-

móstenes Torres? Eduardo Azeredo? Senador Virginio? Vota sim. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, só uma questão aqui da UOL. É mandado para quase todos os senadores e dizendo que ele quer denunciar as salas abertas para assinantes da UOL que estimulam sexo com adolescentes, mandando uma relação. Eu acho que já pode pôr junto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Já deve estar aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Porque essa pessoa que faz a denúncia já deve ter denunciado também, e foi para a SaferNet e são exatamente essas denúncias. O senhor pode me passar à mão, assessoria?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Ele assina “professor Sílvio Bonilha”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Pode me passar à mão. Se não estiver aqui, nós--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É. Como veio para quase todos os senadores, eu acredito que já tenha vindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Vamos continuar fazendo essa quebra. O Dr. Thiago depois pode olhar para mim isso aqui, faça o favor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Tem o outro caso que eu falei com V. Ex^a., infelizmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Vamos concluir a votação. Senador Romeu Tuma, como vota?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Ah, sim, perfeito, desculpa, pensei que tinha terminado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Vota sim. Marcelo Crivella? Ausente. Paulo Paim e Sérgio Zambiasi? Aprovado. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É que eu abri o envelope porque estava em meu nome, que entregaram no gabinete, mas é dirigido a V. Ex^a. É a Delegada de Minas Gerais que pede o fornecimento de imagens da UOL e da Google para um inquérito que ela preside e junta uma foto, aqui. Desculpa eu ter aberto, porque veio em meu nome o envelope.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – V. Ex^a. é o Vice-Presidente da Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não, mas é que é interessante, está aqui o procurador, que poderá talvez--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O nosso nome é o mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – -- nos ajudar. Eu acho que é um negócio, é um inquérito que ela já está presidindo, a Dra. Andréa Alves da Cunha Soares, Delegada de Polícia Nível Especial, e acredito que seria oportuno, talvez, aproveitar o nosso promotor para que desse andamento nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Certamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Que já tem o inquérito aberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Certamente, Senador Tuma. E o que nós queremos, então, é construir uma legislação, vou dizer à Delegada que está nos ouvindo, é exatamente para que isso acabe, para que, quando a autoridade policial detectar o criminoso, nesse Termo de Ajuste de Conduta eles entreguem isso imediatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Então, o senhor verifica a importância da CPI, porque, por dificuldade da investigação policial, mesmo do Ministério Público, de conseguir os dados, a CPI está servindo de alicerce para poder continuar a investigação, apurar e indicar os responsáveis por essa prática criminosa. Já esta Delegada dá uma demonstração clara de confiança na CPI e na possibilidade de conseguir dar andamento ao seu inquérito através do apoio que a CPI poderá oferecer. Eu cumprimento a V. Ex^a. por todo esse trabalho de repercussão que realmente está trazendo uma conduta de visão melhorada da própria população em criar coragem em denunciar os fatos que às vezes são angustiantes e que guardam para dentro de si, com medo de serem desmoralizados. Eu acho que V. Ex^a. está fazendo um belo papel em benefício, principalmente, das famílias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não tenha dúvida, Senador Tuma, de que existem “n” delegados por aí, existem por aí “n” promotores no Brasil inteiro com casos semelhantes precisando dessa quebras e não conseguem. Não conseguem. O senhor imagine que o Ministério Público Federal de São Paulo e a própria Polícia Federal têm uma briga de quase quatro anos, e eles se recusam em fazer. Então, quer dizer, a partir dessa iniciativa, a partir dessa iniciativa da CPI, nós vamos facilitar a vida das famílias e a vida daqueles que estão fazendo a defesa da sociedade.

Esse daqui é importante para nós, esse que votamos é muito importante, mas esse é muito mais, que foi a primeira quebra, um marco histórico na vida do país, e nesse momento nós vamos votar o requerimento da

quebra dos sigilos telefônicos dos 805, 805 pedófilos... Algum problema aí? Sigilos telemáticos.

Obrigado, Augusto. Você parou de fumar, sua cabeça ficou melhor do que a minha. Ele parou de fumar, a cabeça ficou melhor do que a minha; quando ele fumava, ele era meio lento.

Requeiro, nos termos regimentais, art. 58, da Constituição Federal, no art. 2º, da Lei 1.579, de 2 de março de 1952, a transferência para esta CPI do sigilo telemático referente aos dados dos usuários que, de acordo com a lista anexa, estabelecem conexão à Internet por meio de cada endereço IP na perspectiva, data e horário. Senador Geraldo. A presente ordem de transferência de sigilo há de ser cumprida, sob pena de desobediência, pelos representantes legais das seguintes empresas mantenedoras de meio de acesso à Internet relativa aos endereços IP da sua propriedade – Brasil Telecom, Embratel, Intelig Telecomunicações, Net Serviços de Comunicação, Tele Norte Leste Participações, Telecomunicações de São Paulo, Telefônica Empresas, Universo Online. As demais empresas e pessoas físicas listadas na tabela anexa também ficam obrigadas a prestar as informações de que se trata o presente requerimento. Omitem-se suas identidades para garantir a efetividade(F) das investigações.

As informações requeridas deverão ser enviadas em meio eletrônico, em forma própria, descrita no anexo, e deverão contemplar as seguintes informações. Então, segue aqui essas informações. Aqui tem o layout que foi criado por essa assessoria, pelos técnicos da SaferNet, pela Polícia Federal, pelos peritos e também pelo pessoal do Prodasen, que nós dispúnhamos, Senador Geraldo, de um formato para cruzar dados, por conta da CPIs, tão-somente de sigilos telefônicos e sigilos fiscais. Com o avanço da Internet, o Senado não dispunha de um formato dessa natureza para cruzar, daqui para frente, com os sigilos telemáticos que a cada dia mais vai requerer. Então, esse formato está pronto, esse layout foi feito e fica de presente para o Senado; já é um presente dessa CPI para o Senado esse layout para cruzar quebras telemáticas, que, daqui para frente, é o que mais se vai requerer daqui para frente em CPIs, porque nós vamos acabando saindo da “Era do papel” e vamos ficar definitivamente na “Era da Internet”, na “Era do computador”.

A votação é nominal, é um momento significativo, porque depois da quebra do sigilo do Orkut, agora nós vamos a quebra do sigilo telemático, ou seja, que essas operadoras de telefonia, com base na identificação dos IPs, passe a essa CPI, com a maior celeridade possível, eu gostaria que ficasse registrado, da presidência dessa CPI, com a maior celeridade possível. E, se necessário, Augusto, eu farei uma ligação,

farei pessoalmente com os diretores dessas empresas, porque nós precisamos de celeridade na entrega desse material. Não vamos nos sujeitar ao “*enrolation*”, como ocorre, muitas vezes, com as outras CPIs. Nós queremos celeridade para podermos fazer uma identificação, e estou falando isso com procuração dos filhos dos diretores dessas empresas. Os filhos e os netos de vocês me deram procuração para falar. Eu estou falando com procuração dos filhos de vocês, dos filhos dos diretores dessas empresas e dos netos.

Senador Geraldo, Senador Tuma, meu querido Senador sergipano, Senador Virginio. O que tem nesse sigilo no Orkut é alguma coisa difícil de falar e muito mais difícil de ver. O que eu trouxe de São Paulo dessa sala de bate-papo da UOL, tudo o que vocês imaginarem de ruim tem duzentas vezes mais, de abuso contra criança, de lesão contra criança. Vocês viram aqueles dias fotografias que eu mostrei lá, mas vocês nunca viram os filmes, as filmagens que eles fazem, onde e como essas crianças são submetidas, e nenhuma criança nossa está livre disso. Eu estou dizendo, eu estou falando aos diretores dessas empresas, os filhos nossos não estão livre disso.

Eu falava agora com o diretor de uma empresa importante, e ele me dizia – “Não, fique tranqüilo que nós vamos atender o seu pleito”. Eu falei – “Meu pleito? Meu pleito coisa nenhuma, rapaz, o pleito é da sua família, é dos seus filhos. Não me fale como empresário não, me fale como pai de família. Eu estou lutando é pela sua família, rapaz. Você é brasileiro, você vai continuar vivendo no Brasil. Você trabalha para uma multinacional, mas você é brasileiro, rapaz. Que história é essa? Os seus filhos não estão livres disso não”. Então, a minha palavra aos diretores destas empresas é que nós estamos pedindo celeridade, com procuração das crianças desse país, dos netos, inclusive dos filhos de vocês.

Então, nós vamos fazer essa votação nominal do que tenho visto. Existem conclusões de alguns especialistas na área de Psicologia, Senador Geraldo, que já estão tendo a ousadia de afirmar que, se nós não conseguirmos parar esse avanço tão grande da pedofilia no Brasil, daqui a dez anos nós teremos uma sociedade absolutamente lesionada. Pessoas descafeadas, pessoas desparafusadas, pessoas cheias de trauma. E eu venho comprovando essa realidade pelo que eu estou vendo, pelo que estou entrando em contato e pelo que estou recebendo, tipo assim, pessoas que foram abusadas de vinte anos atrás, de quinze anos atrás.

Agora o Dr. Casé me procura para dizer que uma mulher vai lá procurar o promotor que está conosco aqui, no gabinete dele, e diz assim – “Olha, eu estou

encorajada, preciso denunciar que fui abusada na minha infância”. Senador Tuma, eu recebi um pastor que me pediu para conversar, ele dizia – “Olha, você sabe que eu tenho problemas?”. Eu disse – “Eu não sei se você tem problemas”. “Eu tenho problemas, eu não consigo ficar no mesmo lugar, eu crio caso com as pessoas, me relaciono bem, daí a pouco já não estou mais relacionando bem, e eu não consigo conviver numa comunidade muito tempo”. E é verdade. Ele diz a mim – “Mas eu fui abusado, da minha tenra idade até os dezoito, pelo meu pai”. Eu disse – “Mas seu pai é pastor”. É, mas ele abusava de mim e dos meus irmãos e nos viciou. Você lembra quando nós começamos a estudar juntos em tal lugar?”. Eu disse – “Lembro”. “Ainda acontecia”.

E hoje entendo aquele cara, como que ele... e ninguém conseguiu entender o porquê dessa mudança de comportamento rapidamente. O médico me fala – “Olha, toda vez que eu faço uma cirurgia, as enfermeiras não entendem, que eu preciso sair no meio da cirurgia, ninguém entende. Toda cirurgia minha eu começo a tremer, tenho que ficar quinze minutos lá fora respirando fundo, figo ofegante, porque eu me lembro que fui abusado, quando eu tinha sete anos de idade, e agora eu estou com 45 anos de idade e não me livro disso. E estou encorajado para poder denunciar esse cara que ele está vivo ainda”. “Denuncia ele”. Quer dizer, as coisas estão vindo assim. Então, estudantes, existem pessoas dedicadas da área da Psicologia, da área da Psiquiatria dizendo – “Olha, se vai nessa que está indo aí...”. E nós não precisamos ir muito longe. É só olhar quatro ou cinco imagens, e não é de dez anos, nem de doze e de nada não, é de 90 dias de nascido, é de um ano, de dois, para a gente entender o que essa gente está falando, o que essa gente está falando.

Por isso, Senador Geraldo, por isso Senador Romeu Tuma, por isso Senador Virginio, eu peço aos senhores, se tiver que abrir mão de qualquer coisa, abra, vamos dar bem atenção para essa CPI. Embora para essas oitivas do Rio Grande do Sul, vamos para a oitava de São Paulo. Nós não podemos perder a oportunidade de prestar o maior serviço da nossa vida à sociedade, aos nossos filhos. É mais importante do que Comissão de Justiça, é mais importante do que debate partidário, é mais importante do que reunião de líder, é mais importante do que qualquer coisa. Nisso qualquer um pode substituir nós, mas numa cruzada dessa, se você não tem sangue no olho, você não está assaltado(F) de um sentimento de libertação, de dizer “Eu estou fazendo é pelos meus filhos”, essa coisa vai ganhando.

Agora eu já tive a denúncia, nós estamos acabando de votar a quebra do sigilo telemático da UOL,

a sala “Incesto”. Já tem uma denúncia, e eu queria publicamente falar, até porque vou officiar daqui a pouco, que tem uma outra sala, chamada “Desenho animado”, que não tem nada de desenho animado. E o que nós queremos é essas empresas conosco no enfrentamento, no combate ao crime.

Então, esse momento é importante. Veja V. Ex^a., se fosse a CPI do Cartão, a mídia estava toda aqui. Mas nós estamos quebrando o sigilo de 805 pedófilos. Aqui tem gente muito importante nesse meio aqui. Tem desempregado, mas tem gente importante. E nós, esse é um momento histórico para o Brasil, um momento muito importante para a vida da Nação, para nós que somos parlamentares, para mim que me assento aqui, sou um analfabeto em informática, mas sei ouvir esses técnicos, esses promotores, gente que lida com o assunto, gente que trata, no caso do Thiago, no caso do Suiama, que já há quatro anos vem com uma briga com os Ministérios Públicos. Eu vejo lá a Dra. Catarina, que foi procuradora do meu Estado, está aqui conosco, agora, a Dra. Carla que é lá do Grupo de Combate do Crime Organizado. Eu lia no jornal as dificuldades quando se prendia um pedófilo; prende o computador do cara, não se sabe o que fazer, como faz, e a revolta de não ter legislação para poder segurar um cara desse preso.

Lá no meu Estado, Senador Tuma, semana passada um caso horrível. Uma menina de doze anos está grávida de sete meses de um homem de 70 anos de idade. Ela é a primeira? Não. A ocasião não faz o ladrão, revela. Criança pobre, atraída com bala para dentro do estabelecimento desse desgraçado, e assim sucessivamente. Agora, um pai, trabalhando lá nos Estados Unidos, ralando, ilegal nos Estados Unidos, ele é da cidade de Itanhém, na Bahia, três elementos estupram a filha dele, fotografam tudo, põem 54 fotos na Internet e mandam no MSN. Ele vê lá dos Estados Unidos. A crença, Senador Geraldo, na impunidade, a crença na impunidade.

Amanhã, às 15 horas, nós vamos estar com o Presidente da República; o Presidente Lula vai receber a CPI amanhã, às quinze horas, e eu gostaria que nós todos estivéssemos lá com o Presidente da República, porque amanhã eu vou mostrar ao Presidente da República algumas imagens do MSN. E vou mostrar a ele uma página criada com a intenção de assassiná-lo, chamada “Morte ao Lula”, de 2006.

E sabe por que nada foi feito? Porque, por mais boa-vontade que a Polícia Federal tenha, não tem estrutura para o combate do crime cibernético. E nós vamos, nos nossos pedidos, amanhã, pedir a ele, apelar a ele que estruture a Polícia Federal no sentido de ter estrutura para combater o crime cibernético, porque

inteligência nós temos, inteligência nós temos. Esses pedidos já foram até feitos, mas esbarra no planejamento. Nós tivemos 30 bilhões acima da arrecadação normal. Ainda vem mais um impostinho aí. Que esse impostinho sirva para combater crime contra criança.

Então, Senador Tuma, é uma coisa extremamente séria, absolutamente séria. Então, eu gostaria muito de que amanhã a CPI estivesse com o Presidente Lula, a Frente Parlamentar de Combate à Exploração Sexual. Amanhã estará um grupo de Deputadas nos acompanhando com o Presidente Lula. O Presidente Lula, amanhã, assume um compromisso de que sancionará com velocidade tudo o que for votado nessa CPI, tudo o que for votado aqui de combate a esse crime desgraçado contra criança, para coibir esse crime no Brasil, e nós vamos mostrar para ele as imagens, e eu sei que ele vai ficar chocado com o que vai ver; ele vai ficar chocado com o que vai ver.

De maneira que esse é um momento importante, eu vou fazer essa votação nominal dessa quebra desse sigilo telemático. Antes de votar, eu não sei se alguns dos Srs. Senadores gostaria de se pronunciar. Alguns dos senhores gostariam de se pronunciar antes da votação? Se não... Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu estou falando que é assustador o número que V. Ex^a. Apresenta – só no telemático, 800. Isso deve ter uma multiplicação do desdobramento de outros que tomam conhecimento dessas mensagens. Eu acredito que... Eu estou aqui um pouquinho preocupado com a Ordem do Dia, mas eu acho tão importante que a gente está até num silêncio aqui, porque é difícil uma reação natural, porque eu não sei se é revolta ou protesto. Às vezes, a gente pensa, assim, naquilo que a gente não quer, mas, talvez, essas pessoas mereceriam ser fuziladas em praça pública. Talvez seja um exagero do que se pensa, mas são monstros, eu não poderia dizer que são animais, porque o animal respeita, mas são verdadeiros monstros que não podem conviver em sociedade. E ainda há uma falta de legislação que os mantém afastados da sociedade, que possam imediatamente continuar a fazer o mesmo trabalho, mesmo que identificados, aonde o Ministério Público e a polícia têm dificuldade em mantê-los sob custódia, que tinha que ser imediata, em hipótese alguma saírem antes da condenação, do procedimento jurídico, com penas graves, porque o pedófilo não se corrige, Senador. Pelo que eu tenho visto e ouvido de V. Ex^a. nas visitas que faz, eles não se corrigem. Está aí o exemplo que o senhor deu de um pastor que viciou, infelizmente, provocado pelo próprio pai.

Eu ouvi algumas coisas daquele Tenente que se suicidou que ele estaria... estava sempre armado com

uma câmera para casos em que ele fosse o policial, para poder fotografar alguns fatos que pudesse apresentar criança, qualquer fato em situação desagradável. Verifique como é grave essa situação. Eu não sei se é verdade, mas eu não tenho o porquê de desconfiar da informação que vem de um policial.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É verdade. E, ontem, nessa coletiva que eu dei em São Paulo, o chefe de polícia, junto com todo o aparato que fez, que está dentro da operação, estava do meu lado, só que o chefe de polícia não tinha visto nada das imagens. Quando viu, pediu para não falar, para sair. Ele disse – “Eu não tenho condições de falar, porque se eu for falar...”. Ele disse que ia falar o que V. Ex^a. acabou de falar. Quer dizer, nós tivemos uma informação, agora, de um pedófilo que foi morto por um pai, Senador Virginio, tirou o menino das mãos dele, tirou o garoto das mãos e falou – “Vai para o quarto, fica com a sua mãe”. Deu sete tiros no pedófilo, ligou para a polícia e falou – “Vem me buscar aqui, eu acabei de matar um cachorro”. O delegado veio, levou ele, livrou ele do flagrante e depois disse – “Olha, eu tinha que livrar do flagrante, porque eu faria a mesma coisa”.

Então, nós estamos chegando num momento que nós precisamos dar celeridade à votação do Projeto da tipificação do crime. Sabe para quê? Para proteger o próprio pedófilo, para proteger ele, porque se a gente não tiver lei para proteger, a sociedade vai começar a fazer justiça com a mão. Está chegando um jeito, você sente essa coisa efervescendo na rua. Aonde você vai, aonde você passa, você vê a imprensa falando, os casos crescem e crescem, florescendo em todos os lugares, prisão, prisão, prisão, mas essa gente vai ser linchada na rua, e o linchador vai ser aplaudido como herói. Então, não é o que nós queremos. Nós queremos é punição; nós queremos é coibir o crime; nós queremos é construir uma legislação que socorra, que atenda o abusado. Não é só punir. E o abusado, como fica? Cadê o Estado? Cadê a presença do Estado?

Ontem, esse pai abusado entrou no ar na Bandeirantes, dos Estados Unidos, um pobre homem ilegal, pedindo ao Governador da Bahia, chorando – “Governador, cadê o senhor? Toma conta da minha filha”. Pôxa vida. Cadê o Estado? Os caras não foram presos ainda. Dois, quando forem presos, ainda vão dar um “esporro” na polícia. Tem 17 anos, quando a polícia pegar no braço dele, ele vai falar – “Tira a mão de mim que eu sou menor; eu conheço os meus di-

reitos”; eles falam – “Eu conheço os meus direitos”. E você vê o vídeo, o tamanho daqueles monstros, para depois dizer que é menor, abusando daquela menina. Doparam a menina, Senador Geraldo, doparam a menina de 13 anos, abusaram da menina desacordada, ficou desacordada três dias.

E esses são casos que eu estou falando aqui que têm milhares todo dia. Hoje, eu sentei na mesa, cheguei de São Paulo, para ler milhares de e-mails, milhares de e-mails, as pessoas encorajadas. Hoje, uma mulher lá da Paraíba manda uma documentação denunciando o marido, com documento, com prova; e o marido não é um qualquer, não, não é um desempregado, é um cara bem situado, aí, em cargos muito importantes. E ninguém está agüentando mais isso. Então, a Legislação, nós temos que correr com ela até para protegê-los. O rastreador eletrônico no pedófilo é para salvar a vida dele, porque vai ajudar ele a segurar o instinto perverso dele, porque essa coisa veio à tona, e eu tenho plena certeza que ela se não arrefecerá.

Nós vamos fazer essa votação nominal. Senador Eduardo Azeredo? Ausente. Senador Virginio? Sim. Marcelo Crivella? Ausente. Paulo Paim? Geraldo Mesquita?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
(PMDB – AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Aprovado. Isso aqui é histórico, é histórico.

Requeiro, nos termos regimentais, seja solicitado ao juiz da Segunda Vara Criminal da Comarca de Taquara, notebook – computador portátil –, apreendido na residência do denunciado Frederick Calvin Loudersback, vulgo Fritz, caso “Colina do Sol”, para entrega a essa CPI, onde o mesmo será periciado. Esse é o caso emblemático do Rio Grande do Sul, daquele campo de nudismo onde os americanos foram presos. Inclusive nós ouviremos pessoas que não estão presas, lá, em oitiva; ouviremos também um americano que procurou a CPI fazendo a defesa e, nessa defesa, dizendo que o Ministério Público errou, mas que não queria depor na CPI.

Infelizmente um dia eu cheguei na sua cidade, Aracaju, e peguei um táxi. O taxista falou para mim assim – “O senhor devia vir com a sua CPI era aqui, em Aracaju – a CPI do Narcotráfico –, porque aqui tem é muito bandido”. “É mesmo?” Ele falou – “É, tem muito. Muito político ladrão”. Eu falei – “É mesmo? Quem, hein?”. Ele deu uns quatro nomes lá. Eu falei – “Legal”. E ele começou a falar, falar, falar pelo cotovelo. Parou

num sinal, tinha um policial, eu falei – “Abaixa o vidro, por favor”. Chamei o policial. O policial veio, e eu falei – “Onde fica a Polícia Federal, aqui?”. Aí o taxista falou assim – “Não, eu sei onde é”. O policial falou – “Não, ele deve saber onde é e tal”. “O senhor não está indo para o hotel?” Eu falei – “Eu ia, mas agora eu vou levar o senhor na Polícia Federal para o senhor depor e dar o nome dessas pessoas e dizer o que o senhor sabe”. “Não, pelo amor de Deus, mas eu... Não, não é assim não, eu ouvi falar, um passageiro aqui”. “Que passageiro? Passageiro de onde que falou isso para o senhor? Quem manda aqui é o senhor, não é o passageiro”. Então tem disso. Esse cidadão americano veio aqui, disse que tem uma investigação própria. Então, já comunica a ele que ele está convocado, ele não está convidado, está convocado para depor lá para dizer o que ele sabe do caso, para levar as provas dele, para levar as provas da arbitrariedade do Ministério Público, não é? E avisa ele que é crime mentir à CPI.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
(PMDB – AC) – [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Essa do Rio Grande do Sul, Senador Geraldo, será nos dias 9 e 10, segunda e terça da próxima semana. E, na próxima sexta-feira, no auditório do Ministério Público em São Paulo, nós vamos ouvir o diretor da UOL, sexta-feira agora, em São Paulo, e vamos ouvir duas pessoas desse caso da UOL, que é o Márcio, que está preso, e o David, que estava na casa dele, que, no grampo telefônico, foi chamado para iniciar uma criança de nove anos, e ele fala no grampo – “Mas nove anos?” – com o tal Márcio, e ele fala – “Mas não tem problema, não, ele já é viadinho”. Ele foi, e eu não sei por que ele não saiu preso de lá. Então, ele está convocado, ele fala que o Márcio o convidou, e nós vamos ouvi-lo. E as outras pessoas a serem indicadas serão indicadas pela Polícia Civil, e, aí, na sequência desse caso, que não é pequeno, com as quebras dos sigilos que virão, na necessidade, Senador Tuma, esses virão para Brasília, na necessidade. Lá é a terra de V. Ex^a., certamente lá nós estaremos junto, porque depois nós vamos à sua casa beber um café.

Requeiro, nos termos regimentais... Eu já disse o que é. É a “Colina do Sol”, não é “Raposa do Sol”, porque esse negócio do Sol está sempre dando problema. Os senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos votar o requerimento. Senador Geraldo.
SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR
(PMDB – AC) – Senador Magno, é uma consulta extensiva ao Augusto, também, que nos acompanha. Nós aprovamos, algum tempo atrás, um requerimento de

convite à diretora da Vara da Infância e da Juventude aqui de Brasília. Eu gostaria de saber se há alguma previsão para que ela seja ouvida na CPI. Você sabe, Augusto, se tem alguma grade, aí, de oitivas?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Foi aprovado, e nós podemos, Senador Geraldo, marcar na próxima quarta-feira à tarde para ouvi-la.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – É um depoimento muito interessante, Senador Magno. Eu já estive com ela, eu conversei com ela, eu tenho certeza absoluta que a participação dela nessa CPI será de grande importância e de uma contribuição inestimável. Fico satisfeito, então, que V. Ex^a. se disponha a ouvi-la na quarta-feira. Era o caso, então, de o Augusto entrar em contato e já preveni-la, para que ela possa se programar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Vamos ouvi-la em Audiência Pública na próxima quarta-feira, às 14 horas, nós vamos estar voltando do Rio Grande do Sul.

Comunicar ao Senador Azeredo que a CPI estará dias 9 e 10 no Rio Grande do Sul. A Governadora Yeda Crusius falou que é para o senhor ir, se não ela vai se desfiliar do PSDB. Entendeu?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Segunda e terça-feira?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Segunda e terça-feira. E vai ter esse mesmo formato como será no seu Estado, também. O formato será o mesmo no Acre, em Sergipe, vamos ouvir as entidades em Audiência Pública, as ONGs, vamos colher informações, vamos receber as denúncias, porque é o que nós dissemos aqui – tem um monte de gente com complicação, com denúncias feitas e que não receberam a mínima resposta. Polícia, Ministério Público, nessas salas de bate-papo, nesses sites de relacionamento, em que o nome das pessoas estão correndo, e que eles nunca deram a mínima, mas graças a Deus a gente percebe que a coisa está mudando.

Nós vamos votar, na próxima quarta-feira, já há um entendimento, de que nós teremos uma grande Audiência Pública aqui em Brasília no Interlegis, Senador Eduardo Azeredo. Nós estamos convidando todos os operadores de Internet do Brasil – IG, UOL, Microsoft, Google, tudo, todos, para estarem conosco aqui, de nove ao meio-dia, uma da tarde, nós ouvimos as nacionais; na parte da tarde, as multinacionais, porque nós queremos um Termo de Ajuste de Conduta igual para todos, para todos, não menos que isso, um Termo de Ajuste de Conduta. E, como há essa disposição, até porque, quando houve a denúncia em cima do UOL,

o seu diretor, Gil Torquato, quero até cumprimentar, já se colocou à disposição para vir, na verdade ele está convidado para estar conosco lá em São Paulo para falar, para nos explicar, para que nós entendamos, para que nós façamos as nossas inquirições, e nos comunicou o armazenamento e a preservação do material na sala de bate-papo da UOL, que é a própria anti-sala do inferno e da degradação moral. Eu nunca vi nada tão terrível na minha vida. Aliás, se alguém puder dizer a ele--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Já votou aqui--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Votamos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Já votamos o site--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Votamos, eu quero registrar o voto de V. Ex^a. Sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – -- o tal que tem esse nome maluco?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É, votamos, e eles nos comunicaram a preservação do material, que eu me disponho, no momento que os senhores acharem necessário, no meu gabinete, que nós nos juntemos até para dividir as nossas indignações, e eu acho que o nosso alimento nesse negócio é a indignação mesmo, é a indignação desse negócio mesmo. Eu quero registrar o voto do Senador Eduardo Azeredo como sim.

Em aditamento ao Requerimento nº 200, de 2008, requeremos que seja prorrogado o prazo de funcionamento em 180 dias, a partir de 4 de agosto de 2008, da Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de sete titulares e cinco suplentes, destinada a apurar a prática de pedofilia. Eu já estou prorrogando o prazo da CPI para que a gente não... por ter muito serviço, não esqueça e deixe perder o prazo da sua renovação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Eu estou fazendo a minha assinatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – A partir de 4 de agosto, pelo mesmo prazo, mais 180 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, se tiver que fechar até o final do ano, nós faremos, porque a nossa decisão é não encerrá-la sem ter os Projetos aprovados. Os projetos terão que estar aprovados e sancionados pelo Presidente. Comunicar a V. Ex^a. que amanhã, às 15 horas, nós seremos recebidos pelo Presidente da República.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Para amanhã, às 15 horas, porque ele falou na FAO, ontem, está chegando hoje, estava marcado para hoje. Então, a assessoria do Presidente comunicou que amanhã, às 15 horas, ele nos receberá, e eu gostaria que todos nós estivéssemos lá, porque não se trata de questões partidárias, nem de base, nem de oposição; se trata de sermos todos a situação, não é, das crianças do Brasil.

Eu quero ressaltar sempre que o trabalho feito pela CPI, comandada pela Senadora Patrícia, que V. Ex^a. fez parte, a CPMI, o Senador Geraldo fez parte daquela Comissão, do trabalho brilhante, você olha o relatório, é extremamente significativo, e fica patente que essa história de aprovar relatório para fazer proposições no final, ela vai se repetir sempre. Eu acho que nós estamos inaugurando um modelo novo, esse de que as proposições sejam votadas no âmbito da CPI.

O Senador Garibaldi garantiu que hoje, e no máximo amanhã, em tendo deliberação por a pauta estar desobstruída por conta de Medidas Provisórias, num acordo com os líderes, nós já votaremos no Plenário hoje ou a amanhã a Difusão Vermelha, que é tão importante para o Brasil para a prisão de criminosos.

Comunicar, ainda, aos Srs. Senadores que o pedófilo do Rio de Janeiro que abusou da criança no Rio e que se evadiu naquele processo em que foi uma investigação feita pelo Ministério Público e Dra. Ana, que é a pessoa do Ministério Público, a promotora da investigação junto com a polícia do Rio, após a documentação ter sido entregue ao Embaixador americano, ele foi afastado das funções imediatamente dos Estados Unidos, porque eles têm uma lei específica para punir americanos que deixam os Estados Unidos para cometer pedofilia em outro país. Existe só uma lei, e essa lei até hoje puniu 11, com 30 anos, e a informação é de que, após afastado, o inquérito dele andou tanto que eles já estão concluindo o inquérito dele com uma pena de 30 anos.

O que nós queremos é isso aqui, Senador Geraldo, queremos um pouco mais, que é o abusado ser atendido, uma família lesionada atendida. E têm casos que eu não sei nem se o poder público tem como atender o abusado, porque você fala abusado para uma criança de três meses, de um mês, uma criança de três anos de idade, de três anos de idade, e as modalidades com que eles trabalham, eu queria que V. Ex^a. visse o que foi preso na sala de bate-papo da UOL, como eles fazem com as crianças, com os brinquedos, com os ursos de pelúcia e tal, com as crianças... É um negócio maluco. Tem lesão que vai consertar como? Uma menina de oito, de dez anos, um menino, que é capturado na sala de bate-papo ou

no site de relacionamento. Nas páginas fechadas ele é cooptado, capturado, tirado de dentro de casa com a libido trabalhada, explodida, com a mente cauterizada, e uma menina faz sexo com quatro homens e se sentindo feliz, como se nada tivesse acontecendo. Esse tipo de lesão quem é que vai consertar? Então, eu não sei qual é o programa que vai atender esse tipo de abusado. Veja só onde nós chegamos, a que coisa nós chegamos.

Então, de maneira que nós precisamos apressar, até para proteger o próprio pedófilo, porque, do jeito que a coisa vai, eles vão ser mortos no meio da rua. Sei que, com essa quebra de sigilo anunciada pela mídia, tem muita gente sem dormir. Imagino que outros suicídios vão acontecer, outros suicídios vão acontecer. E imagino que o medo de ir às ruas daqueles que foram apanhados vai crescer todos os dias, e uma legislação que possa protegê-lo, garantir, porque o melhor lugar para ele é na prisão, porque da maneira inflamada que a sociedade vai ficando, vai ficar muito estreito para esse tipo de gente na sociedade. Eu não sei se os senadores gostariam de usar a palavra, mas gostaria que os senadores confirmassem a sua ida, porque a CPI precisa se preparar, tirar passagem, hospedagem dos Srs. Senadores.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)

– Presidente, já tem uma programação lá?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Tem, para as duas próximas. Na sexta-feira nós temos em São Paulo--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)

– Eu digo, assim, a programação em Porto Alegre. Tem os horários já ou não têm?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Tem, sim, a assessoria está trabalhando. Nós vamos começar às nove horas da manhã, na segunda-feira, com uma visita, uma Audiência com a Governadora Yeda Crusius e, depois da Audiência, nós vamos... E 14 horas nós começamos no auditório do Ministério Público. A proposta é que, durante essa tarde e à noite, nós ouçamos, em Audiência Pública, a OAB, Direitos Humanos e recebamos Projetos Sentinela, os Conselhos Tutelares, e, no dia seguinte, o dia inteiro, será trabalhado com as oitivas, e a programação vai ser passada a cada um dos senhores. Seria importante, na sexta-feira, ouvir o Sr. Gil Torquato na sede do Ministério Público em São Paulo, quando vamos fazer as oitivas, e esses dois que foram, o David e o Márcio, que nós vamos ouvir em São Paulo. Eu gostaria que o senhor estivesse lá conosco.

Senador Geraldo, Senador Romeu Tuma. Eu havia feito um entendimento, ontem, de lá da delegacia eu liguei para fazer um entendimento do que acertei

com os delegados e eu acabei dando a data que estava antes na minha cabeça. Esse troço está me deixando tão... Eu já não sou certo mesmo, agora eu estou piorando da cabeça.

A reunião com a UOL e esses presos não será nessa sexta-feira, mas não é na outra, é na próxima quinta da outra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Em São Paulo?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Em São Paulo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não é depois de amanhã?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, é na quinta da próxima semana. Porto Alegre segunda e terça e São Paulo na quinta.

Está encerrada a Sessão, pedindo que a sua assessoria de Direitos Humanos, Direitos Humanos e a Ação Social do Governo e que o Governador, pessoalmente, porque esse caso virou um caso emblemático na Bahia e que tem chamado a atenção e criado uma comoção muito grande na Bahia, para que o Governador disponibilize a sua assessoria para que vá a Itanhém e assista a essa família, uma vez que é uma mãe e uma filha com um pai lá nos Estados Unidos. Então, eu estarei enviando ainda hoje esse requerimento ao Governador da Bahia. Está encerrado.

Sessão encerrada às 16h18. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

ATA DA 19ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 19ª Reunião de 2008, realizada em 17 de junho de 2008, às quinze horas e vinte minutos, na Sala nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos – **Requerimento n.º 085/08**, requer seja designada diligência desta CPI a Cidade de Boa Vista-RR, a fim de realizar oitivas sobre as investigações da Operação Arcanjo, efetuadas pela Polícia Federal; **Requerimento n.º 086/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Hebon Silva Vilhena, Funcionário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima; **Requerimento n.º 087/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Luciano Alves de Queiroz, Procurador Geral no Estado de Roraima; **Requerimento n.º 088/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI a Sra. Lidiane Nascimento Foo; **Requerimento n.º 089/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Raimundo Ferreira Gomes, Major da Polícia Militar do Estado de Roraima; **Requerimento n.º 090/08**, requer seja convocado para prestar esclarecimentos a esta CPI o Sr. Givanildo dos Santos

Castro; **Requerimento n.º 091/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Jacson Ferreira do Nascimento; **Requerimento n.º 092/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. José Queiroz da Silva; **Requerimento n.º 093/08**, requer seja designada diligência desta CPI a Cidade de Belo Horizonte - MG, a fim de realizar oitiva do Sr. Alair Barbosa Júnior, sobre denúncia de prática de troca de fotos de pedofilia através dos e-mails relacionados em anexo; **Requerimento n.º 094/08**, requer a transferência para esta CPI do sigilo telemático, referente aos dados telemáticos e dos e-mails discriminado-as no anexo do presente requerimento e **Requerimento n.º 095/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. Valdivino Queiroz da Silva. Foi apresentado Projeto de Lei que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse de tal material e outras condutas relacionadas à pedofilia na internet.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR – ES) – **Presidente**

Demóstenes Torres (DEM – GO) – **Relator**

Geraldo Mesquita (PMDB – AC)

Romeu Tuma (PTB – SP)

Paulo Paim (PT – RS)

Sérgio Zambiasi (PTB – RS)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Havendo **quórum** regimental, declaro, em nome de Deus, abertos os trabalhos da CPI da Pedofilia, que visa investigar a pedofilia no Brasil, as suas ramificações com o crime organizado, ações individualizadas.

A princípio, eu gostaria de me desculpar, porque esta reunião se daria na semana passada, e nós, na verdade, convidamos pessoas dos Ministérios Públicos Estaduais, que estavam se deslocando para cá e acabaram voltando, Ministério Público Federal, Polícia Federal, delegados, peritos, Polícia Civil, Ministério da Justiça, Supremo Tribunal Federal, juízes e procuradores, SaferNet, que representa as ONGs dentro dessa discussão, e toda a sociedade em geral.

À sociedade nós queremos agradecer o apoio que temos recebido pelo Brasil inteiro, e, de certa forma, esse apoio nos alegra e, por outro lado, nos entristece, porque vemos crescer o clamor da sociedade e os nossos medos vão crescendo com isso.

Com o clamor da sociedade, esse entendimento da sociedade como um todo de que o crime de pedofilia, para nós, representa a própria degradação humana, o

que temos visto, o que temos recebido é absolutamente chocante, entristecedor, sofrido.

Estivemos com o Presidente da República, na semana próxima passada, e tal foi o choque do Presidente, porque o cidadão nunca registra na sua mente, Senador Geraldo, a verdade absoluta do que é pedofilia; normalmente o registro é alguém abusando, um adulto abusando de um adolescente, normalmente uma adolescente de 12, 13 anos de idade, 14. Nunca registra o abuso de um menino a nossa mente, e não registra abuso na tenra idade, ou seja, criança de 30 dias, criança de 27 dias, criança de dois anos, de três anos; quatro ou cinco homens abusando de uma criança de três anos; uma mulher abusando de uma criança de dois anos; crianças de oito anos participando de rodas de sexo, apanhadas ou não com o advento da internet, dos crimes cibernéticos, e é o que mais cresce, crianças abusadas dentro de casa por parentes, pessoas chegadas ou não chegadas.

Quer dizer, essas coisas vão crescendo com um encorajamento da sociedade da denúncia, e o nosso medo é porque nós não temos lei para manter essa gente presa, e a sociedade vai matá-los na rua, como já começou a acontecer.

E eu dizia ao Presidente, ele dizia – “Olha, o povo vai pedir pena de morte”. E vai pedir. Hoje eu cheguei para ler meus e-mails, uma pilha de milhares de e-mails; de cada dez e-mails que você lê, em quatro as pessoas perguntam se não pode fazer pena de morte.

É uma coisa triste, mas nós estamos vivendo um momento importante da história brasileira, quando nós vamos criar um balizamento para isso.

Eu quero agradecer à embaixada americana a presença da Dra. Karine Tatsman(F), nasceu no Brasil e foi embora cedo demais para os Estados Unidos, e o nosso orgulho é que é uma brasileira que é promotora nos Estados Unidos, promotora federal e que, hoje, aqui na embaixada dos Estados Unidos é peça importante no combate à pedofilia no mundo e tem muito para ajudar o seu país, Brasil, e dependemos dessa ajuda dos Estados Unidos, tanto na ajuda a crime cibernético como de outras modalidades, com a experiência longa e com o aparato que os Estados Unidos já dispõem no combate a esse crime nefasto.

Queremos comunicar que tivemos em São Paulo, a semana passada, na Assembléia Legislativa, para podermos dar prosseguimento às investigações da UOL, da sala de bate papo da UOL, da sala onde foi preso o Márcio e mais 600 pessoas ligadas à sua rede.

Na ocasião, quebramos o sigilo da UOL. E eu quero comunicar aos senhores senadores que recebo da empresa UOL Universo Online, do seu departamento jurídico, em atendimento ao requerimento acima es-

pecificado – *“Venho à presença de V.Ex^a apresentar resposta referente às informações solicitadas”*. Face às informações contidas no requerimento, a UOL apresenta as seguintes informações – *“Arquivo. Aqui está a quebra do sigilo. Mensagens vinculadas na referida sala de bate papo. Durante todo o período em que ela esteve ativa, foi mantido o conteúdo. Informações sobre cada usuário, respectivo endereço, IP, log de acesso, incluindo referência GMT de todos os usuários que participaram da sala de bate-papo. Esse item refere-se às informações contidas nos últimos parágrafos anexos ao requerimento. Os dados dos titulares de e-mail referidos na justificação, responsáveis pela criação e administração da sala de bate-papo ‘Incesto’; os nomes dos e-mails são omitidos para garantia e eficácia das investigações”*.

De maneira, Senador Geraldo, que aqui está a UOL cumprindo com a CPI. Nós ouvimos o Diretor da UOL em São Paulo, e aqui certamente tem muita lama. Aqui, certamente, tem muita lágrima, aqui dentro deste disco, muito sangue. E já está protocolado na CPI, à disposição do grupo de peritos, de promotores, Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Federal, que está conosco desde o começo, nessa jornada, e aqui tem mais alguma coisa para as senhoras e os senhores vomitarem um pouco mais, quando começarem a abrir.

Eu quero parabenizar o Supremo Tribunal Federal, quando, na convocação do médico Eugênio Chipevitch, em São Paulo, os seus advogados tentaram impedir o seu depoimento e entraram no Supremo. CPI tem poder de Justiça, e eles queriam preservar a imagem, mas ele não está no Estatuto da Criança e do Adolescente para botar uma tarja no olho. Um médico que abusou de dezenas de crianças, dopadas, desacordadas, e o Supremo responde exatamente o que a CPI disse aos advogados, garantindo o direito. Senador Tuma, sente aqui.

E nós esperamos um longo tempo, houve uma enrolação terrível por parte dos advogados, para trazê-lo, e houve um embate muito grande, porque os advogados estavam esperando exatamente a chegada do Supremo, Senador Tuma. Eles entraram com um pedido de liminar para ele nem ser ouvido e nem ser filmado – até parece que estávamos falando de uma criança. E chegou aqui na CPI às 23h15, aqui em Brasília, e nós estávamos em São Paulo.

Então, ele diz, aqui, o Ministério Celso de Mello – *“Comunico a V.Ex^a que, sem dispensar o ora paciente de ser apresentado a essa Comissão, deferiu o pedido de liminar, nos preciosos termos expostos na decisão, cuja cópia eu encaminho em ofício, em ordem a assegurar, cautelarmente, a esse mesmo paciente o direito*

de ser assistido por seu advogado". Isso acontece em CPI, a gente dá oportunidade, conversa, senta do lado. *"Durante o curso do seu depoimento perante essa Comissão. O direito de exercer o privilégio constitucional de não se auto-incriminar sem que possa adotar contra si total..."* – ficar calado, e isso está na constituição. *"A presente medida cautelar prevalecerá em sua integridade, mesmo que o ora paciente não seja inquirido na data hoje, perante essa Comissão"* – está dizendo que ele está convocado, está convocado.

Então, eu quero agradecer ao Supremo, parabenizar o Ministério Celso de Mello, mais uma vez, pela posição, que não impediu que nós ouvíssemos o Dr. Chipkevitch, que se filmou, que construiu filmes; ele mesmo se filmava abusando das crianças desacomodadas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Até, permite, Senador? Eu queria cumprimentar o Senador Magno Malta, porque foi firme na exigência do comparecimento do convocado, apesar de o casal de advogados, dois irmãos, terem, de toda forma, tentado, aos gritos, impedir que isso acontecesse.

E houve um fato até deprimente sobre o aspecto de uma decisão que nós tomamos após eles reclamarem de que ele não teria passado pelo exame de corpo de delito na condução do presídio até a CPI, na Assembléia Legislativa. Eu pedi que ele se levantasse e exibisse para as testemunhas lá presentes se ele tinha alguma lesão que ele pudesse se queixar e que no retorno ele passaria... O advogado disse que ele não podia se levantar, não podia ser exibido. Eu falei – "Mas acharam um monte de filme que ele mesmo se autofilmou, provocando uma indignação popular, pelo abuso das crianças que ele tinha prazer em mobilizar pela anestesia que ele aplicava, covardemente, e se autofilmou. Você vai proibir exibir o quê? Desculpa a sacanagem dele? A sem-vergonhice dele? A canalhice dele? Não, vai levantar". Aí ele exigiu que ele levantasse para mostrar que estava fisicamente perfeito.

Não quis responder nada, mas nós fizemos questão de consignar as perguntas que foram feitas. Eu perguntei à advogada, talvez indelicadamente, se ela, ao defender o cliente, estivesse do outro lado, como ela se comportaria em defesa das vítimas, crianças, nas mãos dele. Ela disse – "Não, a minha obrigação é defender o meu cliente; as crianças é problema do Estado".

Então, são coisas que, talvez, não sei, cada advogado tem a sua visão, já vi advogado recusar defender quem pratica determinados delitos que trazem uma carga de indignação; se recusam a defender.

Todos os cidadãos têm direito à defesa; mesmo que não tenha advogado, a autoridade é obrigada a

designar um advogado. Mas ali foi uma coisa muito constrangedora, inclusive, chamou – não sei se o senhor falou – dois representantes da ordem – o senhor já falou? – que estiveram presentes querendo questionar a presença deles. Os dois entenderam que, se eles têm liberdade de responder ou não responder, vão ser tratados... Aí os dois da ordem concordaram, depois foram lá, fizeram crítica – eu acho que nem foi para o ar; não vi nenhuma notícia do que eles falaram no ar e que trouxeram ao nosso conhecimento.

Eu falei – "Olha, nós cumprimos a nossa obrigação; o que eles falarem é problema deles". E ele foi lá, porque... Eu acho que todas as vítimas dele... Segundo a informação que recebemos, a busca para que ele pudesse ser denunciado, que é de ação privada, o crime, para se tornar de ação pública conseguiram 11 vítimas, famílias; as outras todas, algumas dezenas a mais, com medo, se recusaram a compreender o pedido do Ministério Público, da polícia para obter uma ação de ação pública, de forma que a condenação dele... é pena que tem que reduzir a 30 anos, mas eu acho que tem um valor incomensurável.

Agora, sujeito condenado, preso, covarde, sem dignidade, sem respeito ainda quer impedir de ser exibido. Ele estava lá, não estava para ser exibido, estava para contar o que ele fazia para despertar nas famílias o cuidado em alguém se oferecer para tratar, para cuidar, já observando a possibilidade da prática da pedofilia. Isto era o objetivo nosso. Eu perguntei para ele, se ele, como médico infantil, pediatra... Ele disse – "Eu não sou mais pediatra--".

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Especialista, conhecido no mundo inteiro.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – "Sou especialista em evolução sexual física de crianças e tal". Eu falei – "Qual o conselho que o senhor daria às crianças que foram vítimas de pedofilia, para se recuperarem do vício que foi criado pelos canalhas?". Ele disse que se recusava a responder.

Então, para mim, se eu fosse do CRM, já tinha cassado o diploma há muito tempo. E apareceu lá, trazido pelo promotor, um artigo dele do dia em que ele estava sendo ouvido, do dia que ele estava ouvindo estava na internet um artigo de sua autoria, sobre adolescência, o crescimento físico--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Está no jornal de pediatria.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – --Desenvolvimento do seio, desenvolvimento de não sei do quê; três páginas de um artigo dele. Perguntei se ele tinha escrito. Ele falou – "Eu me recuso a responder". Eu falei – "Então, adulteraram a sua assinatura aqui".

Então, são coisas tão inimagináveis. Eu digo, assim, com 50 anos de polícia, doutor, o senhor que é delegado, eu nunca tinha visto crimes dessa envergadura, desse desrespeito às crianças e de familiares que abusam das crianças. Aquele parente que abusava das sobrinhas fez os pais chorarem na Assembléia, revoltados com a indignidade do que o tio fazia com as meninas, e montou um esquema de observação para comprovar que elas estavam falando a verdade, que o tio, ele deu uma entrevista. Baseado na entrevista dele, a mais velha disse para a irmã – “Olha --

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu estava em um debate na Luciana Gimenez.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – -- O tio faz isso comigo”. A outra disse – “E comigo também”. “Então, vamos contar para a mamãe”. Contaram. Ele, habilmente, montou, fosse, talvez, uma hora de ódio, ia para cima, mas ele teve paciência e ajuda divina para montar uma TV que filmasse, e a filha foi orientada a ficar quietinha e ver o que o tio ia fazer. E ele foi lá, mexeu no seio, beijou a menina, quer dizer, um negócio tão, que os pais choraram muito ao depor, e ele se dizia arrependido, mas não tem arrependimento, isso é irreversível. Você conversa com qualquer médico especialista, diz que não pode ser tratado como doença, porque, como doença, eles podem voltar à convivência.

Eles são criminosos e vão voltar a delinquir, porque é um vício que deturpa a própria condição de comportamento humano. É uma psicopatologia irreversível. Então, tem que ficar aliado 30 anos, 40, 50; não dá para voltar.

Eu peço desculpas, está aí o Demóstenes, o nosso relator, eu só queria dizer que a nossa angústia é profundamente amarga. Eu não sei, eu acho que eu fiz bem em ter vindo a essa CPI, a convite do Magno, porque, a cada dia que passa, por mais violência que você observa na sua vida pública, tem sempre alguém mais maldoso do que aquele que a gente conseguiu realmente punir através de investigações, de busca, mas é uma coisa terrivelmente, que é antagônica à condição de ser humano, Senador, é antagônica.

Eu acho que, se eu falar que são animais, eu estou cometendo um pecado contra os animais, mas são monstros, verdadeiros monstros, que não merecem o mínimo de respeito, o mínimo de consideração. E a velocidade que tem que se dar nesses processos eu acredito que é uma importância vital, pelo risco que eles mantêm correndo. Eu digo o seguinte – tem uma ética nos presídios – o Demóstenes deve saber –, se eles forem para um presídio comum, eles serão seviciados

tranquilamente e sem nenhum tipo de consideração, porque os presos têm respeito pelas crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu agradeço ao Senador Tuma. Estivemos juntos em São Paulo, foi uma cruzada de 48 horas de muita luta, muita batalha. Antes, eu estive no Tribunal de Justiça de São Paulo, com quase 50 desembargadores, homens maduros, avós, e, quando eu abri a terceira imagem, eu nunca pensei ver um quadro daquele, de ver quase 50 homens chorando, desesperados, e um assume a palavra e fala em nome dos outros, dizendo – “Aqui não sai liminar para pedófilo, e a nossa posição está definida”.

E, mesmo que nada aconteça, cresceu uma coisa no meu coração aquele dia, Senador Geraldo – eu vou andar os Tribunais de Justiça do Brasil inteiro; eu vou a todos os estados; eu quero mostrar aos desembargadores essas imagens; eu vou a cada gabinete do Supremo levar essas imagens.

Eu estive no Rio Grande do Sul com a assessoria da CPI, Dra. Carla, Dra. Catarina, com o Senador Virgínio, para ouvir o pessoal da Colina do Sol. Trouxemos o *lep top* criptografado para ser periciado com a Polícia Federal. Está fechado, é um grande [ininteligível] daquele caso emblemático do Rio Grande do Sul de pedofilia, mas que está andando, e eu nomeei o Senador Virgínio como relator desse caso do Rio Grande do Sul, como nomeei o Senador Tuma sub-relator do caso de São Paulo. E o Senador Demóstenes chegou agora, que é o relator geral, aqui está a quebra do sigilo da UOL; a UOL acabou de me entregar.

Senador Tuma, essa aqui é a quebra do sigilo da UOL. Foi um comprometimento significativo do termo de ajuste de conduta, mas eu imagino que termo de ajuste de conduta pode muito bem ser violado, sabe? Existem coisas que têm que virar projeto de lei mesmo.

Nós estamos votando hoje um dos projetos mais importantes, que é a “autoração” do ECA, dos mais importantes; hoje, nós estamos votando.

Mas, lá no Rio, um motorista de táxi me alertou que, no Norte e Nordeste, quem leva as crianças para ser abusadas de pedofilia para os turistas são os motoristas de táxi. E ele falou – “Por que não faz uma lei para que o motorista de táxi só ande com menor que seja filho e com documento? Fora disso, ele não pode andar com menor”. Eu falei – “Qual é a pena para ele?”. Ele falou assim – “Tira a placa dele e pune”. Olha só, um motorista pai de família. Verdade.

Nós entendemos lá que precisamos oficializar o CRM, vamos chamar o CRM para ser ouvido aqui, que, no código de ética de todo médico que trata com criança, o código de ética deve dizer o seguinte – “*Que ele não pode atender criança sem a presença do pai, da*

mãe ou de um responsável”. Não pode atender. Não pode atender.

Então, nós vamos fechando essas portas, fechando essas brechas. Hoje, quando nós estamos votando esse projeto absolutamente importante, que é uma mudança no ECA, que ainda não é a tipificação do crime, mas essa tipificação de condutas, nós vamos estar entregando o Brasil já cumprindo algumas falas dessa CPI, e parabeno o grupo de procuradores, de promotores, de promotoras, de federais, estaduais, abnegavelmente, que estão aqui há semanas, desde que a CPI começou, diuturnamente trabalhando, Senador Geraldo.

Todos os senhores acompanharam o absurdo de Roraima – procurador preso e mais coisa já foi descoberta sobre ele. Uma criancinha grávida dele, já, e gente da Polícia Militar. As informações, aqui, o envolvimento é extenso demais, e o Governador me ligou no mesmo dia, de lá, desesperado, sem saber o que fazer. Eu disse – “Olha, o senhor não... diga que o senhor está chamando a CPI para ir”.

Nós estamos entrando em entendimento com o delegado federal para entender essa questão. O Dr. Sobral está trabalhando nisso tudo com o delegado federal. Nós vamos ter um encontro – pedi para marcar para amanhã – com o doutor superintendente-geral da polícia federal, para conversar sobre esse assunto. Dra. Catarina está conversando com o Ministério Público local juntamente com o Dr. Casé e com o delegado do caso, para que possamos entender. Mas hoje nós já vamos votar o requerimento; não vamos votar a data, mas o requerimento da nossa ida a Roraima e a convocação das primeiras pessoas.

Então, *“Eu requeiro, nos termos regimentais, seja designada diligência desta CPI à cidade de Boa Vista, a fim de realizar oitiva sobre as investigações da Operação Arcanjo. Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado a prestar depoimento o Sr. Ebron Silva Vilhena, funcionário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Requeiro, nos termos regimentais, seja convocado a prestar depoimento a esta CPI o Sr. Luciano Alves de Queiroz, procurador-geral do Estado de Roraima. Requeiro, nos termos regimentais, seja prestado depoimento nessa CPI da Sra. Lidiane Nascimento Foo. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocado a prestar depoimento nesta CPI Raimundo Ferreira Gomes, major da Polícia Militar do Estado de Roraima. Requeiro, nos termos regimentais, que seja convocado a prestar depoimento o Sr. Givanildo dos Santos Castro. Nos termos regimentais, que seja convocado a prestar depoimento nesta CPI Jackson Ferreira Nascimento. Nos termos regimentais, que seja convocado a prestar depoimento o Sr. Valdi-*

vino Queiroz da Silva. Nos termos regimentais, seja convocado a prestar depoimento nesta CPI o Sr. José Queiroz da Silva”.

Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Senador Demóstenes, essa é a aprovação do requerimento da CPI a Roraima. Não votamos data, mas está votado o requerimento da ida, e as pessoas convocadas para depor na CPI que forem envolvidas, e nós esperamos, ainda, a partir desses trabalhos que estão sendo feitos com o delegado federal da operação, pelos delegados que estão aqui na CPI e com o Ministério Público local, com o delegado local, para balizar a CPI, para que nós cheguemos a Roraima para ajudar a sociedade, que vive uma grande vergonha.

E hoje eu entrei no Plenário, e os dois senadores de Roraima me diziam assim – “Que coisa vexatória para nós. Procurador-geral; um troço deprimente”. E um cara gente boa, de boa família, e normalmente as coisas acontecem assim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, o senhor dá licença um minutinho?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É pelo--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Já coloquei. Os senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É pelo projeto. Que eu estou vendo aqui, eu tinha um grande problema, Sr. Geraldo, que, quando se fazia – e o delegado nosso sabe disso –, quando se faziam operações, principalmente no Norte, na região do Pará, de resgate de crianças de boates, de botecos que serviam à prostituição local, e as crianças, não é pela idade, é pelo peso, por peso. Então, ninguém se preocupava com a idade, mas sim com a estrutura física da criança.

Quando a operação fez, se resgatou, prendeu os responsáveis, na repetição, as mesmas crianças foram encontradas. O que acontecia? Os pais alugavam, vendiam os filhos para prestar a prostituição infantil. E eu vejo, agora, que no projeto eu estava preocupado que isso fosse consignado. No art. 240, § 2º, inciso III – “Se o crime é cometido por parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, ou por adoção de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela ou com o seu consentimento” – aqui inclui pai e mãe. Então, quando ele fala do motorista de táxi, eu não posso ter dúvida, às vezes, que o pai e a mãe autorizam o motorista a levar, quando está impregnado pela maldade de ceder a filha para essas coisas--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – -- Mas, só para contar(F), o senhor, não está aqui nesse projeto isso não, viu? Do motorista de táxi, isso não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não, mas está aqui, isso aqui. Não, eu digo, este aqui. Então o outro vem complementar--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele me deu a idéia foi hoje de manhã o motorista de táxi, lá no Rio.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Não, mas, eu digo, aqui tem, e nós temos que fazer do motorista de táxi e saber o pai que autorizou levar, se realmente também não está dentro da quadrilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não, e, normalmente, é quadrilha mesmo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É quadrilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É gente que alicia e leva. Eu vou pedir ao Senador Geraldo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Desculpe, aí, mas é uma coisa horrorosa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – --para assinar o projeto aqui conosco, Senador Tuma, e eu vou passar a palavra ao relator, Senador Demóstenes, para relatar o projeto.

Ontem, eu tive o meu último entendimento sobre o projeto, com o Dr. Thiago, que não está aqui, é uma pena, mas esse é um grande “ajudador” da CPI, mas nós vamos relatar essa mudança no ECA, que é um...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – A Comissão mesmo pode aprovar o relatório?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Pode.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Fazer o relatório aqui e aprovar para ir para Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Aprovar e daqui vai para Plenário.

Senador Demóstenes, então, é o Relator, com a palavra.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, senhoras senadoras, senhores senadores. Nós estamos aqui apresentando uma modificação ou várias modificações no Estatuto da Criança e do Adolescente. Com que objetivo? Evitar que haja impunidade por parte dos pedófilos brasileiros.

O que é que acontece? Os pedófilos têm um perfil quase sempre dissimulado, são pessoas que, quando estão praticando o delito na Internet, também quase sempre são pessoas muito bem informadas,

têm um nível cultural mais elevado e têm conseguido, com isso, burlar a intenção do legislador em que eles sejam punidos.

Existem tratados internacionais, existem várias decisões da Justiça do Brasil, em que a nossa assessoria, mais os promotores de justiça, os juízes de direito, os delegados de Polícia Federal, que acompanham o nosso trabalho, esses julgados, a nossa assessoria, com esse grupo que foi montado, tudo isso levou a assim fazer uma proposta para sambarcar os mais diversos tipos de conduta, a fim de que os pedófilos não consigam escapar.

Então, um exemplo, o art. 240, hoje em vigor, diz o seguinte – “*Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, cinematográfica, etc.*”. Nós estamos colocando – “*Produzir, reproduzir*” – por quê? Porque os tribunais vêm considerando que o direito penal é muito literal. Então, nós temos que colocar todos os verbos – “*Dirigir, fotografar, etc.*”. Então, nós pegamos tudo o que os tribunais decidiram e fizemos esses projetos que nós vamos explicar detalhamento agora.

Relembrando. Qual é o objetivo principal? O objetivo principal é fazer com que a intenção do legislador de punir não fique somente na intenção, que o maior número possível de condutas seja delineado e seja tipificado, aqui, nesses artigos.

Estamos deixando fora, para a apreciação, amanhã ou talvez no decorrer da semana que vem, de um último artigo, porque há polêmica entre nós quanto a melhor conceituação, que se trata, justamente, daquele caso que, por exemplo, foi aventado, aqui, em relação à cidade de Niquelândia, no interior do Estado de Goiás, que é justamente a prostituição de adolescentes, uma vez que nós temos que procurar estabelecer qual é a melhor redação, a fim de que a nossa intenção, efetivamente, possa ser aquela efetivamente traduzida na redação que nós vamos encontrar.

Os senhores se lembram, aquela redação levou uma série de pedófilos que têm relações sexuais diretamente com a menor adolescente a ficar impunes. Então, nós não queremos que isso aconteça. Nós temos algumas propostas e estamos consolidando as propostas.

Então, quais são as alterações principais? E nós vamos distribuir os textos para que os senhores possam ler e entender. Vem, inclusive, um comentário ao lado, explicando o que acontece.

Nós estamos unificando, por exemplo, os tipos do art. 240 e 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dizem respeito – à participação de criança ou adolescente em performances artísticas com conteúdo pornográfico; à produção de material contendo pornografia infantil; à venda de material que contenha

essa mesma pornografia infantil; à distribuição de material contendo pornografia infantil; e à participação dos provedores da Internet.

Como é que isso é redigido hoje? Então, nós aumentamos significativamente os parâmetros, mínimo e máximo, das penas de liberdade e, ainda, trouxemos novas previsões de conduta. Quando os senhores lerem o texto antigo e cotejarem com o novo texto que foi encontrado, os senhores perceberão o trabalho minucioso que foi feito, com o objetivo de alcançar todos os pedófilos, os criminosos.

Então, para se ter uma idéia, eu vou ler como é que ficou, eu já dei um exemplo. No art. 248, como é que é redigido hoje?

“Produzir ou dirigir representação teatral televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica, de sexo explícito ou vexatória. Pena – reclusão de dois a seis anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas nesse artigo, contracenar com crianças ou adolescentes.

§ 2º A pena de reclusão de três a oito anos – I) se o agente comete o crime no exercício de cargo ou função; II) se o agente comete o crime com o fim de obter para si ou para outrem vantagem patrimonial.

E o tipo do art. 241 – Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou Internet, fotografias ou imagem com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente. Pena – reclusão de dois a seis anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem – I) agência, autoriza, facilita ou, de qualquer modo, intermedeia a participação de criança ou adolescente em produção referida nesse artigo; II) assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagens produzidas na forma do caput desse artigo; III) assegura, por qualquer meio, o acesso na rede mundial de computadores ou Internet, das fotografias, cenas ou imagens produzidas na forma do caput desse artigo.

§ 2º A pena de reclusão de três a oito anos – I) se o agente comete o crime prevalecendo-se do exercício de cargo ou função; II) se o agente comete o crime com o fim de obter para si ou para outrem vantagem patrimonial.”

Como é que ficou redigido, então, o art. 240, a nova redação, que congrega os dois artigos e amplia? Fica da seguinte forma – os senhores têm que ter esse texto em mãos, e nós vamos pedir para distribuir para os senhores entenderem melhor.

“Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Reclusão de quatro a oito anos de multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem agência, facilita, recruta, coage ou, de qualquer modo, intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput desse artigo ou, ainda, quem com aqueles contracenar.

§ 2º Aumenta-se a pena de um terço se o agente comete o crime – I) no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la; II) prevalecendo-se de relações domésticas, de co-habitação e de hospitalidade.”

Então, vem ainda, no “III) se o crime é cometido por parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, ou por adoção de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de quem, a qualquer outro título, tenha autoridade sobre ela ou com o seu consentimento”.

Então, os senhores verifiquem – I) a pena, que era de dois a seis, passou a ser de quatro a oito anos; II) em cima disso, se, em uma dessas hipóteses, utilizando-se de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la, prevalecendo as relações domésticas, o parentesco, mesmo que por adoção ou tutor ou curador, a pena pode chegar até a 12 anos. Então, praticamente dobra a pena; é muito significativo e é uma tentativa de conter a pedofilia.

Os senhores podem ver que os tipos penais, aqui, foram bastante ampliados, justamente na tentativa de buscar aquelas condutas que a lei até hoje não alcançava.

O art. 241 fica redigido da seguinte forma – “I) Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Reclusão de quatro a oito anos”. Então, aqui foi criado – 1) um tipo penal autônomo para criminalizar a venda de material pedófilo; 2) foi aumentada a pena muito, a mínimo e a máxima; e 3) os senhores vejam isso, basta a exposição à venda para a consumação. Então, não precisa nem acontecer a venda, basta a pessoa oferecer para vender. Então, mesmo que o outro lado não tenha se sensibilizado e não tenha adquirido o material pornográfico, ainda assim é crime, porque também era

outra brecha que se encontrava para o pedófilo fugir da tipificação.

O artigo 241 A, que é a distribuição do material contendo pornografia infantil, ficou redigido da seguinte forma – “Oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar, por qualquer meio, inclusive através de sistema de informática ou telemático, fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente. Pena de três a seis anos.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem – I) assegura os meios ou serviços para o armazenamento das fotografias, cenas ou imagem de que trata o caput desse artigo; II) assegura por qualquer meio o acesso pela Internet às fotografias, cenas ou imagens de que trata o caput desse artigo.

§ 2º As condutas tipificadas nos incisos I e II, do § anterior, são puníveis quando o responsável legal pela prestação do serviço, regularmente notificando, deixa de tomar as medidas necessárias para desabilitar o acesso ao conteúdo ilícito de que trata o caput desse artigo”. Isso faz o quê? 1) A distribuição do material foi tratada em dispositivo à parte, não está misturada; englobando, ainda, a simples troca de pornografia infantil; 2) Descrição mais precisa do material pornográfico, por exemplo, fotografia, vídeo ou outro registro; 3) Na ilustração do meio, preferiu-se a expressão – “inclusive através de sistema de informática ou telemático”, para mostrar que, de qualquer forma que for produzido, configura-se o crime.

A participação dos provedores da Internet, os senhores verificaram. Por quê? Porque os provedores, os senhores estão vendo que eles têm se recusado a colaborar. Então, há uma previsão de uma condição objetiva de punibilidade, de tal maneira a precisar o momento da consumação do crime. Isto é, quando os responsáveis pelo provedor deixam de desabilitar o acesso ao material pedófilo. Então, eles têm que tomar essa atitude; não tomando, serão punidos.

A expectativa é que os mencionados tipos penais ganhem efetividade e que os órgãos públicos tenham uma ferramenta para exigir providências por parte dos provedores. Os senhores bem sabem que, antes da nossa discussão, aqui, o caminho enfrentado pelo Ministério Público e pela Polícia Federal era um caminho espinhoso e ainda, de certa forma, é, porque, até hoje, o termo de alistamento de conduta do Ministério Público Federal com a Google não foi assinado.

Um outro tipo, que foi criado no art. 241 B – “Adquirir material pornográfico, a posse do material pornográfico e o armazenamento de pornografia infantil”, que não era considerado e não é considerado crime pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Então, como fica redigido? “Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente. Reclusão de um a quatro anos e multa”. Então, os senhores vejam o seguinte, esse tipo não existia – adquirir, possuir, a posse do material pornográfico, que levou, aqui, na Operação Carrossel, a deixar que milhares de pedófilos ficassem impunes. E a gente vê – o pedófilo quase sempre se utiliza desse argumento.

No caso do pedófilo apanhado, a,í em uma repartição pública federal. A primeira coisa que ele disse foi – “Não, eu sou voyeur, eu só estou vendo, só estou olhando”. Por quê? Porque a posse do material pornográfico, evidentemente, não constitui delito até hoje. Passa a constituir.

Então, cria-se o crime com a prisão de um a quatro anos, mais a multa.

“§ 1º A pena é diminuída de um a dois terços se de pequena quantidade o material ao que se refere o caput desse artigo.

§ 2º Não há crime se a posse ou armazenamento tenha finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência das condutas descritas nos art. 240, 241 e 241 A dessa lei, quando a combinação for feita por – I) agente público no exercício de suas funções.”

Imaginem os senhores, o Senador Magno Malta está com todo o material na mão, então, a obrigação dele é comunicar. Essa comunicação, obviamente, não pode constituir delito, mas, se não houvesse a ressalva, naturalmente que isso poderia causar alguma interpretação lesiva.

“II) Membro de associação ou fundação que inclua, entre as suas finalidades institucionais, o recebimento, o processamento e o encaminhamento de notícias dos crimes referidos nesse §”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – É o que a SaferNet faz hoje.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO)

– Exatamente. “III) Empregada ou representante legal de provedor de serviço da Internet, até o recebimento do material relativo à notícia feita à autoridade policial, membro do Ministério Público ou do Poder Judiciário.” Nas hipóteses do § 3º e nas hipóteses do § 2º, deve-

rão os sujeitos referidos manter sob sigilo o material encaminhado. Isso leva – 1) à criminalização da posse de material pedófilo, que é sugerida pela convenção de Budapeste do Conselho da Europa; 2) foi prevista, ao mesmo tempo, uma causa de diminuição de pena, se de pequena quantidade o material com fim de evitar excessos punitivos; 3) além do mais, previu-se uma causa de exclusão da ilicitude se a posse tiver a finalidade de comunicar às autoridades competentes a ocorrência de crimes relacionados à pedofilia, com especificação dos sujeitos aptos a usufruírem da justificação legal. Porque, se não, o próprio pedófilo pode dizer – “Olha, não, eu estou aqui, mas para comunicar à autoridade”. Então, ficou bem ressalvado, aqui, que não entra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Me dá só um minutinho, Senador. Eu queria pedir à assessoria que providenciasse as cópias para a imprensa, aí. Eu estou vendo que eles estão inquietos à procura de cópias. Aqui, por favor.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM –

GO) – O art. 241 C define o que é pornografia infantil. Para efeito dos crimes previstos nos art. 240, 241, 241 A e 241 B, a expressão ‘cena de sexo explícito ou pornográfica’ compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas ou insinuadas ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais. Essa definição aproxima-se daquela prevista no art. 2º, alínea C, do protocolo facultativo, a convenção sobre os direitos de criança relativa à venda de crianças, prostituição infantil e pornografia infantil. No entanto, bem observado, a proposta amplia o referido conceito, na medida em que substitui a expressão – “atividade sexuais explícitas, reais ou simuladas”, constante do referido documento internacional, por atividades sexuais explícitas ou insinuadas. Porque também têm os pedófilos conseguindo fugir sempre disso.

O art. 241 D – “montagem de pornografia infantil”. Os senhores se lembram, aqui, da exposição que fez o nosso delegado de Polícia Federal, dizendo, justamente, dessa montagem que acontece que, muitas vezes, leva à impunidade do agente pedófilo.

Então – “Simular a participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica, por meio de adulteração, montagem ou modificação de fotografia, vídeo ou qualquer outra forma de representação visual. Pena – reclusão de um a três anos e multa.

Parágrafo Único – Incorre nas mesmas penas, quem vende, expõe à venda, disponibiliza, distribui, publica ou divulga, por qualquer outro meio, adquire, possui, guarda ou arma-

zena o material produzido na forma do caput desse artigo”.

Está-se punindo, aqui, a fotomontagem ou a videomontagem. Não há, portanto, uma vítima real, a não ser do ponto de vista do bem jurídico “honra”. Todas as demais condutas – venda, distribuição, aquisição, posse, etc., foram equiparadas à produção do material.

Assédio virtual. Também é uma conduta não criminalizada hoje pelo Estatuto da *Criança e do Adolescente*.

241 E – “Aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança com o fim de com ela praticar ato libidinoso. Reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem facilita ou induz o acesso à criança de material contendo cena de sexo explícito ou pornográfico, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.

§ 2º Nas mesmas penas incorre, ainda, quem pratica as condutas descritas no caput, com o fim de induzir criança a se exhibir de forma pornográfica ou erótica”.

Então, os senhores verifiquem que se pune o chamado *grumming*(F), que é a utilização da Internet para aliciar ou assediar sexualmente crianças ou adolescentes. O agente geralmente omite ou mente a respeito de sua verdadeira identidade ou idade. Não houve menção específica à Internet, preferindo-se a expressão – “qualquer meio de comunicação”.

Então, essas alterações são alterações profundas e alterações que vão, com certeza, levar a uma punição muito mais eficaz e eficiente e, até mesmo, incluir um grande número de pedófilos, que são punidos mundo a fora, onde essas condutas já são delitos, e, no Brasil, são totalmente impunes, porque não há tipificação, não há criminalização dessa conduta.

Então, eu quero parabenizar muito as pessoas da Dra. Ana Lúcia Mello, do Ministério Público do Rio de Janeiro; o Dr. Tito Amaral, do Ministério Público de Goiás; a Dra. Carla Sandoval, do Ministério Público do Espírito Santo; o Dr. Fábio Corrêa, do Ministério Público Rio de Janeiro; o Dr. Carlos José Fortes, do Ministério Público de Minas Gerais; a Dra. Catarina Gazelli, do Ministério Público do Espírito Santo; o Dr. Carlos Sobral, delegado da Polícia Federal; o Dr. André Ubaldino, do Ministério Público de Minas Gerais; o Dr. Sérgio Suiama, do Ministério Público Federal de São Paulo; e o Dr. Thiago Tavares, da SaferNet.

Se eu omiti alguém, me desculpem. Mas eu quero agradecer-los, porque acho que, com isso, a CPI, mais

o artigo que vai ser adicionado, se nós conseguirmos a aprovação, durante o trâmite desta CPI, nós vamos estar prestando um serviço da maior relevância ao Brasil. São, digamos, resultados de um trabalho vigoroso que vem sendo feito há muito tempo, especialmente pela Polícia Federal e pelos Ministérios Públicos Federal e Estaduais e que agora estão encontrando ressonância, e com um objetivo só – punir aqueles que querem molestar e que molestam, efetivamente, nossas crianças.

Com a tipificação da prostituição, “submeter” sendo um verbo que vai trazer uma outra conotação, nós vamos acabar, também, completando essas alterações com o maior estudo já feito sobre as decisões que já aconteceram no âmbito dos nossos tribunais e já prevendo, inclusive, uma cooperação internacional, porque é o tipo do crime que o material pornográfico pode ser produzido no Brasil, pode ser acessado na França por um provedor da Índia que tenta captar outras cenas da África do Sul. Então, se não houver cooperação internacional, é o tipo de crime que tende, grandemente, a ficar impune.

Agradeço a todos. A proposta está formulada. Eu tenho certeza que os Ministérios Públicos ficaram felizes, que a Polícia Federal também vai ter um trabalho melhor. E agradeço, ainda, os consultores do Senado, ao Dr. Fabiano Martins, ao Dr. Danilo Aguiar e ao Dr. Luís Fernando, pelo belíssimo trabalho que completaram. É isso, Sr. Presidente, e, mais ainda, a Augusto e Gláucio, além dos nossos senadores, especialmente, Romeu Tuma e Geraldo Mesquita.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu queria que V.Ex^a permitisse uma palavrinha, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente. É endossar todos os cumprimentos que V.Ex^a falou. Eu tenho sentido, nas reuniões que nós comparecemos, o entusiasmo e a vontade de todos os membros do Ministério Público e da polícia, dos nossos consultores, durante as reuniões.

A vocação da pesquisa, da luta para obter informações em outros países, as convenções internacionais se traduzem, claramente, no objetivo principal – alcançar aqueles que praticam esse tipo de crime, indesejado pela sociedade.

Eu queria fazer um apelo aos senhores e às senhoras, se permitissem. Teve uma coisa que ficou marcada muito na minha cabeça, durante a última audiência, que foi presidida pelo Senador Magno Malta, sobre as crianças que são vítimas e que passam a ser viciados. A criança com nove anos, cujos pais

choraram, porque a criança perguntou à mãe se não era melhor ele se matar, que ele não conseguia mais se desligar do vício que foi provocado pela pessoa que praticava.

Então, eu acho que nós temos que criar mecanismo de obrigatoriedade, pelo Estado, do tratamento e da recuperação dessas crianças. Nós vamos pegar o pedófilo; nós não podemos esquecer as vítimas. Como elas vão ser tratadas e qual é a obrigação do Estado que permitiu que isso acontecesse.

Então, eu faço um apelo, já que vocês estão tão enfronhados, buscaram todas as perspectivas de cercar os pedófilos, os agressores, vamos tentar buscar um mecanismo legal para obrigar ao Estado a recuperação dessas vítimas. Eu peço desculpa, mas é uma coisa que ficou profundamente marcada em mim – essa mãe chorando, dizendo que o filho “Não é melhor eu me matar, porque eu não sei como sair dessa”. Nove anos tinha a criança.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É, Senador Tuma, foram dois dias terríveis. Não foi diferente no Rio Grande do Sul, como não foi diferente em nenhum lugar que nós já fomos e aqui, também.

À medida que nós vamos aprofundando nessa matéria, é absolutamente difícil. Eu nunca vi nada tão terrível na minha vida. E olha que eu já vi coisa, sabe? Olha que eu cavei os cemitérios clandestinos de Hildebrando Pascoal, na sua terra. Na hora que eu fui lá, abri aquele cemitério dele, tirei os cadáveres, aqueles crânios com um metro do chão, o cara deitava para morrer lá no Acre. Achei que aquilo fosse o fim do mundo, mas realmente... São duas expressões, há uma outra garota de nove anos que perguntou à mãe, também, se não era bom ela se matar, porque ela viu o tio indo preso, e o tio que abusava. Então ela achava que a errada era ela, porque ele largou um menininho de quatro anos, e ela falou – “Agora ficou o filhinho dele e minha tia sem esposo”, e a culpa era dela, que tem nove anos de idade. Agora, imagine isso. Quer dizer, então é uma coisa terrível. Mas só para dizer ao Senador Tuma que aquele plano que nós entregamos ao Presidente da República, que pede uma criação de uma estrutura dentro da Polícia Federal, uma estrutura diferenciada para combate a crime cibernético, e também nos Ministérios Públicos e polícias estaduais, pede também essa estrutura para atender o abusado, que eu acho que é mais importante do que o abusador.

Nós estamos buscando a pena, aqui, para punir o abusador, mas é absolutamente mais importante atender o abusado; mais importante, que está posto no que foi lido e relatado pelo nosso relator, Senador Demóstenes, é que essas tipificações, aqui, abrangem

tudo. Se você ler direitinho, você vê que o dono de posto de gasolina, agora, lá da rodovia, que, a partir de cinco horas da tarde, está cheio de menina de 11 anos, dez anos para ser abusada por motorista, ele vai ter que ficar esperto a partir de agora, porque essas tipificações, aqui, dizem o seguinte – que o cara, quem facilita – e, se o sujeito não toma conta do estabelecimento dele, ele está facilitando–; quem entrega, é coisa para o pai e para a mãe, quem entrega, quem facilita, quem oferece; tem pais e mães, parentes envolvidos em tudo isso. Rede de aliciamento.

E quem anda no Norte e Nordeste, principalmente, nessas rodovias, o que se vê, a partir das cinco, seis horas da tarde, quando o sol começa a cair, são postos de gasolinas onde crianças são abusadas por motoristas, muitas vezes a troca de nada. De maneira que eu acho que a gente dá um presente para o Brasil. Eu gostaria de aprovar, eu gostaria de pedir ao Augusto que acelerasse esse procedimento, que dá mais ou menos oito dias para... e gostaria que, amanhã à tarde, Senador Tuma, Senador Geraldo Mesquita e Sr. Relator, nós fossemos, antes da ordem do dia, entregar em mãos ao Presidente do Senado, porque há um compromisso de que seja votado imediatamente, há um compromisso do Presidente da República da sanção.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, nós temos que votar urgência, aqui. Eu acho que V.Ex^a já...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E os senadores que votam a favor dessa peça tão importante para o Brasil permaneçam como estão. Está aprovado. Eu acho que a aprovação nesta Comissão é uma grande vitória para o Brasil, é uma grande vitória de todos nós; todos estamos de parabéns.

Se nós já tivermos definição, nós podemos marcar extraordinária amanhã à tarde e aprovar o último artigo, quando vamos definir, também, a nossa ida a Roraima, e eu farei com absoluta antecedência, porque gostaria... que lá é tão emblemático, é tanta gente grande envolvida naquele negócio, que eu não gostaria de ir sozinho dessa vez. Não tenho medo, porque medo eu conheço de ouvir falar, nunca fui apresentado--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Leva a polícia e o Ministério Público.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Que tem ido todo tempo junto, mas é tão importante a presença do Senador Geraldo lá com a gente, o Senador Demóstenes, que é o nosso relator, Senador Romeu Tuma e todos os senadores, o Senador Virginio, que tem participado tanto com a gente, é

um Senador novo, que tem estado todo tempo conosco. Está aprovado.

Nos termos regimentais, eu requeiro urgência para o projeto apresentado. Os senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovada também a urgência.

Requeiro, nos termos regimentais, que seja designada diligência desta CPI à cidade de Belo Horizonte, a fim de realizar oitiva de Alair Barbosa Júnior, sobre denúncia de prática de troca de foto de pedofilia. É exatamente esse processo que está em segredo de Justiça aqui, dos e-mails relacionados. Esse ofício é a pedido do Ministério Público de Minas Gerais. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Esse aqui é nominal. Requeiro, nos termos regimentais, § 3º da Constituição Federal, Lei 9.296, de 96, preferência para esta CPI do sigilo telemático, referente aos dados telemáticos dos e-mails discriminados e anexos do presente requerimento. Essa é mais outra quebra de sigilo, requerimento da quebra de sigilos telemáticos. É desse próprio processo que está sobre segredo, aqui, então eu não vou citar. Então, somente essa quebra, nós vamos votar, ela é nominal. Senador Romeu Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Demóstenes Torres?

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Geraldo? Senador Sérgio Zambiasi? Senador Paulo Paim?

Requeiro, também, nos termos regimentais, que sejam enviados o processo do Sr. Alair Barbosa Júnior, que corre sob segredo de Justiça a esta CPI. Os senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado também.

Não havendo mais nada a tratar, iniciei em nome de Deus e, em nome de Deus eu encerro essa sessão da CPI.

Sessão encerrada às 16h27. – Senador **Magno Malta**, Presidente

ATA DA 20ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 20ª Reunião de 2008, realizada em 26 de junho de 2008, às dez horas e vinte e cinco minutos, na Sala nº 15 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade foram aprovados os seguintes requerimentos – **Requerimento n.º 096/08**, requer a transferência para esta CPI do sigilo telemático, referente aos dados telemáticos e dos usuários que, de acordo com a lista anexa, estabeleceram conexão à Internet por meio de cada endereço IP, na respectiva

data e horário; **Requerimento n.º 097/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, o Sr. Alexsander Ladislau, membro do Conselho Federal da OAB; **Requerimento n.º 098/08**, requer seja convidado a prestar depoimento nesta CPI, o Sr. Augustinho Bezerra Teles, pai do Sr. Júlio César Cavalcante Teles; **Requerimento n.º 099/08**, requer seja convocada a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a Sra. Ivone Salute, Presidente do Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente; **Requerimento n.º 100/08**, requer seja convidada a prestar depoimento nesta CPI, o Padre Revislande Araújo; **Requerimento n.º 101/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, o Sr. Tarcísio Vital do Amaral; **Requerimento n.º 102/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, representante do movimento “mães contra a pedofilia”; **Requerimento n.º 103/08**, requer seja convocada a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a Sra. Maria Auristela Barbosa de Melo; **Requerimento n.º 104/08**, requer seja convocada a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a Sra. Leomara Amaro da Silva; **Requerimento n.º 105/08**, requer seja convocada a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a Sra. Kelly Kuilin Freitas; **Requerimento n.º 106/08**, requer seja convocada a prestar depoimento nesta CPI, na condição de investigada, a Sra. Lidianie Nascimento Foo; **Requerimento n.º 107/08**, requer seja convocado na condição de investigado, a prestar depoimento nesta CPI, o Sr. Luciano Alves de Queiroz, ex-procurador-Geral no Estado de Roraima, presdurante a Operação Arcanjo, executada pela Polícia Federal em Boa Vista; **Requerimento n.º 108/08**, requer a transferência para esta CPI do sigilo telemático, referente ao conteúdo e registros de acesso dos usuários que criaram as 23 páginas (URLs) identificada em documento anexo, mantida pelo provedor de serviços à rede internet Universo OnLine (UOL), bem como os dados cadastrais e *logs* que registram o histórico de operações realizadas pelo respectivos usuários; **Requerimento n.º 109/08**, requer a transferência para esta CPI de todas as denúncias anônimas de pornografia infantil e pedofilia realizadas na Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, mantida pela SeferNet Brasil e operada em parceria com o Ministério Público Federal, envolvendo o site de relacionamentos “Orkut”, no ano de 2008; **Requerimento n.º 110/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor N.J.R, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 111/08**, requer seja convocado a prestar

depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor A.K.F.S, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 112/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor C.F, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 113/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor A.L.F.N, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 114/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor V.M.W, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 115/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor A.G.R.X, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 116/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor A.C.G, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 117/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor R.N.F, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 118/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor C.S.L, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; **Requerimento n.º 119/08**, requer seja convocado a prestar depoimento nesta CPI, na condição de testemunha, a menor J.L.M.M, solicitando ao Juiz de Direito local o apoio necessário para que a menor seja ouvida sem qualquer exposição; e **Requerimento n.º 120/08**, requer a convocação dos Srs. Alexandre Houagen, Thiago Tavares Nunes de Oliveira e Sérgio Gardenghi Suiama para prestarem depoimento nesta CPI.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR – ES) – Presidente

Demóstenes Torres (DEM – GO) – Relator

Geraldo Mesquita (PMDB – AC)

Paulo Paim (PT – RS)

Sérgio Zambiasi (PTB – RS)

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Havendo *quorum* regimental, majoritariamente cinco assinaturas declaram, em nome de Deus, abertos os trabalhos da

CPI da Pedofilia que visa investigar a pedofilia Brasil, suas ligações com o crime organizado, suas ligações com crimes cibernéticos.

Convoco o Sr. Garçon, imediatamente traga o café e água também. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu queria comunicar a vocês que ficam aqui do Plenário que o Senado tem um circuito interno, e eu estava vendo a movimentação o circuito interno e vi o senhor olhando os requerimentos aqui. O senhor não tem direito de bisbilhotar isso aqui. O senhor está cometendo crime. E o senhor, por favor, se apresente à Polícia do Senado para se identificar. O seu crachá está vencido, o senhor não é funcionário da Câmara e o senhor diga o que faz aqui. Vou fazer uma inovação contra o senhor como Presidente da CPI, o senhor não tem direito. E eu quero que requeira as imagens dele bisbilhotando aqui, porque eu estava vendo o senhor do meu gabinete. Não sei a serviço de quem o senhor está, se não está junto com a CPI não está a serviço do Brasil. Vou requerer uma investigação contra o senhor.

Quero pedir ao policial da Polícia do Senado que notifique e identifique ele, por favor. Ele tem um crachá vencido da Câmara, ele não é funcionário da Câmara, que nós já identificamos e não sei qual é o papel dele aqui. Gostaria que vocês identificassem para saber a serviço de quem ele está e requeiram as imagens, vejam as imagens e porque ele está mexendo em Requerimento aqui achando que ninguém estava vendo ele.

Quero abrir com muita satisfação e quero parabenizar e quero que oficialize, faça um ofício parabenizando ao Ministro Tarso Genro da Justiça do Brasil, que abriu ontem um evento sobre crimes cibernéticos e repudiando aquilo que ele chama de posicionamento arrogante dessas companhias e ele cita *Google* e *Microsoft*.

E veja para quem ele está gravando essas informações que ele grava aqui, porque ele não é jornalista. Ele não publica nada em lugar nenhum. Para onde que está indo isso aí? Se bem que não tem segredo nenhum aqui não, se for pedófilo nós vamos passar o rodo. É *Google*, é Terra, é IG, é o caramba a quatro, se estiver colaborando com o crime nós não vamos jogar mole.

O Ministro da Justiça Tarso Genro disse que os provedores de conteúdos e serviços internacionais, em especial *Google* e a *Microsoft* precisam entender que há especificidades no país onde atuam. Tudo que nós falamos o começo. Uma empresa multinacional que põe seus pés aqui dentro minimamente temos um Código Civil que diz que tem que obedecer a Lei brasileira.

Se a Lei é ruim, é frouxa, mas ela existe. Tem código do consumidor, tem Estatuto da Criança e Adolescente, tem uma série de coisas a ser cumpridas aí. E ele chama de posição arrogante da *Google*. E registrar que nós não vamos... O informante não está aqui, mas deve ser informante pelos meios de comunicação que a *Google*, ou ela cumpre com o país ou nós não vamos arrefecer em nenhum momento. Tem que passar por isso também. Mas segundo Vicente Mateus que foi Presidente do Corinthians, quem está na chuva é para se queimar. Fazer algumas cobranças aqui.

Convoco os Srs. Jornalistas para que se assentem. Fotógrafo também está convocado para sentar. Não, o fotógrafo pode ficar em pé, está convocado para sair daqui da frente.

Eu vou aprovar os requerimentos aqui citando os nomes, porque tem requerimentos que têm nome de criança. Requerimento 110, Requerimento 111, Requerimento 112, Requerimento 113, Requerimento 114, 115, Requerimento 116, Requerimento 117, Requerimento 118, Requerimento 119. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requeiro nos termos regimentais que seja convocado a prestar depoimento dessa CPI o Sr. Alexander Ladislau, membro do Conselho Federal da OAB.

Requeiro nos termos regimentais seja convidado a prestar depoimento nessa CPI, o Sr. Augustinho Bezerra Teles, pai do Sr. Júlio César Cavalcante Teles.

Requeiro nos termos regimentais seja convidado a prestar depoimento nessa CPI a Sra. Ivone Salut, Presidente do Conselho de Defesa da Criança e Adolescente.

Requeiro nos termos regimentais seja convidado a prestar depoimento nessa CPI o Padre Revislante Araújo.

Requeiro nos termos regimentais seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, na condição de testemunha o Sr. Tarciso Vital do Amaral, Conselho Tutelar de Boa Vista.

Requeiro nos termos regimentais a prestar depoimento nessa CPI representante do Movimento de Mães Contra a Pedofilia de Boa Vista.

Requeiro nos termos regimentais seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, na condição de testemunha a Sra. Stela Barbosa de Mello.

Requeiro nos termos regimentais seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, na condição de testemunha a Sra. Leomara da Silva.

Requeiro nos termos regimentais seja convocado a prestar depoimento nessa CPI, na condição de testemunha a Sra. Kelly Freitas. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Requeiro nos termos regimentais seja convocada a prestar depoimento nessa CPI na condição de investigada a Sra. Lidiane Nascimento Fu. Essa é a peça chave. Lidiane Nascimento Fu. E os caras que ela denunciou então...

Requeiro nos termos regimentais seja convocado a na condição de investigado a prestar depoimento nessa CPI, o Sr. Luciano Alves de Queiroz, Ex-Procurador Geral de Roraima, preso durante a Operação Arcanjo, executado pela Polícia Federal de Boa Vista. Os que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Informo mais uma vez aos Senhores o dissabor do início dessa Sessão, quando pedi para a Polícia do Senado retirar o cidadão do ambiente que, eu pelo circuito interno, na televisão do meu gabinete sintonizada nesse Plenário, vi quando o cidadão veio à Mesa, bisbilhotou todos os requerimentos da CPI e ele tem estado aqui e procuramos identificá-lo. Ele tem um crachá vencido de 2005 da Câmara, se diz jornalista, se é não escreve para lugar nenhum, mas grava todas as reuniões aqui e identificado, diz ele que grava as reuniões para mandar para os diretores da *Google*. Acho isso muito grave, e por isso pedi à Polícia do Senado que descesse com ele, está sendo identificado agora, acho grave e ridículo. E acho que ele tem muita coragem, E pedi para que a Polícia do Senado instaure um inquérito e possivelmente vou decidir se vou ouvi-lo para saber com que propósito foi contratado, com que intenção, e o porquê de bisbilhotar documentos que não lhe diz respeito. Achou que não estava sendo visto, mas aqui é um circuito interno que todo Senador observa todos os Plenários de seu gabinete. Lamentável.

Informo ainda essa CPI que as investigações do caso da *Google* em... Da UOL, inclusive nós quebraremos hoje sigilo de mais algumas páginas da UOL, o caso do Marcelo, dos 600... A polícia de São Paulo continua de forma acelerada as investigações, e é surpreendente o que a Polícia Federal... A Polícia Civil de São Paulo já localizou de envolvidos, e certamente nós precisamos voltar a São Paulo, imagino que na semana seguinte para oitivas dessa rede, dessa Rede da UOL, da sala de bate-papo da UOL.

Registro a presença em Plenário do relator dessa Comissão. Comunicar ao relator que acaba de chegar, até porque mandei que fizesse um ofício ao Ministro Tarso Genro pela posição dele muito importante no discurso feito de que rejeita a prepotência da *Google* e da *Microsoft* quando se trata das leis brasileiras.

Quero relatar ao Sr. Senador, Demóstenes Torres, que vai daqui a pouco fazer um Requerimento para que nós os chamemos de volta aqui, eu estava no meu gabinete, V. Ex^a. estava sofrendo na fisioterapia no Sara, e do circuito interno eu estava olhando a sala

e vi quando o cidadão se aproximou aqui e bisbilhotou, folheou todos os nossos requerimentos, olhou todos e eu identifiquei quem é o cidadão, que está sempre aqui. E mandei identificá-lo, é um cidadão com crachá vencido da Câmara, de 2005, se diz jornalista, não escreve para lugar nenhum, mas que grava tudo e ao chegar aqui o identifiquei, mandei chamá-lo e ele então disse que ele grava tudo que nós falamos para mandar para os diretores da *Google* e não sei se ele também foi contratado para bisbilhotar documentos nossos. Polícia do Senado já o levou, o crachá dele é vencido, ele não tem autorização, e o episódio lamentável para mim. Lamentável e até porque essa documentação que chegou ontem aqui, essa proposta de termo de ajuste de conduta, ele foi me cercar no corredor dizendo – “Nossos advogados chegará aí, nossos advogados, fui lá no Senador Demóstenes, tal, e tal...” Acho que deve saber quem é. Um magrinho, pequeninho. Ele disse que foi no seu gabinete ontem.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO)

– Olha, Senador, meu gabinete recebe todo mundo. Eu recebi de fato quatro advogados da *Google*, não ontem, mas acho que na terça-feira, anteontem. E assim como recebi o Dr. Tiago da *SaferNet* e conversei com o Dr. Sérgio Suiama, Procurador da República.

Então, se V. Ex^a. me permite, já que V. Ex^a. tocou nesse tema, o que está acontecendo? Nós tínhamos estipulado que até no dia primeiro de julho, seria um espaço razoável para que se discutisse os termos em que seria feito o TAC, o Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público Federal no Estado de São Paulo e a Empresa *Google*. Nessa semana eu recebi os advogados da *Google*, pediram Audiência, e eles relataram, deixaram inclusive um documento formal que segundo eles seria entregue esse documento também ao Ministério Público, à frente o Dr. Nelson Nery Júnior, com sua equipe, em que ele dizia que queria assinar o Termo de Ajustamento de Conduta, mas que o Ministério Público Federal está fazendo exigências inaceitáveis.

Depois recebi também por pedido dele mesmo, o Dr. Tiago da *SaferNet*, que foi dizer que a *Google* estava dificultando a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta. E por último, falei por telefone com o Dr. Sérgio Suiama e ele disse que a empresa tinha recuado dos termos anteriores, que inclusive tinha prometido cumprir aqui nessa CPI.

Diante disso, Sr. Presidente, não há outra alternativa, diante da multiplicidade de versões e até para que a empresa que tem se recusado a fornecer à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal os dados sobre pornografia para punição dos culpados, para que se esclareçam essas contradições.

O próprio Dr. Tiago que aqui se encontra se dispôs a participar do termo dessa Audiência Pública. O Dr. Sérgio Suiama com quem falei por telefone também se dispôs a vir aqui. Acho que seria o caso de chamar novamente o Dr. Alexandre que já foi ouvido aqui pela *Google*, de forma que já requeiro que se faça essa Audiência Pública com as três pessoas mencionadas, o Dr. Alexandre da *Google*, o Dr. Tiago da *SaferNet* e o Procurador da República Sérgio Suiama, para que nós possamos entender em que estágio se encontra esse TAC. Se ele ainda é viável inclusive para que nós possamos tomar ações cíveis civis, penais, requisições diante da recusa da empresa, se essa recusa for realmente imotivada. Então, segundo o Dr. Sérgio Suiama, a empresa, inclusive, quer que diante do fornecimento dos documentos o Ministério Público se comprometa a dar uma imunidade civil e penal à empresa, ou seja--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não pode dar para ninguém.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO) – Para ninguém, exatamente. Porque aí o Promotor estaria prevaricando. Quer dizer, o Promotor que é obrigado a entrar com ação penal, Ação Civil Pública, por Lei ele vai assinar um termo de ajustamento dizendo que a empresa fica imune em caso de comprovação de algum indicio contra ela, de crime, ou civil. Então eu acho que isso precisa estar definitivamente esclarecido.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Para formalizar o pedido do relator, formalizar o pedido de convocação para Audiência Pública.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO) – Nós fazemos isso agora de imediato, e se V. Ex^a. entender que assim é melhor, quem sabe na próxima semana Dr. Tiago já se dispôs, o Dr. Sérgio Suiama também já se dispôs, como a empresa tem nos procurado, procurou a mim, deixou um documento que eu encaminhei já à CPI, a empresa também naturalmente deseja ver esclarecidas essas contradições. Até porque--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Relator, as outras empresas todas se dispõem e de tudo que tem sido proposto para o Termo de Ajuste de Conduta eles oferecem um pouco mais. E nós não podemos assinar um Termo de Ajuste de Conduta com uma empresa de uma forma e privilegiando outra.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO) – Exatamente. Então o nosso entendimento é o mesmo, Sr. Senador Presidente. Vamos fazer esse Requerimento e acho que nós já podíamos votá-lo, a formalização, dois, três minutos eu já faço por escrito.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eles já estão preparando a formalização, já está formalizando, e o Requerimento feito de forma oral nós vamos votar. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO) – E se V. Ex^a.. puder designar a data para a semana que vem, seria de grande proveito--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Acho que para a próxima quarta-feira. Porque nós vamos ficar sexta, sábado e domingo, quatro dias em Roraima. Porque o angu tem caroço demais. Na terça chegamos e fazemos isso na quarta-feira. Convoca para quarta-feira de manhã, porque a gente já começa...

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeitamente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Até porque não tem o menor sentido, porque a Lei que nós votamos aqui, que já está na Mesa protocolado para entrar em votação na pauta, que criminaliza a conduta, salvaguarda os provedores. O interesse da Lei foi esse, salvaguardar os provedores, salvaguardar quem faz a investigação. Então, não tem o que... Não tem que achar que o Ministério Público tem que dar a eles uma imunidade.

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO) – Salvaguarda, os provedores que atuam de boa-fé. Aqueles que atuam de má-fé, aqueles que permitem ainda que culposamente a entrada, que facilitam a entrada, esses serão punidos rigorosamente nos termos inclusive da proposta que nós aprovamos aqui.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Bom, nós temos seis assinaturas. Vamos votar aqui. Me dê a lista aí. Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Paulo Paim, assinado, Magno Malta, Almeida Lima, Geraldo Mesquita e Sérgio Zambiasi. Vota Sérgio Zambiasi, vota Geraldo Mesquita, Magno Malta, Paulo Paim e Demóstenes Torres. Nos seguintes requerimentos.

Nos termos do Art. 58 da Constituição Federal, transferência para essa CPI de sigilo telemático referente ao conteúdo e registro de acesso de usuários que criaram as 23 páginas URLs identificado em documento anexo mantida pelo provedor de serviço de rede de internet Universo On-Line, UOL, bem como dados cadastrais e logs que registram o histórico de operação realizado pelos respectivos usuários. Requer ainda nos termos do Art. 58 da Constituição Federal e da Lei 1579 de 02 de março de 52, a transferência para esta CPI de todas as denúncias anônimas de pornografia infantil e pedofilia realizada na central nacional de denúncias de crimes cibernéticos mantidas pela *SaferNet* Brasil e operada em parceria com o Ministério Público Federal envolvendo o site de relacio-

namentos *ORKUT* no ano de 2008. A presente ordem de transferência há de ser cumprida sob pena de desobediência representantes legais sem fins lucrativos *SaferNet* Brasil, pessoa jurídica de Direito Privado interno inscrito no CNPJ sob número com sede social na Rua Angelo Brito, 110, Salvador Bahia. As informações requeridas deverão ser enviadas em meio eletrônico que deve incluir número de identificação, URL da página denunciada, verificação sobre status de cada URL, esses são os de 2008.

E finalmente ainda nos termos do Art. 58, transferência para essa CPI o sigilo telemático referente a dados de usuário que de acordo com a lista anexa estabelece a conexão à internet por meio de cada endereço IP de respectiva data e horário. A presente ordem de transferência de sigilo há de ser cumprida sob pena de desobediência pelos representantes legal das seguintes empresas mantenedoras dos meios de acesso a internet relativamente aos endereços e perda de sua propriedade. Brasil Telecom SA Distrito Federal, Cia de dados Município de Porto Alegre, EMBRATEL, Global Village Telecom, Net Serviços de Comunicação, Net Norte Leste participações e Universo On-Line. As informações requeridas deverão ser enviadas no prazo improrrogável de cinco dias úteis em meios eletrônicos, informado descrito. As informações sigilosas todas estão aqui.

Como vota Senador Demóstenes?

SENADOR DEMOSTENES TORRES (DEM – GO) – Favorável, Sr. Presidente. Favorável aos requerimentos.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu voto sim. Está aprovado. Senador Geraldo Mesquita. Romeu Tuma. Sérgio Zambiasi. Paulo Paim e Demóstenes Torres e Geraldo Mesquita.

Na próxima semana... Na próxima semana, na Sessão que nós votaremos a... Na próxima semana nós vamos votar o projeto que altera o Art. 44A, criando o 44B do Eca, que aumenta a pena de exploração sexual de crianças e adolescentes criminaliza a conduta do cliente, também agora o cliente será criminalizado que contrata serviço de adolescentes prostituídas e abandonadas, cria como efeito automático de condição e perda de imóveis e bens de hotéis, restaurantes que sejam palco de prostituição de crianças e adolescentes. Hotel, motel, restaurante, onde for pego vai dar perdimento dos bens. Projeto criando ainda qualificação para estupro e atentado ao são pudor contra crianças. Coloca ainda como crime hediondo. Autoriza prisão temporária para os crimes contra criança e adolescente. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h02. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

ATA DA 21ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 21ª Reunião de 2008, realizada em 2 de julho de 2008, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram tomados os depoimentos dos senhores Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da Safernet Brasil; Sergio Gardenghi Suíama, Procurador da República no Estado de São Paulo e Alexandre Hohagen, Diretor-Presidente da Google Brasil Internet Ltda. Foram aprovados os seguintes requerimentos – **Requerimento n.º 121/08**, requer a transferência para esta CPI do sigilo telemático, referente aos dados e fatos acessíveis pelas páginas discriminadas no anexo do presente requerimento, todas hospedadas no site de relacionamento Orkut (www.orkut.com), bem como os logs que registram o histórico de operações realizadas pelos respectivos usuários e **Requerimento n.º 122/08**, requer seja solicitado ao Juiz da 2ª Vara Criminal da comarca de Boa Vista, o envio a esta CPI cópia dos autos do Inquérito n.º 08.190630-6 e anexos, em que o Ministério Público propôs Ação Penal contra Lidiane do Nascimento Foo. Foram assinados os Termos de Ajuste de Conduta e Termo de Cooperação entre a SaferNet Brasil e a Google Brasil Internet Ltda. Foi apresentado Projeto de Lei que altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 1990, e cria o art. 244-B para criminalizar expressamente a conduta de quem se aproveita sexualmente de adolescentes expostos à prostituição, exploração sexual ou abandono, além de outras providências.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão:

Magno Malta (PR – ES) – Presidente

Demóstenes Torres (DEM – GO) – Relator

Eduardo Azeredo (PSDB – MG)

Romeu Tuma (PTB – SP)

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Declaro, em nome de Deus, aberto os trabalhos da CPI da Pedofilia. Senador Demóstenes... Gostaria que os Srs. Senadores que fazem a CPI assinassem a lista, nós precisamos de um quorum qualificado. Só para justificar o bom trabalho, Senador Demóstenes, que tem feito a assessoria dessa CPI, tem trabalhado muito, e dizer a V. Ex^a. que as oitivas que a CPI tem feito pelos Estados, onde eu tenho recebido delegação para comandar as oitivas, que o material colhido para a perícia está com a Polícia Federal, nós já começamos a receber as quebras de sigilos telefônicos que foram operados a partir do sigilo do Orkut fornecido pela Google, ainda estamos abrindo o sigilo da sala de bate-papo da UOL, que é muita coisa, votamos na Sessão passada a quebra de algumas páginas de pedofilia da UOL, também esse

não recebemos, mas para salvaguardar aqui a nossa assessoria que tem trabalhado tão bem, na quarta-feira próxima passada nós votamos as tipificações de conduta e ao votar a tipificação de conduta, que está pronto para ser votado em Plenário, votamos a lei e votamos a urgência dela, o nosso grande interesse é tipificar conduta, salvaguardar a investigação e quem vai armazenar esse material. Por isso, os diretores da Google que aqui estão, essa tipificação de conduta vai salvaguardar as operadoras, vai salvaguardar as empresas quando no acúmulo, na posse do material, Ministérios Públicos, polícia, aqueles que detêm a investigação, CPIs, porque a partir da criminalização nós temos um problema para aqueles que vão armazenar essas imagens.

Que a convocação, segunda, 30 de janeiro de 2008, todos os Senadores da CPI receberam da CPI comunicação de que hoje nós teríamos Audiência Pública às nove horas da manhã. Os e-mails que foram despachados, as datas e os Senadores estão na minha mão, as agências de notícia, todas no mesmo dia, e aqui tem uma salvaguarda da assessoria que o único que não foi comunicado nesse dia é o Relator, o Senador Demóstenes, está aqui marcado, o senhor foi o único que não foi comunicado sobre essa Audiência de hoje [risos], mas eu, como falo todo dia com ele no telefone, não deixo ele esquecer nunca, e hoje, aliás, ele suspendeu a sua fisioterapia para estar nessa Audiência um pouco mais cedo.

Hoje é um dia importante para o mundo, hoje é um dia importante para o Brasil, hoje é um dia importante para as crianças. Dr. Márcio Thomaz Bastos, ex-Ministro da Justiça, eu não sei se V. S^a. se lembra da minha expressão quando me ligou dizendo que estava advogando para a Google. Eu disse naquele dia – “Ganhamos todos nós”, e disse isso ao Senador Demóstenes quando comuniquei que era V. S^a., disse isso à assessoria, ganhou o Brasil porque certamente agora a sociedade brasileira vai receber uma orientação no sentido de que uma empresa tão importante para o mundo e para o Brasil, que gera emprego, ainda que seja um tem a sua importância, e quem gera muito mais, e a importância da Google para quem estuda, para quem pesquisa, do ponto de vista da pedofilia o Orkut foi um mal desgraçado, mas por outro lado foi um bem do mesmo tamanho. Por quê? Os pedófilos acreditando na impunidade e na certeza de que jamais seriam descobertos, eles colocaram o pescoço de fora. Eles não se tornaram pedófilos agora, eles já existiam, já estavam aí. Foi a Internet que deu à sociedade a possibilidade de conhecê-los.

É verdade que tudo que é novo tem problemas e nós tivemos muito problema; o Ministério Público teve

problema; a Polícia Federal teve problema, os debates, os embates e os enfrentamentos. E eu dizia e quero repetir, acho que orientações erradas que essas empresas tiveram, não só a Google como outras, de advogados brasileiros, eu não quero julgar ninguém, mas eu acho que quando a gente tem sentimento pátrio, a gente leva as pessoas a um cumprimento daquilo que está escrito na legislação e na lei do país da gente, que embora nós não tenhamos leis para combate a crimes cibernéticos nesse país que possa definir com clareza a questão da pedofilia e de tantos outros crimes a serem combatidos, mas o nosso fato determinado é pedofilia, mas minimamente existe lei a ser cumprida. Existe Código do Consumidor, existe Estatuto da Criança e do Adolescente, existe o Código Civil Brasileiro e hoje nós estamos chegando a bom termo.

Hoje é um dia que nós estamos subindo no pódio com o troféu na mão, essa assinatura, esse Termo de Ajuste de Conduta. Por isso eu queria convidar o Dr. Alexandre, queria convidar o Dr. Suiama para que nós pudéssemos assinar solenemente esse Termo de Ajuste de Conduta, que eu terei o orgulho de assinar como testemunha, juntamente com o Relator dessa Comissão, o Senador Demóstenes. Eu gostaria, também, que o Dr. Márcio Thomaz Bastos se juntasse a nós aqui nesse momento, os advogados que acompanham o Dr. Alexandre, para que nós possamos assinar agora esse Termo de Ajuste de Conduta, tem a Procuradora também, eu não sei o nome dessa jovem aí, a Dra. Adriana. Venha, Suiama, com a Dra. Adriana, o Dr. Alexandre e o Dr. Márcio, Dr. Nelson Nery, o Dr. Thiago, da SaferNet, que orgulhosamente está assessorando essa CPI, quero convidar o Dr. Sobral, combatente do crime cibernético, que venha também para assinar como testemunha. Eu queria que todos se colocassem aqui atrás, aqui na mesa aqui, por trás, para a gente formalizar.

Eu queria convidar o Dr. André, a Dra. Ana, o nosso engenheiro baiano que fez esse software tão importante, o nosso assessor aqui, o Fabiano, toda essa assessoria. Não tem perigo de demorar não. Demorou mais para sair, agora pode demorar [risos].

[Neste momento passa a ser assinado o Termo de Ajuste de Conduta]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Bom, gostaria também de anunciar que nós vamos assinar agora um Termo de Cooperação entre o Google e a SaferNet, que faz parte também do acordo que foi logrado aqui pela CPI.

[Neste momento passa a ser assinado o Termo de Cooperação entre a Google e a SaferNet]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu queria pedir aos que já assinaram que voltassem aos seus lugares e eu convido para ficar aqui o Dr. Sérgio, o Diretor da Google e o Dr. Thiago, Dr. Suiama, Dr. Alexandre e Dra. Adriana. Podemos nos assentar então. Eu quero erguer isso daqui, Senador Eduardo Azeredo, como um troféu conquistado por todos nós. É uma vitória das crianças, uma vitória da sociedade brasileira, é uma derrota para os pedófilos do Brasil, esses criminosos que navegam contra o interesse da família, de maneira que hoje é um dia feliz e a coroação de uma conquista.

Eu quero começar essa Audiência Pública vitoriosa, então eu começo passando a palavra ao nosso querido diretor da Google no Brasil, que vem cooperando com a CPI, atendendo os reclamos da sociedade e hoje participa conosco dessa festa de celebração desse Termo de Ajuste de Conduta. Doutor, tem a palavra.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN – Muito obrigado Senador, Sr. Presidente dessa Comissão Parlamentar, Senador Magno Malta, Sr. Relator Exmo. Senador Demóstenes Torres, ilustríssimo Dr. Sérgio Suiama e Dra. Adriana, Dr. Thiago Tavares, senhoras e senhores. É um prazer enorme estar aqui nesse dia para comunicar, assim como disse o Senador Magno Malta, um dia histórico, não só para o Brasil, mas para a Internet no mundo todo.

Eu quero agradecer, em nome dos cerca de duzentos funcionários que nós temos no Brasil, uma oportunidade única de estar aqui no Senado e compartilhar com todos os senhores a nossa satisfação e a minha alegria pessoal e humildemente aqui comparecer diante dessa Casa e da sociedade brasileira para anunciar os avanços conquistados no combate aos abusos cometidos contra crianças e adolescentes na Internet.

Eu quero reiterar nesse ato os nossos mais elevados compromissos com a sociedade brasileira, às leis vigentes no Brasil e aos milhares de usuários dos nossos produtos. Com as ferramentas de proteção que propus nesta Comissão em abril e que estão em funcionamento desde ontem, nós evoluímos para um novo patamar de proteção da infância e colaboração com as autoridades jamais vista em qualquer parte do mundo e aqui eu gostaria de referir novamente da importância dessa CPI comandada pelo Senador Magno Malta.

O Orkut é uma ferramenta fantástica - e eu não tenho dúvida -, ela foi adotada em poucos anos por mais de trinta milhões de brasileiros que se utilizam dela muitas vezes inclusive para que possa ter o seu primeiro contato com a Internet, a comunicação com outras pessoas. A imensa maioria desses usuários

utiliza essa ferramenta de maneira positiva para o bem, e agora, com a participação da sociedade e com o resultado que conquistamos nessa Comissão, certamente teremos uma experiência dentro do Orkut ainda melhor.

Nós estamos muito satisfeitos de termos evoluído o nosso entendimento em benefício da proteção da criança e dos adolescentes no Brasil. É preciso, no entanto, Srs. Senadores, Srs. Procuradores, Thiago, contextualizar os desafios que a Internet lançou não só no Brasil, como em todo o mundo, em especial com a simplificação das ferramentas de publicação e distribuição de conteúdos gerados por usuários que hoje são características dos sites mais populares do mundo todo. Há uma inerente tensão entre os direitos e garantia individuais e a segurança pública e na sociedade da informação essa questão ganha contornos mais intensos. Isso desafia autoridades e legisladores no mundo todo e essa Comissão, presidida pelo Senador Magno Malta, nos ofereceu um caminho seguro e equilibrado na justa ponderação entre as necessidades de reprimir esses crimes hediondos e preservar a privacidade dos usuários honestos.

Esperamos que a partir da assinatura dos acordos que acabamos de firmar entre o Ministério Público e a SaferNet, entre o Ministério Público e o Google e o Google e a SaferNet, todos nós possamos manter entendimentos de alto nível e trabalhar em conjunto para alcançar o bem comum dos brasileiros.

O que fizemos ao longo dos últimos anos para chegar até aqui vai muito além das ferramentas que nós criamos. Além dessas ferramentas inovadoras, mobilizamos o principal capital do Google, que é a inteligência tecnologia da empresa, para solucionar os desafios aqui propostos investimos recursos e refinamos a cooperação com o Ministério Público e com a SaferNet que está aqui ao meu lado. Em especial, no curso dos trabalhos dessa Comissão tivemos a oportunidade de apresentar nosso ponto de vista e aprender com as experiências dos demais atores. Além disso, também contribuimos com as investigações, entregando dados preciosos às autoridades. Temos certeza que essas autoridades darão continuada persecução aos criminosos virtuais que infelizmente povoam a Internet no Brasil. Também avançamos muito nas negociações com o Ministério Público e com a SaferNet e já estamos colhendo resultados e no futuro queremos ver muito mais do que estamos colhendo agora.

Posso dizer pessoalmente, olhando para todos os senhores, que eu tenho hoje uma sensação de dever cumprido. Há poucos meses eu aqui propunha um conjunto de medidas para buscar uma Internet mais segura e hoje retorno para anunciar o cumprimento

das minhas últimas promessas. E não é só. Fomos além do nosso compromisso, através da publicação de centenas de milhares de cartilhas, a criação de canais efetivos de comunicação, que visa na verdade a maior facilidade nas comunicações entre usuários e suportes do Orkut. São só alguns exemplos do nosso comprometimento com o Brasil e com a Internet. Entendemos que as obrigações assumidas pelo Google atestam de modo inequívoco esse compromisso com o país no combate aos abusos contra a criança e ao adolescente e buscamos, dessa forma, os mesmos objetivos dessa Comissão.

Gostaria, Senadores, de prestar nossa homenagem às instituições constitucionais representadas nesse ato solene pelo Senado Federal, pelo Ministério Público, mas, também, consagrar a dedicação dos Srs. Senadores que colaboraram com a celebração desse acordo. Fico, sobretudo, orgulhoso de poder participar deste momento, um verdadeiro marco na história da Internet no Brasil e no mundo todo. Obrigado, uma vez mais, aos Procuradores Sérgio Suiama, Dra. Adriana, obrigado uma vez mais ao Exmo. Senador Magno Malta, ao Exmo. Senador Demóstenes e ao Dr. Thiago Tavares aqui ao meu lado. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu concedo a palavra ao Relator e em seguida ao Dr. Eduardo. Ele vai fazer um relatório, depois vai voltar, e ao Senador Tuma.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sr. Presidente, Srs. Procuradores da República, Dr. Alexandre Hohagen, Diretor-Presidente do Google Brasil Internet; Dr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, Presidente da SaferNet Brasil, senhores advogados, especialmente o Dr. Márcio Thomaz Bastos e o Dr. Nélson Nery e todos os demais que os acompanham, Srs. Senadores, senhores assessores, senhores promotores de justiça.

Eu pedi para falar primeiro, não é a praxe, porque eu tenho que relatar, na Comissão de Constituição e Justiça, um substitutivo à Lei--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – A palavra de V. Ex.^a é tão importante que se nós fizermos silêncio depois dela não fará falta nenhuma.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Eu agradeço a V. Ex.^a. A Lei das Inelegibilidades, a Lei Complementar 64.

Eu tinha muita vontade que esse Termo de Ajustamento de Conduta fosse assinado por um motivo muito simples – primeiro, de um lado está uma instituição como o Ministério Público, especialmente o Ministério Público Federal, que tem se notabilizado por fazer valer o que existe na Constituição Federal e em outras leis em favor da sociedade, no caso específico o combate

à pedofilia. De outro lado, o Google, que sem sombra de dúvidas quem usa a Internet, hoje quem não usa a Internet é praticamente analfabeto, sabe do valor extraordinário que o Google tem para o Brasil e para o mundo. Qual de nós nunca entrou no Google para fazer uma pesquisa? Segundo, o Google administra uma comunidade que praticamente todas as crianças e adolescentes do Brasil têm ali um momento de lazer, de informação, de descontração, que é a comunidade Orkut. Isso, por si só, já é motivo de se considerar essa empresa uma empresa de, digamos, até de utilidade pública no país. Infelizmente haviam pontos de vista absolutamente divergentes e que nós conseguimos, nessa CPI, fazer essa convergência.

Eu já tive a oportunidade de celebrar muitos Termos de Ajustamento de Conduta, não é fácil, as partes podem não ter tudo aquilo que desejam, mas é um ajuste de conduta, não significa que prevalece um ponto de vista ou um outro ponto de vista. Com o Google assinando com o Ministério Público Federal esse Termo de Ajustamento de Conduta o que é que nós vamos ter? Nós vamos ter um ganho substancial no combate à pedofilia no Brasil. Quem é que vai agradecer a isso? A Polícia Federal, o Ministério Público Federal e especialmente a sociedade brasileira, uma contribuição valiosa porque 90% do que nós temos apurado em termos de pedofilia acontece no site de relacionamento do Orkut. Então com essa contribuição valiosa nós vamos dar um duro golpe na pedofilia –

1) O Google se compromete a preservar o material suspeito por até cento e oitenta dias e abre possibilidade no futuro de que essa conservação seja por um prazo até mais elástico, dependendo das necessidades do Ministério Público Federal ou da Polícia Federal; 2) O Google vai desenvolver ferramentas para tentar impedir que os pedófilos entrem dentro dessa comunidade ou dentro da rede de uma forma geral e nós sabemos que os pedófilos vão tentar de todas as formas burlar isso e criar novas formas de entrar. Então vai ser uma briga constante, uma parceria tecnológica constante; 3) Sempre que necessário encaminhe ao Ministério Público todo esse material; 4) Não se descuide da privacidade contida na Constituição Federal, que vai ser respeitada; 5) Abre-se espaço para uma parceria também com uma ONG respeitável, que é a SaferNet, num momento em que muitas ONGs já não merecem mais essa alcunha no Brasil, digamos. Então temos uma ONG em quem nós confiamos, o Senado Federal confia, o Ministério Público Federal confia, os senhores confiam e assim por diante. E acredito que vai ser muito bom.

Aqui há um termo em que um dos itens é que o Google fornecerá cem mil cartilhas para que sejam

distribuídas nas escolas públicas brasileiras com o intuito de advertir as crianças dos riscos que correm quando acessam a Internet, como deve ser esse cuidado, lembrando também que fica obrigado o Google a criar campanhas educacionais e ali dentro mesmo já advertir quando entra no site dos riscos que corre de ter um pedófilo ali tentando contato com a criança. Então ontem eu liguei para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, ex-Ministro Márcio Thomaz Bastos, e solicitei a ele, até a revelia do nosso Presidente, mas eu tenho certeza que ele ficará feliz, que ao invés de cem mil cartilhas, que o Google pudesse confeccionar um milhão de cartilhas para que nós pudéssemos distribuir. Em seguida falei com o Dr. Sérgio Suiama, que ficou exultante, ele falou – “Olha, isso é muito bom, isso é o que nós queremos”, e o Ministro me respondeu, ele disse – “Olha, infelizmente de hoje para amanhã eu não posso fazê-lo, mas levo à consideração da presidência”. E nós falamos aqui com o Dr. Hohagen, que ele mesmo disse que o Ministro tinha falado com ele, que ele estava aberto para fazer esse estudo e que muito possivelmente esse pedido vai ser atendido.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, permitiria só para fazer uma questão, se pudesse, sobre este assunto. A Google é a autora da cartilha, não é a autora?

SR. ALEXANDRE HOHAGEN – Esse será um--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu pergunto isto para ver se, dentro da nossa quota, nós poderíamos também editar um certo número de cartilhas.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Podemos, todos nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Havendo autorização, o que V. Ex^a. se pronunciar na tribuna pode virar um material publicado.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É só porque tem a autoria, para saber se pode ou não se produzir a cartilha.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Pode, sem problema, todos nós podemos contribuir com a nossa quota também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – E nós estamos discutindo agora com o Dr. Suiama, o Dr. Sérgio acabou de dar uma sugestão que nós vamos avaliar aí conjuntamente, eu acho que é uma sugestão ótima, eu não sei se o Dr. Sérgio quer... A idéia é do Dr. Sérgio, de se fazer um concurso entre as crianças e as escolas para que elas possam gerar esse conteúdo para a cartilha que nós faríamos. Eu achei uma idéia excelente, louvável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Excelente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Mas só a cautela de explicar direitinho o que é pedofilia para não confundir a cabeça das crianças.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não, mas por outro lado, o Thiago Tavares que está aqui ao meu lado, fez um trabalho excelente já de educação para a criança, através do site SiferKids, eu acho que a gente pode usar inclusive essa linha da educação que já foi criada para poder orientar essas cartilhas.

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – De sorte que, primeiro, eu quero dizer que foi muito proveitoso, isso deve inclusive pautar a comunidade internacional para que em outros lugares o mesmo aconteça, ou seja, em vez de uma briga que pode arrastar-se por anos nos Tribunais, um entendimento. Eu quero parabenizar especialmente ao Dr. Sérgio Suiama, a Dra. Adriana, valentes lutadores do Ministério Público pelo trabalho que vêm fazendo há alguns anos e que agora logram êxito, parabenizar ao Dr. Hohagen por essa atitude que certamente vai dar um crédito ainda maior aqui no Brasil, internacionalmente ao Google, parabenizar a Polícia Federal, aos Ministérios Públicos Estaduais aqui representados e aos Srs. Senadores, aos senhores Advogados que mais aproximadamente lidaram com a questão e resolveram o problema, isso que é importante, e eu quero dizer que só por isso a CPI valeu a pena. Muita gente diz – “As CPIs não dão resultado”, e essa é uma CPI de resultado comprovado. Nós temos muito que fazer ainda, estamos lutando para transformar a legislação brasileira de acordo com o que solicita o Ministério da Justiça, Polícia Federal, Ministério Público, Poder Judiciário, para que nós possamos combater de forma mais eficiente a pedofilia dentro e fora da Internet, e fico feliz porque chegamos a um momento hesitoso, comprovadamente hesitoso e que os senhores são os protagonistas. Nós fizemos, simplesmente, aquela ligação para que tudo pudesse dar certo.

Então eu quero dizer que eu me sinto extremamente feliz. Eu acho que o Senador Magno Malta também e os demais Senadores, posso falar por eles, que eles também se sentem realizados com a confecção desse Termo de Ajustamento de Conduta. E mais uma vez, embora seja repetitivo, parabenizar aos senhores, porque os senhores de parte a parte estão poupando um esforço inútil que é uma briga judicial para passar essas informações, muitas vezes por uma questão de princípio, por uma questão de uma legislação que nós discutimos se deve ou não ser aplicada. Prevaleceu o bom senso. Ao final o que é que nós chegamos à conclusão? O Ministério Público e Polícia Federal precisam

de colaboração e o Google resolveu colaborar. Isso é indiscutível e é um momento de triunfo que eu acredito que será seguido pela comunidade internacional. Parabéns aos senhores e peço perdão por me retirar, com o compromisso de voltar, se puder.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Só trinta segundos, Sr. Senador, para passar a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, porque nós precisamos de um quorum qualificado, e está qualificado, nós somos sete, aqui estamos em quatro, então está qualificado. Antes que V. Ex^a. saia eu quero votar um requerimento com esses quatro, nós estamos hoje efetuando também a quebra do sigilo de dezoito mil álbuns fechados comprovadamente com conteúdo pedófilo, e eu já disse ao Dr. Alexandre que nós, a CPI e a Google, a CPI será paciente com a necessidade do Google, visto que são muitos álbuns, não estamos estabelecendo nem quarenta e oito horas, nem oito horas, porque sabemos que o número é, aos nossos olhos, assustador, mas nós sabemos que minimamente com esses dezoito mil álbuns quebrados nós vamos encontrar aqui entre três a quatro mil pedófilos navegando aqui nesses álbuns, para revelarmos ao país e darmos a oportunidade. Por isso que esse momento é tão importante para nós. Eu vou colocar o requerimento em votação. Em votação o requerimento. Senador Romeu Tuma, como vota?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Com V. Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – De acordo, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Relator, de acordo?

SR. RELATOR SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Magno Malta sim. Está aprovado a quebra dos sigilos telemáticos dessas dezoito mil, trezentos e trinta três páginas. Eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, quero cumprimentar a V. Ex^a. como Presidente dessa CPI, cumprimentar ao Senador Demóstenes Torres, o Relator, a todos que fazem parte da Mesa, realmente enaltecendo o trabalho realizado.

Essa assinatura é, sem dúvida alguma, um marco muito importante no combate aos crimes cometidos com as crianças, crimes cometidos na pedofilia, enfim, na pornografia infantil como um todo. Dizer que esse combate, Presidente, ele deve ser realmente coletivo, é um combate em várias frentes, é um combate de to-

dos. Nós não podemos ter ações ou comportamentos assorelfa num caso desses, sabe, nós temos que ter ações coletivas. Então é o interesse público que tem que prevalecer, a serenidade, o direito de defesa, nós temos que ter realmente o respeito às opiniões. Nós estamos aqui como Senadores que representam, com a legitimidade de milhões de brasileiros que nós representamos aqui, então as nossas decisões são exatamente nesse interesse, no interesse de que haja uma somatória de esforços, um reconhecimento também a trabalhos anteriores. Nós não podemos esquecer o que foi feito em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o que foi feito pela CPI dirigida pela Senadora Patrícia Saboya, que foi feita em 2003, gerando alguns Projetos de Lei inclusive, e eu sempre levantei que nós temos que ter uma ação integrada de educação, de tecnologia e de legislação.

No caso da legislação, nós sabemos bem, pela experiência, que a legislação tem que ser integrada, nós temos que buscar unir esforços, nós temos que trabalhar em várias frentes para poder chegar a uma legislação efetiva. Não adianta ter apenas boas intenções ou ter esforços que são às vezes esforços unilaterais. Nós temos que ter o pragmatismo de entender a dinâmica do Poder Legislativo e, portanto, respeitar os caminhos que existem para que ao final nós possamos ter uma legislação que seja eficiente. Ao mesmo tempo, temos que buscar também a integração com os organismos internacionais. É evidente que esse combate já existe em vários outros países, organizações internacionais que também já trabalham, de maneira que eu queria apenas enaltecer esse momento e, realmente, chamando a atenção para a necessidade de um esforço coletivo. Nós não podemos ter esse risco de ações individuais. São ações coletivas em várias frentes, não queiramos ter apenas uma frente. São várias as frentes de ação para combater essa questão da pornografia infantil e da pedofilia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Eduardo, eu quero concordar com V. Ex^a. no trabalho feito pela Senadora Patrícia, V. Ex^a. esteve com ela o tempo inteiro naquela CPI e você só tem o décimo degrau se você tiver o primeiro; você não tem o décimo degrau sem ter feito o primeiro, e foi tão importante aquela ação quando ela começou, quando ela desencadeou, V. Ex^a. esteve presente o tempo inteiro, a importância de V. Ex^a. nessa CPI, eu quero ressaltar, é de extremo significado, a experiência de V. Ex^a. não tão a partir daquela CPI, mas a partir do próprio mote que V. Ex^a., dentre tantos outros, escolheu para lutar. Eu acho que V. Ex^a. está mais feliz do que eu hoje de ver esse esforço chegando ao topo. Quando a gente consegue alguma coisa num país como o

nosso, chegar aonde muita gente não chegou. Então de maneira que a palavra de V. Ex^a. da convergência de esforços é extremamente importante e eu quero aqui mais uma vez abraçar a V. Ex^a. Senador Tuma, Vice-Presidente da Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Presidente, eu queria, primeiramente, saudar o Dr. Márcio Thomaz Bastos, porque ele teve um papel importantíssimo na decisão do Termo que foi assinado hoje. Em razão de ter assumido a representatividade legal da Google, imediatamente começou a trabalhar em atendimento às reivindicações de todos que aqui estão na Mesa. Então o Dr. Márcio, um homem experiente, não só como advogado, mas com a consciência dos direitos humanos, sempre respeitado em todas as ações que ele desenvolveu, nós tivemos um bom parceiro na conclusão desse trabalho que o senhor, Dr. Alexandre Hohagen, hoje traz provavelmente com o respeito de todo o país.

Eu sei a extensão da empresa Google, o que ela deve ter passado para entrar dentro desse sistema com o Ministério Público, porque é um reflexo internacional, visto o alargamento dela funcionar em quase todos os países. Eu mesmo na Relação de Relações Exteriores, estava lá, a gente queria saber o mapa e a localização dos países onde o Embaixador ia servir e tinha dificuldade. Aí começaram a dizer – “Não, traz o da Google aí”. Então hoje é projetado... Eu não estou fazendo propaganda, apenas dizendo que--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Google Maps que chama.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Google Maps, o Google Maps que realmente localiza a capital, a inserção no continente, então a gente tem uma noção mais exata de onde o Embaixador vai servir.

Mas aqui tem uma coisa, Dra. Adriana e Dr. Sérgio, que eu fiquei encantado com aquela reunião em São Paulo, pode repetir de vez em quando, porque a firmeza da discussão entre os Advogados e o Ministério Público, nós ficamos em silêncio ali porque era uma discussão jurídica, com o Thiago também, para buscar um acordo que realmente servisse à sociedade. O objetivo principal é o cidadão, seus filhos e a sua família, a proteção à família. Eu acho que a coisa mais importante na vida da gente é a família e vocês estavam lá naquela preocupação, a senhora com a firmeza ali, com essa carinha bonitinha estava lá dura e todo mundo... E o doutor, ele já é conhecedor profundo do assunto, levou a bom termo. Eu acho que pode ter alguma falha aqui ou lá, mas isso vai sendo corrigido ao longo do tempo pela legislação, aliás, o Senador Eduardo Azeredo é dedicado a buscar, através das

legislações internacionais, coisas que realmente possam nos trazer mais segurança.

Senador Magno Malta, cumprimento V. Ex^a. pela sua coragem, destemor e comparecendo sempre com aquela volúpia de acertar, de proteger as crianças e não esmorecer perante os criminosos. Eu acho que a gente, eu levei ao conhecimento do Palasul, do MERCOSUL, um documento sobre o que a comissão tem feito, vou preparar com V. Ex^a. um documento para transformar num documento internacional de poder equiparar as legislações de todos os países do MERCOSUL e aqueles que quiserem aderir. Citei aquela convenção que o senhor está atrás, Livro da Pérsia(F), nós faremos no MERCOSUL, aqui se V. Ex^{as}. concordarem e me ajudarem a fazermos um termo para ser aprovado lá na próxima reunião do MERCOSUL.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Então, nós podemos, talvez chame a OEA e tudo, a gente começar a trabalhar internacionalmente, porque a troca de informações têm um valor muito grande. Sabe que estas empresas de informática, eu sou meio analfabeto nisso aí, não entendo muito, mas eu sei que você anda pelo mundo inteiro on-line, quer dizer, entrou, você já está falando com a Rússia, com a China, com a Inglaterra e os criminosos se aproveitam do espaço que isto oferece. E a densidade dos crimes são grandes, eu acho que nós não podemos esmorecer, o Ministério Público que tem se dedicado com afinco a estudar a legislação internacional e modificar a legislação nacional, nós temos certeza que vocês conseguirão e nós seremos co-autores desses projetos que estão em andamento. E hoje praticamente vê que o Ministério Público e o Dr. Thiago, da SaferNet, conseguiram um acordo que foi endossado pela Comissão representando o Senado, nós somos testemunhas, não somos parte do acordo, mas somos testemunhas fortes, eu diria, que poderão amanhã ter uma legislação própria para isto.

Então eu queria cumprimentar, acho que veio em boa hora. Eu lembro quando a Senadora Patrícia fez a CPI, ela chorou comigo, porque eu liguei para várias autoridades à época, ninguém atendia as diligências dela, ela vivia sufocada, sofrendo, porque identificava o criminoso, identificava as crianças que eram vítimas da violência sexual e não conseguia resultado em suas diligências como V. Ex^a. tem conseguido. Então é uma experiência que essa CPI implanta, sem dúvida nenhuma nós teremos a felicidade de começarmos a dar um bom tempo no trabalho de CPI. Eu espero que o Senador Eduardo consiga, continue a perseguir a legislação internacional. E parabéns doutora, parabéns doutor e a todos vocês por tudo que está acontecendo, mas vamos continuar trabalhando, não

dá para esmorecer, porque se entregar a rapadura o doce vai embora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Obrigado, Senador Tuma. Senador Eduardo, eu gostaria que V. Ex^a. ficasse só trinta segundos por causa do quorum. Antes de passar a palavra ao Dr. Suiama, eu já expliquei, eu estou só aproveitando o quorum, você em seguida. É rapidinho, é só para eu ler aqui, que é mais um presente que a gente entrega à Nação brasileira hoje. Altera o art. 244-A, da Lei 8.069, de 90, e cria o art. 244-B para criminalizar - olha que coisa importante para o Brasil - expressamente a conduta de quem se aproveita sexualmente de adolescentes expostos à prostituição e exploração sexual ou abandono, além de outras providências. O art.(F) 1º do art. 244-A, da Lei 8.069, de 03 de julho, Estatuto da Criança e do Adolescente, passa a vigorar com a seguinte redação – Art. 244-A - Aliciar, agenciar, atrair ou induzir criança ou adolescente à exploração sexual ou prostituição; pena – reclusão de cinco a doze anos e multa. Nas mesmas penas incorre - isso é importante - quem de qualquer forma facilita a exploração sexual ou prostituição ou impede que a criança ou adolescente a abandone, quem mantém a criança, usado o tempo inteiro, na força da imposição do medo, da violência, quem facilita essa conduta envolve desde o sujeito que tem o estabelecimento, um posto de gasolina numa rodovia, que facilita as crianças a serem exploradas por motoristas desgraçados, pedófilos e abusadores de criança, o proprietário ou o gerente ou o responsável pelo local que se verifica que as práticas descritas nesse artigo. I) Aumenta-se a pena da metade se o crime é praticado mediante a emprego de violência ou grave ameaça; II) O agente tira proveito da exploração - o cafetão - sexual ou prostituição de criança e adolescente, participa direta ou indiretamente dos seus lucros ou faz se sustentar no todo ou em parte por quem a exerça; III) No caso do inciso II, do art. 1º, constitui efeito automático da condenação a cassação da licença da localização e do funcionamento do estabelecimento; IV(F) - A perda de valores e bens móveis e imóveis utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da Unidade da Federação em que foi cometido o crime. As penas previstas neste artigo serão aplicadas sem prejuízo, no que couber, das correspondentes aos crimes contra os costumes; art.(F) 2 da Lei 8.069, o 244-B - Praticar conjunção canal ou ato libidinoso com adolescente em situação de exploração sexual, de prostituição ou de abandono; reclusão de três a oito anos e multa se o fato não constituir crime grave. Porque o advogado argumenta – “Mas não teve

conjunção canal”, quer dizer, o monstro não penetrou a criança de três anos de idade, mas se ele bolinar o bicho já pegou para ele; art.(F) 3º - Fica revogado o art. 288(F) do Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940, do Código Penal. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como estão.

Eu acho, Senador Tuma, que esse é um presente para o Brasil.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)

– O texto vai ser distribuído depois para todos?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Vai ser distribuído a todos, inclusive--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O acordo também?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Todos, todos, eu estou mandando inclusive para os gabinetes já assinado, com cópia assinada também para a imprensa. Eu quero parabenizar o grupo que trabalha desde que essa CPI começou, os Ministérios Públicos Estaduais, Federal, a Polícia Federal, Peritos, ONGs, Advogados, Assessoria dos Srs. Senadores assentados ali. Parabéns à assessoria da CPI.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Senador, eu posso fazer uma proposta?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Sim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Mandar cópia para a CNBB do acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Com certeza, vamos mandar para todos os organismos, tanto religiosos quantos civis. Parabéns.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Para os evangélicos também, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Para todos os segmentos, eu estou dizendo civis e religiosos, não foi nem com essa a intenção que eu falei, eu acho que essas coisas não dá para discutir com o viés religioso, é a sociedade como um todo. Parabéns à assessoria da CPI mais uma vez. Eu passo a palavra ao Dr. Sérgio Suiama.

SR. SERGIO GARDENGHI SUIAMA – Obrigado Senador Magno Malta, Exmos. Srs. Senadores, Senador Romeu Tuma, Senador Eduardo Azeredo, Senador Magno Malta, senhoras e senhores.

O documento assinado nessa Ata é o resultado de três anos de trabalho e persistência do Ministério Público Federal na defesa intransigente dos direitos de trinta milhões de usuários de Internet no Brasil. Foi no ano de 2004 que o Grupo de Combate aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal de São Paulo recebeu as primeiras denúncias envolvendo a prática

de crimes no recém criado serviço Orkut. Em 2005, a instalação da filial brasileira da poderosa corporação Google foi acompanhada da massificação do serviço que, em poucos meses, tornou-se um dos principais sites de Internet acessados por brasileiros, sobretudo crianças e adolescentes. Chegamos a representar 70% do total de usuários do Orkut e a corporação rapidamente enxergou o potencial lucrativo que o serviço trazia no Brasil. “Perco o sono só de pensar na mina de ouro que o Orkut pode representar” - declarou o Diretor-Geral da subsidiária brasileira da empresa em março de 2006.

Infelizmente, a busca do lucro fácil não foi acompanhada da responsabilidade social esperada da maior corporação de Internet do mundo. Parece incrível, mas durante dois anos e meio a filial nacional da empresa simplesmente ignorou o fato de que prestava um serviço a trinta milhões de brasileiros, que dela esperavam nada mais, nada menos, do que um serviço seguro. Nesse período, a empresa fez ouvir o mouco as milhares de reclamações formuladas por consumidores, em sua maioria adolescentes, prejudicados pela proliferação de perfis falsos e ofensivos. Negou cumprimento à Constituição e às Leis democraticamente votados neste parlamento, pois dizia estar vinculada apenas às Leis dos Estados Unidos. Ignorou solenemente as ordens emanadas da Justiça brasileira, sob o ridículo argumento de que não era mais do que um entreposto comercial da matriz Americana. Recusou-se a estabelecer qualquer comunicação com as autoridades brasileiras empenhadas em investigar e reprimir graves crimes contra direitos humanos praticados em seus serviços.

Não é exagero dizer que em agosto de 2006, quando propusemos a primeira ação civil pública em face da subsidiária brasileira da corporação, o Orkut havia se transformado em verdadeira terra sem lei, na qual agiam impunemente criminosos de todo o tipo – pedófilos, traficantes, estelionatários, neonazistas e integrantes de organizações criminosas. Ainda hoje não é difícil encontrar nos álbuns de fotografias do Orkut membros do PCC exibindo, para quem quiser ver, armas e cadáveres a mancha.

Inúmeras tentativas foram feitas para ajustar a conduta da empresa à Constituição e às leis brasileiras. Em resposta, encontramos a prepotência e a arrogância de quem via no Brasil apenas um mercado para comercialização de seus produtos. Foi preciso que esta Comissão Parlamentar de Inquérito interviesse, convocando o Diretor-Geral da empresa a prestar esclarecimentos sobre a proliferação de milhares de páginas de pornografia infantil, para que a corporação finalmente atendesse as pretensões formuladas pelo

Ministério Público Federal e assinasse, nesta data, o Termo de Ajustamento de Conduta que põe fim ao litígio instaurado em 2006.

Não temos, é bom que se diga, absolutamente nada contra a corporação ou seus dirigentes. Desde o início o que sempre buscamos foi tão-somente a colaboração necessária deste e dos demais provedores de Internet para que possamos desempenhar satisfatoriamente o papel constitucional conferido ao Ministério Público, de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis de toda a população. Felizmente, para a boa luta, sempre há parceiros dispostos a se engajar. Não poderíamos deixar de citar especificamente a participação da ONG SaferNet Brasil, cuja qualidade dos dados gerados contribuiu de forma decisiva para o sucesso dessa desse acordo e também a mediação promovida pelos Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma e Magno Malta, todos sinceramente empenhados em por fim ao litígio. Devemos continuar unidos para garantir que a empresa compre efetivamente todas as obrigações assumidas, sobretudo no que se refere à proteção da criança e do adolescente contra abusos praticados no ambiente de Internet.

Estamos conscientes de que esse Termo de Ajustamento de Conduta representa um inegável avanço no desenvolvimento da Internet. Pela primeira vez na história um provedor multinacional de Internet admite cumprir integralmente as leis e decisões judiciais emanadas de um país democrático. Não me refiro aqui às leis que impõem a censura ou que cerceiam as liberdades constitucionais, como acontece na China, onde a Google prontamente aceitou filtrar o resultado de seu buscador para obter em troca o acesso a um mercado potencial de um bilhão de consumidores.

Desejamos uma Internet onde cada pessoa possa, livremente, desenvolver as suas habilidades e se comunicar com outras pessoas de forma segura. Desejamos uma Internet onde criança e adolescentes possam navegar sem medo de serem vítimas de predadores. Talvez o nosso desejo seja uma utopia, mas a utopia, como lembrou o escritor Eduardo Galeano, serve justamente para isso, para nos fazer caminhar.

A minha colega Adriana Scordamagli apresentará agora os principais pontos do Termo de Ajustamento de Conduta assinados nessa data, para que a sociedade brasileira possa, então, tomar conhecimento de quais obrigações a Google Brasil se comprometeu a cumprir.

SRA. ADRIANA SCORDAMAGLI – Bom dia a todos. Eu cumprimento a Mesa na pessoa do Senador Magno Malta, aos senhores presentes, advogados com quem tive grandes debates, onde nós amadurecemos

as nossas idéias, senhores Promotores, Delegados, enfim, cabe-me aqui a parte boa de toda essa história, que é trazer aos senhores o conhecimento desse Termo de Ajustamento de Conduta, das cláusulas após uma maturação nossa, foram três anos de trabalho. Eu ratifico as palavras do Dr. Sérgio, mas agora estamos num outro ambiente, num outro momento que esperamos que prossiga aí, que consigamos ter uma rede segura, porque o Ministério Público trabalha acima de tudo em prol dos interesses indisponíveis e da sociedade, e com as cláusulas as quais amadurecemos juntas, certamente esse propósito será alcançado.

O Termo de Ajustamento de Conduta assinado entra em vigor imediatamente e prevê as seguintes obrigações em relação ao serviço Orkut – notificação automática de todas as ocorrências de pornografia infantil detectadas em perfiz e comunidade do Orkut para que o MPF possa abrir as devidas investigações; preservação de todos os dados necessários às investigações pelo prazo mínimo de seis meses e o fornecimento desses dados ao Ministério Público e à polícia brasileira, mediante autorização judicial; preservação dos conteúdos publicados por usuários do Orkut pelo mesmo prazo e fornecimento desses conteúdos às autoridades públicas mediante autorização judicial; cumprimento integral da legislação brasileira no que se refere a crimes cibernéticos praticados por brasileiros ou por meio de conexões de Internet efetuadas no Brasil; reformulação do setor de atendimento ao consumidor da Google que fica obrigado a responder, no prazo de até quinze dias, todas as reclamações formuladas por e-mail ou via postal de usuários do Orkut prejudicados pela criação de perfiz e comunidades falsas ou ofensivas; desenvolvimento de tecnologia eficiente de filtragem, implementação de moderação humana para impedir a publicação de fotografias e imagens de publicação infantil no serviço Orkut; desenvolvimento de ferramenta por meio da qual o hotline conveniado SaferNet encaminha até quinhentas denúncias únicas/dia para que os funcionários da empresa analisem, retirem o conteúdo criminoso do ar, informem ao MPF quais continham indícios de pornografia infantil, racismo e outros crimes de ódio e preservem todas as provas; retiradas de conteúdos ilícitos mediante ordem judicial, requerimento de autoridade policial ou do Ministério Público e preservação de dados necessários à identificação dos autores desses conteúdos; desenvolvimento de ferramenta de comunicação direta com o MPF a fim de facilitar o encaminhamento das denúncias, formulação de pedidos de remoção e preservação de dados; informação adequada aos usuários brasileiros sobre os principais crimes cometidos no serviço Orkut – pornografia infantil, crimes de ódio,

crimes contra a honra, dentre outros; desenvolvimento de campanhas de educação para o uso seguro e não criminoso da Internet; financiamento de cem mil cartilhas que serão distribuídas a crianças e adolescentes de escolas públicas com informações para o uso seguro da Internet. Aqui cabe só um adendo ao que o Dr. Alexandre disse, o Alexandre Hohagen, que a nossa idéia que nos surgiu a pouco é que as cartilhas sejam elaboradas através de um concurso em que universidades públicas, pessoas com notoriedade com ONGs, pessoas com conhecimento notório possam participar desse concurso para que a cartilha seja o melhor para as crianças, seja elaborada da melhor forma para o conhecimento e as crianças consigam entender o seu conteúdo. Houve eu acho que uma discrepância com o que foi dito pelo Sr. Alexandre e nós, mas ambas são idéias muito boas; manutenção de link nas páginas do Orkut para o canal de denúncias conveniado – www.denunciar.org.br.

Este acordo firmado hoje, assinado hoje, ele será encaminhado para homologação na 17ª Vara Federal Cível de São Paulo, onde corre a Ação Civil Pública nº 2006/6100018332-8, proposta em 22 de agosto de 2006, na qual o MPF pedia a responsabilização da empresa pelo descumprimento das ordens judiciais de quebra de sigilo de dados, de comunidades e perfiz criminosos do Orkut. O descumprimento de qualquer cláusula do Termo importará na imposição de multa diária de vinte e cinco mil reais. A fiscalização será feita pelo MPF em parceria com a SaferNet.

Eu quero agradecer em nome do Ministério Público o apoio valioso da Comissão Parlamentar de Inquérito e, por último, eu só quero parabenizar aqui nesta CPI o meu colega Sérgio Suiama, que está neste trabalho desde o começo, ele foi uma presença valiosa para que hoje conseguíssemos firmar este acordo. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Estamos todos exultantes hoje e quem dera a imprensa estivesse aqui como cobre os cartões corporativos e como estão cobrindo... Aliás, essa CPI é de pedofilia e a do cartão corporativo é da prostituição. Deveria cobrir esta com mais força, porque o que se celebra hoje aqui em nome da sociedade brasileira é absolutamente bonito, é absolutamente importante e a gente sabe que está fazendo isso em nome da família da gente, e o futuro da sociedade, porque se você mutila as crianças hoje, eu dizia ao Dr. Alexandre e ao Dr. Márcio lá, que é tão íntimo do Presidente Lula, como eu, que quando eu abri duas imagens ao Presidente Lula, não é Dr. Thiago, que estávamos lá, o olhar de desespero do Presidente, quer dizer, de qualquer pessoa que entre em contato com isso. A gente vê a própria

degradação da humanidade, a própria degradação da humanidade e quando a gente vê caminhando, como nós caminhamos e aonde chegamos nessa celebração hoje absolutamente importante, eu fico muito feliz. Em tempos de falta de credibilidade, como dizia o Senador Tuma, nós temos a SaferNet, uma ONG que tem credibilidade pela luta que faz, pelo trabalho que faz, não seria possível que nós chegássemos a pedir quebra de sigilo desses perfis se não existe SaferNet, porque não teria como mediar isso, e já me dizia aqui o Dr. Alexandre que você não tem como ter um mediador que o cara seja juiz para dizer que isso seja criminoso ou não, a não ser que a coisa seja absolutamente clara, objetiva, e eu, então, com essa palavra de agradecimento, eu passo a palavra ao Dr. Thiago.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA

– Muito obrigado, Sr. Presidente, Dr. Sérgio Suiama, Dra. Adriana, Dr. Alexandre Hohagen, senhoras e senhores.

Como já foi dito aqui, esse de fato é um dia histórico e não é apenas, Sr. Presidente, porque se trata do 02 de julho, que é o Dia de Independência da Bahia, sua terra natal, mas principalmente porque os documentos assinados hoje aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – E o cara falou que a gente só tem um neurônio na Bahia.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA

– Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Se berimbau tivesse duas cordas a gente não tocava - o cara falou

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA

– Mas principalmente, Sr. Presidente, porque os documentos assinados hoje aqui, eles estabelecem um marco que vai certamente servir para aperfeiçoar o modelo global de governança da rede Internet no mundo inteiro.

Nós temos, Sr. Presidente, hoje, segundo a última medição do Ibope, quarenta e dois milhões de usuários de Internet no Brasil. Destes, oito milhões são crianças de dois a onze anos de idade. O Orkut, conforme disse o Dr. Alexandre, ele tem vinte e sete milhões de usuários no Brasil que acessam essas páginas diariamente e mais de trinta milhões que acessam o site pelo menos uma vez por semana. E os temas, Sr. Presidente, os desafios colocados na discussão sobre a governança global da Internet, estão sendo objeto de discussão no *Internet Governance Fórum*. O *Internet Governance Fórum* ou o Fórum de Governança da Internet, ele foi criado como resultado da cúpula mundial da sociedade da informação, que se dividiu em duas fases – a primeira fase aconteceu em

Genebra, no ano de 2003, e a segunda fase em Tunis, no ano de 2005. E foi uma cúpula que contou com a participação de mais de cento e sessenta chefes de estado, inclusive o Presidente da República Federativa do Brasil, representando o Brasil nessa discussão. E como resultado da cúpula foi criado o IGF, que tem um mandato de cinco anos, o primeiro IGF aconteceu em Atenas, em 2006, o segundo aconteceu no Brasil em novembro de 2007 e o terceiro vai acontecer na cidade de Hyderabad, na Índia, entre os dias 03 e 06 de dezembro de 2008, desse ano.

Eu queria com muita alegria, Sr. Presidente, dizer que no segundo IGF, em novembro do ano passado, a SaferNet Brasil, juntamente com o Ministério Público Federal, organizou um workshop que discutiu mecanismos de prevenção e combate à pornografia infantil na Internet. Foi um dos workshops mais concorridos de todo esse Fórum das Nações Unidas que aconteceu no Rio de Janeiro e para 2008 nós já fizemos uma proposta, SaferNet junto com o Ministério Público Federal, para continuar essa discussão na Índia, em dezembro, a partir das conquistas e dos avanços alcançados pelo Brasil nesse dia. E essa proposta, Sr. Presidente, já foi aceita pelas Nações Unidas e eu queria estender esse convite para a Polícia Federal, que se junte a nós nessa discussão, para a CPI e para a Google, para que a gente possa, Sr. Presidente, discutir questões como essas – Como obrigar os grandes provedores internacionais a fornecerem dados para as agências de investigação e as autoridades policiais sem colocar a liberdade de expressão e o direito à privacidade em risco, especialmente nos países não democráticos? Qual critério nós devemos utilizar para aplicar a legislação doméstica em um fenômeno transnacional, como é a distribuição de pornografia infantil? Quais seriam as obrigações mínimas necessárias para os provedores de acesso de serviço à Internet nesse tema? Essas obrigações estão corretamente definidas na lei, na nossa legislação? Como nós podemos envolver todos os atores da indústria, do Governo e das agências de investigação e das autoridades policiais, das ONGs e da imprensa para trabalharem juntos com o objetivo de buscar soluções e desenvolver parcerias para resolver esse problema, particularmente, Sr. Presidente, nos países em desenvolvimento, sem uma indústria de ITI forte e sem uma cultura de responsabilidade social corporativa consolidada? E por fim, Sr. Presidente, quais os tipos de medidas sociais e jurídicas são necessárias para fazer frente à distribuição de pornografia infantil por meio da Internet e também prevenir e combater os outros crimes cibernéticos contra os direitos humanos em nível nacional, regional e também numa perspectiva global?

Então eu faço, Sr. Presidente, de viva voz esse convite para que a CPI, a Polícia Federal e a Google se juntem à SaferNet e ao Ministério Público Federal nessa discussão que foi iniciada em novembro do ano passado, no Fórum de Governança da Internet das Nações Unidas aqui no Rio de Janeiro e que terá continuidade em Hyderabad, na Índia, em dezembro desse ano. Certamente são questões que colocam desafios e dificuldades e nós estamos à altura desses desafios e a prova disso é esse dia de hoje em que nós fechamos um ciclo, um ciclo muito difícil na história da Internet do Brasil, mas nós estamos à altura desse desafio, até porque todas as pessoas aqui presentes têm uma característica em comum, que é a independência, a coragem e a determinação.

E aqui, Sr. Presidente, eu quero destacar o papel de V. Ex^a. ao decidir, em um dia iluminado que teve, protocolar um requerimento para criar uma CPI para investigar a pedofilia no Brasil e a coragem e a sua determinação com que tem tocado os trabalhos dessa Comissão, sem arrefecer em nenhum momento e, mais importante, sem ceder às pressões que nós sabemos são muito grandes e têm vindo de todos os lados, e V. Ex^a. com coragem e determinação tem dito a todos os ventos e tem pronunciado, tem feito vários pronunciamentos no Plenário no Senado dizendo que não vai arrefecer e que não vai se sentir intimidado. E eu quero dizer, Sr. Presidente, que me identifico muito com essa sua característica, com essa sua coragem, determinação e independência, porque são esses três princípios, esses três valores que marcam a história da SaferNet Brasil, e é por isso que nós estamos aqui e é por isso que nós estamos assinando um Termo de Cooperação com a Google depois de tudo que passamos, depois de todos os conflitos e todas as disputas que aconteceram. Estamos assinando, enquanto intervenientes anuentes, um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal e com o apoio do Congresso Nacional, representado pelo Senado.

E por fim, Sr. Presidente, eu queria fazer uma homenagem especial, quero fazer uma homenagem a todos os Procuradores da República que integram o Grupo de Combate a Crimes Cibernéticos, quero fazer uma homenagem à Dra. Adriana, que como ninguém soube conduzir com muita sapiência, com muita serenidade, com muita firmeza e com muita determinação e coragem as reuniões da qual eu pude participar na sede da Procuradoria da República em São Paulo, mas eu quero, Sr. Presidente, também fazer uma homenagem muito especial ao Dr. Sérgio Suiama, que antes de ser um Procurador da República é um defensor e um militante dos direitos humanos. O Dr. Sérgio Suiama, quando eu o conheci, em janeiro de 2006,

eu vi no Dr. Sérgio Suiama, primeiro, um militante, e, segundo, uma pessoa absolutamente comprometida com os seus ideais, com as suas convicções e com o interesse público, e foi a partir do exemplo dele e muitas vezes buscando no exemplo dele força que nós, na SaferNet, nós inspirávamos para trabalhar finais de semana, madrugadas, diuturnamente para poder fornecer ao Ministério Público os subsídios que eles precisavam para poder tomar as suas decisões e adotar as suas medidas judiciais e extrajudiciais.

Então com essa homenagem eu agradeço e peço permissão a V. Ex^a. para citar nominalmente as pessoas que trabalham na SaferNet e que contribuíram para esse momento. Eu queria agradecer a Beatriz Garcia, Carla Elaine Freitas, Daniela Silva, que está aqui presente, Carlos Senna, Leonardo Azevedo, Pedro Fonseca, José Gilmar Júnior, Thiago Oliveira Castro Vieira, Rodrigo Negen(F), Thiago Bortoleto Vaz, que está aqui presente, que desenvolveu o software que está sendo utilizado para planejar a operação que será desenvolvida pelo Dr. Sobral, pela Polícia Federal junto com o Ministério Público Federal, Maurício Vieira, Leandro Nunes, Caio Sba(F), Ivan Coelho, Taciano Fonseca, Vinícius Gonçalves, Tássia Camões, Otávio Salvador e Cristina Murti Leris(F) Nunes.

E encerro, Sr. Presidente, agradecendo também à Polícia Federal, que foi a nossa primeira parceira e continua sendo parceira de todos os momentos, agradeço ao Dr. Renovato, que foi o primeiro diretor da Divisão de Direitos Humanos da Polícia Federal com o qual nós nos reunimos, agradeço ao Dr. Cleiton, que foi o segundo diretor da DDH, agradeço ao Dr. Felipe, que integra junto conosco o grupo de trabalho da CPI, agradeço à Dra. Juliana que acabou de entrar na chefia da Divisão dos Direitos Humanos da Polícia Federal, agradeço ao Dr. Sobral, ao Dr. Adalton e ao Dr. Cristiano Sampaio, que sempre trabalharam com muito afinco e com muita determinação e com muito esforço nas principais operações já realizadas na Polícia Federal de combate a crimes cibernéticos. E, por fim, agradeço à sua Majestade Rainha Silva, da Suécia, que por meio da sua Fundação Children Good Foundation(F) acreditou no trabalho que nós estávamos desenvolvendo no Brasil e resolveu financiar, com o dinheiro da sua Fundação na Suécia, porque nós não conseguimos financiamento no Brasil, as atividades da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, que só passou a ter apoio externo depois de onze meses de trabalho exclusivamente voluntário dos seus idealizadores e dos seus fundadores. Agradeço à Rede Nacional de Pesquisa, que nos dá o link de Internet, hospeda os nossos servidores no DataCenter, e

agradeço também ao Comitê Gestor da Internet, que sempre também apoiou as iniciativas da SaferNet.

Eu fico por aqui, encerrando a minha participação, chamando a atenção para que uma das cláusulas previstas, uma das cláusulas constantes do acordo assinado pela Google junto com a SaferNet, essa cláusula foi incluída a pedido da SaferNet e essa cláusula diz o seguinte, é a cláusula 9ª, da operacionalização e transparência. A cláusula diz – “Exceto em relação ao quanto expressamente previsto nesse termo, a assinatura deste instrumento não implicará o repasse de recursos ou apoio financeiro da Google para a SaferNet a qualquer título. As partes concordam em manter o Ministério Público Federal do Estado de São Paulo voluntariamente informado sobre o cumprimento desse acordo”. É por isso, Sr. Presidente, que nós estamos aqui, porque nós temos total independência nas nossas decisões e nas ações que nós sempre desenvolvemos de forma voluntária no Brasil com esta CPI e agora em parceria também com a Google. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Agradecer ao Dr. Thiago, as palavras, a explanação, a maneira emocionada como falou desse momento, um momento de todos nós, e como encerra de maneira bonita a sua fala falando dessa unidade, junto estamos, a CPI um dia vai se desfazer, é um instrumento dessa Casa, mas as ações ficarão, a vinda da Google para dentro dessa visão e minimamente é o que vamos exigir de assinatura de todos os outros sites, de todas as outras empresas que colocaram os pés nessa Nação brasileira, a fim de que todos coletivamente estejamos participando, colaborando no combate à criminalidade contra as crianças no Brasil.

A SaferNet é absolutamente importante para o Brasil e de uma forma definitiva é importante para essa CPI, Dr. Thiago. V. Sª. se tornou importante para nós desde o momento que o chamamos para que pudesse integrar o corpo daqueles que trabalham diuturnamente na construção de uma legislação e na busca de dar norte à CPI, porque nós dispúnhamos da vontade e do instrumento de uma CPI que tem poder de polícia e poder de justiça para poder fazer caminhar entendimentos e a vontade de ver punidos, a vontade de ver sendo tratados os mutilados, os abusados ou as abusadas daqueles que de forma deliberada se levantam contra as emoções, o psicológico e o moral de criança. Respeito aqueles que chamam pedofilia de doença, mas nesse submundo que nós mergulhamos para buscar os instrumentos do combate, eu posso até mudar a minha concepção, mas hoje, meu querido Ministro Thomaz Bastos, a minha matemática somada é assim – 5% de doença e 95% de safadeza é igual a um pedófilo, e é preciso que de fato se construa uma legislação e que

se busque todos os instrumentos e todos os caminhos para se combater e a SaferNet, sem dúvida alguma, vai continuar sendo instrumento importante para o Brasil. O que foi feito aqui hoje tem um reflexo importante para o mundo inteiro, de maneira que eu fico grato pela suas palavras, palavras carinhosas a mim, mas eu só sou um nordestino com vontade de fazer um bem, determinado, e tem dois sentimentos que eu não conheço na minha vida, é vaidade e medo. Medo eu conheço de ouvir falar, nunca foi apresentado, e nós vamos até ao final e não tenha dúvida de que em sendo pedófilo, se tiver o azar de cruzar o caminho dessa CPI ou se nós tivermos a sorte de cruzar o caminho dele, nós vamos passar o trator sem medo de errar, venha a pressão de onde vier, porque pelas crianças nós precisamos tudo fazer. Eu concedo a palavra ao Dr. Alexandre, que quer fazer uma consideração.

SR. ALEXANDRE HOHAGEN – Rapidamente eu queria fazer uma consideração rápida e tomar as palavras que o Thiago acabou de colocar aqui, e agradecer, Senador Magno Malta, uma vez mais pela sua coragem e, mais do que isso, pela sua visão de futuro para aquilo que a gente vai conseguir a partir desse momento diante. A importância de nós olharmos para o futuro das nossas crianças e para tudo aquilo que a gente está conseguindo hoje aqui e que vai refletir nos passos daqui para frente. A sua visão é uma visão extremamente corajosa e eu admiro muito isso, admiro o seu papel, admiro a forma equilibrada como o senhor coloca esses temas que são temas tão complexos, porque afinal de contas nós sempre andamos numa linha tênue entre preservar a privacidade dos brasileiros, mas também obedecer a nossa legislação.

Então eu gostaria de uma vez mais reforçar que o que nós estamos fazendo aqui, Senador, provavelmente vai fazer com que Cachoeira de Itapemirim seja conhecida no mundo todo, não aqui no Brasil só, porque essas ações seguramente terão impacto não aqui no Brasil, mas no mundo todo. E o Google, como uma empresa global, vai refletir o que nós estamos fazendo aqui hoje nas suas discussões para que isso possa ser levado para o mundo todo.

E, por último, agradecer ao Thiago, que teve um papel fundamental na evolução desses últimos dias. Na verdade nós passamos por um processo longo de negociação e que faz parte e ninguém espere que isso aconteça de um dia para o outro, porque são temas complexos. Eu gostaria de agradecer muitíssimo o seu papel, Thiago, a sua perseverança, a sua determinação, dedicação e a forma como nós pudemos manter um diálogo equilibrado, justo e muito próximo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu comunico que na próxima sexta-feira essa CPI estará em Roraima para quatro dias de oitivas, serão dias cansativos, mas que certamente vamos contribuir com o Brasil. Caso emblemático que envolve autoridades, envolve mais de vinte e cinco crianças, ações que nós teremos que tomar certamente e que não gostaríamos que estivesse acontecendo, bom seria que nada disso estivesse acontecendo, mas que vamos tomar. Comunico à assessoria que mais uma vez comunique aos Srs. Senadores da necessidade de termos um quorum qualificado lá em Roraima, certamente vamos ter essa necessidade, porque além das convocações que fizemos, convocações outras serão feitas lá, dada a necessidade das investigações, e na próxima sexta-feira nós, então, estaremos em Roraima. Não vamos... Quero me informar aqui, Augusto. Estando em recesso o Congresso, nós não temos como oficialmente fazer qualquer atividade, mas como o crime não pára, os trabalhos internos continuarão no trabalho da legislação, não é Dra. Ana, continua o trabalho, mas na necessidade de fazermos oitivas, nós vamos fazer assim mesmo usando um Delegado Federal ou um Delegado da Polícia Civil, Ministério Público para poder ouvir da necessidade da CPI, depois nós requeremos a oitiva feita pela polícia para a CPI e aí eu estarei acompanhando, porque nós não podemos dar folga, não podemos dar recesso para pedófilo. Então o que está proposto, nós vamos continuar cumprindo.

Eu quero, mais uma vez, abraçar o meu amigo Dr. Márcio Thomaz Bastos, pela importância da sua entrada nesse processo mais uma vez, a Bíblia diz que quem honra, honra. Todo mundo conhece o meu jeito, eu sou assim mesmo, eu sou uma pessoa de coração aberto e não tenho dificuldade de falar o que sinto, eu sou um homem absolutamente sentimental, foi o que eu lhe falei no primeiro dia, foi o que eu disse ao Alexandre, lamento que nós tenhamos profissionais tão mal intencionados nesse país e que pensem naquilo que vai receber, mas a sua entrada foi definitiva, do seu escritório, dos seus advogados, na orientação a essa empresa tão importante que merecia realmente ter uma banca de advogados importante do Brasil, não pessoas que pensem no seu umbigo e até quando o problema vai prolongar, porque quanto mais prolongar é melhor porque a gente recebe mais, para a gente chegar coroados esse sentimento paterno, esse sentimento que temos no nosso coração, o sentimento de pai, de avô, de quem ama as crianças do Brasil e do mundo inteiro. E o Brasil dá um exemplo, nós estamos construindo uma legislação que o mundo não tem, avançamos o que o mundo ainda não avançou do ponto de vista de combate à pedofilia. Os Estados Unidos estão muito

na nossa frente por causa da legislação de combate, de repressão, e nós faremos a mesma coisa quando vamos tipificar o crime para trinta anos de cadeia, estamos propondo o crime de rastreamento eletrônico, como os Estados Unidos, até a morte para o pedófilo, quer dizer, nós vamos caminhar para lá, mas do ponto de vista da tratamento, da tipificação de conduta, nós estamos, graças a Deus, ainda que tardiamente, mais avançados. Dr. Thiago.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA

– Telegraficamente, Sr. Presidente, eu só queria, que na minha emoção eu acabei esquecendo de citar três nomes da SaferNet que também estiveram juntos conosco nessa luta – Joênio Costa, Pedro Rezende e Amadeu Júnior. E aproveito a oportunidade também para agradecer e reconhecer a atuação do Alexandre, principalmente nesses quatro últimos dias, em que se ele não tivesse intercedido esse acordo de hoje não tinha saído. Eu quero parabenizar ao Alexandre pela postura também firme e pela liderança que demonstrou e conseguiu prevalecer para que posições que eram intransponíveis ou pelo menos que tinham se mostrando intransponíveis nas reuniões com o departamento jurídico, essas questões foram superadas e eu tenho certeza de que isso se deve muito do lado da Google por conta da atuação e da liderança do Alexandre.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – É importante, eu encerro dizendo que ele me comunica, e a gente sabe disso, que a Internet é um mundo. O que aconteceu hoje no Brasil muda uma lógica mundial, a empresa muda uma lógica mundial porque o precedente está aberto. Se os nossos advogados aqui são inteligentes, não vamos pensar que os do mundo lá, que o do outro país é burro, vão dizer assim – “O Brasil fez, nós vamos ter que fazer. Vocês fizeram lá, vão fazer com nós aqui”. Essa é uma contribuição, Dr. Márcio, para o mundo inteiro, essa contribuição é para o mundo inteiro. O Alexandre me falava que durante o percurso das discussões a nossa dificuldade era chegar num entendimento que ia mudar uma lógica para o mundo, não era só para o Brasil. Então a gente só celebra, o que passou, passou, vamos para a frente.

Quero chamar a atenção das operadoras de telefonia. Eu dei mais dez dias úteis, alguns estão chegando ao final e eu preciso das quebras do sigilo porque preciso repassar esse dados à Polícia Federal para que a gente comece essas ações importantes para a vida brasileira.

Não tendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão, com muita alegria e em nome de Deus, como nós começamos.

Sessão encerrada às 11h34. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1505 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 008.749/08-6,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor URBANO INÁCIO DOS SANTOS, Técnico Legislativo, Área de Polícia Legislativa, Especialidade Policial Legislativo Federal, Nível M 30, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 10 de julho de 2008.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO

Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL ADJUNTO
Nº 1506 , de 2008

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pelo Ato nº 821/2008 do Diretor-Geral do Senado Federal, tendo em vista o que consta no Processo nº 316/08-3, RESOLVE, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112, de 1990, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, combinado com o Artigo 2º, inciso I, do Ato nº 03/2002, da Comissão Diretora, conceder a ELVIS FERREIRA GONÇALVES, matrícula 35420, reversão ao serviço ativo, no cargo de Auxiliar Legislativo, Classe Especial, Padrão 15, do Quadro da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, em razão do Laudo Médico emitido pela Junta Médica do Senado Federal em 29 de maio de 2008.

Senado Federal, em 10 de julho de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

ATO DO DIRETOR-GERAL ADJUNTO
Nº 1507, de 2008

O DIRETOR-GERAL ADJUNTO DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pelo Ato nº 821/2008 do Diretor-Geral do Senado Federal, tendo em vista o que consta do Processo nº 6004/08-3, considerando a Decisão proferida pelo Primeiro Secretário, RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “c”, da Lei nº 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004, conceder pensão vitalícia a MARIA JOSÉ DE ARAÚJO, na qualidade de companheira, na proporção de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor MARIO ALEIXO, matrícula 7551, a partir da data do óbito, ocorrido em 8 de setembro de 2007.

Senado Federal, em 10 de julho de 2008.


JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Maioria-PMDB - Casildo Maldaner** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Marco Antônio Costa** (S)

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozerildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
 (Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ^(7,17)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽¹⁶⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹⁵⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Flávio Arns (PT-PR) ^(3,13)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	

PDT/PSOL ⁽¹¹⁾

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
13. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
15. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
16. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
17. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, inc. I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB) (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) (3)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
4. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

(1)

Notas:

1. (DEM)

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9 titulares

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

TITULARES

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3 titulares

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁹⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁷⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹¹⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽¹⁰⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (8)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
9. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
10. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
11. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL**Finalidade:** Debater e examinar a situação da Previdência Social**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Luiz Gonzaga Silva Filho**Telefone(s):** 3311-4605 e 33113516**Fax:** 3311-4344**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(6,11)	1.
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
4. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31/03 a 31/07/2008.
4. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁰⁾	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁸⁾

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹⁰⁾	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,11)	6.
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹³⁾
Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁵⁾	5. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹⁶⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁸⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹²⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
8. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
9. O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008.
10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
11. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
12. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
13. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
14. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
15. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
16. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽⁴⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 02/04/2008, o Senador Mário Couto é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Cícero Lucena, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008 (Of. 40/08-GLPSDB).
5. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
7. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).

8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).

9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO ⁽³⁾**RELATOR:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽²⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008, e ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹³⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽¹²⁾	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
11. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
12. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDDB).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹¹⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Geovani Borges (PMDB) ⁽⁸⁾
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁴⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁶⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Fernando Collor	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia ⁽⁹⁾

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
10. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romeu Tuma (PTB-SP)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,7)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO ⁽⁶⁾
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayne Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

7. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).

8. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹²⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹¹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).
10. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
11. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(6,9)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Marco Antônio Costa (DEM) ⁽¹¹⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Carlos Dunga ⁽⁷⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
7. Em 02/04/2008, o Senador Carlos Dunga é designado titular do Partido Trabalhista Brasileiro na Comissão (Of. nº 050/2008/GLPTB).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
10. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
4. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
5. O Senador Raimundo Colombo encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ⁽⁶⁾	3. Gim Argello (PTB) ^(7,8)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008 (Of. 30/08-GLDEM).

6. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).

7. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.

8. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS**Finalidade:** Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Cícero Lucena encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 31.03.2008 a 31.07.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁸⁾	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹⁴⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹²⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹¹⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹³⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁵⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁹⁾	

Atualização: 23/05/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

2. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir do dia 16.04.2008.
9. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
11. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
12. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.
13. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
14. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
15. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMaria do Carmo Alves (SE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 18.07.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PRAIA ⁴ (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO (PPS/AC) ⁵
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 19.06.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 10/08-LPDT, de 04.06.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 04.06.08.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	MÁRIO COUTO PSDB-PA
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>
MARCONDES GADELHA PSB-PB	HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador César Borges (PR-BA)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Coleção Ambiental

Coletânea de publicações, com atualização periódica, sobre a legislação que aborda a questão ambiental.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 384 PÁGINAS